

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO

**MULHER, UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE:
A PERSPECTIVA DISCURSIVA**

Rossana Dutra Tasso

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Leandro Ferreira

Porto Alegre

2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO**

**MULHER, UMA QUESTÃO DE IDENTIDADE:
A PERSPECTIVA DISCURSIVA**

Rossana Dutra Tasso

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Teorias do Texto e do Discurso do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Leandro Ferreira

Porto Alegre

2006

Mãe,
Tu sabes que este trabalho é dedicado a ti.
E não esqueças: teu sorriso vai continuar
sendo o meu raio de sol. Sempre.

Agradecimentos

A Deus, por haver me dado condições para concluir mais essa etapa de minha formação e suportar as adversidades;

À minha orientadora, Professora Maria Cristina, pelo seu carinho, diluído em uma orientação firme, paciente e incentivadora;

Ao meu pai, que soube segurar a minha mão quando a vida mais doeu para nós, não deixando eu desistir de um sonho que a mãe, ele e eu construímos. Pelas palavras de estímulo e confiança, pelos abraços que acalmaram, pelo amor que faz eu não abrir mão de ser mais;

À minha Dinda e aos meus primos Mariana e Gabriel, que tiveram de aceitar, à força, uma prima cada vez mais ausente e chata (“A Rossana só quer saber dessa dissertação; não liga mais pra gente...”);

Ao meu afilhado, pois tê-lo em meus braços e ver seu sorrisinho, muitas vezes, foi o estímulo que me faltava para o trabalho;

À Elisa, à Rachel e à Ludmila, amigas queridas que cuidaram de mim, que me acolheram em suas vidas com toda a paciência e o carinho, fazendo com que minha estada em Porto Alegre ganhasse outro sentido. O laço que nos uniu não vai perder para a distância física que nos separa;

À Lulu, à Daiane e à Marceli, amigas dedicadas que muitas lágrimas minhas secaram – seja por e-mail, por telefone, por carta ou até mesmo por pensamento –; torceram sempre por mim; estiveram sempre prontas a ajudar. Vocês são indescritíveis!;

Ao Marcelo, que chegou à minha vida “de pára-quedas”, quando “o circo todo já estava armado” e, mesmo assim, não deixou de repetir: “eu não vou desistir de ti”. A nossa história está só começando...;

À Solange, por “aquele” telefonema;

Às alunas que forneceram os textos de minha análise;

À CAPES, pela bolsa de estudo concedida;

E àqueles cujo nome não apareceu aqui, mas que sabem que, de alguma forma, contribuíram para que esse meu sonho se concretizasse.

Não se nasce mulher, torna-se mulher.
Simone de Beauvoir

Resumo

Esta dissertação analisa produções textuais de autoria de alunas universitárias provenientes de distintas áreas do saber científico (Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências da Saúde).

Partindo do tema comum a todas essas produções, “*ser mulher é...*”, o objetivo deste trabalho é discutir os processos em que se constitui a identidade feminina, como recurso para se chegar à noção de identidade discursiva, questão central.

Uma vez entendida como *unidade imaginária*, a noção de identidade discursiva permite pesquisar o modo como o sentido emerge pleno de atravessamentos, disponibilizados por uma memória que retorna, se atualiza e se transforma. Algo semelhante se observa na instância do sujeito, pois a imagem de unicidade e fechamento é apenas uma ilusão que denega os processos que promovem seu descentramento. Assim, marcados pelo *não-um*, sentido e sujeito têm, na identidade, a presença da falta do significante – via de entrada à exterioridade.

A primeira parte do trabalho está subdividida em três capítulos, que buscam organizar os fundamentos teóricos que embasam a perspectiva discursiva a que se submete a noção de identidade.

O primeiro capítulo traz contribuições advindas da Psicanálise, para compreender o modo como o sujeito mulher se deixa determinar em sua condição desejante, faltante, atestando isso na imagem que faz de si.

O segundo capítulo percorre leituras situadas no campo dos Estudos Culturais, com o objetivo de averiguar como processos histórico-sociais contribuem na determinação e fragmentação da identidade feminina.

O terceiro capítulo reúne as principais noções da Análise do Discurso Francesa, para fundamentar o conceito de identidade discursiva que baliza as análises seguintes.

E, por fim, a segunda parte contém o quarto capítulo, que se destina às seqüências discursivas, submetidas a dois momentos concomitantes de análise – busca por posições-sujeito e delineamento da formação discursiva dominante –, visando a compreender e discutir a configuração proposta à noção de identidade: *uma unidade imaginária*.

Resumen

Esta disertación analiza producciones textuales de autoría de alumnas universitarias provenientes de distintas áreas del saber científico (Ciencias Humanas, Ciencias Exactas, Ciencias de la Salud).

Partiendo del tema común a todas esas producciones, “*ser mujer es...*”, el objetivo de este trabajo es discutir los procesos en los cuales se constituye la identidad femenina, como recurso para que se llegue a la noción de identidad discursiva, cuestión central.

Una vez entendida como *unidad imaginaria*, la noción de identidad discursiva permite la búsqueda por el modo como el sentido emerge pleno de atravesamientos, suministrados por una memoria que retorna, se actualiza y se transforma. Algo semejante se observa en la instancia del sujeto, pues la imagen de unicidad y cierre es apenas una ilusión, que sirve para denegar los procesos que promueven su descentramiento. Así, marcados por el *no-uno*, sentido y sujeto tienen, en la identidad, la presencia de la falta del significante – vía de entrada a la exterioridad.

La primera parte del trabajo está subdividida en tres capítulos, que intentan organizar los fundamentos teóricos que embasan la perspectiva discursiva a que la noción de identidad está sometida.

El primer capítulo trae contribuciones de la Psicoanálisis, para comprender la manera como el sujeto mujer se deja determinar en su condición deseante, faltante, atestando eso en la imagen que hace de si mismo.

El segundo capítulo recurre lecturas situadas en el campo de los Estudios Culturales, con el objetivo de investigar como procesos histórico-sociales contribuyen en la determinación y fragmentación de la identidad femenina.

El tercer capítulo reúne las principales nociones del Análisis del Discurso de línea francesa, para fundamentar el concepto de identidad discursiva que baliza los análisis siguientes.

Y, en fin, la segunda parte contiene el cuarto capítulo, que se destina a las secuencias discursivas, sometidas a dos momentos concomitantes de análisis – búsqueda por posiciones-sujeto y delineamiento de la formación discursiva dominante –, visando a comprender y discutir la configuración propuesta a la noción de identidad: *una unidad imaginaria*.

Sumário

Resumo	vi
Resumen	vii
Introdução	1
<u>PARTE I: Dos fundamentos teóricos</u>	4
1 Dialogando com a Psicanálise acerca da Identidade	5
<i>1.1 Freud: o princípio da discussão</i>	5
<i>1.2 Lacan: um novo rumo aos pressupostos freudianos</i>	24
<i>1.2.1 Falta do significante, falta da mulher – algumas considerações lacanianas sobre a identidade feminina</i>	30
<i>1.3 Entre a Psicanálise e a Análise do Discurso: uma distinção entre a escritura e a escrita</i>	38
2 Dialogando com os Estudos Culturais acerca da Identidade	50
<i>2.1 Problematizando o conceito de identidade</i>	50
<i>2.2 Um recorte na noção de identidade formulada pelos Estudos Culturais: a questão de gênero</i>	68
<i>2.3 Identidade feminina e historicidade: o feminino e o movimento feminista</i> ... 77	
3 A Identidade Discursiva: Os Pressupostos da Análise do Discurso	83
<i>3.1 O surgimento da Análise do Discurso</i>	83
<i>3.2 A história, a língua e o sujeito em Análise do Discurso</i>	85
<i>3.3 O sujeito do/no discurso</i>	89
<i>3.4 A Formação Discursiva, matriz de sentido</i>	101
<i>3.5 Interdiscurso e intradiscurso</i>	105
<i>3.6 Distinguindo interdiscurso de memória discursiva</i>	109
<i>3.7 Sobre a identidade em Análise do Discurso</i>	112
<u>PARTE II: Da análise</u>	117
4 “Ser mulher é...” – O Objeto Discurso em Análise	118
<i>4.1 Sobre o dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso</i>	118
<i>4.2 Um esboço de análise</i>	119
<i>4.3 Os procedimentos adotados no estudo do corpus</i>	124

<i>4.4 A análise das posições-sujeito demarcadas no “ser mulher”</i>	127
<i>4.4.1 Bloco 1: Das seqüências das alunas do Curso de Medicina</i>	128
<i>4.4.1.1 Sobre o primeiro bloco analisado</i>	139
<i>4.4.2 Bloco 2: Das seqüências das alunas do Curso de Ciências Econômicas</i>	142
<i>4.4.2.1 Sobre o segundo bloco analisado</i>	151
<i>4.4.3 Bloco 3: Das seqüências das alunas do Curso de Engenharia Civil</i>	154
<i>4.4.3.1 Sobre o terceiro bloco analisado</i>	163
<i>4.4.4 Bloco 4: Das seqüências das alunas do Curso de Artes Visuais</i>	166
<i>4.4.4.1 Sobre o quarto bloco analisado</i>	177
<i>4.4.5 Bloco 5: Das seqüências das alunas do Curso de Pedagogia – Educação Infantil</i>	180
<i>4.4.5.1 Sobre o quinto bloco analisado</i>	189
<i>4.4.6 As posições-sujeito evidenciadas: principais considerações</i>	191
<i>4.5 A configuração de uma matriz de saber para o “ser mulher”</i>	194
<i>4.5.1 As posições-sujeito organizadas pela Formação Discursiva Feminina (FDF)</i>	195
<i>4.5.2 O interdiscurso da Formação Discursiva Feminina</i>	198
<i>4.5.3 Proposições acerca do segundo momento de análise (ou, melhor: identidade discursiva – uma unidade imaginária)</i>	200
Conclusões Finais	203
Referências Bibliográficas.....	208
Anexos	213
Anexo A: Seqüências do Bloco 1, Curso de Medicina	214
Anexo B: Seqüências do Bloco 2, Curso de Ciências Econômicas	219
Anexo C: Seqüências do Bloco 3, Curso de Engenharia Civil	224
Anexo D: Seqüências do Bloco 4, Curso de Artes Visuais.....	229
Anexo E: Seqüências do Bloco 5, Curso de Pedagogia – Educação Infantil....	235

Introdução

Sabemos que qualquer pesquisa é motivada por uma situação que, embora não entendamos ao certo por que, entranhou-se em nosso ser e ficou incomodando, até que tomássemos a decisão de calá-la, paradoxalmente, deixando-a falar por meio de nossas palavras. É assim que caracterizo meu estímulo quanto a esta dissertação que ora inicio.

Tudo começou em 2003, quando eu ainda era graduanda do curso de Letras Português/Espanhol da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Estando em uma licenciatura, vi-me obrigada a realizar duas práticas de estágio supervisionado, uma para cada idioma. Para a língua estrangeira, reservei um pequeno curso de conversação, voltado a uma clientela mista em relação à idade e ao sexo. Para a língua materna, porém, busquei vivenciar a rotina de uma sala de aula regular. Fui para uma turma de terceiro ano do Ensino Médio, curso Normal, com vinte e seis alunas, somente alunas.

Considerando esse diferencial, elegi como tema integrador a situação feminina em nossa sociedade, o que foi propício também para o conteúdo gramatical que eu precisava trabalhar: a concordância nominal e verbal. Entre um texto e outro que debatíamos em classe, chamou minha atenção o modo como a sociedade e a língua negam a presença feminina, além do fato de nós, mulheres, sermos educadas a compactuar com isso, uma vez que nos ensinam a pensar que “é normal”, “é natural” agir de uma forma pré-concebida e não de outra igualmente possível até, mas estigmatizada ou impedida pelas normas e regras “da moral e dos bons costumes”.

Propus, como atividade de encerramento de meu trabalho com a classe, que as alunas escrevessem um texto em que definissem o que é ser mulher. Qual não foi minha surpresa ao deparar-me com produções que, discursivamente, remetiam ao mesmo, à repetição/reprodução de toda uma postura de menos-valia para a posição da mulher na sociedade. É claro que isso não estava na superfície do significativo, mas era autorizado pela série de atravessamentos e

silenciamentos que se encontravam na rede simbólica com que tomei contato. Parecia-me evidente o modo como o sujeito se deixa (a)trair por aquilo que chamo de artimanha do simbólico: quanto mais se quer esconder, mais se é impelido a mostrar.

A partir dessa experiência, ficou “incomodando” em mim o desejo de discutir o modo como se forja a identidade, ou seja, a imagem que cada sujeito tem de si e que acredita diferenciá-lo de outro. Até que ponto a materialidade escrita permite que se trate dessa diferenciação? Que fator pontua a diferença na identidade? Qual a diferença entre identidade e identificação? Em que instância está a constituição dos sentidos? Qual é a contribuição da memória? Enfim, como definir a noção de identidade discursiva?

Atrás de respostas a essas e a outras perguntas, escolhi como aporte teórico norteador a Teoria da Análise do Discurso (AD), iniciada pelo filósofo francês Michel Pêcheux. E, como objeto de análise, o discurso em torno da noção de identidade, tendo como materialidades lingüísticas produções textuais de algumas universitárias de cinco diferentes áreas: Medicina, Ciências Econômicas, Engenharia Civil, Artes Visuais e Pedagogia – Educação Infantil. Comum a todos os textos, o tema *o que é ser mulher*.

Sendo a Análise do Discurso *uma disciplina de entremeio*, ao longo de minha dissertação pretendo trazer contribuições de outras duas áreas – a Psicanálise e os Estudos Culturais –, a fim de com elas estabelecer um diálogo acerca do inconsciente e das relações sociais como fatores determinantes da noção de identidade.

Qualquer trabalho que se inicia, ao mesmo tempo em que motiva, também assusta, por se tratar de um desafio. Não se sabe se o caminho imaginado realmente poderá ser seguido e, principalmente, não se tem bem claro onde se vai chegar. No entanto, tais inseguranças só podem ser superadas pelo próprio sujeito, à medida que ele produz. Aqui me vejo, então. Aceito que meus caminhos tenham algumas pedras, para que eu reflita acerca da direção que escolhi, e que meu ponto de chegada esteja um pouco encoberto, para que eu

busque outros modos de vê-lo. Porém, o que não posso é deixar de ter motivos para caminhar. Que se abra agora o caminho, então.

PARTE I
Dos Fundamentos Teóricos

1 Dialogando com a Psicanálise acerca da Identidade

O saber psicanalítico, desde seus primórdios, confere um grande lugar ao sexual na caracterização das questões que envolvem a constituição do inconsciente do sujeito. Tentar decifrar o “não-todo” da subjetividade através de dispositivos baseados, em grande parte, na observação do sujeito a partir de sua fala (campo de atuação do jogo com o significante, das metáforas que recobrem o sexual e outros processos¹) torna-se algo que há tempos vem instigando os psicanalistas, que se deixam levar pela busca de novas relações com esse saber cuja marca é a inexatidão, duplamente reafirmada. *O inconsciente não diz tudo, e a falha é própria da estrutura do ser.* Portanto, a Psicanálise lida constantemente na fronteira entre o patológico e o normal, no limiar entre o trauma e a consequência, no interstício entre a falta e o desejo que ela demanda – processos singulares a cada sujeito conforme a história de sua existência.

Sendo assim, não se pode esperar que a discussão em torno da identidade feminina fuja desses princípios. No entanto, vejo que duas possibilidades de estudo se abrem. Ou o parâmetro teórico segue pelos trabalhos de Freud, ou opta pelos desdobramentos formulados por Lacan. Decidi trabalhar neste capítulo com as duas, porque entendo que os avanços propostos por Lacan somente foram possíveis graças às idéias que amadureceram ao longo das pesquisas (inacabadas) de Freud. Começo, então, por Sigmund Freud.

1.1 Freud: o princípio da discussão

Desde suas origens, a psicanálise freudiana esteve muito próxima do sexual. No que tange à identidade feminina, conforme Birman (1999), a pesquisa

¹ Para tal afirmação, parto da seguinte, que encontrei em André (1987, p. 10): *A primeira constatação efetuada pelo psicanalista é a de que o humano não pára de querer falar daquilo que não pode dizer (a mulher, a morte, o pai etc.) (...) aquilo de que não se pode falar, é preciso dizê-lo!*

freudiana esteve, no seu início, centrada no estudo das histerias, sendo que ao final surgiram traços daquilo que poderia configurar uma reflexão acerca da feminilidade. Esse percurso tem como pólo termos como *falo*, *horror*, *castração*, *inveja*, *diferença*, que giram em torno do *desejo*, a marca original do sujeito.

Quando principia, no final do século XIX, o discurso freudiano foi essencialmente falocêntrico, como que retomando a célebre frase de Napoleão Bonaparte, *anatomia é destino*. A feminilidade, segundo Freud, é algo a ser produzido, do que conclui Simone de Beauvoir: *não se nasce mulher, torna-se mulher*. Para isso, não bastam as conformações anatômicas; elas são o elemento desencadeador de um processo complexo de afirmação do que é próprio ao feminino – embora não se saiba exatamente o que isso seja².

Por meio de suas análises, Freud pôde observar que, ao longo da infância à puberdade, a menina necessita enfrentar dois acontecimentos cruciais, registrados em seu trabalho *Feminilidade*, de 1932³. Um deles consiste na resolução do complexo de Édipo: as meninas precisam transferir seu objeto de desejo da figura primeira da mãe (assim instituída porque oferece o alimento e o calor, bem como o início das estimulações sexuais em meio à higiene da genitália) à figura do pai, para inaugurar o processo de assunção de sua sexualidade (quanto aos meninos, o mesmo objeto se mantém). O outro implica ter de deslocar a zona erógena principal do clitóris (estimulado na fase fálica) ao orifício vaginal (fato que não ocorre com os homens; desde sua tenra infância até a idade adulta o pênis é o centro do prazer sexual), o que deixa as mulheres mais suscetíveis às neuroses e às histerias (FREUD, 1973, p. 118). Ademais, a essas circunstâncias sobrepõem-se *a influência dos costumes sociais e a relação particularmente constante entre feminilidade e vida instintual, que não devemos desprezar* (ibid., 1969a, p. 143).

De certa forma, com considerações como estas, como ressalta Birman (2001), Freud deu prosseguimento a um conjunto de conceitos que circulavam

² Como afirma Freud, *Através da história, as pessoas têm quebrado a cabeça com o enigma da natureza da feminilidade* (1969a, p. 140).

³ 1932 é o ano da primeira publicação de *Feminilidade*. No entanto, para esta dissertação, utilizo-me da edição brasileira, de 1969a.

desde a Antigüidade e que foram ofuscados durante a Revolução Francesa. Vejamos isso melhor.

Na Antigüidade, propagou-se o mito do *sexo único* – o masculino. A mulher seria *a matéria, sede e o vetor* da criação, permanecendo à espera da atuação masculina (*a forma*, divinamente iluminada para atuar). O homem seria o responsável, então, pela transmissão da humanidade, em virtude de sua perfeição: a forma engendra a matéria. Tal princípio estabeleceu oposições como atividade/passividade; exterior/interior; luminosidade/obscuridade; ação/recepção; perfeição/imperfeição, todas condicionadas pela (im)posição dos órgãos genitais. Isso marcou definitivamente, como coloca Birman (ibid.), a hierarquização entre os sexos – e a estigmatização como marca indelével da figura feminina. A identidade da mulher, assim, ganha os primeiros daqueles que serão os estigmas de sua condição.

Com a emergência da Revolução Francesa, no final do século XVIII, o novo conceito de democracia impediu que se mantivesse, pelo menos tão visível, a inferiorização feminina frente à sociedade patriarcal. Logo, irrompeu um novo discurso, guiado pelo princípio da *diferença sexual*. Segundo sua natureza biológica, cada sexo foi chamado a participar de distintas esferas da vida social, tomando seu lugar “de direito”. No caso das mulheres, pelo imperativo da maternidade, caberia cuidar da casa, espaço privado, zelando pelo bem-estar dos filhos, do marido e do patrimônio, bem como preservar, assim, os atributos morais que seu sexo garantia – o recolhimento, o afeto, a serenidade. Já aos homens foi destinado o espaço público, pela presença da razão, e também a formulação dos direitos. A área de governabilidade masculina tem maior amplitude face à feminina, como se pode notar. Como consequência, a identidade do sujeito feminino se configura sob a imagem da reclusão, da privação, uma vez que as mulheres não estariam “aptas” a assumir outra função que não a do zelo pelo ambiente doméstico.

Partindo dessas considerações, é possível afirmar que a democracia propagada pela Revolução Francesa serviu somente para ofuscar o discurso de hierarquia entre os sexos. Foi como se a mulher houvesse recebido um espaço

físico para nele exercer um poder que, na realidade, não possuía. Além do mais, tal engodo só era possível àquelas mulheres que eram *mães*, o que reforça mais uma vez a submissão feminina face à figura masculina ao longo dos tempos.

E é nesse terreno que Birman (ibid.) situa o princípio dos trabalhos freudianos acerca da feminilidade. Sendo o homem o possuidor do pênis – convertido em *falo*⁴, símbolo de poder que aponta ao valor e à falta –, a identidade da mulher é circunscrita pela ausência deste. Ou seja, Freud apontou na materialidade dos corpos algo que pudesse autorizar o lugar de fala desfrutado pelo homem. Conseqüentemente, a falta marcada no corpo da mulher lhe causa uma inveja, pontuando seu desejo de ter/ser o falo:

No que se refere às meninas de tenra idade, podemos dizer que se sentem em grande desvantagem devido à sua falta de um pênis grande, visível, que elas invejam os meninos por estes o possuírem e que, principalmente por este motivo, desenvolvem o desejo de serem homem – desejo que torna a emergir, mais tarde, em todas as neuroses e que pode surgir se lhes ocorrer algum revés no desempenho do papel feminino. (FREUD, 1969b, p. 371)

Logo, ao longo de sua existência, a mulher se deixa conduzir pela premissa de que é só por meio do falo que ela pode se reconhecer e ser reconhecida, porque ele a aproxima daquilo que confere à masculinidade a supremacia; porém, em termos de normalidade, isso precisa ser recalcado pela “naturalização” da desvantagem, desmembrada em duas soluções, que escondem um desejo maior. Vejamos...

Para Freud, a mulher é o ser destituído de falo, o órgão de gozo, que se reveste em elemento marcante das relações humanas. Por possuir esse órgão, o homem consegue impor sua força, sua presença, sua persuasão, sua exterioridade. Enfim, ser dotado de um pênis é ter poder, é ter um lugar de fala autorizado pelo social. Tal princípio vem justificar toda a submissão a que a mulher se sujeita. Ela é um ser cuja inferioridade genital se translada às práticas sociais. Daí a inveja, o desejo dela de tentar ressarcir essa falta de alguma maneira.

⁴ Como se percebe, o pênis é uma ancoragem imaginária à noção de falo, pois a diferença entre as genitálias acaba por reverberar no inconsciente de homens e mulheres. O falo não se resume ao pênis.

Assim, os trabalhos de Freud apontam duas saídas possíveis à mulher, para que ela preencha (ainda que ilusoriamente) a falta que lhe constitui. Uma delas é o imperativo biológico da maternidade: a figura do filho seria simbolizada como se fosse o falo, uma vez que, como mãe, a mulher ganha reconhecimento, por passar a ser a responsável pela instituição família, o pequeno reduto social. O filho é tomado como uma extensão do corpo de sua mãe, materializando a virilidade que falta à genitália desta. A mulher passa a *ter* o falo.

A outra possibilidade está na erotização do corpo. A mulher *é* o falo. Pela sedução, ela se torna objeto de desejo sexual para o homem, como se todo seu corpo se convertesse em falo. Porém, aqui não cabe a sedução que visa à reprodução da espécie: sua base está na satisfação de um desejo de cunho unicamente sexual, que tem por objetivo apenas a obtenção de prazer por meio do exercício da libido. Por isso, essa segunda alternativa foi rotulada como a *catalizadora da desordem*, como lembra Birman (ibid.), uma vez que através dela a mulher escapa ao imperativo da maternidade; a sedução visa apenas ao coito e ao prazer, a nada mais.

A casos como esse, quando a mulher nega seu destino de mãe e se deixa levar pelo erotismo, Freud atribui um afastamento ao natural, ou mesmo uma enfermidade. O pólo do afastamento é a prostituição, enquanto que o da enfermidade é a histeria.

A respeito disso, Birman (ibid.) relata que a prostituição, por representar também a exacerbação do erotismo masculino, foi controlada pelo Estado durante o século XIX, por temor às doenças venéreas, que poderiam prejudicar o bem-estar da família burguesa. Essa prática ficou, então, circunscrita às zonas clandestinas das cidades, e se justificava pelo fato de que, dentro do ambiente familiar, o homem não dispunha de meios para satisfazer por completo sua condição varonil. Assim, ele precisava de mulheres que negligenciassem o instinto maternal ao colocar o erótico acima do materno/natural. Pelo desejo masculino é que a prostituição foi entendida como necessária, ao passo que

serviu como um modo de “dar utilidade” àquelas mulheres que não se sujeitavam aos desígnios da maternidade e que, por conseguinte, eram moralmente menores.

Ao lado da prostituta estão também a ninfomaníaca, cujo apetite sexual é insaciável, e a infanticida, que mata seus filhos recém-nascidos como forma de negar a maternidade, para viver plenamente seu erotismo. Essas duas últimas modalidades se caracterizam como enfermidades, tendo em comum com o desvio moral feminino (a prostituição) o fato de serem materializadas por práticas. Opondo-se a elas está a histeria, que se dá no campo do imaginário; não se evidencia por atos.

Na mesma oposição entre a maternidade e o erotismo, a histeria irrompe como outra possibilidade de mapeamento do feminino. A mulher histérica não consegue identificar-se totalmente com a maternidade, uma vez que é assolada por sua dimensão erótica, o que lhe causa um conflito em nível imaginário. As mulheres que Freud escutou e descreveu já manifestavam, sob o rótulo da histeria, a ânsia por outra possibilidade de presença na esfera social.

Como vemos, a maternidade e o erotismo são esferas incompatíveis no ser feminino, sendo que a primeira é que serve como padrão à normalidade. Concomitantemente, esta torna possível, nos primórdios dos trabalhos de Freud, a discussão da histeria como patologia provavelmente de exclusividade feminina.

Sendo defendida desde a Antigüidade como enfermidade sexual própria das mulheres, na Modernidade a histeria ganha novos contornos, ainda que a mesma base prevaleça. Freud soma a dimensão nervosa à sexual, por meio da inclusão do conceito de psiquismo. Este seria regulado pelo viés sexual, bem como o responsável pelas perturbações nervosas. Considerando que desde sempre são as mulheres as que têm maiores problemas com sua sexualidade e, logo, um psiquismo mais problemático, a histeria foi caracterizada pela teoria freudiana como suscetível principalmente ao universo feminino. Somente com os trabalhos do psiquiatra Paul Briquet, por volta dos anos 50, é a que a histeria é dissociada do universo sexual, sendo entendida como *uma falha na coordenação do sistema nervoso sobre o corpo*.

Entretanto, Birman (ibid.) salienta que Briquet não colabora para que se dissocie a histeria do feminino. Este também postula que a histeria é predominantemente feminina, uma vez que *as mulheres, por possuírem um cérebro debilitado e imaturo se comparado ao dos homens* – e é isso o que explica a diferença entre os sexos –, estão mais sujeitas a afetos, sentimentos e impulsos, o que implica uma menor capacidade de coordenação nervosa e, portanto, uma maior predisposição à histeria. Como positivar essa sujeição, essa menos-valia? Através da maternidade.

A maternidade tem um espaço tão amplo na teoria freudiana acerca da identidade dos sexos que chega a se fazer presente inclusive na solução feminina para a crise instaurada pelo complexo de Édipo. Em *Feminilidade* (1932), Freud argumenta que a mera ameaça de castração seria capaz de fazer o menino suspender o desejo dirigido à mãe, inserindo-o então no universo paterno. Já na menina, a ausência do pênis deixa de ser uma potencialidade para revelar-se como uma realidade do corpo, conduzindo-a a uma busca incessante de algo que preencha essa falta original. Ela condena sua mãe por não a ter presenteado com tal preciosidade, forjando, por isso, o fantasma do desamor primordial. Na madurez, ter um bebê surge a ela como o ápice da procura. Pela maternidade é que é possível *tornar-se mulher*. Assim sendo, se o homem “resolve” sua crise edipiana na fase inicial de sua existência, a mulher carrega sua fenda natural até o momento em que se torna mãe – de preferência, de um menino, a fim de que atinja a plenitude.

Portanto, *a inveja do pênis é constitutiva do feminino, e a maternidade, uma condição natural*. E as conseqüências dessa inveja “própria” da mulher vão além, chegando à primazia do narcisismo e da vaidade dissimulada pelo seu contraponto com a vergonha e o desejo excessivo de ser amada. Freud entende que tais atributos advêm do fato de que a mulher está marcada pela necessidade de uma *ocultação da deficiência genital* (ibid., p. 162) que lhe é característica. Ou seja, a identidade da mulher, na produção freudiana, está pensada sob o jugo da sua genitália, sempre diminuída por considerações que engrandecem a

supremacia masculina e contribuem para a perpetuação de uma hierarquia entre os sexos.

A caracterização da suposta inferioridade feminina não termina aí. Freud expõe também que *as mulheres devem ser consideradas possuidoras de pouco senso de justiça*, uma vez que a inveja é predominante na mente delas. Inclusive, elas são *mais débeis em seus interesses sociais e possuidoras de menor capacidade de sublimar os instintos que os homens*. E, aos trinta anos, dispõem de uma *rigidez psíquica e imutabilidade* atemorizantes – ao contrário dos homens que, nessa mesma fase, mostram-se como indivíduos não formados, a quem a análise pode abrir muitas possibilidades (ibid., p. 164-5). Infelizes das mulheres!

Como notamos, é a partir da figura masculina que Freud tenta dar a conhecer o que caracteriza o universo da mulher. Isso é explicado pelo fato de que o ser masculino é encarado como mais acessível, mais transparente que seu oposto. O feminino, pela ótica freudiana, está recoberto pela obscuridade, o que faculta a idéia do *enigma* – que tenta ser desvendado seguindo-se o parâmetro masculino como referência. A partir disso, Birman (ibid., p. 183) salienta que

(...) *tomar a figura do masculino como evidente e a do feminino como enigmática – a primeira como representação da transparência e a segunda como a da obscuridade –, aliado ao fato de que a leitura da primeira poderia esclarecer a da segunda, é a versão freudiana da concepção antiga de que o homem seria a representação da perfeição e de que a mulher representaria a imperfeição.* (grifos do autor)

Ou seja: o discurso do sexo único, difundido desde a Antigüidade, permanece incólume na teoria freudiana, ganhando apenas nova roupagem. O homem ainda permanece como sendo o modelo a partir do qual se podem tecer considerações acerca do feminino, de *essência tão nebulosa*. É como se, para tratar desse ser *imperfeito*, tivesse que se ter como referência única e exclusiva aquele que é *o perfeito, o iluminado* – o homem.

Como analista de discurso, chama minha atenção, a partir destas primeiras considerações, o fato de que o sujeito não consegue fugir às injunções histórico-sociais de seu tempo, mesmo que esse sujeito seja Freud. Ainda que disposto a produzir ciência, ou seja, a trabalhar no campo da neutralidade, ele

deixou-se levar por todas as imposições da ideologia dominante de sua época, revelando em seu discurso a hierarquização dos sexos. Claro, isso é encoberto pela própria faceta do significante, e esse encobrimento é necessário ao sujeito, para que se pronuncie. O interessante, penso, está no fato de que inclusive aquele que buscava compreender os percalços do inconsciente humano foi efeito daquilo que perseguia: no inconsciente de Freud também se inscreveram processos dos quais nem mesmo ele se deu conta, e que foram determinantes de sua produção teórica, fazendo com que ele enunciasse aquilo que era possível naquele tempo. Eis o que justifica a aparição de termos como *passividade*, *obscuridade* e *imperfeição* para falar do feminino, citando apenas alguns. Portanto, não podemos perder de vista as condições de produção do discurso freudiano, para entendê-lo como fruto da interferência da história, com todos os seus embates ideológicos. Com tal consideração, creio que ratifico a afirmação de Louis Althusser, *a ideologia interpela a todos; ninguém escapa da interpelação ideológica*⁵.

Além do mais, considerando que os sentidos são um efeito, estando determinados por questões histórico-ideológicas, torna-se possível compreender como argumentos do tipo “a mulher é mais sensível”, “a mulher é problemática”, “a mulher é debilitada, corpórea e psiquicamente” foram construindo sentidos para o “ser mulher”. Portadora de tais atributos, resta à mulher apenas um destino: o de ser mãe, como forma de obter um reconhecimento semelhante ao do homem. Pela maternidade, o filho se converte em falo à mãe, preenchendo a falta própria do feminino. Entendo que tal discurso perdura até nossos dias, como tentarei mostrar em minhas análises.

A circularidade em torno do conceito de falo na caracterização tanto da identidade masculina quanto da feminina só é dissipada nos últimos anos do trabalho de Freud, em que é possível pontuar uma positivação no conceito de feminino.

⁵ A íntegra dessa afirmação e também suas implicações para a Análise do Discurso estão em *Semântica e Discurso* (1997b), de Michel Pêcheux, obra a que voltarei ao longo do trabalho.

Birman (ibid.) relata que, quando surge na teoria freudiana, o conceito de feminilidade não se aproxima nem da sexualidade feminina, nem da masculina. Sendo concebida como uma presença ao fundo de ambas as modalidades de ordenação sexual, a feminilidade ocuparia uma *posição de latência contra a qual as sexualidades masculina e feminina lutariam* (p. 224) – daí ser possível falar em positivação.

Se o falo é o elemento catalisador da dialética do ser e do ter, promovendo por isso a estruturação do erotismo, ele exerce preeminência tanto no homem quanto na mulher, como foi destacado aqui. Assim, a hipótese levantada pela teoria freudiana em seu final é que a feminilidade, por encerrar no falo uma ausência, uma falta, constituiria um horror a ambos os sexos. Nesse sentido, haveria uma forma de recusa desta na subjetividade, sendo que o modo como cada ordenação lidaria com o referencial feminino é que determinaria o psiquismo. O psiquismo ordenado em torno da presença do falo dá lugar à consideração da ausência deste. Mulheres e homens lutariam contra uma ausência – presencial ou potencial –, estruturando assim o seu ser.

Quando abandona um pouco o discurso falocêntrico, a teoria freudiana realiza a passagem do falo à falta na estruturação da subjetividade, positivando a feminilidade. Acredito que isso abre caminhos para que se discuta o conceito acerca da identidade feminina a partir de uma perspectiva notoriamente mais rica, que não o imperativo da maternidade. Circunscrita ao pólo falocêntrico, a psicanálise freudiana pouco falou da essência feminina sem ater-se a conceituações estigmatizantes: a mulher é a castrada; a mulher é a invejosa; a mulher é a obscura; a mulher é a passiva; a mulher é a imperfeita, conforme vimos. Encarar o feminino como uma presença latente em todos os sujeitos é tomá-los do ponto de vista da ausência que os constitui, atentando ao modo como eles processam esse vazio em sua subjetividade e procuram, no simbólico, objetos que satisfaçam seu desejo, diria eu, alucinógeno, de completude. A tentativa de preenchimento da falta se converte em pulsão⁶ de vida: é o desejo de

⁶ Em Psicanálise, o termo *pulsão* remete à organização das modalidades de satisfação, que não obedecem a relações padronizadas.

plenitude a locomotiva do ser. E se o simbólico se faz presente, temos espaço para a interferência da linguagem.

Portanto, é justamente na tentativa de driblar essa imperfeição decorrente da marca do feminino que os sujeitos atuam no mundo, buscando preencher de alguma forma essa falta original, procurando meios de satisfazer seu desejo de completude – inclusive quanto aos sentidos. No entanto, por mais que essa completude seja perseguida, ela não escapa à falha própria do significante.

A Análise do Discurso entende que é pela linguagem que sentido e sujeito se constituem, concomitantemente. Chega-se ao sujeito⁷ pela problematização de seu dizer; pela observação do modo como a língua *falha*; pelo modo como ele tenta resolver o embate com o significante, que a ele faz resistência. São as falhas e os tropeços que dão acesso também ao processo de constituição do sentido, uma vez que permitem a análise das condições de produção do discurso. Eles possibilitam ao analista reconstruir, pelo dispositivo teórico, as bases histórico-ideológicas em que se forjou um sentido e não outros, igualmente possíveis ou até mesmo impossíveis em dado momento. **E todo esse processo parte da premissa da falta, da incompletude, da imperfeição – ou, da feminilidade de todos os sujeitos, para aludir a Freud.**

É justamente esse princípio de feminilidade que possibilitou, penso, o prosseguimento que Jacques Lacan deu à teoria de Freud. É por meio dele que se pôde dedicar maior atenção à linguagem, como meio de problematizar a condição do sujeito enquanto ser de desejo. No entanto, antes de aprofundar essa questão, faz-se necessária a leitura da outra obra a respeito dos estudos freudianos: *Deslocamentos do feminino* (1998), de Maria Rita Kehl. Deter-me-ei naqueles pontos que diferenciam esta produção das demais aqui apresentadas: a ênfase no social e a primazia da linguagem⁸ na obra freudiana.

Já na apresentação de seu livro, Kehl enfatiza que seu trabalho tem por objetivo problematizar as relações entre a mulher, a posição feminina e a

⁷ O sujeito da Análise do Discurso não é uma categoria empírica. Esse e outros esclarecimentos quanto à teoria estarão reunidos no terceiro capítulo, quando abordarei as principais noções com maior ênfase.

⁸ Retornarei a esta obra da Maria Rita Kehl quando tratar dos postulados lacanianos acerca da identidade.

feminilidade na psicanálise moderna. Assim, parte do princípio freudiano de que ser homem ou ser mulher é algo que se constrói ao longo da existência dos sujeitos: ninguém é, desde o nascimento, homem ou mulher, pois as sexualidades masculina e feminina dependem de uma série de identificações, ininterruptas, que vão configurando a subjetividade própria a cada sexo.

O meio pelo qual essas identificações se efetivam é a linguagem. *As formações de linguagem precedem os indivíduos e os inscrevem em determinadas posições na ordem simbólica* (ibid., p. 11). Logo, se é pela linguagem que os sujeitos ganham sua primeira designação – quando os pais olham o recém-nascido e o denominam como “menino” ou “menina”, de acordo com sua genitália – e, por conseguinte, são alvo de um conjunto infinito de expectativas, a ordem simbólica é responsável inclusive pela instauração do desejo, a posição a partir da qual os sujeitos atuam em sua existência.

Em seguida, Kehl destaca que, mesmo sendo pela linguagem que o sujeito é alocado no grupo “dos homens” ou “das mulheres”, isso não lhe confere identidade. O mesmo processo que dá origem à sexualidade possibilita a emergência da subjetividade, da marca única de cada sujeito: a configuração do seu desejo⁹. Os fatores responsáveis por essa singularização do ser pertencem à ordem social, uma vez que são percebidos através do contato com os outros sujeitos. Como exemplos, a autora cita a posição ocupada na família, as representações forjadas no inconsciente dos pais, as heranças advindas das gerações passadas, as injunções discursivas e os deslocamentos entre as posições de objeto e sujeito de desejo.

Assim, é a cultura que fornece matrizes identitárias a cada sexo, permitindo, ao mesmo tempo, que cada sujeito penetre em sua esfera simbólica de modo único, conduzido pelo desejo. Nas palavras de Kehl (ibid., p. 33):

Manuais de instruções existem, sim, na trama simbólica que constitui a cultura, que nos designa lugares, posições, deveres, traços identificatórios. “Identidade

⁹ A noção de desejo, contrariando o que afirmo aqui, pode ser entendida também como o que há de mais universal entre os sujeitos, pois remonta à presença de uma ausência, fator que assola a todos. No entanto, nesta dissertação, eu entendo o desejo como singularidade na medida em que me interessa observar como cada sujeito se deixa determinar por ele no trato com o simbólico, como o traz em presença na formulação do discurso (o sentido enquanto efeito).

feminina” e “identidade masculina” são composições significantes que procuram se manter distintas, e nas quais se supõe o alistamento dos sujeitos, de forma mais ou menos rígida, dependendo da maior ou menor rigidez da trama simbólica característica de cada sociedade.

O sujeito, então, tem sua singularidade marcada pela busca ao objeto de desejo, o que se converte em vetor da pulsão. Ainda que este objeto seja atravessado pelo campo do simbólico, ele não está organizado; é fruto de um processo constante de evolução do ser, ao ter de lidar com seus recalques, fantasias e complexos ao penetrar nesse simbólico. A partir disso é que é possível a singularidade, a emersão *deste* homem ou *desta* mulher como sujeitos.

No que se refere ao trabalho da história, Kehl destaca que ela contribui para uma idéia de feminilidade rotulada como tradicional. Ainda que o campo simbólico não seja unívoco, parece que, até nossos dias, qualquer tentativa de mudança nos ideais prescritos à feminilidade encontra conflitos, dificultando o processo em que cada sujeito é o autor de seu destino. A liberdade de ser e agir é, assim, cerceada; qualquer alteração não deve fugir ao manual previamente estabelecido, às expectativas que a sociedade lança à mulher. Opondo-se ao tradicional, ela corre o risco de sofrer inúmeras represálias. Torna-se difícil, portanto, existir como sujeito ativo, ser “o senhor de si”, em tempos atuais; a própria imagem que os sujeitos constroem sobre sua identidade está num interstício entre a incompletude e o devir.

Transferindo essa discussão à teoria freudiana, é possível compreender por que a feminilidade por ela instituída está restrita a caracteres somáticos, naturais, que fazem da mulher unicamente a mãe. Há um diálogo entre o que já é genuíno a esta e o que deve ser incentivado pela educação em sociedade, a fim de que ela não fuja aos ideais já cristalizados. Como Birman, Kehl diz que Freud reproduziu em sua teoria as injunções sociais de seu tempo¹⁰. No entanto, se

¹⁰ Kehl traz ainda, em seu trabalho, todo um levantamento das atitudes das mulheres durante os tempos das revoluções sociais da era moderna, principalmente na França. No entanto, ela mesma afirma que, ainda que atuantes no período revolucionário, *o entusiasmo de uma grande massa de mulheres* (p. 69) não foi capaz de questionar o senso comum que definia o papel de cada sexo na sociedade burguesa européia. Assim, deixarei de lado as discussões da autora acerca disso, porque a idéia da tradição e do natural, compelida às mulheres, não foi suplantada; foi, no máximo, desestabilizada.

Birman busca as origens do discurso freudiano em Aristóteles, Kehl traz alguns apontamentos de Rousseau, a partir da leitura de *Émile*, de 1762.

Na referida obra, o filósofo se detém na descrição daquilo que seria essencial à boa educação de seu personagem, Emílio, do nascimento à vida adulta. Assim, no capítulo V, quando o jovem se encontra na fase do casamento, há a caracterização daquela que seria a esposa adequada, Sofia. Com isso, Rousseau institui um paradigma à feminilidade, pois defende a necessidade da dedicação, da doçura e da submissão na mulher ideal. E, ao mesmo tempo, ele reforça o princípio do “estado de natureza” dos sexos: a diferença sexual fixa a posição da mulher na espécie humana, *como procriadora e responsável pela manutenção da prole*, conforme coloca Kehl (ibid., p. 72). A partir de uma predisposição natural, cultivada pela educação, os indivíduos cumprem seus respectivos papéis na sociedade.

Como procriadora e mantenedora dos filhos, é dever da mulher *educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando são grandes, aconselhá-los, consolá-los... eis os deveres das mulheres em todos os tempos* (*Émile*, livro V, p. 496, *apud* KEHL, ibid., p. 73). Isso é ser Mulher, na concepção de Rousseau. Apaga-se qualquer possibilidade de emergência de subjetividade, de identidade, porque o que está em foco é a educação que *todas* as meninas devem receber a fim de que não fujam àquilo que a natureza lhes destina: ser submissas face a um homem; ter toda sua existência condicionada aos desejos masculinos.

Pela ótica de Rousseau, o papel das mulheres inclui, ainda, a manutenção da ordem na sociedade. Afinal, são as mulheres as responsáveis pela educação dos homens. Logo, com a astúcia e o recato que lhe são naturais, elas devem formar os meninos que, mais tarde, serão os homens que governarão famílias e atuarão na sociedade. As potencialidades masculinas devem ser, então, regradas pelas mulheres, já que estas são mais predispostas às leis da educação.

Os argumentos de Rousseau têm tamanha articulação que, até hoje, eles perduram de alguma maneira. E, para Kehl, eles podem ser facilmente aproximados aos pressupostos freudianos para a feminilidade – inclusive no que se refere à histeria.

A histeria feminina pode ser entendida como a forma pela qual se mostra a desarticulação entre o desejo da mulher e as injunções sociais de seu tempo, conforme vimos em Birman. É uma forma de expressão do sofrimento psíquico, assim resumida por Kehl (p. 225):

A histeria é a salvação das mulheres justamente porque é a expressão (possível) da experiência das mulheres, num período em que os ideais tradicionais de feminilidade (ideais produzidos a partir das necessidades da nova ordem familiar burguesa) entraram em profundo desacordo com as recentes aspirações de algumas dessas mulheres enquanto sujeitos.

Entendo, então, que a histeria representa um confronto psíquico entre a posição de sujeito e a de objeto do discurso. Enquanto sujeito, a mulher vê a possibilidade de perseguir seus ideais, deixar-se levar por seu desejo. E, como objeto, vive a angústia de ser aquilo que é desejo do outro, de ter como marca a passividade, de ter de ocupar lugares e exercer papéis preestabelecidos à sua condição de mulher *feminina*. Ser objeto é sublimar o lugar que a sociedade lhe confere, é renunciar a sua identidade.

Se a histérica é aquela que apresenta dificuldades para aceitar os modelos de feminilidade, como curá-la? Qual é, nesse caso, a concepção de mulher, o padrão de normalidade? *Afinal, o que quer uma mulher?* A produção de Freud não responde a essas perguntas, como sabemos. Porém, deixa a noção de que assim como o homem nasce com o legado de ter de sustentar o poder que lhe confere um falo, a mulher, por sua condição, tem de negar uma série de pretensões.

Nesse sentido, Kehl (p. 227) afirma que Freud parece haver negado as evidências de que mulher alguma é capaz de encaixar-se naquilo que encerra o conceito de Mulher. Então, como solução, preferiu encobrir o feminino sob o rótulo da obscuridade, do enigma:

A manutenção de um ponto enigmático sobre o querer feminino, a representação da mulher como o continente negro da psicanálise seriam, a meu ver, recursos a que Freud recorreu para manter-se ignorante a respeito do que ele mesmo não queria saber, embora já tivesse revelado ao resto do mundo: a diferença fundamental entre homens e mulheres é tão mínima, que não há mistério sobre o “outro” sexo que um cavalheiro não pudesse responder indagando a si próprio. (grifos da autora)

Assim como a inclusão da mulher no *continente negro da psicanálise*, penso que também o conceito de inveja do pênis é uma solução simplista às questões que constituem o universo feminino. A discussão é mais ampla, visto que, a meu ver, está centrada na ausência de símbolos que possibilitem à mulher a instituição de traços identificatórios sem ter de ater-se à imagem da maternidade.

À página 265, a respeito da discussão entre o complexo de Édipo e a assunção da identidade para a menina, Kehl afirma que a identidade, ainda que possa ser pensada como o produto de um processo permeado por identificações (responsáveis pelas vinculações ininterruptas a imagens com que os sujeitos vão interagindo), não representa uma certeza, uma conclusão, algo finito ou totalmente previsível. Do que encontrei a seguinte passagem:

Assim, o impasse em que se encontra a menina à saída do Édipo não se situa no plano das identificações, mas no que poderia constituir uma identidade, já que não há nada que a obrigue a permanecer identificada apenas com os traços que compõem (na mãe ou em outras mulheres) o perfil ideal de seu gênero. (grifo da autora)

Certamente, não tenho a presunção de discordar do conhecimento psicanalítico, que sustenta que a menina vive um impasse ao sair do complexo de Édipo porque não consegue se desvincular da mãe, mas tampouco se identifica com a figura do pai. O que me causou estranhamento neste trecho de Kehl foi a afirmação de que, embora esse impasse não represente uma identificação mas sim um fator de identidade, ele não possui algo que obrigue a menina a *permanecer identificada apenas com os traços que compõem o perfil ideal de seu gênero*. E as injunções sociais, onde ficam? E as circunstâncias em que vivem os sujeitos, será que, de alguma forma, elas não impõem padrões a que eles devem sujeitar-se, a fim de que tenham sua presença reconhecida? A liberdade quanto à identidade não seria fugidia, fortemente coagida por pressões sociais – e, por isso, um tanto previsível?

Acredito que é restrita a possibilidade de fugir às determinações do discurso dominante, aquele que dita as “regras do jogo”. E, ainda, quando o sujeito não aceita suas imposições, “cai” em outro discurso que também se

sustenta por seus imperativos, porém, estigmatizados com relação aos do outro, dominante. Esse processo representa, em Análise do Discurso, os três modos de o sujeito identificar-se com os saberes de dada Formação Discursiva¹¹, a saber: a identificação plena, a contra-identificação e a desidentificação, conforme Pêcheux (1997b). Dedicar-me-ei mais a esta questão no terceiro e quarto capítulos deste trabalho.

Outro ponto que gostaria de discutir é o de que, para a Psicanálise, o sujeito representa uma singularidade, haja vista que o que interessa ao analista é ajudar o analisando a perceber qual é a configuração de seu desejo – aquilo que o torna uno com relação ao demais; que o diferencia. Para a Análise do Discurso, a perspectiva é outra: a da particularidade, que considera os processos que embasam o assujeitamento ideológico. Não se trata de negar um princípio psicanalítico, mas sim de ampliá-lo. Explico-me.

Em primeiro lugar, é preciso partir do pressuposto de que sujeitos não são indivíduos empíricos. Assim, o sujeito da teoria de Michel Pêcheux é uma categoria analítica, uma tomada de posição em um discurso, um atributo imposto pela ideologia. Nem todos os indivíduos são sujeitos, pois o assujeitamento ideológico se dá no momento em que irrompe o sentido, ou seja, pela via do discurso; só é sujeito aquele que produz discurso. E, se com o objetivo de chegar ao discurso, tem-se que partir de suas condições de produção (as injunções histórico-sociais de dado momento), pode-se afirmar que o sujeito da Análise do Discurso se caracteriza, então, pela particularidade. É ela que melhor resume o modo pelo qual que esse sujeito opera com determinados sentidos, sofre determinados atravessamentos discursivos e não outros, em meio às peculiaridades do simbólico (campo em que atuam a ideologia e o inconsciente). A particularidade permite que se compreenda a exterioridade, o histórico e o social incluídos nesse sujeito, interferindo na sua constituição, na sua relação com o sentido. A idéia de particular também remete à idéia de algo único, como a singularidade; porém, não fecha o sujeito aos múltiplos universos simbólicos

¹¹ Por enquanto, Formação Discursiva é entendida aqui como matriz de sentido.

que, sobrepondo-se, o constituem. O particular traz em si o social e se afasta do individual.

Já a singularidade, por sua vez, é entendida por mim como estando mais próxima do individual e mais afastada do social, pois representa aquilo que se destaca na tensa relação do sujeito com o coletivo. Pela singularidade, o sujeito se vê como o responsável por aquilo que diz e faz.

A partir da discussão singularidade/particularidade, penso que é possível problematizar também o par sujeito/objeto de discurso. Pela ótica de Kehl, a mulher sofre por não encontrar na sociedade espaço para que venha a tomar a posição de sujeito, com vez e voz para agir, restando-lhe a passividade. Tentando aproximar essa consideração aos pressupostos da Análise do Discurso, lembro-me da passagem em que Michel Pêcheux (1997b), com base nos postulados de Louis Althusser, afirma que os *sujeitos são livres para assujeitarse*, ou seja, que ninguém escapa à interpelação ideológica. Nesse sentido, nem mesmo como sujeito, *assujeitado*, o indivíduo é livre. A liberdade é uma ilusão necessária ao sujeito para que ele assuma uma posição enunciativa, previamente forjada pela ideologia. Assim, atrevo-me a dizer que somente em seu imaginário o sujeito é *o sujeito responsável por suas ações*, pois sua condição é a de um objeto, que se deixa falar pela ideologia que o engendra.

Dessa forma, trazendo à tona o motivo de minha análise, *a identidade* (em especial, a *feminina*), acredito que não seja possível dissociá-la da ilusão de unidade e individualidade, do imperativo ideológico, dos rumos do social que o inconsciente percorre e, paradoxalmente, deles tenta escapar. Assim, percebo que tais questões são tratadas pela psicanálise freudiana pelo viés da histeria, que traz a consternação à imagem feminina; e, pela Análise do Discurso, por meio da tentativa do analista de perscrutar o processo ininterrupto de identificações discursivas a que os sujeitos estão confinados, graças à injunção ao fazer sentido que os presentifica em suas práticas.

E, como já adiantei na parte deste capítulo dedicada à leitura das obras de Birman, esse autor confere um tratamento especial à questão da falta feminina, positivando-a, atitude que permite aproximá-lo à teoria da Análise do

Discurso. Para ele, todo sujeito, homem ou mulher, é cindido por uma falta, que instaura o desejo que, por sua vez, se converte em pulsão. De modo análogo, infiro que o processo de identificação discursiva também visa a suprir uma falta, que se revela no trato que o sujeito confere ao simbólico a partir dos efeitos de sentido que produz. A Análise do Discurso entende que, devido à injunção ao interpretar, o sujeito estabelece elos com a historicidade, excursionando por diferentes matrizes de sentido na tentativa de preencher as lacunas que o significativo institui. Nesse movimento, vai construindo o sentido e a si mesmo como sujeito, internalizando saberes que até então eram “exteriores”, “incompatíveis” e, paradoxalmente, dando margem à assunção de outras faltas: *todo sentido traz uma falta em silêncio*, já ensinou Orlandi (1997).

No entanto, parece que Kehl não avança na mesma direção de Birman: a castração simbólica surge, em seu texto, como intrínseca exclusivamente ao feminino, do que surgem os recalques. Não se pode obliterar que a mulher traz, somaticamente, a falta simbolizada na ausência do falo, mas creio que é necessário estender a questão para além do membro de virilidade. A discussão deve ser direcionada ao modo como os sujeitos agem, pela influência do desejo (que, por sua vez, também é influenciado), na tentativa de preencher aquela falta que os assola e lhes é intrínseca, independentemente de seu sexo. E o caminho para isso é a problematização do simbólico da linguagem.

Ater-se ao simbólico da linguagem é perscrutar as facetas do significativo, as quais, tentando ocultar as sobredeterminações, contraditoriamente autorizam as possibilidades de ruptura – os enganos, os deslizes, os tropeços do dizer¹². E pelas rupturas, que são ainda tentativas frustradas de encobrir uma falta que é original, emergem o sentido e o sujeito. Ou seja, é pelo modo como o sujeito lida com o significativo na materialidade do discurso que se tem acesso ao ideológico e ao inconsciente, presentes por suas sobreposições.

Entendo esses aspectos teóricos relevantes para a compreensão do feminino desde a perspectiva da **falta**. Sem ser cerceado, o feminino oferece

¹² Em trabalho intitulado *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*, Maria Cristina Leandro Ferreira aprofunda com excelência essas questões. Retornarei a ele ao longo desta dissertação.

mais possibilidades de discussão, sendo uma delas essa em que tanto venho insistindo: a incompletude da linguagem, que descentra o sujeito em sua identidade. Trago, a fim de aprofundar esta e outras considerações, alguns pontos da teoria de Jacques Lacan.

1.2 Lacan: um novo rumo aos pressupostos freudianos

Em *O estádio do espelho como formador da função do Eu* (1996), Lacan afirma, a partir da observação de um bebê diante de um espelho, que a percepção de sua imagem especular restitui ao bebê uma unidade da qual, até então, não se dera conta. Essa noção de todo é fundamental à organização de seu Eu (sujeito do inconsciente), bem como à assunção do eu (sujeito dos enunciados), permitindo os atravessamentos posteriores, oriundos do contato com o social e com a linguagem. Ou seja: para o bebê, ver a si próprio no espelho é obter o primeiro traço de identidade; é perceber-se como um elemento diferente entre os tantos outros constituintes da realidade que é reduplicada. Em palavras lacanianas:

Basta-nos compreender o estádio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise dá a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem (...) a matriz simbólica em que o Eu se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito. (ibid., p. 98)

À maneira de explicar como se configura a identidade desse Eu em meio ao descentramento que sofre, é necessário resgatar os conceitos lacanianos de Outro e outro. Grafado com maiúscula, Outro simboliza todo o contingente social e cultural; é uma influência cuja origem é desconhecida; é o que de histórico-social tem o sujeito em seu Eu. E, quando grafado com minúscula, outro é aquele que não é o próprio sujeito; é uma subjetividade que dele se diferencia. Os outros têm seu lugar na instância do Outro. Conforme explica Lacan (1998a, p. 193-94), *o Outro é o lugar em que se situa a cadeia do*

significante que comanda tudo que vai poder presentificar-se do sujeito, é o campo desse vivo onde o sujeito tem que aparecer.

Então, entendo que, se a linguagem constitui o sujeito ao mesmo tempo em que o fragmenta e o faz presença, essa linguagem traz tanto o Outro quanto o outro em pregnância, na identidade. O Outro se faz presente por representar a síntese das imposições sociais, as “regras do jogo” culturalmente institucionalizadas, enquanto que o outro é aquele que lança diretamente seu desejo no Eu – desejo esse velado, protegido, autorizado pela linguagem, cujas armadilhas estão calcadas no véu do simbólico. Como no princípio do espelho, o outro fornece ao eu uma imagem unitária, necessária para que este se ordene e se pronuncie no mundo.

Em decorrência, pode-se depreender que o eu se vê como é visto por seus semelhantes, já que as imagens que recebe dos outros (determinados pelo Outro, também) se transferem ao Eu e se condensam em sua substância, mediadas sempre pela linguagem (com seus significantes). *O significante produzindo-se no campo do Outro faz surgir o sujeito de sua significação* (ibid., p. 197). Da linguagem se mostra o sujeito.

A identidade, nesse sentido, é uma imagem. Ela vem de fora do sujeito, sendo mais constituída que constituinte. Por conseguinte, todo esse *estrangeirismo* não é confortavelmente alocado pelo Eu, fazendo com que ele se configure, por isso, cindido, estilhaçado, encontrando lugar para manifestar-se justamente naquilo que vacila – nos tropeços da linguagem. E, inclusive, esses mesmos tropeços atestam que a identidade não é um produto, mas sim um processo, pois múltiplas e incessantes são as tentativas de esse sujeito interagir com a linguagem que o (des)constitui. Então, a identidade, para Lacan, vai além da auto-imagem que o sujeito tem de si. A identidade é produto justamente do efeito de estranheza entre essa auto-imagem do eu e o que é percebido do outro/Outro. E, ainda, tal produto é lacunar, pela interferência do caráter simbólico da linguagem, e intervalar, pelo conjunto de dialéticas que o conformam.

Conforme se nota, a linguagem tem uma primazia incontestável nas considerações de Lacan acerca da identidade, pelo seu caráter simbólico. Assim, penso serem necessárias algumas linhas acerca dos conceitos de real e imaginário, que, junto ao simbólico, formam a urdidura que sustenta o sujeito¹³.

O real lacaniano não significa a realidade, ou o “mundo real”. Contrariamente, esse conceito se refere ao avesso da realidade percebida, sendo, então, o oculto, o inacessível, o impossível, o inalcançável pelo significante. É, em outras palavras, o inatingível para o sujeito.

O simbólico, conforme venho expondo, está circunscrito ao universo da linguagem. A linguagem é simbólica; os sujeitos fazem uso de significantes para interpretar/construírem a realidade em que vivem por meio dessa estrutura. E tal estrutura não é perfeita, pois ainda há significados para os quais o sujeito, muitas vezes, não encontra significantes que o satisfaçam, bem como há significantes que abrem múltiplas possibilidades de significados. O movimento, portanto, é duplo: o sujeito se constitui pela linguagem, ao mesmo tempo em que interage com ela na tentativa malograda de ter controle sobre o sentido.

E o imaginário, por sua vez, é a construção imaginária de *eu* que o sujeito formula no estádio do espelho, já visto aqui. É a partir dessa imagem primeira, calcada na ilusão de unidade (o corpo como um todo organizado), que os sujeitos enunciam, criando inclusive outras imagens – imagens diversas de si, imagens dos outros a quem se dirigem, imagens das situações que vivem. Essas imagens não são, logo, absolutamente visuais.

Considerando as definições desses três conceitos, acredito que a urdidura deles está no fato de que o sujeito é linguagem porque por ela está estruturado seu inconsciente. Em decorrência, isso implica a seguinte relação: há a determinação do universo simbólico (via Outro), que permite o trabalho do significante na construção de uma imagem primeira; a partir dessa imagem, o sujeito encontra uma posição para produzir outras imagens e enunciar-se no mundo; enunciando-se, o sujeito tenta driblar uma falta que se configura no plano

¹³ As linhas que seguem foram construídas a partir dos textos que citei no corpo deste capítulo e, em especial, da leitura de Dosse (1994).

do real, o impossível. A linguagem e a falta perpassam as três ordens, engendrando a identidade do Eu.

Se o papel da linguagem está evidente, penso que ainda resta um pouco a discutir sobre a falta e sua ligação com o desejo, na perspectiva lacaniana. O desejo é uma falta a ser, única para cada sujeito, segundo suas contingências. Não repetível entre os demais sujeitos, o desejo é o alicerce da identidade e o motor da pulsão.

Lacan entende o desejo, portanto, como a satisfação de uma falta, ou como a busca pelo preenchimento de uma descontinuidade do um. Busca essa frustrada, pois serve justamente para atestar a marca da ausência.

Portanto, posso inferir que a identidade, na ótica lacaniana, é fruto de uma seqüência de determinações (as imagens forjadas pelo outro), que descentram o Eu (pelo conflito entre desejos) e que são engendrados no eu por meio de uma fantasia (uma imagem) que ele tem de si mesmo (o engodo da unidade do ser). Nem inato, nem natural, o Eu vai sendo construído através de processos identificatórios sucessivos e inconscientes ao eu. **O Eu nunca está pleno, e o desejo de completude é que move seu ser, fazendo-o interagir com a esfera desejante do Outro, pelo simbólico.**

Como analista de discurso, chama minha atenção, ao longo desse percurso em meio às considerações lacanianas para a identidade, a primazia da linguagem por dois aspectos ligados ao modo como ela dá a conhecer o mais íntimo do sujeito – intimidade essa muitas vezes estranha a ele mesmo.

O fato de que a linguagem é o principal fator que fundamenta na estruturação do inconsciente não me causa estranheza, pois acredito que é a partir do trabalho com o simbólico que é possível perceber a presença do sujeito. No entanto, a fim de pronunciar-se, torna-se necessária a instauração de um truque: o sujeito tem de esquecer que a linguagem o constitui para concebê-la como um estranho, um externo, um instrumento do qual ele se apropria para exprimir seus estados de espírito. Ou seja: o sujeito tem de se ver desmembrado da linguagem, a fim de poder usá-la.

Convertida em instrumento, a linguagem tem utilidade, serve para cumprir funções, conforme as necessidades do sujeito – mostrar ou esconder-se. O interessante está na premissa de que, embora querendo refugiar-se, por meio desse instrumento o sujeito não tem como se esconder – até mesmo seus silêncios falam por ele. Com o intuito de perscrutar essa presença que a linguagem do sujeito tenta abafar, trabalham a Psicanálise e a Análise do Discurso.

Entendo que a linguagem para um psicanalista revela o sujeito com todos os seus traumas e recalques. Nas sessões, o sujeito sempre é incentivado a falar, para acabar por falar de si, do desejo que o Outro lhe designa, ainda que essa seja a sua última intenção. Alguma falha do significante, um pequeno entrave serve para que se ateste um processo decorrido na infância ou em outro determinado ponto da história do sujeito e que ainda ressoa, que ainda não foi bem encaixado em sua trajetória.

Para um analista de discurso, a posição diante da linguagem é similar, porém não idêntica. De início, a estratégia de análise não requer a mesma relação que um psicanalista tem com seu analisando. O lugar onde se coloca o analista de discurso é o observatório discursivo, instituído a partir do aparato teórico que é construído; não é essencial o contato com o sujeito que se diz responsável por aquilo que disse. Na Análise do Discurso, a linguagem é vista como a materialidade que, ao possibilitar o discurso, viabiliza o sujeito e os sentidos. Então, o que se busca são marcas que levem à possibilidade de recuperação das condições de produção. A falha do significante permite ao analista recuperar as injunções histórico-sociais de que o sujeito não consegue fugir, os atravessamentos discursivos que ele sofre, os discursos que são negados, processos esses que acabam por configurar um efeito de sentido. E, desse efeito, é possível pressupor a imagem que representa o sujeito – imagem estranha a ele mesmo, que nessa condição deve permanecer para que ele enuncie. Assim, a identidade é *particular*, porque são certas injunções que determinam o sujeito em questão e não outros de maneira igual.

Como se vê, o atravessamento da linguagem no sujeito considera o social nas duas perspectivas teóricas. Entretanto, na Análise do Discurso é forte o apelo à história, materialização da luta de classes.

Dedicar espaço para o histórico-social na formação da identidade do sujeito é, conforme venho insistindo, atentar ao princípio de que ela é um processo, não um produto. A imagem essa que identifica o sujeito está em plena formação, visto que o descentramento suscitado pelas injunções histórico-sociais não têm fim. Os acontecimentos discursivos impõem rupturas com as bases simbólicas cristalizadas, e o sujeito é chamado a tomar um lugar, assumir uma nova posição¹⁴. **Isso impede o conceito de identidade pronta, una, fechada, já que para a imagem já forjada há sempre um devir.**

E a história não é diferente no que se refere à trajetória das mulheres na sociedade. Transforma-se o discurso dominante, e um novo papel lhes é imposto, tendo de ser aceito por aquele sujeito que teme o rechaço, ainda sob a pena de um conflito com a imagem que projeta para si mesmo. Resta, logo, perscrutar as malhas da relação história/linguagem/identidade feminina sob a ótica de Lacan.

1.2.1 Falta do significante, falta da mulher – algumas considerações lacanianas sobre a identidade feminina

Particularmente à questão da identidade feminina, Lacan chegou a afirmar em um de seus *Seminários* que *A mulher não existe, pois (...) a mulher, isto só pode ser escrito barrando-se o A* (1998b, p. 98). Tal afirmação até hoje mobiliza discussões acerca dos processos de constituição da identidade de gênero, basicamente por duas razões.

Não existe *A* mulher; cada sujeito é singular, pelas razões que já ressaltai. No entanto, a suposta universalidade que poderia autorizar esse *A* encontra incongruência também no princípio de que, em sua própria essência, a mulher é não toda, por não possuir o falo, ou seja, ser privada do gozo *fálico*, não

¹⁴ Aprofundarei o conceito de tomada de posição no terceiro capítulo, dedicado à revisão teórica da Análise do Discurso, quando também darei o devido crédito às definições que aqui adianto.

do ato de gozar. E Lacan vai além na caracterização desse gozo distinto, o feminino: coberto como por um “misticismo”, ele não é apreendido pelo simbólico.

Para Lacan, a mulher é sujeito “não-todo” pela falta de um significante que a simbolize. A mulher, por si mesma, não significa:

Não há mulher senão excluída pela natureza das coisas que é a natureza das palavras, e temos mesmo que dizer que se há algo de que elas mesmas se lamentam bastante por hora, é mesmo disto – simplesmente, elas não sabem o que dizem, é toda a diferença que há entre elas e eu. (ibid., p. 99)

Se a linguagem é constitutiva do sujeito, a teoria lacaniana destaca que a mulher é um terreno desconhecido, visto que não há palavras que a nomeiem exclusivamente. A feminilidade é o “não-todo” que escapa ao simbólico, sua marca é a falta, a ausência significante que se converte em identidade. André (1987) alude a tal condição explicando que a castração e a falta reconhecidas somaticamente na mulher se tornam o catalisador de processos para a assunção da feminilidade, e não obstáculos. Em decorrência, nem mesmo em seu gozo a mulher é vista como plena. O gozo feminino, considerada a função fálica, é suplementar, porque vai além da esfera significante. Ele é algo que a mulher simplesmente sente, e não dispõe de significante para simbolizar:

Há um gozo dela, desse ela que não existe e não significa nada. Há um gozo dela sobre o qual talvez ela mesma não saiba nada a não ser o que experimenta – isto ela sabe. Ela sabe disso, certamente, quando isso acontece. Isso não acontece a elas todas. (LACAN, 1998b, p. 100; grifo do autor)

O gozo feminino, assim, não poderia ser compreendido como complementar, sob o risco de se acreditar que por ele a mulher pudesse atingir a plenitude. Ele não se circunscreve ao falo, *está além dele*. Lacan chega a compará-lo à fé mística, que consiste em acreditar em algo experimentado, ainda que dele não se saiba nada em concretude.

Arrisco-me a pensar que uma possível explicação para essa falta de significante para o gozo da mulher esteja no fato de que a falta, a incompletude que a mulher traz em seu corpo se estende ao social. Sendo o social o Outro em que está o significante primeiro, de onde advém a imagem do sujeito para si

próprio, é nesse mesmo Outro que está *o mais além* a que se refere Lacan quanto ao gozo feminino. No entanto, esse Outro dá o limite para o gozo não fálico, pois nele está a linguagem, determinada por uma cultura que ensina a depreciar as questões que se referem ao universo feminino. Por isso, não raras vezes a mulher denega aquilo que sente, uma vez que sequer dispõe de meios para simbolizar isso.

Nesse sentido, se nem para seu gozo a mulher encontra significantes no Outro, difícil é o processo que engendra sua identidade. Recuperando o que disse Freud, ninguém nasce homem ou mulher; aprende-se a sê-lo ao longo dos processos identificatórios. Logo, a linguagem, convertida em fator fundamental à demarcação da presença do Outro, contribui numa espécie de “masculinização” da mulher, haja vista que os contornos de seu inconsciente serão ditados por uma linguagem que não tem espaço para o feminino. Conseqüentemente, a própria imagem que a mulher tem de si é, desde o princípio, masculinizada, já que o Outro lhe fornece significantes influenciados pela primazia masculina e que interagem, inclusive, com a falta original do sujeito. A mulher é, então, o homem “a menos”.

A fim de problematizar essa primazia do masculino no Outro da identidade feminina, Maria Escolástica da Silva publicou um trabalho intitulado *Mulher substantivo masculino* (1988)¹⁵. Nele, a autora discute a complexidade simbólica do “ser” do feminino face ao “ser” do masculino, considerando a própria organização simbólica da cultura e da linguagem. Apresento, nos parágrafos seguintes, algumas passagens que julgo interessantes e que servem para ratificar algumas considerações que já discuti nesse capítulo.

Já na Apresentação, Silva questiona por que a linguagem, com suas regras, eufemismos e lapsos, oferece meios para uma denegação do feminino, *ou seja, [para] uma forma de manter um desejo, negando-o* (ibid., p. 26). Assim, o feminino se converte em algo de que homens e mulheres fogem, porque ele atesta a falta.

¹⁵ Reconheço que essa publicação tem uma certa defasagem temporal (cerca de 17 anos), mas muitas de suas afirmações permanecem, a meu ver, atuais, como as que selecionei aqui.

Outro ponto que se destaca nessa obra é a discussão do desejo feminino e sua relação com a linguagem, que o oprime. A autora o descreve por meio de duas designações. A primeira delas é a *mulher fetiche*, para a qual se apresenta um estudo de uma série de recursos depreciativos disponibilizados pela linguagem, como as regras de concordância nominal (em meio a seres masculinos, a presença da mulher é sempre apagada), a concepção androcêntrica de cultura (*o homem de Neanderthal*), os enunciados cristalizados (*mulher feia não dá palpite; aja [atue] como homem* [ao contrário de *aja como mulher* e seja covarde]), a disparidade “*homem*” = *ser humano*; “*mulher*” = *objeto sexual*; entre outras.

A segunda designação apontada por Silva é a *mulher mito*, em que a figura feminina é exaltada por gerar a vida, sendo, por isso, sacrossanta. Em consequência, sua libido é negada, cabendo-lhe a bondade, a castidade, o pudor, a serenidade, a passividade, a submissão. Ou seja: em ambas as designações, a mulher se aliena na imagem que o Outro lhe impõe, via linguagem.

Assim, trago a metáfora que Silva utiliza para referir-se à problemática feminina como aquilo que incomoda, perturba, justamente porque aponta à presença da falta, não suportada pelo sujeito, que tem a necessidade da completude:

*A falta de um significante na mulher é algo que balança a certeza masculina pois, de saída, aponta para aquilo que a-funda, isto é, a castração. (...)
O que é a mulher? É como debruçar-se sobre um quadro surrealista: tudo que almejamos, inicialmente, é entendê-lo. Mas, a pintura surrealista é frustrante, porque não nos remete a referencial algum. Não é um objeto epistemológico. Sua sedução é o non-sense. Assim ela nos atinge. (ibid., p. 97)*

A possibilidade de comparar a mulher a um quadro surrealista agradou-me pelo motivo de que por ela pude materializar minhas considerações acerca da identidade feminina. Um todo aparente, cuja base é o não-todo marcado pelos atravessamentos, pelos silêncios, pelas falhas... que corroboram a conclusão de que não se pode obliterar a falta, pois ela é a essência do sentido. Iludidos somos nós, que relutamos em aceitar um prospecto desorganizado, uma imagem rompida, um todo incompleto, um sujeito em falta...

A identidade feminina tem na determinação do Outro a vinculação à história, pelos processos que nesta se inscrevem e possibilitam as transformações:

(...) a inscrição dos sujeitos, homens ou mulheres, no discurso do Outro, não é rigidamente fixada. Ela passa por modificações ao longo da história que, se não alteram a estrutura da linguagem, alteram certamente o uso da língua e, com isso, os lugares que a cultura confere aos sujeitos. Que as mulheres, por exemplo, ocupem o lugar da inocência ou do pecado, da castração ou da onipotência, da sexualidade desenfreada e ameaçadora ou de uma vocação “natural” ao pudor e à castidade (...) depende, em última instância, das “práticas falantes”, que por sua vez correspondem a tentativas de responder a deslocamentos ocorridos na sociedade ao longo do tempo – os quais, estes sim, escapam ao controle da vontade dos sujeitos. (KEHL, ibid., p. 29)

Por essa citação, concluo que a Psicanálise confere bastante destaque ao trabalho da história na imposição dos lugares ocupados pelos sujeitos em seu dizer, tendo na língua o lugar material de observação desse processo. Isso vem ao encontro do pensamento da Análise do Discurso, que, conforme já expus, vê o sujeito como indissociável do sentido, e ambos dependem das condições de produção do discurso – as contingências histórico-sociais em que se situa o dizer – para que tenham uma esperada configuração. É a história, com todos os seus embates ideológicos, que determina que posição o sujeito deve assumir e como conduzirá os sentidos; quais atravessamentos são possíveis e quais têm de ser barrados, ao determinar a língua e, por consequência, o sujeito, na ordem do inconsciente.

Observar este trabalho da história na língua que constitui o sujeito só é possível, tanto para o psicanalista quanto para o analista de discurso, por meio das *arestas do falar*, como define Lacan. Por meio delas se pode construir o desejo e, acrescento eu, o discurso do sujeito. São as falhas do dizer que apontam à falta que intervém no desejo (e no discurso, então). Partindo disso, Kehl afirma que

(...) o sujeito vem à luz quando fala, mas não qualquer palavra, nem de qualquer lugar. A verdade (do sujeito) diz “eu falo” onde (e porque) “isso” sofre. Eu acrescentaria que o sujeito “advém” quando se atreve a fazer uso de um falo (no sentido daquilo que vem suprir uma falta): o falo da fala. (p. 31, grifos da autora)

O sujeito tem necessidade de falar, a fim de tentar preencher aquilo que lhe falta. Porém, sua fala falha, e as falhas servem justamente para que seu inconsciente se manifeste. O falo da fala não consegue calar o inconsciente; basta lembrar que todo falo traz uma ausência consigo, em ambivalência, ao chamar a atenção para aquela falta que vem suprir.

Aproximando o falo da fala¹⁶ à questão da identidade feminina, Kehl (p. 83) afirma que a célebre frase lacaniana *a mulher não existe* autoriza uma outra leitura, que não aquela da falta de significantes que simbolizem seu gozo¹⁷. É possível referi-la ao fato de que a mulher não tem lugar no discurso da história, pois são os homens os grandes agentes de ação. Não sendo mãe, a mulher praticamente inexistente como entidade civil nos séculos passados. Como principal conseqüência disso, o fato de que a mulher não tem lugar no inconsciente porque *não inscreve sua experiência, sua fala, no campo simbólico*. Faltam palavras para falar a mulher, e inclusive para deixá-la falar ao longo da história. Em decorrência, surgem a consolidação da resignação feminina e a determinação de seu desejo pelo desejo do Outro.

Nesse sentido, o feminino é uma ameaça à ilusão de poder e completude, que angustia ambos os sexos. Porém, a cultura oferece aos homens meios para recalcar essa “fragilidade” que os assola, dando-lhes a oportunidade de falar, a fim de que mantenham a imagem de viris, imagem análoga àquela do pênis que carregam: imponência, completude. Com relação à mulher, o discurso do Outro incide no contrário: seu desejo é reprimido, suas atitudes são reprimidas, uma vez que tudo nela parte de uma falta. Qualquer significante que possa assumir a função de um falo para a mulher não apaga a condição primeira de castrada, mutilada, incompleta; além disso, uma tomada de atitude que mexa com o código preestabelecido ao feminino logo é tratada ou como uma anomalia, um desajuste, ou como algo sem relevância, ou como algo que a censura social deve embargar a fim de que se mantenha “a ordem natural das coisas”.

¹⁶ Lacan, na introdução de um dos textos de seus seminários, trata da fala como *uma outra satisfação*, que estaria ao lado do gozo fálico.

¹⁷ Até porque, como lembra a autora mais adiante (p.306), *para a psicanálise, o sujeito é sujeito de um desejo, e não de um gozo*.

Voltando à questão da identidade feminina, Kehl destaca que, ainda que não exista A Mulher, como apontou Lacan, existe a Mãe, significante reconhecido pelo inconsciente. Entretanto, essa Mãe não se aproxima da essência da mulher, pois *é completa, assexuada, anterior à castração que estabelece a diferença sexual* (p. 314). A Mãe é uma imagem, e identificar-se com ela não é suficiente para que *uma* mulher ou uma mãe se constitua. A singularidade imprescindível à identidade do sujeito (mulher ou homem), pela ótica psicanalítica, vem precisamente do estabelecimento do desejo, sempre uno, próprio, distinto.

Conforme anteriormente ressaltai, ao campo do simbólico corresponde a linguagem, e ela tem importância fundamental na constituição da identidade. A presença ou ausência de um órgão que possibilite a função fálica insere o sujeito no campo do simbólico porque, a partir disso, uma fala específica será dirigida ao sujeito (ele será “educado” para aceitar seu papel na fecundação ou na procriação), e, também, será a ele possível ou não falar de seu gozo. Porém, isso não basta; o processo de configuração da identidade vai além.

Particularmente à identidade feminina, é pela linguagem, ao longo de toda a sua existência, que a mulher receberá saberes com os quais forjará imagens acerca de si, colocando-se concomitantemente em contato com o real – ordem em que está o impossível, extremo da falta que é o cerne do desejo. Esse desejo tem origem, primeiro, no Outro (na cultura, na história, na linguagem), para então poder ser singularizado pelo Eu (cujo Outro é o inconsciente). **É o desejo que determina a posição que a mulher, enquanto sujeito, é chamada a assumir, com o intuito de interagir com o mundo (ainda que essa interação lhe seja cerceada, restrita).**

Nesse sentido, entendo que a identidade, na perspectiva psicanalítica, constitui um processo organizado por dois movimentos: algo como apreensão e internalização de imagens, transitando do externo ao interno. É como se a identidade do sujeito estivesse primeiro num plano exterior a ele próprio, sendo então interiorizada por processos de identificação múltiplos e incessantes, calcados no simbólico e organizados pelo sujeito segundo sua história (seus

traumas, suas experiências, seus recalques). Dessa forma, pode-se perceber a razão de tantos atravessamentos na identidade do sujeito, e ganha novo sentido a máxima freudiana de que *o inconsciente é o estranho que nos habita*. O inconsciente é o desconhecido ao sujeito, tanto por vir de fora dele quanto por determiná-lo, desestabilizá-lo sem que ele se dê conta.

Logo, a unidade que o sujeito imagina representar sua identidade nada mais é do que uma armadilha indispensável para que ele tome a voz, faça uso da palavra e, assim, se deixe conduzir pelas ardilezas do simbólico e estabeleça novos elos de identificação com o desejo do Outro. A ilusão de unidade cinge o sujeito no seu dizer e permite a manifestação de seu inconsciente *naquilo que sofre*, aludindo a Lacan. E o *sofrimento* da mulher é peculiarmente marcado na/pela história.

Interessante trazer esta questão da *falta a ser* instituída pelo Outro na identidade para o processo de constituição do sentido em Análise do Discurso. O que representaria o Outro do discurso? Como o *efeito de sentidos* é determinado? Que processos se fazem presentes?

Penso que darei as respostas a essas questões ao longo de meu trabalho, visto que, como analista, também sou afligida, atormentada por elas. Contudo, como sujeito, também sou *movida pelo desejo*, pela busca de completude, e isso me autoriza a adiantar algumas proposições...

Percebo que “o Outro do discurso” pode ser associado à ideologia, aquela força sem rosto que determina os contornos do dizer, os destinos do sentido e, em decorrência, a posição do sujeito e sua identidade. É ela a responsável pela imagem que o sujeito constrói de si, e de onde se projeta para enunciar. A ideologia funciona, portanto, como uma espécie de guia, que silenciosamente vai conduzindo o sujeito ao sentido que lhe cabe construir. Sua ação, então, é análoga às imposições do Outro lacaniano, até porque ambos (ideologia e Outro) têm lugar no inconsciente do sujeito: a falta do desejo (pelo Outro), a falta do sentido (pela ideologia). Deixo aqui uma interrogação: não seria o Outro ideológico, ademais de histórico e cultural?

Outra proximidade entre a ideologia e o Outro é o devir que elas proporcionam à identidade, permitindo que se trate a questão da perspectiva do processo, e não do produto. A ideologia atua na identidade fornecendo o que entendo por matrizes identificatórias: conforme cada novo acontecimento histórico-social com que o sujeito se depara e para o qual tem de atribuir sentido, dar uma interpretação, um elo com a ideologia se estabelece, e sua identidade se altera. O Outro, como foi tratado aqui, insere o sujeito no simbólico, o que lhe serve de base à construção do universo imaginário acerca do mundo e de si próprio e o faz tomar contato com o real – a falta responsável pelo desejo – cujas faces são múltiplas. Assim, seja pela Análise do Discurso, seja pela Psicanálise, a identidade está sempre em aberto, pronta para sofrer alterações.

Estabelecido esse diálogo entre duas áreas de fronteiras tão porosas, concluo, então, que foi isto que a perspectiva psicanalítica deixou em mim acerca do feminino: toda mulher tem uma falta que o Outro lhe determina como legítima, e isso configura, somado às experiências que lhe são contingentes, a imagem que ela constrói de si e de onde parte para enunciar-se no mundo e ratificar sua exclusão, em seu discurso. Se cada sujeito deve ser tomado desde sua singularidade, que é responsabilidade do desejo que, por sua vez, é tecido pela falta do significante, no caso da mulher, a falta do significante não é capaz de encobrir a falta que ela traz no seu corpo. Os homens também são acometidos por uma falta, eles igualmente são movidos pelo desejo, mas o significante lhes confere um lugar privilegiado face à cultura, face ao social, possibilitando-lhes denegar essa falta. Os homens têm voz na história; as mulheres não, porque a falta inscrita em sua identidade incide justamente na fala, no simbólico – plano pelo qual se chega ao discurso. Desde seu inconsciente, de modo peculiar, *a mulher falta; e falta à mulher*, circunstância que a historicidade do sentido retoma (através dos discursos que se convertem em dominantes) e transforma (por meio das atualizações que os sujeitos promovem na instância da apropriação, imprescindível ao dizer).

1.3 Entre a Psicanálise e a Análise do Discurso: uma distinção entre a escritura e a escrita

Neste primeiro capítulo, estou em uma área de saber que, tal qual à Análise do Discurso, confere importância à linguagem, entendida como materialidade pela qual é possível problematizar os sentidos que o significante embasa e sua relação com os processos de constituição do sujeito. Dessa forma, penso ser fundamental diferenciar os conceitos de *escritura*¹⁸, designação preferencial no campo psicanalítico, e *escrita*, termo próprio do campo onde me situo. Como pretendo discutir, não se trata de uma mudança terminológica, mas sim, de uma perspectiva distinta (ainda que bem próxima) ante o modo de expressão do sujeito.

Outro fato que também justifica tal distinção é o de que, em minhas análises, estarei em contato com o discurso acerca do feminino desde sua materialidade significativa, lingüística. As alunas registraram por escrito sua posição ante o que lhes parece ser mulher. Logo, somente poderei tecer conclusões acerca dos processos de constituição do sentido enquanto efeito entrando nas artimanhas que cindem o simbólico, observando a resistência que tenta – inutilmente, adianto – silenciar a falta que lhe é própria.

Com o objetivo de perscrutar o panorama psicanalítico para a materialidade escrita, contei com a leitura de dois artigos, a saber: *A escritura como cicatriz*, da psicanalista Simone Ricketts (2002), e *A escritura nos destinos da psicanálise*, do também psicanalista Joel Birman (1996).

O texto de Simone Ricketts insiste basicamente no princípio de que o sujeito tenta, na escritura, denegar a alteridade que o constitui e lhe escapa. Assim, não há como instrumentalizar a produção escrita, ou seja, ensinar alguém a exercer a função autor, pois a escritura é um processo intrinsecamente relacionado às vivências do sujeito, à sua história, ao seu desejo. A escritura pode ser concebida, então, como a *operação que faz trabalhar a falta que é constitutiva do sujeito* (p. 51).

¹⁸ Roland Barthes também trata da noção de escritura em seu livro intitulado *O grau zero da escritura*. Portanto, não posso afirmar que tal conceito esteja circunscrito apenas à Psicanálise.

Com o intuito de aprofundar a questão acerca da escritura, Rickes convoca as considerações de dois autores: Umberto Eco e Authier-Revuz. De Eco, a psicanalista aproveita o conceito de leitor modelo, que determina a função autor da seguinte forma: no momento de constituição da produção textual, o autor escreve tendo em vista a condição de existência de um leitor virtual, convertido em efeito e causa desta construção. Assim, *o texto, como um escultor, modela seu leitor, auxiliando-o na construção de uma competência interpretativa* (p. 52), a fim de que se minimizem possíveis desfalques entre as competências do autor e do leitor.

Dessa forma, a dialética entre o autor e o leitor modelo está centrada em uma pressuposição, na medida em que o autor emerge na tentativa de marcar um lugar de leitura para seu texto. A atualização desse lugar ocorrerá no momento da leitura que, por sua vez, acenará à instância da autoria, no processo de construção de sentidos. O leitor é, portanto, um outro que se inscreve no trabalho do autor. Conforme Rickes, essa é uma primeira perspectiva possível à alteridade na escritura.

Fazendo um contraponto entre aquilo que propõe Eco e os pressupostos da Análise do Discurso, vejo uma possibilidade de aproximação entre esses dois enfoques teóricos quanto ao processo de autoria. Se, para Eco, a função autor acaba por instituir um leitor em potencial, uma vez que o texto é determinado em sua produção pelas expectativas daquele que escreve quanto ao seu receptor, para a Análise do Discurso, a autoria também leva em conta essas expectativas (as antecipações, reunidas pelas formações imaginárias, inerentes a qualquer discurso). No entanto, a teoria de Michel Pêcheux vai além, ao compreender que determinando as imagens prévias de um possível receptor, bem como as escolhas desse sujeito que outorga a si a função de autor, estão os processos histórico-sociais, que materializam a ideologia. Como explica Orlandi (2004, p. 69), *a função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações.*

A outra possibilidade de compreensão dessa alteridade na escritura, para Rickes, é a proposta de Authier-Revuz acerca da heterogeneidade, desmembrada em duas modalidades, complementares: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva¹⁹. Ambas partem do princípio de que o texto é, por excelência, um *não-um* – extensão da própria condição do sujeito – que tenta ser denegado. Porém, a diferença entre uma e outra está no fato de que a primeira se dá no nível da consciência, uma vez que o sujeito marca graficamente (ou por aspas, ou por outro recurso estilístico) aquela voz inserida em sua fala e que não é “sua”, não tem a sua autoria; já a segunda, a constitutiva, é inconsciente: vozes que não a do sujeito “falam por sua boca”, uma vez que estão na própria constituição dele. A heterogeneidade mostrada estabelece uma espécie de negociação com a constitutiva: a primeira coopera para a denegação da segunda. Conforme explica Rickes (p. 60),

A heterogeneidade mostrada do discurso revela de forma denegatória a heterogeneidade constitutiva do sujeito, isso porque, enquanto a heterogeneidade se faz ver como mostrada, o sujeito aparece como no domínio ilusório de sua palavra (...) como se pudesse fazê-la coincidir com o que quer dizer, o que denega sua condição de ser em que algo fala para além ou quem de sua vontade.

A heterogeneidade de Authier-Revuz aponta, logo, à inscrição de *uma exterioridade que está no interior do sujeito* (p. 54). Dessa forma, essa exterioridade sulca e descentra o sujeito desde seu inconsciente, indo, por extensão, à sua escritura.

Ao dividir o sujeito, a exterioridade principia a falta que instaura o desejo. Então, na escritura, o sujeito é movido pela busca de completude dos sentidos, a fim de recusar a falta intrínseca do significante (e de si próprio). Essa falta, entretanto, é somente denegada, porque, contrariamente à intenção da consciência, ela fica em suspenso, possibilitando que cada sujeito (na leitura) tente preenchê-la conforme seu desejo, singularizando-a. A completude da escritura é uma alienação indispensável ao sujeito, duplicada: está presente tanto no processo mesmo de escritura quanto no que tange à leitura.

¹⁹ Rickes cita também a segunda fase do trabalho de Authier-Revuz, acerca da heterogeneidade: as quatro não-coincidências do dizer. Porém, sendo sua ênfase pequena no artigo, não me deterei a caracterizá-la.

A Análise do Discurso vai contrapor-se à perspectiva de Authier-Revuz ao afirmar que não há como desmembrar a heterogeneidade em mostrada e constitutiva; qualquer manifestação do sujeito é heterogênea – em seu dizer sempre ressoam sentidos outros, de outras matrizes de sentido/posições-sujeito, sem que a materialidade lingüística necessariamente tenha de fornecer “pistas”, marcas explícitas para sua apreensão²⁰. Cabe ao analista, desde o seu gesto de interpretação, tentar compreender como o sentido enquanto efeito, em dada situação de discurso, dialoga com a historicidade que o constitui, incorporando e transformando-a, e com os lugares sociais que a linguagem institui aos sujeitos. No momento das análises do *corpus*, é essa perspectiva que se fará presente, pois, nela, o lugar do “outro”, do “exterior” é notadamente mais complexo.

Quando reúne os aportes teóricos de Eco e de Authier-Revuz, pontuando que ambos (cada um a seu modo, claro) estão centrados na alteridade, no desdobramento do um, Rickes se refere à escritura como uma cicatriz: ao mesmo tempo em que sutura, indica o corte. A escritura é o sinal que aponta ao princípio de que a função autor se configura pela exterioridade, pelas imposições de algo que vem de fora e que encontra morada no interior do sujeito. Foi por essa razão que o trabalho dessa autora foi relevante em minha reflexão acerca da identidade.

Ainda que a Análise do Discurso trate da escrita, as afirmações de Rickes se fizeram importantes na medida em que, na caracterização do processo de escritura, considera-se a exterioridade, a alteridade que constitui o sujeito e, por extensão, seu dizer. A função autor não consegue apagar o outro que se inscreve na escritura (e na escrita); pela noção de *cicatriz*, pode-se compreender a maneira como a falta aparece justamente no momento em que o sujeito deseja preenchê-la, ao “costurar-se” com o outro, com os já-ditos sem conseguir impedir, deter as marcas da heterogeneidade. Nesta dissertação, mais precisamente na parte dedicada ao estudo das seqüências discursivas, meu gesto analítico será norteado por tais considerações.

²⁰ Aprofundarei as questões de heterogeneidade na escrita, pela ótica da Análise do Discurso, ainda neste capítulo.

Na mesma direção do trabalho de Rickes está o artigo de Birman (1996). Para esse autor, *a experiência do inconsciente* produzida pela escritura pode ser entendida por duas vias. Pela primeira, a escritura é relacionada ao processo de produção do texto, em que o inconsciente surge como virtualidade: suas experiências se fazem presentes em ausência, por estarem imbricadas no tratamento que o sujeito autor confere ao significante. Pela segunda, considerando que o inconsciente está organizado por irrupções pontuais que se revelam em meio à continuidade da consciência, a leitura entra como um modo particular de o sujeito leitor interagir com o simbólico da escritura (p. 73), já que por meio de seu desejo ele (re)constrói o texto.

A escritura é, então, sustentada por suas mutilações, sendo isso o que permite a leitura: a falta própria da escritura fornece a possibilidade de que o sujeito nela se inscreva, pois isso o faz pensar, trabalhar os sentidos a fim de preenchê-la:

(...) somos levados de maneira compulsiva a pensar. Porém, é uma forma de pensar que se caracteriza pelo desejo de se apropriar do texto ao nosso modo, querendo fazê-lo falar a nossa linguagem. Com isso, inscrevemos a escritura em nós e escrevemos o texto ao mesmo tempo, perpassando as suas feridas com as nossas lacerações. (p. 80)

Pela leitura, a escritura mexe com o conhecido, com os sentidos estabilizados, causando ao mesmo tempo uma sensação de estranhamento ao sujeito – pela arbitrariedade e incerteza diante daquilo que, ao final, irrompe e o interpreta.

O leitor interage com a escritura revelando a descontinuidade que se esconde sob sua *aparente* sistematicidade. Conforme Birman (ibid.), na leitura, o tempo textual é desfragmentado, dando lugar à temporalidade do desejo. Assim, sempre é possível reescrever a escritura, pois os sentidos estão em pleno movimento – movimento cuja baliza está na singularidade de cada sujeito, forjada pela configuração de seu desejo.

Isso pode ser aproximado à Análise do Discurso, que entende que o sentido é um efeito, isto é, uma construção que se dá no intervalo entre os sujeitos, estando sobredeterminada ideológica e inconscientemente, o que permite a interiorização/apropriação de atravessamentos de distintas direções.

Por conseguinte, o sentido tem um caráter de mobilidade, pois está situado na instância do devir, da historicidade. E a identidade discursiva, foco de minhas análises, não foge a esse princípio, conforme pretendo discutir mais adiante.

A partir da perspectiva psicanalítica, entendo, então, que a escritura se refere ao modo como a materialidade do significante põe em jogo o desejo do inconsciente. **Pelo processo de escritura, o sujeito tenta denegar aquela falta que é sua, negligenciando o pressuposto de que o significante também está acometido pela falta e, portanto, jamais poderá obliterá-la.**

Sendo assim, a escritura revela toda a descontinuidade do sujeito, seu descentramento e seus inter cruzamentos, que se escondem atrás de uma organização que, somente em aparência, é preponderante. A linearidade do significante, tal como imposta pelo texto, funciona como uma armadilha: o sujeito é atraído por ela, com a ilusão de controlar os sentidos e mostrar somente aquilo que sua consciência objetiva; no entanto, o que realmente acontece é a sua dispersão por meio dessa mesma linearidade, e, em decorrência, a perda de controle sobre o movimento dos sentidos.

A dispersão que a escritura tenta denegar se faz presente também no momento da leitura. A interpretação, ação do sujeito leitor durante a leitura, é possível graças à falta que circunscreve o simbólico e que é, logo, peculiar a todo texto. Com base nas experiências do inconsciente, será possível a interação da falta do significante (que traz consigo, inclusive, o embate com o desejo do autor) com aquela que é do desejo do leitor. Disso irrompem os sentidos e, assim, a escritura é (re)construída.

Por conseqüência, penso ser possível afirmar que a escritura revela o sujeito porque possibilita a manifestação de seu desejo. Os sentidos que se engendram são uma extensão do inconsciente, que pontualmente se marca. É como se a escritura tocasse em dado ponto disperso do inconsciente e o trouxesse em presença, dando a conhecer uma pista da falta que singulariza e move esse sujeito. A escritura deixa o desejo em suspenso (lembrando a *suspensão* de que trata Freud ao explicar o mecanismo de denegação) – ou, como afirma Rickes (ibidem, p. 60), permite *a revelação daquilo que quer apagar*.

Logo, a escritura tem a marca da instabilidade – instabilidade do sujeito que se estende ao processo –, visto que está em um pleno devir. A leitura, experiência do sujeito, é que (re)constrói a escritura. E, por conseguinte, com a escritura, o sujeito se (re)constitui na sua dispersão e na sua falta, em virtude do movimento causado nas suas estruturas de referência.

Conferir esse estatuto à escritura abre caminhos para que se discuta a identidade, também. Sendo um processo ininterrupto, sustentado pelos atravessamentos que interagem com a história (traumas e recalques) do sujeito e que ganham morada em seu inconsciente, a identidade se mostra na construção da escritura, ao transladar a esta a falta motriz de seu desejo. Pelo modo como se arranjam os significantes na configuração dos sentidos (as falhas sobre as quais não há controle), pelos recursos mobilizados para dissimular a incompletude do simbólico, pelos deslizamentos que escapam à sistematização (as sobreposições) e pelas antecipações, tem-se espaço para observar quais são os processos que sustentam o sujeito por meio da determinação de seu desejo. A singularidade do desejo, com todas as suas idiossincrasias, configura a identidade e se faz presença na escritura.

Não há como silenciar a falta; não há como conter o inconsciente. A escritura é desprovida de recursos eficazes para tanto, porque o significante falha, à semelhança do sujeito (que falha justamente por ser cindido pelo simbólico...). A descontinuidade do sujeito perpassa toda a “suposta” continuidade da materialidade lingüística. Para mim, é isto o que fica do conceito de escritura – que, tomado desde esse viés, está bastante próximo ao modo como a Análise do Discurso entende a escrita.

A diferença terminológica entre escritura e escrita incide na inclusão, pela teoria de Michel Pêcheux, de mais um elemento determinante do simbólico: a ideologia. Então, pelo trabalho ideológico, não há como pensar em sujeito autor, fonte de sentidos. Tampouco em homogeneidade.

A escrita da Análise do Discurso permite a manifestação de um sujeito descentrado pela falta, como a escritura da Psicanálise. No entanto, essa falta é fruto de um trabalho da ideologia, presente e garantida pela luta de classes

existente ao longo da história. Tal trabalho, porém, é insidioso, pois consiste em mostrar algo camuflando-o, dissimulando-o – para tanto, conta com o inconsciente para ganhar amparo.

O discurso é uma das formas de se observar a manifestação da ideologia em parceria com o inconsciente. A partir dessas duas sobredeterminações, o sujeito produz sentidos e, concomitantemente, se constitui. Porém, os sentidos são sempre múltiplos e transitórios, transformando-se conforme os conflitos da história. Assim, a escrita surge ao sujeito como uma materialidade pela qual talvez seja possível “conter” o movimento dos sentidos, suturar o que se faz em furo, já que a estrutura de um texto escrito requer fechamento e organização, bem como uma marca de autoria. Mas é justamente aí que se dá o engodo.

A escrita não é capaz de conter o movimento dos sentidos. Como já ensinou Michel Pêcheux (2002), todo enunciado é suscetível de transformar-se em outro, pois uma paráfrase de outros possíveis repousa sobre o dito. Logo, a materialidade escrita não confere uma fechadura, um cadeado aos sentidos – pelo contrário. Através da experiência do inconsciente, esse sujeito, iludido pelo apanágio da autoria, sempre acaba por revelar mais do que objetiva, uma vez que, embora acredite ter controle sobre sua produção, seu dizer é permeado de falhas – as ambigüidades e os *non sense*, possíveis graças à falta do significante – que autorizam os deslizamentos de sentido. E essas mesmas falhas contribuem ainda para a inscrição de sua posição enquanto sujeito: elas mostram seus inter cruzamentos e conflitos ideológicos. A sistematicidade, a coesão e a coerência impostas pela escrita de um texto servem apenas como uma forma de esconder ao sujeito que se intitula como autor o descentramento e a incompletude que marcam sua condição e, por conseqüência, sua produção. Porém, sem esse jogo de “esconde-esconde” entre sujeito e sentido, não há discurso, porque o sujeito não enuncia.

O sujeito está rendido ao significante e às suas “peripécias” (ideológicas e inconscientes), mas ainda assim trava embates com este, porque

entende que é a fonte do sentido. Tem-se aí outro engodo: a denegação da heterogeneidade.

Conforme já adiantei anteriormente neste capítulo, o discurso é *um efeito de sentidos*, cuja base está na ordem do repetível. O sujeito se apropria de certos enunciados – os já-ditos, que ainda não sofreram o recorte ideológico – inscritos dispersamente no interdiscurso²¹ e os re-significa, conforme o modo particular pelo que a ideologia o interpela. Dessa forma, o já-dito tem suas condições de produção anteriores apagadas pelo sujeito, uma vez que, na atualização promovida pela re-significação (entenda-se: pelo trabalho da posição ideológica de que parte o sujeito), novos efeitos de sentido irrompem, promovendo assim alianças, confronto e recusas. Ou seja: há uma exterioridade latente em todo discurso, e que lhe é imprescindível, constitutiva. Esse é o fundamento da heterogeneidade.

Sendo o discurso heterogêneo, a escrita, sua materialização, também o é²². Em um texto, é possível localizar marcas que apontam a discursos outros, com os quais o sujeito estabelece diferentes relações. No entanto, a “costura” com esses “outros” é praticamente perfeita; o sujeito acredita que seu texto é homogêneo e, por extensão, que é o “dono” dos sentidos ali organizados, estabilizados, transparentes. Somente através da análise é possível recuperar as outras vozes, dispersas, cujo sentido se faz presente em ressonância, já que suas condições de produção são ignoradas pelo sujeito (via interpelação ideológica). E essa presença (a heterogeneidade) se esconde justamente na falta intrínseca ao significativo. A partir desse processo, Indursky (2001) se refere ao texto como *efeito-texto*, como uma *heterogeneidade provisoriamente estruturada* (até que o leitor atue em favor de sua desestruturação).

Os sentidos têm lugar, logo, nessa exterioridade que os perpassa, pela condição faltante do texto. Assim, é possível relacionar essa falta do texto (do significativo) como porta de entrada à ideologia (e aos outros discursos) pelo

²¹ Interdiscurso: lugar em que estão reunidos todos os dizeres, sob a forma de pré-construídos. Igualmente aos outros conceitos de Análise do Discurso, tratarei dele novamente nos capítulos três e quatro.

²² Em *Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura* (2001), Freda Indursky aprofunda essas questões.

conceito de estranho. Conforme Ferreira (2004, p. 43), *o estranho comparece fazendo furo no tecido discursivo, como fio que se rompe, deixando irromper a falta, o buraco, o vazio do sentido, que clama por um sentido*. Logo, se para “preencher” a falta é necessário conferir-lhe um sentido, estabelecendo, para isso, elo com outros saberes (em aliança ou oposição), presentes sob a forma de “desconhecidos” ao sujeito.

Tratei aqui de dois engodos materializados pela escrita – a ilusão de responsabilidade/originalidade/completude (mobilizada pela função-autor) e de homogeneidade – que têm como horizonte o controle dos sentidos por parte do sujeito. Sendo a ideologia a força que os coaduna, penso ser interessante trazer os dois esquecimentos que afetam o sujeito, conforme Michel Pêcheux (1997b, p. 173). O chamado *esquecimento nº 2* é da ordem da enunciação (nível do pré-consciente) e faz com que o sujeito pense que os sentidos são evidentes, e que seu dizer só tem uma forma de se materializar. Já o *esquecimento nº 1* é da ordem ideológica (nível do inconsciente), e por ele o sujeito acredita que é a origem do que diz. O segundo esquecimento é, logo, uma decorrência do primeiro: se no segundo está a formulação, no primeiro está a constituição do sentido. E a escrita é um importante caminho para que o analista problematize ambos.

Por fim, transferindo a questão da escrita na Análise do Discurso à discussão da identidade, penso que a ilusão de autoria e de homogeneidade é uma decorrência da unidade imaginária que o sujeito acredita representar. Ele ignora os atravessamentos que o constituem, bem como as determinações que sofre e o descentramento que é sua condição. Assim, pensa ter controle sobre a escrita, e a linguagem é um exterior que ele conclama a fim de expor o sentido que *quer* originar.

Escritura e escrita são conceitos provenientes de campos de saber distintos. Porém, é pelo inconsciente que se aproximam, e pela ideologia que, aparentemente, se distanciam. Até essa distância pode ser contestada. Basta lembrar que o inconsciente é estruturado pelas imagens fornecidas pelo Outro via linguagem – linguagem que é de natureza ideológica. E que a ideologia necessita

do inconsciente para determinar o sujeito, para imbricar neste os meios que possibilitem seu funcionamento a partir da configuração do desejo.

Convoco, a seguir, outro campo de saber, os Estudos Culturais, no intuito de estudar as peculiaridades da identidade feminina desde um outro ângulo, que também vem ao encontro dos principais pressupostos da Análise do Discurso.

2 Dialogando com os Estudos Culturais acerca da Identidade

Os Estudos Culturais formam uma prática de pesquisa cujo viés metodológico é interdisciplinar. No intuito de realizar estudos acerca da cultura, contam com os conhecimentos advindos, basicamente, da Antropologia, da Sociologia e da Filosofia, estabelecendo diálogos com outras áreas afins.

Um traço importante de atuação dos Estudos Culturais é o compromisso de interagir diretamente com as práticas políticas, sociais e culturais, uma vez que seu objeto de estudo está restrito ao universo das sociedades industriais contemporâneas e suas inter-relações de poder. Assim, esse campo de saber contribui no questionamento das mudanças significativas que vêm ocorrendo na cultura e na sociedade atuais, ao interrogar as forças que mobilizam as contradições e geram as rupturas frente a uma estrutura idealizada.

Portanto, é isso o que justifica a presença dessa área do saber em minha dissertação. Por meio de trabalhos daqueles que instituí como “os porta-vozes” dos Estudos Culturais, pretendo estabelecer uma discussão, junto aos pressupostos da Análise do Discurso, a respeito do modo como as relações de poder, confirmadas/transformadas pelas práticas sociais, representam um fator constitutivo da identidade.

2.1 Problematizando o conceito de identidade

Hall (2004) afirma, na obra *A identidade cultural na pós-modernidade*, que a identidade é uma questão que, ao longo dos últimos anos, vem sendo fortemente discutida na área social, pelo viés da chamada “crise de identidade”. Tal “crise” é elemento integrante de um processo amplo de mudança, cuja base é o deslocamento de estruturas sociais que, por sua vez, abalam os quadros de referência que forneciam uma *ancoragem estável* à esfera social. Assim, a identidade ganha discussão no momento em que sua estabilidade dá lugar ao instável, ao insólito, ao transitório.

Essa nova perspectiva diante da identidade tem sua base no princípio do deslocamento, que atua por duas direções, conforme aponta o autor. Em um primeiro momento, o deslocamento cultural afeta os padrões de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, ou seja, a mudança atinge o indivíduo quanto ao lugar que ele ocupa em seu grupo. Já em um segundo momento, esse deslocamento interfere no conceito que os indivíduos têm de si mesmos, pois eles não se vêem mais como integrados, unos – *é a perda do sentido de si*. O deslocamento atua na identidade, portanto, desde uma esfera mais ampla (identidade de grupo) até uma mais específica (identidade do indivíduo).

A partir desse princípio, Hall retoma três concepções acerca da identidade na modernidade, a fim de observar o modo como o conceito foi se tornando cada vez mais complexo ao longo dos tempos. As três concepções de que trata são o sujeito do Iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno²³.

O sujeito do Iluminismo é a pessoa humana desde seu centro, razão, consciência e ação. Ao nascer, o sujeito é dotado de um núcleo interior, com o qual se desenvolve de maneira contínua. Logo, *o centro essencial do eu é a identidade de uma pessoa* (ibid., p. 11); o sujeito está no centro do conhecimento. Essa mesma concepção de sujeito também é referida como *sujeito cartesiano*, pelo modo foi descrita pelo filósofo René Descartes. A consciência de si é, nessa proposta, a base de ação do sujeito, fazendo com que a *individualidade* ocupe o lugar da *coletividade* (observada nas sociedades anteriores à modernidade) na organização social.

O sujeito sociológico, por sua vez, traz em si a complexidade do mundo moderno. Dessa forma, o núcleo interior não é mais tão autônomo e auto-suficiente como o do sujeito do Iluminismo, mas sim formado na interação com o externo. Ou seja, as pessoas importantes para o sujeito se tornam as mediadoras entre ele e a cultura (reunião dos símbolos, dos valores e dos sentidos presentes no mundo que circunda o sujeito). Por meio dessa visão, engendra-se a

²³ Do que pude notar em minhas leituras, os Estudos Culturais não fazem distinção entre os termos *sujeito* e *indivíduo*. Então, seguirei o mesmo parâmetro.

concepção interativa da identidade e do eu, já que a identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O núcleo interior permanece, mas está aberto a mudanças provenientes do exterior, calcadas na cultura.

Pelo viés sociológico, então, a identidade está no intervalo entre o interior e o exterior. O sujeito projeta a si próprio nas identidades fornecidas pela cultura e, ao mesmo tempo, internaliza os valores e princípios desta, a fim de que possa inscrever sua subjetividade nos espaços objetivos que é chamado a ocupar. Em outras palavras, é uma espécie de *externalização do interior* aliada a uma *internalização do exterior*. Como resume Hall, na perspectiva sociológica, *a identidade costura o sujeito à estrutura*. Em decorrência, emergem a estabilidade, a unificação e a previsibilidade – tanto do sujeito quanto do mundo cultural que ele habita. Os conflitos possíveis entre as distintas posições que o sujeito é chamado a ocupar são ajustáveis, não são capazes de causar qualquer abalo à estrutura.

A terceira perspectiva, a do sujeito pós-moderno, incide justamente nessa premissa da unificação e da estabilidade. Contrariamente, o sujeito é entendido desde sua fragmentação, sendo então *composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas* (p. 12). Mudanças estruturais e institucionais fomentam um processo de identificação cada vez mais complexo, graças à sua variabilidade e efemeridade. Conseqüentemente, desse processo emerge um sujeito desprovido de uma identidade fixa, essencial ou permanente.

Se a relação entre sujeito e estrutura entra em colapso, a identidade ganha um alto caráter de mobilidade. *A identidade torna-se uma “celebração móvel”*: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (p. 12-3). Sendo assim, a identidade é um produto não mais biológico, mas sim histórico: o sujeito assume uma identidade conforme o momento histórico que vive e as injunções que sofre. O eu perde sua suposta coerência, uma vez que não é mais capaz de unificar, integrar e assegurar as identidades que

a cultura lhe demanda. Os sistemas de identificação são, na pós-modernidade, múltiplos e desconcertantes. Ao que Hall (p. 13) acrescenta:

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (...). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. (grifos meus)

Múltiplos são os atravessamentos que sustentam o eu, corroborando uma identidade deslocada ou descentrada. O sujeito traz em si a marca das transformações rápidas e constantes do mundo social – se as práticas sociais têm seu caráter examinado e reformado continuamente, não é mais possível conceber um sujeito alheio a todo esse processo. A tradição cultural (simbolizada nas estruturas de referência) não basta para definir a identidade; é preciso observá-la desde a perspectiva de um processo continuamente mutante, devido à intervenção das injunções históricas.

Pensando no *corpus* de análise, tais considerações dos Estudos Culturais vêm ao encontro daquilo que pretendo: estudar o modo como a superfície lingüística se torna uma extensão daquela imagem que o sujeito acredita constituir sua identidade (de gênero, segundo o escopo desta pesquisa), na medida em que critérios relacionados à prática textual (como coesão e coerência, entre outros) colaboram no processo de ilusão quanto à unidade (do texto e do sujeito), denegando a alteridade, a historicidade de ambos. A exemplo daquilo que produz, o sujeito também se vê como fechado, uno, acabado, transparente, linear, não manifestando questionamentos a respeito dos processos que acabam por descentrar sua identidade, tornando-o um sujeito que se fragmenta pela história, pelo simbólico – pelo discurso.

Com o objetivo de discutir a intervenção da história no deslocamento da identidade, Hall traz para seu estudo as contribuições do pesquisador Ernest Laclau. Para este, as sociedades modernas não têm nenhum centro, princípio articulador ou organizador único. O que há é uma *pluralidade de centros de*

poder, fazendo com que a sociedade seja deslocada ou descentrada por forças múltiplas, externas a ela mesma, que abrem espaço para a diferença.

A diferença se manifesta nas divisões e antagonismos sociais que produzem distintas “posições de sujeito”, entendidas por Laclau como possibilidades de identidades para os indivíduos. É pela articulação que as diferenças sustentam as sociedades e impedem sua desintegração plena. No entanto, essa articulação, acompanhando o movimento da história, é parcial, deixando a estrutura da identidade em aberto para o sujeito. Cada acontecimento histórico possibilita um ponto nodal de identificação.

Na ótica da Análise do Discurso, considera-se a história como produção de sentidos, como junção entre as práticas sociais e a linguagem. Portanto, não há como atribuir à história características como linearidade, organização, transparência e estabilidade, porque estas não correspondem ao sentido enquanto efeito, algo construído pela relação entre os sujeitos e a situação que integram. Um acontecimento somente passa a integrar a história porque se torna discurso, se converte em sentido, suscita a ruptura, possibilita novas relações de identificação.

Dessa forma, o modo como o sujeito interage com a rede de dizeres que a história engendra, com o objetivo de produzir sentidos, aponta os atravessamentos que se fazem presentes no processo de assunção de sua identidade. Isso porque, diante de cada fato a interpretar, o sujeito produz novos laços com a história, por meio dos sentidos de que se apropria e re-atualiza. E esse movimento de ancoragem se dá conforme a maneira pela qual é interpelado pela ideologia, e pelo modo como essa atua na constituição de seu inconsciente desejante, descentrando-o (ou seja, incutindo nele uma falta que não cessa, que o faz dispersar-se pelo simbólico).

Presumo, portanto, que a noção de identidade discursiva não pode fugir a esses princípios: através de minhas análises, buscarei comprovar o quanto ela é instável e múltipla, incompleta e opacificada, uma vez que está diretamente associada àquilo que caracteriza o sentido e, concomitantemente, o sujeito.

Hall aprofunda essa questão do descentramento na identidade pela ótica dos Estudos Culturais argumentando que ela tem origem no próprio culto à individualidade, observado na era moderna. Como lembra o autor, os clássicos poemas de Baudelaire salientam o desconforto de um sujeito (que se percebe como integrante de um único corpo) com a multidão – a individualidade não tem mais como ser reconhecida. O sujeito não é mais capaz de projetar-se no social.

Sendo assim, Hall aponta cinco contribuições teóricas à ruptura do princípio de sujeito cartesiano, todas elas tendo em comum o *descentramento*. A primeira vem por meio de Karl Marx.

Para a teoria marxista, *os homens só fazem a história a partir de condições que lhe são dadas*. Assim, não há agentes da história: a ação dos homens tem por base *condições históricas criadas por outros e sob as quais eles nasceram, utilizando os recursos materiais e de cultura que lhes foram fornecidos por gerações anteriores* (HALL, *ibid.*, p. 34-5). Nesse sentido, o homem não tem uma essência e tampouco é singular. O pináculo da história são as relações sociais em que o homem é inserido.

A segunda ruptura destacada por Hall é a teoria psicanalítica, iniciada por Sigmund Freud. Nessa perspectiva, as identidades, a sexualidade e o desejo do sujeito têm sua formação em processos psíquicos, simbólicos e inconscientes, que fogem por inteiro aos princípios da razão. A unidade que o sujeito tem de si é imaginária e advém da relação com os outros. Em suma, a identidade é um processo de aprendizagem gradual e parcial, calcado em sistemas simbólicos que têm por marca a falta, como coloca Jacques Lacan, seguidor de Freud²⁴.

A terceira proposta de deslocamento destacada por Hall é o trabalho do lingüista estrutural Ferdinand de Saussure. Para Saussure, os sujeitos não são “autores” dos significados que expressam na língua; o que é dito está previsto pelo sistema de regras da língua e pelos sistemas de significação da cultura. A língua é um fenômeno social, preexistente ao sujeito. O sujeito, por meio do uso, simplesmente ativa sistemas prévios, sustentados pelo código da língua. E tal

²⁴ Considerando que dediquei todo o capítulo anterior desta dissertação à perspectiva psicanalítica para a identidade, apenas resumi, aqui, o que Hall salienta na teoria de Freud e de Lacan.

código tem por princípio a diferença: um signo é aquilo que outro não é. Assim, isso pode ser trasladado à identidade: o sujeito tem uma imagem de si por uma oposição à imagem de um outro, que não é ele mesmo.

Como objeção a isso, filósofos modernos da linguagem, como Jacques Derrida, argumentam que o significado, por ser constituído pela diferença, não pode ser fechado em si mesmo. Cada enunciado institui uma história de sentidos: carrega um antes e proporciona um depois. Assim, relacionando isso à identidade, Hall (p. 41) afirma que *o significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença)*. Se a identidade busca um todo organizado, uma estrutura fechada, isso é apenas uma ilusão, na medida em que da mesma forma que os sentidos carregam uma história que assinala a diferença que os constitui, o sujeito também tem sua unidade e estabilidade subvertidas pelas injunções histórico-sociais.

O quarto deslocamento ressaltado por Hall vem dos estudos do filósofo e historiador francês Michel Foucault. Para este, há, desde o início do século XIX, um novo tipo de poder, o *poder disciplinar*. Por meio da disciplina, da regulação e da vigilância ocorre, em um primeiro plano, o governo da espécie humana e, em seguida, o controle sobre o próprio indivíduo e seu corpo. Esse método de controle é o que garante *status* às instituições, tais como escolas, quartéis, oficinas, prisões e hospitais, uma vez que todos têm por base o *poder*, seja ele proveniente *dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais* ou do *conhecimento fornecido pelas “disciplinas” das Ciências Sociais* (p. 42). O sujeito não escapa à observação incessante da disciplina que, embora possa apontar ao coletivo (pelo funcionamento das instituições), serve como um mecanismo que ratifica a individualidade (o controle fixa o lugar e a ação do indivíduo).

Por fim, o quinto e último deslocamento a que Hall faz alusão é o impacto do movimento feminista, como uma das principais manifestações do ano de 1968 – momento de grandes revoluções juvenis, estudantis e contraculturais. Para o autor, o movimento feminista assinala o que chama de *política de*

identidade, ou seja, uma identidade vinculada a cada movimento de luta iniciado pelas minorias sociais.

O feminismo tem especial atuação no deslocamento do sujeito cartesiano na medida em que traz à tona a face política presente na caracterização da identidade. Dessa forma, aspectos como a família, a sexualidade e o trabalho são contestados, partindo da premissa de que os sujeitos são “*generificados*”: a subjetividade, a identidade e os processos de identificação são produções, formações social e politicamente demarcadas. Para cada sexo, atribui-se um papel, uma posição na sociedade. A diferença sexual é, portanto, o marco de constituição da identidade dos sujeitos.

Esses são os cinco argumentos que, para Hall, podem explicar o deslocamento do sujeito na modernidade tardia. Se a identidade desse sujeito é descentrada, aberta, contraditória, inacabada e fragmentada (p. 46), isso se deve ao fato de que o sujeito não é mais o agente da história, não atua por plena determinação de sua consciência, não controla o sentido do que diz, não tem como escapar ao controle da disciplina nem às injunções demarcadas pela diferença sexual. Todas essas negativas têm como alvo o sujeito, tanto nas posições que a sociedade o faz assumir quanto na imagem que ele constrói de si próprio. Daí penso ser possível pensar na identidade como fragmentada, como algo em constante construção.

Em outro trecho de seu livro, Hall afirma que a identidade está relacionada ao conceito de representação. Dessa forma, a identidade pode ser compreendida como um imaginário, formado por um conjunto de significados que fornecem ao sujeito uma idéia do que ele é. Nesses significados, interferem a face simbólica da linguagem e as relações espaço-temporais da história, com todas suas conseqüências. A identidade, então, torna-se uma imagem (a representação, o que está no lugar do sujeito) incompleta (pelo intercruzamento da linguagem), volúvel (pelo movimento da história) e fragmentada (pelas múltiplas posições-sociais que o sujeito é chamado a ocupar).

Com base nas passagens que destaquei da presente obra de Hall, penso que esta encerra o centro das considerações do autor acerca da identidade na era pós-moderna:

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. (p. 75; grifo do autor)

Ainda que essa obra de Hall esteja engajada na discussão da identidade cultural, e que o foco de meu trabalho seja a identidade de gênero (em particular, do gênero feminino), acredito que a citação acima traz pontos a partir dos quais posso retomar o pensamento do autor a respeito do conceito de identidade que defende em seu texto, bem como discuti-lo com base nos pressupostos da Análise do Discurso. Assim sendo, começo apontando os atravessamentos que deslocam/descentram a identidade do sujeito na pós-modernidade.

A configuração atual da sociedade, com todos os seus avanços tecnológicos, parece atuar para uma massificação que suplanta a diferença, marca indelével da identidade. Todos os sujeitos são tomados do ponto de vista da homogeneidade, como uma forma de ter controle sobre seus pensamentos e atitudes. Com esse intuito, impõem-se padrões a ser seguidos: imagens e representações bombardeiam os sujeitos e os mantêm plenamente em relação com um outro, fazendo com que eles percam seu diferencial, aquilo que poderia forjar-lhes uma essência. Em decorrência, a identidade se torna múltipla e fragmentada, sendo a unidade que o sujeito acredita sustentar uma mera ilusão. Há um traço do sujeito nos vários lugares sociais que ele é chamado a ocupar, bem como há no sujeito determinações histórico-sociais das quais ele sequer tem consciência.

No entanto, ainda que toda essa multiplicidade e fragmentação assolem o sujeito, ele tem a ilusão de ser uno e de ter controle sobre os fatos; ele se percebe como *o autor* de sua história. Essas representações, ainda que ilusórias,

são fundamentais para que o sujeito faça parte da sociedade e se engaje em suas engrenagens. O sujeito precisa acreditar que tem poder de escolha, embora, para isso, acabe por denegar todas as determinações que o cindem. **A identidade é, então, para o sujeito, uma farsa em que ele se aliena.**

Penso a identidade como farsa na medida em que ela incute no sujeito a ilusão de que é exatamente aquela imagem que faz de si, quando alguém lhe pergunta seu nome, por exemplo. A partir dessa auto-imagem, esse mesmo sujeito se entende como capaz de tomar decisões, assumir opiniões etc. como se fossem suas por excelência. Ele não questiona a possibilidade de que possa ser sobredeterminado em suas ações (porque primeiro o é em seu modo de pensar) por sistemas outros, de funcionamento insidioso. Basta lembrar que a ideologia atua no sujeito desde a difusão do efeito de evidência na relação dele com as formas materiais de existência (ORLANDI, 1987). É preciso crer que se é o Fulano de Tal (centrado, completo, pleno), para, então, por meio da posição que isso denota nas relações sociais (relações de poder – ratifique-se), poder interagir com o simbólico e construir a realidade (ainda que essa “realidade” seja uma para cada sujeito...).

Assim, o ponto nodal de aproximação entre a teoria de Hall e os pressupostos da Análise do Discurso está, acredito, na consideração de um sujeito descentrado, múltiplo e fragmentado, em virtude das determinações que o atravessam. O sujeito da Análise do Discurso é uma tomada de posição, com a qual se relaciona um feixe (aberto, vale ressaltar) de sentidos – possíveis, impossíveis, presentes ou ressoantes. Essa íntima relação do discurso com o externo (externo que, ao final, lhe é interno por condição) confere ao sujeito a impossibilidade de uma essência, de um centro de saber, na medida em que tudo o que enuncia já está dito em algum outro lugar e é por ele recuperado indiretamente: há, entre o sujeito e o sentido, o filtro de uma força sem face ou história, que é a ideologia.

Conseqüentemente, o campo em que esses atravessamentos deixam pistas que autorizam sua recuperação pelo analista de discurso é a materialidade lingüística. As determinações que se sobrepõem ao sujeito só podem “funcionar”

pelo caráter faltante do significante, a que esse sujeito se atém para manifestar-se. Pareceu-me interessante o modo como Hall, indiretamente, toca nessa questão, ao trazer as considerações de Jacques Derrida quanto à historicidade do dizer. Tal atributo (a historicidade) faz com que as palavras carreguem consigo sempre um outro sentido “em sombra”; há um passado e um futuro impressos em cada enunciado, ou seja, há sempre um sentido em falta. Sendo assim, se a falta está no significante que materializa o discurso, e é pelo discurso que o sujeito tem existência, a falta do significante se estende ao sujeito e a sua identidade.

A identidade é, portanto, uma unidade imaginária; está em um constante devir. Pelo trabalho da história, pela determinação da ideologia, pela afetação do inconsciente e pela falta do significante, o sujeito perde seu suposto centro e se fragmenta, nas diferentes posições que as práticas sociais lhe impõem. De fato, tanto para Hall quanto para a Análise do Discurso, acima do sujeito estão outras forças (os sistemas simbólicos da cultura pós-moderna/os imperativos da ideologia), que silenciosamente têm poder para descentrá-lo. Assim entendo que se configura o ponto de união entre esses dois enfoques teóricos.

Além destes apresentados por Hall, há, dentro dos Estudos Culturais, um outro viés para que se discuta a identidade: vinculando-a ao conceito de diferença, como o faz Silva (2004). Em seu ensaio, este autor argumenta que é imprescindível problematizar a relação de dependência entre a identidade e a diferença.

O autor defende que a diferença não é o resultado de um processo, ou seja, um produto, mas sim *o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são produzidas* (p. 76, grifos do autor). A diferença é o ato ou processo de diferenciação, cujo marco é a identidade.

Logo, se a identidade e a diferença são ativamente produzidas, o meio de produção é a linguagem, inserida no contexto de relações culturais e sociais. A linguagem é, como descreveu Ferdinand de Saussure, um sistema de diferenças, uma vez que um signo é aquilo que outro signo não é. E isso se estende, então, aos produtos culturais e sociais, como a identidade.

Porém, conforme destaca Silva, a linguagem não é uma estrutura tão estável como aparenta ser. Sendo ela um sistema simbólico, ou seja, aberto à significação, há o que o autor chama de *indeterminação fatal na linguagem* (p. 78): o signo não coincide com aquilo que substitui; *é apenas um traço que está no lugar de alguma outra coisa*. Assim, apenas ilusoriamente o signo é uma presença quanto ao que representa²⁵. E, além do mais, esse traço está no lugar não apenas de um referente, mas inclusive do conjunto de outras possibilidades que esse referente não é, o que lhe confere certa instabilidade. Há, sempre, o traço da diferença na identidade: *A mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (ou da diferença)* (p. 79).

Quanto a essa questão, a teoria de Michel Pêcheux traz algo que vem ao encontro no que se refere à matriz de sentidos. Essa matriz, lugar de constituição do sentido, ao mesmo tempo em que autoriza um determinado efeito de sentido, nega outros – possíveis ou impossíveis, dependendo das condições de produção que determinam o dito –, que são uma espécie de “ausência presente”. É por meio desses outros sentidos que se podem desenhar as fronteiras do dito e os efeitos que a partir dele se produzem, além da presença de não-ditos. Basta lembrar que, sobre aquilo que é enunciado, sempre repousam outros dizeres, sob a face de um já-dito ou de um devir (PÊCHEUX, 2002).

Além da forte relação com a linguagem, a identidade e a diferença estão sujeitas também às relações de poder. Dessa forma, elas não são inócuas: sendo impostas pelas práticas sociais, elas são também disputadas pelos sujeitos, de acordo com as hierarquias de cada grupo social. Conseqüentemente, afirmar a identidade é estabelecer fronteiras; é apontar quem pertence e quem não pode pertencer a determinado grupo; é enunciar a diferença – tendo como referência as relações de poder, inconscientemente inculcadas, e o fundamento simbólico da linguagem. Lidar com a identidade e a diferença pressupõe, logo, considerar as relações binárias que as engendram: ver o que é o “eu” para conjecturar seu oposto “ele” – conforme as matrizes de saber disponibilizadas pelo momento histórico em questão, acrescentaria a Análise do Discurso.

²⁵ Para fazer tais considerações, Silva se apóia em Jacques Derrida, por meio da obra *Limited Inc* (1991).

Estando sujeita à linguagem e às relações de poder, nem a identidade nem a diferença podem sustentar a primazia de uma essência. Ainda que o processo de produção da identidade (que ocorre no interior de um processo paralelo de diferenciação, vale lembrar) possa levar a uma tendência de fixação ou de estabilização, ele não é capaz de fugir aos desvios impostos pelos mecanismos lingüísticos. Se a linguagem tem o atributo do símbolo e é o meio de materialização das disputas de poder do campo social, não há como frear o movimento dos significados que socialmente se (re)produzem e sua consequência para a identidade. Linguagem, sociedade e identidade são, portanto, três conceitos intrinsecamente relacionados pelo viés da inconstância, e a porosidade das fronteiras (entre essas três instâncias e no interior de cada uma delas, por seus processos) é o que permite problematizá-las quanto à sua construção.

A identidade é uma artificialidade, uma representação fortuita. Está em constante movimento. Dotada dessas características, é por meio da representação que a identidade e a diferença obtêm sentido, passam a ter existência. E mais: a representação permite que se problematize a relação da identidade e da diferença com os sistemas de poder, uma vez que é aquele que tem poder para representar que, por extensão, pode definir e determinar uma identidade.

Outra face da identidade, outorgada por sua relação com a linguagem, é o fato de ser movida pela repetição de dizeres. Embora o conceito de representação possa remeter ao de descrição, a identidade está constituída pela performatividade: insistir em alguns enunciados acaba por produzir o fato que eles, a princípio, simplesmente descrevem (basta lembrar que a linguagem nunca é inocente). Inserida em um contexto propício, uma sentença como “Ela é pouco inteligente”, quando repetida, é capaz de contribuir massivamente para o reforço de uma identidade. E, mudando o contexto (ou seja, a posição dos sujeitos em meio às relações sociais), o mesmo enunciado pode reforçar outras matrizes identitárias, porque estará ligado a outras redes de dizeres. Justamente por não possibilitar sua fixação a dada realidade é que a identidade é uma representação.

E, por outro lado, estando a identidade atrelada à repetição, esse movimento que a sustenta abre margem também ao questionamento, que pode

interromper a hegemonia no processo de construção da identidade. Contestar a supremacia de certos grupos na repetição de representações pode interromper a reprodução das relações de poder existentes, segundo Silva. **A identidade é uma produção social, e é no âmago das relações sociais (relações essas de poder, basicamente) que ela encontra subsídios para ser reproduzida ou questionada.**

As duas características apontadas acima como marcas constitutivas da identidade – a determinação pelas relações de poder e a repetição –, também são peculiaridades do discurso. Sendo um efeito de sentidos que resulta na produção da linguagem (e do sujeito), o discurso pressupõe a prática para que exista. E a prática, por sua vez, está atrelada ao social, às disputas de poder que movem a história. Logo, a afirmação de uma classe social sobre a outra advém da reafirmação daqueles saberes que lhe conferem tal posição, o que se dá via repetição daqueles sentidos que se sobressaíram ante outros possíveis. Portanto, poder e repetição se tornam aspectos presentes tanto na identidade quanto no discurso (provavelmente porque a identidade tem uma base discursiva; voltarei a esse ponto logo adiante).

Conforme se pode depreender até aqui, os Estudos Culturais defendem que a identidade e a diferença, por estarem em dependência do social, não são simplesmente definidas, são impostas; e não são harmoniosamente alocadas, são disputadas. Acredito que isso pode ser relacionado ao que diz Michel Pêcheux (1997b), calcado nos pressupostos althusserianos: a ideologia dominante não tem essa condição “*pela graça do céu*” (p. 144). Por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) é que a ideologia dominante é realizada e se realiza, e através de tal operação é que ela se torna dominante. No entanto, isso não autoriza pensar que a ideologia da classe dominante se realiza sem conflitos, o que poderia sugerir que cada classe teria sua ideologia: a dos dominantes e a dos dominados. A luta de classes é atemporal e um pressuposto, o que oferece condições de existência, sempre, a dois grupos hierarquicamente configurados, independente de se estar na esfera dos dominantes ou na dos dominados. Há uma contradição dialógica: sempre há um contingente mais forte, que dita as regras, e outro mais

fraco, que executa essas regras e luta para estar na posição superior (vir a ditar as regras). A disputa por uma identidade “forte” ou “fraca” é presença tanto entre a classe dominante quanto entre a dominada. E isso, mais uma vez, ressalta o caráter fragmentário e móvel da identidade.

Logo, a identidade está em intrínseca relação com o social e, assim, vê-se sujeita a processos de disputa de poder, materializados pela linguagem. A identidade é, portanto, tão difusa e descentrada quanto a base que a sustenta; não é um produto; é antes um processo, marcado por operações de diferenciação. Operações que estão em pleno movimento, por receberem determinações advindas das mais diversas direções.

Sobre a relação identidade e identificação no campo da Análise do Discurso, Dorneles (1998) registra que a identidade provém da relação do sujeito com formação discursiva (matriz de sentido) que o assujeita, enquanto que a identificação é resultado do processo de apropriação de já-ditos do interdiscurso²⁶, em meio aos dois esquecimentos (ideológico e enunciativo, conforme Pêcheux). Por conseguinte, ambas (identidade e identificação) têm a linguagem como o meio material que permite constatar sua ocorrência.

Aprofundando a questão, Dorneles explica que *os processos discursivos, com recurso à linguagem, linearizam anterioridade (pré-construído) e atualidade fazendo emergir sujeito e sentido na simulação do apagamento daquilo que lhes dá origem* (p. 88). Ou seja, ainda que identificado com uma região de sentidos recortada pela formação discursiva no interdiscurso, há, tanto no sujeito quanto no sentido que se produz (lembrando que, na Análise do Discurso, sentido e sujeito têm uma existência interdependente, concomitante), uma anterioridade que não consegue ser suplantada – é apenas denegada (denegação essa que conta, entendo eu, com a indeterminação do significante para tornar esse antes “uma presença ausente” que se deixa transformar). Os atravessamentos constitutivos do sujeito não sucumbem, ainda que o saber organizado pela forma-sujeito da matriz de sentido prevaleça, por fornecer ao

²⁶ Entenda-se, aqui, interdiscurso como o lugar em que estão todos os sentidos já produzidos, porém, sem o recorte ideológico. Voltarei a essa noção no próximo capítulo.

sujeito uma imagem de identidade – “sou o fulano”, “creio nisto e naquilo”, “discordo disto e daquilo”.

Para a Análise do Discurso, é possível tratar essa indeterminação e inconstância da linguagem que afeta tanto a identidade quanto a identificação pelo viés da falta, que marca o significante e, por consequência, o sujeito e o sentido (o sujeito é constituído pela linguagem, assim como o sentido). Não é possível estabelecer uma relação biunívoca entre um significante e um significado: um mesmo significante pode remeter a sentidos distintos, ou um mesmo sentido pode ser produzido por significantes diferentes, porque a identidade segue sendo determinada pelos processos outros que cindem o sujeito. Por outro lado, tampouco há, na identificação, meios pelos quais o sujeito possa precisar a maneira como se estabelece o vínculo entre a anterioridade e a atualidade (DORNELES, *ibid.*), uma vez que a atualização empreendida pela matriz de sentido joga com a ilusão de autonomia que tem esse sujeito no momento da enunciação; a identificação é, assim, silenciada pela identidade.

Os Estudos Culturais enfatizam que a diferença, princípio motor da identidade, é uma construção cultural e social, sustentada pela linguagem. Tal consideração, a meu ver, abre caminho para que se discuta o quanto a identidade é um processo comandado pela ideologia, materializada na luta de classes (nas *relações de poder*, como se refere Silva). Como afirma Michel Pêcheux (1997b), apoiando-se em L. Althusser, a ideologia, ao lado das relações econômicas, é a responsável pela reprodução/transformação das relações de produção de dada formação social – relações de produção essas que têm como princípio a luta de classes. E na prática da luta de classes é que a identidade se revela, através de atitudes de reafirmação ou de contestação por parte dos sujeitos acerca de suas posições (ideologicamente determinadas) e das imagens que constroem acerca de si e dos demais sujeitos.

A ideologia, ao determinar as posições que os sujeitos assumem nas relações sociais, atua na produção da identidade por meio de duas evidências, já adiantadas por mim no capítulo anterior: a evidência de “ser” do sujeito e a evidência do sentido. Tanto sua condição quanto o sentido do que diz parecem-

lhes claros, óbvios, inquestionáveis ao sujeito. No entanto, por vezes, essa aparente estabilização falha, constituindo uma via possível para que a contradição irrompa, dando margem ao questionamento, ao embate, à ruptura. Nesse instante, então, a identidade reafirma sua mobilidade e inconstância – e fragmentação, uma vez que, a fim de transformar seus elos com a força ideológica, o sujeito atém-se a outras matrizes identificatórias (alocadas no princípio da identificação, conforme expôs Dorneles), que não suplantam as anteriores e tampouco impedem dispersões futuras. E, vale destacar, todo esse processo é passível de observação porque está materializado no discurso, no modo como o sujeito lida com o significante na produção dos sentidos sem ter consciência sobre sua condição faltante.

Lidando com o universo simbólico, as ações de incluir e excluir marcam tanto a identidade quanto a diferença; é necessário estabelecer fronteiras entre “um dentro” e “um fora”, como lembra o ensaio de Silva (ibid.). A Análise do Discurso vê ambos os procedimentos no âmago das matrizes de sentido – as Formações Discursivas. Lembrando que determinam *o que pode e deve ser dito* (PÊCHEUX, 1997b, p. 160), elas dão, assim, condução aos sentidos, representando na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Estabelecer o que pode e deve ser dito é, ao mesmo tempo, determinar o que não pode e não deve ser dito, ou seja, é demarcar as fronteiras do sentido. Entretanto, esses limites estão cada vez mais fugazes, na medida em que eles não impedem o diálogo entre as regiões de saberes, seja por aliança ou por oposição. Em decorrência, o que se tem é um interior de natureza heterogênea²⁷, muitas vezes até contraditória, e uma porosidade de fronteiras. Assim, “o interior” tem muito “do exterior”, e a configuração do “interior” advém do “exterior” que lhe corresponde.

Trazendo isso ao processo de constituição da identidade, é possível entender porque ela é uma representação, na ótica dos Estudos Culturais, e uma *unidade imaginária*, conforme os pressupostos da teoria de Michel Pêcheux. Nas

²⁷ Sobre a heterogeneidade na Formação Discursiva, cito COURTINE, 1981. Voltarei a tal referência no capítulo seguinte.

duas perspectivas, o que está em jogo é a multiplicidade de atravessamentos que cindem a identidade, proibindo a idéia de produto, de algo fechado em si mesmo. Para os Estudos Culturais, a identidade tem seu fundamento graças às diferenças que a configuram por meio da linguagem; a identidade é uma diferença marcada pela linguagem em diálogo com os imperativos sociais. Para a Análise do Discurso, o sujeito está fragmentado em diferentes posições, cada qual com suas injunções; em decorrência, esse sujeito se apropria de distintos discursos para formular seu dizer. Isso atesta a determinação ideológica da identidade, que funciona justamente pela impressão de unidade que o sujeito tem de si próprio – ele ignora as apropriações de dizeres outros em tudo o que diz, bem como não tem consciência do direcionamento ideológico presente nos sentidos.

Ao apropriar-se de dizeres outros, estes são re-significados pelo sujeito, de acordo com o modo como a ideologia o determina. A repetição, então, ainda que aponte a um mesmo, abre espaço para a ruptura, e a partir desse movimento é que tem origem o discurso. Já os Estudos Culturais propõem que a repetida enunciação de uma sentença presumidamente descritiva leva à produção de um fato de identidade. A repetição, portanto, é princípio tanto do discurso quanto da identidade, sendo por isso o que garante o movimento e a dispersão de ambos.

Com base no que destaquei acima, acredito que um ponto de aproximação bem produtivo entre os Estudos Culturais e a Análise do Discurso no que se refere à identidade está na consideração dos vetores de força a que ela está subordinada. Os Estudos Culturais destacam as determinações sociais e o trabalho da linguagem na demarcação da diferença; a Análise do Discurso salienta a ideologia presente na luta de classes e, por extensão, na linguagem que a materializa. Portanto, por uma via teórica ou outra, não há como dissociar a identidade das peculiaridades da linguagem e do social. Resta ver, nas linhas seguintes, a implicação disso no que diz respeito à identidade feminina.

2.2 *Um recorte na noção de identidade formulada pelos Estudos Culturais: a questão de gênero*

Sendo um processo engendrado no social, a identidade de gênero, modo como os Estudos Culturais se referem às questões do feminino e do masculino, é forjada por práticas sociais feminilizantes ou masculinizantes. Tais práticas estão em consonância com as concepções de cada formação social, que estabelecem os comportamentos adequados para que cada sexo venha a ocupar sua posição nas relações sociais – posição essa que está previamente determinada.

A fim de aprofundar esses pressupostos, trago a leitura dos seguintes artigos: *Mulher: natureza e sociedade*, de Jacqueline Pitanguy de Romani, e *O machismo como sistema de representações ideológicas recíprocas*, de Mary Pimentel Drumont. Ainda que eles estejam um pouco defasados temporalmente (o ano de publicação de ambos é 1982), tentarei destacar argumentos que ratifiquem sua presença em meu trabalho. Ao final, proponho minha leitura para duas obras mais atuais, *Como se ensina a ser menina: O sexismo na escola*, de Montserrat Moreno (1999) e *A Dominação Masculina*, de Pierre Bourdieu (2005), que recuperam as idéias presentes nos artigos anteriores quanto à construção da identidade feminina no meio social. Incluo também algumas reflexões sobre a identidade feminina trabalhada pela luta feminista, através de trabalhos da historiadora Joan Scott (1990) e da pesquisadora Susana Funck (2002). Sendo a identidade de gênero um processo híbrido, penso que minhas discussões também o devam ser, passando por diferentes autores.

Início pelo artigo de Romani (1982). Nele, a autora confere bastante ênfase à discussão da suposta *essência do feminino* como algo construído pela cultura, materializada nas relações sociais. Logo, tal essência é uma imposição social e uma coerção ideológica.

O problema em entender a questão dos sexos masculino e feminino como circunscritos a prováveis essências diferentes está, como coloca a autora, na forma a-histórica e a-temporal como eles são concebidos. Dessa forma, as diferenças em relação aos papéis conferidos a cada sexo no plano social são

reafirmadas pelo princípio da natureza, deslocando, então, a assimetria entre os sexos das relações concretas que a produzem. Nesse sentido, o discurso acerca da inferioridade biológica do sexo feminino serve como mecanismo de ocultação do coercitivo ideológico presente nas relações de poder entre os sexos.

Entretanto, considerando a dialética dos sujeitos com a história, essa essência ou natureza está aberta a transformações, e a fim de evitá-las a cultura age em constante controle. Isso é, segundo a autora, o que justifica a presença de regras comportamentais destinadas a cada sexo, e em especial, às meninas, cuja fiscalização parece ser mais incisiva (elas são incitadas, desde o início, a ser “mulherzinhas”). A tentativa é a de reforçar, desde a infância, o que é “próprio” a meninos e meninas – basta observar as brincadeiras incentivadas e os contos de fadas –, contribuindo massivamente na formação da subjetividade de cada sujeito e no modo como ele atua na relação com os demais. Conforme resume Romani,

São inúmeros os exemplos de instrumentos de socialização para a conformação da identidade de gênero. Desde a infância, na construção do masculino e do feminino, relações sociais complexas – que interagem em diversos níveis: familiar, comunitário, políticas públicas etc. – se fazem presentes e se atualizam, não só no domínio das práticas, mas também no domínio psíquico, impregnado por representações inconscientes de assimetria sexual. Este domínio, no entanto, longe de ser um substituto a-histórico das relações sociais é, de fato, sua experiência a nível inconsciente, inconsciente que é, ao mesmo tempo produto e produtor de relações sociais. (p. 64)

Entender a identidade de gênero como intrinsecamente determinada pelas injunções sociais é atentar aos processos simbólicos de sua conformação. As representações destinadas a cada sexo polarizam atributos opostos e incompatíveis. A mulher é aquela dotada de submissão, paciência, calma, emoção e fragilidade, enquanto que o homem é o forte, o dinâmico, o racional. Tais oposições encerram o que Romani chama de tipologia do feminino e do masculino, uma vez que, de um lado, é polarizada a passividade, e de outro, a atividade.

A partir desses dois pólos, a autora abre uma discussão sobre os dois espaços marcados por meio do processo social de construção da identidade de gênero: o público e o privado. Ao universo masculino aproxima-se o espaço

público, aquele representado pelas instituições de caráter externo. O universo feminino, ao contrário, é referido ao espaço privado, cujo centro é o ambiente doméstico/familiar. Assim, no que tange à família, é pela figura masculina que a mulher consegue forjar um elo com aquilo que está fora daquele ambiente que lhe é “próprio” e “natural”: afinal, durante bastante tempo o homem foi o único responsável pelo sustento da família (era somente ele quem saía de casa para labutar), e o trabalho da mulher se restringia aos cuidados com o lar. Então, a presença da figura masculina foi sinônimo de provimento – financeiro e cultural – à mulher, o que reforçou diretamente a perpetuação dos papéis sociais determinados a cada sexo e contribuiu na matriz identitária de gênero que até os dias atuais ainda vinga como referência, inclusive àquelas mulheres solteiras ou integrantes do mercado de trabalho.

Dando prosseguimento a essas considerações, a autora afirma que a construção social da identidade de gênero conta com uma forte e eficiente aliada, a ideologia. É ela o mecanismo que “naturaliza” a sujeição aos padrões sociais impostos aos sexos e, no caso da mulher, contribui para a invisibilidade de seu processo de exclusão quanto ao espaço público, espaço em que reside o poder (p. 65). A presença da mulher em tal esfera, mesmo quando insistentemente existe, é vista como uma fuga ao padrão, como uma invasão, fazendo ser imediatamente necessária sua relação com o doméstico. A conquista profissional feminina não consegue ser vigorosa o suficiente para suprimir sua eterna ligação à “rainha do lar”: os postos de trabalho a ela destinados trazem, em sua maioria, a valorização daquilo que é tido como “a essência do feminino”.

A ideologia, então, funciona através da interiorização de um conjunto de verdades “absolutas”, incontestáveis, acerca da essência determinante de cada sexo. Sendo uma força de coerção, a ideologia está em íntima relação com a história de cada grupo social, ao acompanhar seus movimentos e construir/reproduzir padrões. Porém, tal força também admite falhas, e é por meio delas que as mulheres conseguem questionar a condição que lhes é imposta e manifestar atitudes de resistência, tal como vem fazendo a luta feminista nos últimos anos.

Como se pôde notar, o centro da discussão proposta por Romani em seu artigo é a construção histórico-social da identidade de gênero. Resultado de um processo calcado nas relações sociais, a identidade é determinada ainda pela ideologia e pelo simbólico, a fim de que sejam velados os princípios coercitivos a que está subordinada e, assim, seja “naturalmente” aceita pelos sujeitos. No que se refere à questão feminina, o processo identitário reforça práticas que apontam uma submissão ao sexo masculino, trabalhando, para isso, sob o conceito de essência do feminino, cujo pólo é a passividade e a conformação das mulheres ao espaço privado/doméstico. A historicidade que se constrói acerca do feminino conta com a opacidade do significante para forjar e propagar os sentidos conforme os imperativos sociais vigentes – conforme pretendo estudar no capítulo dedicado à análise das seqüências discursivas.

Abordando também o traço ideológico na conformação da identidade, Drumont (1982) enfatiza em seu artigo a determinação do machismo, que ela entende como *um sistema de representações simbólicas, (...) um ideal a ser atingido por todos os homens e acatado ou invejado pelas mulheres* (DRUMONT, 1982, p. 76). Esse ideal, por conseqüência, culmina em uma dominação que, de uso do argumento do sexo, *mistifica as relações entre os sexos e os reduz a hierarquias: o dominador sobre o dominado*.

Nesse sentido, para a autora, o machismo se configura como uma estrutura ideológica, articulada com os valores da classe dominante e com as instituições que visam ao controle da ordem social. Ele disponibiliza aos sujeitos modelos de identidade, de cunho normatizante e rotulados como próprios a cada sexo. Em decorrência, a relação entre homens e mulheres é uma relação de poder, legitimada pelo modo como a identidade de ambos os sexos é determinada.

O feminino, por sua vez, é alvo do machismo quanto a normas que dizem respeito não apenas às relações entre os sexos, bem como à aceitação e à naturalização de quaisquer outras formas de submissão da mulher a sistemas ideológicos. Por exemplo, a ideologia do consumo, a ideologia religiosa e a ideologia trabalhista, entre outras.

Dessa forma, entendo o machismo como uma força determinante do trabalho dos sentidos quanto ao feminino, pois se torna a referência para quaisquer outras identificações do sujeito (no caso, do sujeito mulher) em meio ao processo de construção da identidade; o machismo está diluído no discurso dominante. E, sendo a identidade algo em falta, ocultado por uma unidade imaginária, o terreno para que injunções machistas se perpetuem é bastante fértil. Na tentativa (frustrada, como venho argumentando) de preencher algo cuja condição primeira é a incompletude, inúmeros atravessamentos são possíveis ao sujeito mulher, mas sempre predominam aqueles cuja base é um discurso machista, porque estes são uma mera extensão do sentido produzido/reproduzido pelas práticas sociais ao longo dos tempos.

O machismo, então, para se manter preponderante, necessita de práticas para disseminar suas normas, ter como revalidados seus padrões de identidade. Acredito que um (senão o principal) dos espaços destinados a isso seja a escola, visto que ela incide em uma etapa importante da formação do indivíduo: é pela entrada no ambiente escolar que a criança passa a integrar uma outra organização social que não seja a sua família, e efetiva um contato mais expressivo com o significante, porta de entrada para as sobredeterminações no sujeito. Tais circunstâncias obrigam o sujeito em construção a lidar com outros sistemas simbólicos e hierárquicos que, por sua vez, servirão de base às posições que assumirá nas práticas futuras.

Conforme os pressupostos dos Estudos Culturais, a identidade de gênero é uma imagem, uma representação fomentada pelos sentidos construídos na/pela sociedade via linguagem. As palavras servem não apenas para nomear os fatos, seres e objetos, mas, inclusive, são fator determinante do modo como o conhecimento acerca da realidade é organizado pelos sujeitos em seu pensamento. Por trás das palavras há, para Moreno (1999), um inefável – aquilo que não pode ou, de tão “natural”, não necessita ser dito –, que, na condição de “sugerido”, perpetua-se.

Embora tudo isso ocorra no âmbito do inconsciente, é por meio do simbólico que se transmite aos sujeitos o modo de pensar e agir do grupo social a

que pertencem. Ou seja, é através da linguagem que se reproduz o sistema de interpretação vigente em dada sociedade, em certo momento histórico. É aí que entra a escola como um lugar privilegiado para a preparação dos sujeitos quanto à ocupação e à aceitação de seus “devidos” lugares nas relações sociais, até mesmo no que se refere à identidade de gênero, uma vez que seu principal instrumento é a palavra. A escola reafirma, de uma vez por todas, a dependência do sujeito ao simbólico, e todas as decorrências disso.

A escola, ao oferecer aos educandos modelos de conduta, educa os aspectos diferenciais entre os sexos, reforçando os estereótipos presentes na cultura (tais como a fragilidade das meninas e a robustez dos meninos). Esses modelos, então, atuam como *organizadores inconscientes da ação*²⁸, sendo compartilhados pelos indivíduos e transmitidos de geração a geração. Dessa forma, quando chegam à escola, meninas e meninos já trazem consigo uma gama infinita de preconceitos acerca da condição feminina na sociedade, por resultado da interiorização precoce de padrões de conduta discriminatória – processo esse facilitado pelo ambiente familiar, devido às práticas que o sustentam.

A rotina escolar contribui para o reforço das identidades de gênero forjadas pela cultura através de dois aspectos, basicamente: os conteúdos de ensino e a linguagem. Quanto aos conteúdos, estes contribuem na formação de padrões diferenciais de comportamento, com os quais a aluna ou o aluno deve identificar-se para ser “mais mulher” ou “mais homem”, mostrando-lhes, ao mesmo tempo, o valor diferente que a sociedade atribui aos indivíduos de cada sexo (MORENO, *ibid.*, p. 36). Como exemplos, têm-se os conteúdos históricos e matemáticos, cujos protagonistas são predominantemente masculinos.

No que se refere à linguagem, a autora questiona o que chama de *balança da equidade lingüística* quando é necessário usar uma forma comum para aludir a um grupo composto por meninas e meninos. A individualidade feminina dá lugar a uma denominação masculina: “os alunos que...”, “os meninos que...”, “aqueles que...”. *A menina deve aprender sua identidade sexolingüística para imediatamente renunciar a ela* (p. 38). Renunciar a um lugar na linguagem

²⁸ Tal expressão está presente na obra de Moreno.

é apenas uma das renúncias a que as meninas têm de se sujeitar ao longo das relações sociais, e a escola cumpre o importante papel de reforçá-la. Tendo a palavra como principal instrumento, a educação escolar toca em um artefato precioso da interpelação ideológica: a falta do significante, caminho pelo qual o sujeito é chamado a ocupar certos lugares no social e, assim, se deixa determinar e cindir pelos sucessivos atravessamentos (a historicidade dos dizeres) de que não há como fugir.

Bourdieu (2005), também aludindo ao papel da linguagem na conformação da identidade de gênero, põe em debate argumentos reunidos sob o rótulo da *violência simbólica*. Para o autor, a ordem simbólica carrega consigo elementos que permitem veicular esquemas de pensamento fundamentados em relações de poder. Por conseguinte, a identidade feminina se forja em meio a estruturas de dominação de cunho androcêntrico, que acabam por cercear – violentar – o sujeito mulher. As práticas sociais visam a eternizar e naturalizar condutas dominantes, e a existência da mulher é pensada unicamente em termos de subordinação e subalternidade. Logo, características como meiguice, passividade, falta de racionalidade e de objetividade, bem como o gosto pelo cuidado, integrantes da imagem do feminino, nada mais são que produtos da construção social dos corpos, determinada pelas relações entre dominador e dominado, ao longo da história, e gerenciada (silenciosamente) por agentes específicos. Ao que complementa o autor:

O efeito de dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus²⁹ e que fundamentam, aquém das decisões e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (ibid., p. 49-50)

O sujeito não é livre; a história faz com que ele assuma papéis, tome posições e compartilhe expectativas, inculcando e reproduzindo imagens quanto à condição que seu sexo lhe institui na trama das práticas sociais. A escola, nas considerações de Bourdieu, intervém nesse processo ao confirmar a manutenção, no efeito duradouro da dominação como marca do masculino e da submissão

²⁹ *Habitus* é uma forma de o autor referir-se às disposições dos sujeitos.

como marca do feminino, inculcando uma lógica identitária de conhecimento e desconhecimento, ao mesmo tempo espontânea e extorquida, graças ao veículo do simbólico – o significante. A escola reproduz e materializa modelos de conduta, inscrevendo nos corpos as estruturas sociais concernentes a cada gênero. A escola é um aparelho ideológico, já ensinou Althusser.

Como analista, a partir disso, retomo e saliento dois tópicos sobre os quais venho discorrendo ao longo deste capítulo: a primazia da ideologia e da linguagem no que se refere à identidade.

Entendo que o discurso é uma das formas de materialização da ideologia que, assim como ele, é feita de práticas. Tais práticas, no entanto, não apenas reproduzem as relações de dominação, na medida em que abrem caminho também para a transformação. Em se tratando da ideologia e do discurso, a linguagem, por seu caráter simbólico, é o meio para que isso ocorra.

A relação dos sujeitos com o mundo é constituída pela linguagem, porque pela linguagem também é constituído o sujeito. Logo, a identidade é determinada pelas mesmas circunstâncias que afetam o simbólico: a falta, a falha, a incompletude, os atravessamentos – e a ideologia, que impõe uma diretriz aos sentidos que se forjam a partir do simbólico. Se o sujeito se marca no momento em que emergem os sentidos, os quais estão ideologicamente determinados, não há possibilidade de desvincular a identidade da ideologia, que se materializa via discurso, e da linguagem, que por sua vez, materializa o discurso. O ciclo engendrado por esses três elementos (ideologia, linguagem e discurso) na identidade é aberto, instável e inacabado, ilusoriamente organizado – daí, a identidade como *unidade imaginária*.

Percebo que as obras que escolhi para discutir a influência da escola na construção da identidade de gênero chegam a conclusões semelhantes, por caminhos um pouco diferentes. Pude notar em seus argumentos a consideração de que a linguagem é ideológica, assim como as relações sociais que ela possibilita. No entanto, senti falta de uma colocação a respeito da consequência disso na identidade enquanto algo em processo e, por isso, falhado, atravessado, contraditório a si mesmo. Por vezes, tive a impressão de que a identidade do

sujeito feminino está condenada à submissão ao androcentrismo, e só a ele. Ficaram silenciadas as outras formas de coerção ideológica a que a identidade feminina se subordina, como as questões econômicas, religiosas e estéticas. O que se chama de androcentrismo, ou seja, a primazia da posição masculina como centro de ações, pensamentos e sentimentos, perpassa outras esferas e recebe insumos delas, remodelando-se, então. As relações sociais são determinadas não apenas pelos sujeitos envolvidos, mas também pelos contextos situacionais em que se efetivam, pelo momento histórico e suas injunções, tendo implicações diretas na formulação da identidade que os sujeitos têm acerca de si. A meu ver, isso ficou ausente ou foi pouco abordado nas discussões; entretanto, devo retornar a tal questão no momento de análise do *corpus*, haja vista que os textos de onde foram recortadas as seqüências discursivas foram produzidos dentro do ambiente acadêmico (escolar, educacional).

Outro ponto ausente das considerações acerca da identidade de gênero que a escola forja é o seu caráter fragmentário, disperso. Entendo, conforme já expus em outros momentos desta dissertação, que o sujeito está fragmentado nas distintas posições-sujeito marcadas em seu dizer. Tal dispersão é possibilitada pelos modos como ele se relaciona com as matrizes de dizer (as formações discursivas), que recortam a ideologia. Além disso, o discurso é algo aberto e em movimento, o que permite a inserção “dos outros” no “um” e, inclusive, a entrada desse “um” nos “outros” – ou seja, a presença (ou ressonância) de múltiplas vozes, estejam elas em aliança ou oposição, advindas de outros sujeitos, é o princípio do discurso. Portanto, a identidade não pode ser entendida como fechada a si mesma: há um traço do sujeito em dimensões que ele próprio desconhece, e marcas de sujeitos estranhos, desconhecidos a ele na imagem que acredita representar o seu ser, graças aos lugares que a linguagem lhe permite ocupar.

A ausência da fragmentação na identidade não é condição apenas das obras de Moreno e de Bourdieu; é marca também dos artigos de Romani e Drumont. Talvez esse seja o ponto que pontua a fronteira entre as considerações desses autores e a concepção discursiva para o conceito de identidade.

Entretanto, com suas peculiaridades, as quatro publicações consideram a ideologia como força determinante da noção de identidade, e isso justifica a presença delas aqui.

2.3 Identidade feminina e historicidade: o feminino e o movimento feminista

Não há como pontuar o que caracterizaria a essência do feminino ou do masculino, porque tal essência não existe. Logo, o conceito de gênero surge no movimento feminista como uma forma de questionar os atributos biológicos como definidores exclusivos daquilo que constitui “o próprio” de cada sexo, bem como as devidas conseqüências dessa visão limitada pela dicotomia *homem/mulher*.

Nesse sentido, conforme salienta Marondin (1997, p. 9-10), o termo gênero é empregado para fazer referência *aos aspectos psicológicos, sociais e culturais* constitutivos das identidades feminina e masculina. Assim, questões ligadas à biologia, à anatomia ou à atividade sexual ficam em um plano secundário, na medida em que o mais relevante na configuração do gênero são as expectativas sociais destinadas aos sujeitos ao longo dos tempos.

Sob o rótulo do “natural”, do “próprio”, fixam-se nos sujeitos padrões de comportamento, que estão de acordo com outros determinantes, como os de cunho econômico, cultural e histórico. Portanto, o conceito de gênero vai além do constituinte biológico, uma vez que este não dá conta da cadeia de determinações que configuram “o ser mulher” e “o ser homem”. O gênero é uma construção histórica e social; logo, variável, pois esses aspectos nada têm de estáticos ou inertes. E os estudos feministas incidem justamente nesse ponto: na tentativa de compreensão das conseqüências sociais advindas de tais circunstâncias para os lugares culturalmente reservados ao feminino.

Quando surge pela primeira vez, o termo gênero é empregado pelas feministas americanas para ressaltar o caráter fundamentalmente social das distinções sobre o sexo (SCOTT, 1990). Com tal proposta, o intuito era discutir a

noção relacional que estaria por trás da compreensão daquilo que caracterizaria cada sexo, ou seja, não se poderia definir o feminino sem cotejá-lo com o masculino, e vice-versa. A partir disso, um novo olhar poderia ser destinado à história (e ao social), uma vez que a mulher passaria a ter sua presença criticamente reexaminada – ao lado de categorias como classe e raça, o gênero também seria algo relevante na análise dos processos históricos, na remissão ao passado a fim de se compreender o presente.

A partir dessa primeira aparição, pelo menos três outras abordagens decorreram. Como resume Scott (ibid.), houve uma de cunho feminista, em que o objetivo maior era explicar a subordinação das mulheres em meio ao patriarcado. Outra estava situada na tradição marxista, tendo na história o campo para buscar argumentos materiais que justificassem as origens e transformações dos sistemas de gênero, ao lado do desenvolvimento dos modos de produção. Por fim, uma terceira perspectiva englobava o pós-estruturalismo francês e as teorias de relação do objeto, objetivando compreender tanto a produção quanto a reprodução da identidade de gênero nos sujeitos, desde os princípios psicanalíticos.

No entanto, a autora afirma que apenas no final do século XX é que o conceito de gênero foi utilizado como categoria de análise histórica dos sistemas de relações sociais. Do que destaca:

O termo gênero faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens. (ibid., p. 14)

Enfatizando essa necessidade de se incluírem as questões de gênero na compreensão das relações sociais, Scott propõe a sua definição para o termo. Assim, desmembra sua proposta em duas direções, interligadas: *o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e também é um primeiro modo de dar significado às relações de poder* (p. 14). Em decorrência, é necessário considerar os símbolos culturalmente referendados, os conceitos normativos deles subseqüentes, as

instituições junto à política para a organização social que elas emanam e a conformação subjetiva presente na identidade.

Ou seja, na proposta de Scott, a historicidade está no centro das questões de identidade de gênero, uma vez que os movimentos das práticas sociais não apenas reproduzem e confirmam os padrões esperados para cada sexo, como também podem ser geradores de transformações, pela via do questionamento. Logo, como analista do discurso, entendo esse ponto como fundamental na compreensão do feminino, pois acredito que o discurso, enquanto prática, materializa processos que estão inseridos na história, no longo trajeto percorrido pelos sentidos em meio às injunções sociais. Os sujeitos estão na história; estão impelidos a atribuir sentido a sua existência, partindo da imagem que fazem de si próprios – imagem essa que vem do lugar social que a história, por meio do simbólico, lhes confere. **Em consequência, não há como negar o fato de que o feminino (assim como o masculino) é uma construção histórico-social, na medida em que tem por base práticas cujo sentido está historicamente consolidado.** As transformações quanto ao papel de cada sexo, quando surgem, não são capazes de silenciar a história que as torna possíveis. O discurso, então, surge como a instância de materialização dessas questões, as quais pretendo investigar na análise das seqüências discursivas.

Colling (2004, p. 28) afirma que o surgimento das questões de gênero tem por objetivo a inclusão, no que chama de *história global*, da *dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural*, ao contrário – é algo socialmente construído e *incessantemente remodelado*. Discordo da autora no que se refere ao final desse seu raciocínio.

Não acredito que o conceito de gênero seja *incessantemente remodelado* pelas práticas sociais, porque as próprias práticas sociais não têm um caráter tão mutante assim; são graduais. Basta lembrar que elas estão alicerçadas no histórico, e a história não muda a todo o instante. São necessários acontecimentos pontuais e extremos, capazes de mudar o curso até então seguido pelos sentidos, para que se configure uma mudança histórica e, por conseguinte, uma mudança nos papéis sociais. E a Análise do Discurso entende que esses

acontecimentos devem gerar novas matrizes de sentido, que subseqüentemente serão organizadas por novas posições-sujeito, que, por sua vez, pontuarão outras diretrizes para o processo de identidade discursiva a que os sujeitos se submetem.

Pensando na identidade feminina, torna-se mais concreta essa questão. Foi o advento da pílula anticoncepcional um acontecimento marcante nos discursos acerca do feminino, uma vez que possibilitou às mulheres manter relações sexuais sem o objetivo exclusivo da procriação. Ou seja, tal fato foi um marco na história, estabelecendo um antes e um depois quanto aos sentidos que constituem o “ser mulher”. Efeitos de sentido emergiram a partir disso, determinados por diferentes formações ideológicas (mais conservadoras ou mais liberais, por exemplo), as quais, por sua vez, foram recortadas por diferentes matrizes de saber (ligadas à religião ou à medicina, por exemplo) e se materializaram em tomadas de posição (posições-sujeito) distintas (favoráveis ou contrárias à idéia de “liberação sexual”). Isso não foi um acontecimento isolado; se faz presente ainda hoje pelos sentidos que fomentou, pela memória que produziu, pelas identificações que possibilitou. Na análise das seqüências discursivas, é esse olhar ante a história que pretendo exercer.

Segundo esse mesmo trabalho de Colling, *a condição das mulheres (...) é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos* (p. 29). Novos discursos não surgem a todo instante, tampouco novas posições para os sujeitos. Conforme venho insistindo, os acontecimentos históricos são a base para novos acontecimentos discursivos (novos efeitos de sentido), o que não se dá sem que haja condições propícias. A mutabilidade da identidade está, a meu ver, na relação entre o sujeito e a historicidade, por meio do modo como ele lida com a falta característica do significante e se deixa afetar pela exterioridade. Na obstinação de preencher e silenciar essa falta, o sujeito estabelece distintas relações com a historicidade, forja novos vínculos com a rede de sentidos preexistente, transformando, conseqüentemente, essa historicidade e a imagem que faz de si mesmo, porque se lança à multiplicidade, à dispersão.

“*Incessantemente*” remodeladas, penso, podem ser a relação do sujeito com os pré-construídos acerca de cada sexo, as conformações de seu desejo (entendido aqui como *modo de produção, construção de algo*, em consonância com os imperativos da dada realidade, na linha de Guattari e Rolnik [1986]), a vinculação com os saberes da matriz de sentido que o determina, não a dinâmica histórico-social que engendra tais processos.

E, baseado nessas discussões sobre o gênero, ganhou força o chamado *feminismo da segunda onda*³⁰. Conforme descreve Funck (2002), as origens do movimento estiveram atreladas à prática política do meio acadêmico, orientadas pela discussão em torno do caráter *masculinista da produção intelectual* e pela proposta de uma posição revisionista frente a isso, com o intuito de que a mulher obtivesse uma maior visibilidade cultural e social. À medida que se foi teorizando a respeito da condição hegemônica masculina, através do conceito de gênero, foi possível pensar além dos aspectos sociais lançados sobre o sexo biológico, problematizando também as circunstâncias pelas quais a materialidade dos corpos é (re)construída, a partir da determinação dos significados mobilizados para cada sexo nas práticas cognitivas. Logo, a autora conclui que

(...) é preciso repensar e reformular as noções de corpo e de gênero, desconstruindo as tradicionais oposições binárias entre o cultural e o natural, e entre o feminino e o masculino. O grande desafio, no feminismo como fora dele, é o de desenvolver novas perspectivas conceituais baseadas em modelos abertos e plurais. (p. 98)

Ser mulher ou ser homem implica uma tomada de posição distinta (e hierarquicamente organizada) nas práticas sociais, sendo a linguagem o meio de sua reafirmação – e dispersão, a possibilidade de sua pluralidade. Conforme já enfatizei anteriormente, não consigo perceber o caráter fragmentário da identidade nos trabalhos acerca da identidade feminina pela ótica dos Estudos Culturais – à exceção do artigo de Funck (ibid.), que abre margem à multiplicidade na discussão do gênero pela ótica feminista contemporânea. Se o

³⁰ O *feminismo da segunda onda* surgiu a partir da década de 1960, promovendo um forte abalo às bases filosóficas, ao contestar o sistema capitalista e os valores tradicionais até então vigentes. Anterior a ele, o *feminismo da primeira onda* ocorrera já no século XIX, quando diversas autoras contestavam a posição destinada às mulheres no mercado de trabalho. O movimento feminista, logo, precede as questões de gênero.

histórico e o social são constitutivos dessa imagem que o sujeito faz de si, como não considerar os atravessamentos que nele operam? Como não tratar das contradições que nele se instalam³¹? Como não refletir sobre o modo como outros sujeitos, desde suas expectativas, seus dizeres, se fazem presentes naquilo que o sujeito pensa de si, bem como sobre o fato de ele também estar presente nas imagens que os outros sujeitos fazem de si próprios? Como não questionar a repercussão disso nas práticas dos sujeitos? Esses aspectos também são sociais, também são históricos, ainda que sejam materializados pelo significante e repercutam no inconsciente. Assim, por representar a união do simbólico (a linguagem, materialidade lingüística), da história (a luta de classes que movimenta os sentidos) e do inconsciente (a consolidação do efeito de evidência, que deixa imperceptíveis tanto a fragmentação quanto as sobredeterminações para o sujeito), entendo que o discurso é a principal via para a compreensão dos mecanismos que engendram o processo de construção da identidade de gênero.

Ao construir minha leitura para cada um dos trabalhos que discuti neste capítulo, procurei trazer, em diálogo, algumas noções da Análise do Discurso que julguei serem pertinentes quanto ao que estava sendo tratado. Tentei não perder de vista o argumento que, desde o capítulo destinado à abordagem psicanalítica, busco sustentar: **a identidade é um processo, portanto, uma unidade imaginária, constantemente desestabilizada e (re)construída devido à falta que a caracteriza.** No próximo capítulo, abordo o modo como a prática do discurso materializa tal concepção de identidade.

³¹ Scott (ibid.) faz uma pequena referência às contradições, quando trata da presença do simbólico na conformação do gênero. No entanto, não o vincula à fragmentação.

3 A Identidade Discursiva: Os Pressupostos da Análise do Discurso

Neste terceiro capítulo, tenho por objetivo revisar os principais conceitos da teoria iniciada pelo francês Michel Pêcheux, a fim de melhor circunscrever meu objeto de análise. Conforme afirmei nos capítulos anteriores, alguns termos e definições caros à perspectiva discursiva já foram por mim adiantados, sendo este, então, o momento de voltar a eles para contextualizar e aprofundá-los.

É importante ressaltar que a Análise do Discurso não apresenta um método de análise preestabelecido, uma vez que a teoria é construída conforme as necessidades da investigação proposta pelo analista. Então, é isso o que explica o fato de que trabalhos por vezes tão distintos (pois mobilizam diferentes noções do universo do discurso) tenham em comum apenas o fato de se inscreverem no “amplo guarda-chuva” da teoria de Pêcheux. E, também, o princípio de que a Análise do Discurso é uma teoria em permanente *(re)construção* – desde seus primórdios, a marca indelével de seu fundador (cuja formação primeira é a de filósofo, vale ressaltar) foi a constante reflexão sobre o que postulava, ainda que isso resultasse na desconstrução do que antes fora posto, como bem lembra Malidier (2003).

3.1 O surgimento da Análise do Discurso³²

A Análise do Discurso (AD) surgiu no final dos anos de 1960, na França, como *uma teoria materialista dos sentidos*. A idéia inicial de seu fundador, o filósofo francês Michel Pêcheux, era a de construir uma máquina de leitura, um mecanismo informatizado de interpretação, um dispositivo técnico de apreensão de sentidos, sustentado por uma teoria não-subjetiva para tratar da

³² Tomo como base para as considerações que seguem a obra *A inquietação do Discurso*, de Denise Malidier (2003), além dos apontamentos registrados por mim durante as aulas das disciplinas de *Fundamentos em Análise do Discurso* e *Teoria da Análise do Discurso*, ministradas pelas professoras Maria Cristina Leandro Ferreira e Freda Indursky, respectivamente, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2004.

subjetividade. Ao lado de Michel Plon e de Paul Henry, ele conseguiu formar um grupo com atividades regulares no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), a fim de estudar seu objeto – o discurso – sob uma perspectiva que rompesse com três grandes forças hegemônicas de pensamento: o Estruturalismo, tão vigente na época a ponto de ter suas fronteiras para além da Lingüística; a Análise de Conteúdo, que tinha por intuito percorrer o texto para simplesmente codificá-lo, pois acreditava que o sentido era uno e transparente; e a Psicologia Social, cujo sujeito era dotado de uma essência centrada, superficial e a-histórica.

A partir desses rompimentos, as velhas formas de pensamento entram em crise, abrindo um próspero espaço para o surgimento da AD. O momento é mais que oportuno: como lembra Malidier (ibid.), o percurso de Pêcheux teve seu ápice em 1975, justamente quando a mudança na conjuntura teórica francesa ganhou grandes proporções. Não havia mais lugar para a globalização nem para o positivismo; o centramento não era mais o traço de onipotência do ser; as injunções da vida política entranharam-se de vez nos sujeitos. A Análise do Discurso veio, logo, como uma tentativa de preencher o vazio teórico que eclodira graças às transformações sociais, aliando a ciência à militância política. A idéia era transformar as Ciências Sociais, mostrando-lhes de vez a necessidade de seu engajamento na luta política, segundo Malidier.

A fim de tratar da materialidade do objeto discurso, a AD é produto da articulação de três regiões do conhecimento científico, que constituem seu quadro epistemológico: o *materialismo histórico*, a *lingüística* e a *teoria do discurso*. Articuladas e atravessadas por uma teoria da subjetividade, de natureza psicanalítica, essas regiões são responsáveis pelo tripé fundador da AD: a *história*, a *língua* e o *sujeito*. Cada um destes conceitos se vê transformado por uma teoria que, buscando a compreensão dos processos concernentes à produção dos efeitos de sentido, conclama tudo o que apenas **aparentemente** está em uma esfera exterior à linguagem. O discurso é constituído por uma trama de processos histórico-sociais alicerçados na e pela linguagem, devido ao seu caráter simbólico, dando com isso possibilidade de existência ao sujeito: eis o mote da Análise do Discurso.

3.2 A história, a língua e o sujeito em *Análise do Discurso*

Por meio das considerações que apresento a seguir, tenho como intuito aprofundar a relação entre história, língua e sujeito em AD, discutindo a maneira como o discurso se converte no nó que engendra essas noções. E, inclusive, ver a pertinência dessas para aquela outra noção que está no foco desta dissertação: a identidade discursiva.

Para ser um analista de discurso, é necessário abrir mão da segurança garantida pelo trabalho com o universo logicamente estabilizado, para que nos deixemos levar pela busca de outras respostas e de outras perspectivas, conforme venho tentando mostrar ao longo deste trabalho. Assim, começo discutindo o primeiro, senão o principal conceito que conclama um novo tratamento – o de língua, para por meio dele chegar à história, ao sujeito e, finalmente, ao discurso.

A *Análise do Discurso* vê a língua como a base material que possibilita a produção de textos; como uma cadeia de significantes cujo significado nunca é uno ou transparente. Sendo assim, a língua está condenada à falha, porque os sentidos sempre podem ser outros e, também, porque não há significantes suficientes para simbolizar a realidade. Isso justifica as incompletudes, as ambigüidades e os equívocos com que freqüentemente nos deparamos (FERREIRA, 2000). Estes nada mais são do que nossos tropeços na tentativa de completar algo que é, desde sua natureza, incompleto, imprevisível e não-sistemático. Longe de um sistema fechado, a língua da *Análise do Discurso* é uma rede sustentada por seus poros – os pontos que lhe escapam. Ela traz em si o impossível, como bem caracterizou Milner (1987). A respeito disso, assim se pronuncia Pêcheux (2004, p. 52):

(...) J.-C. Milner, retomando algumas formulações de Lacan, designa “aquilo pelo qual, com um só e mesmo movimento, há língua (...) e inconsciente. (...) A tese defendida por Milner relaciona, assim, inteiramente, a possibilidade da lingüística com aquilo que a língua contém do impossível, “impossível de dizer, impossível de não dizer de uma determinada maneira”. (...) O real da língua é, portanto, o impossível que lhe é próprio.

Compreender a língua dessa maneira é tratar o sentido, então, como algo inconstante, que se desloca, se modifica, se produz no deslize do sujeito,

uma vez que é afetada pelo inconsciente (que se mostra tanto nos explícitos quanto nos mais sutis tropeços em meio ao jogo com o simbólico). Logo, se ela está organizada como um sistema, o modo como estão dispostos seus elementos não é nada “organizado” ou homogêneo, tal como imaginou Saussure: pelo princípio do impossível de Milner, a noção saussuriana de valor é drasticamente transformada. Pêcheux (ibid.) lembra que o elemento em ausência não é, necessariamente, o oposto, o contrário daquele que está presente, ou seja, *a ausência de um conceito não produz seu simples contrário*. Há uma ampla possibilidade de sentidos autorizada pelo significante, o que ratifica o equívoco a que o sujeito está desde sempre fadado – pela determinação do inconsciente.

No entanto, não cabe partir da premissa de que o sentido pode ser qualquer um. O papel da história na Análise do Discurso incide justamente aí. Ela marca a língua fornecendo uma baliza ao sentido (ORLANDI, 1999). Confere, por essa intervenção, a historicidade ao dizer. Milner não trata dessa questão, e isso se torna o ponto de afastamento entre Pêcheux e ele.

A AD entende a história a partir da perspectiva do Materialismo Histórico de Marx e Engels. Nesse sentido, a história não pode ser pensada desconsiderando-se as relações de trabalho e de produção. Elas movem a luta de classes determinante das relações político-sociais e são uma materialização da ideologia.

Pela atuação da ideologia, o sujeito é livre para se submeter, pois acredita que tanto sua condição quanto o estado da realidade ao seu redor sejam “naturais”. A partir de tal condição – contraditória, como se vê –, é que os homens se tornam sujeitos na história, ou seja, passam a integrar o conjunto de forças que lhes é preexistente, assumindo o lugar, a posição a que são chamados. Propondo uma retomada crítica desses princípios presentes no artigo *Ideologia e os Aparelhos Ideológicos do Estado*, cuja autoria é de Louis Althusser (seguidor de Marx), Pêcheux os coloca em seus estudos no que tange às questões do sujeito e do sentido. Assim, ele entende a ideologia desde o resultado de seu funcionamento: a *interpelação*, conversão dos indivíduos em *sujeitos ideológicos*. Conseqüentemente, estando a ideologia nos sujeitos, ela está

também na base das relações sociais e nas práticas de produção/reprodução/transformação dos meios de produção com que eles têm de interagir. E a contribuição de Pêcheux vem justamente para mostrar que isso só é possível porque a ideologia está, primeiro, na linguagem, que materializa os sentidos historicamente construídos no momento em que é constitutiva dos sujeitos. A ideologia chega aos sujeitos através da linguagem, do simbólico que os constitui³³.

Tendo como real a contradição ideológica, a noção de história defendida pela AD está em consonância, portanto, com o movimento suscitado pela luta ideológica de classes. A determinação histórica do sentido se assemelha a uma espécie de memória de dizeres, uma vez que ela possibilita o que é dito agora (por trazer o que foi dito antes) e, ao mesmo tempo, embasa o que será dito depois. O sentido se forja conforme as circunstâncias histórico-sociais em que se encontra o dito, isto é, está em relação com as injunções de um momento específico, as quais “insistem” em se fazer lembrar – ou esquecer –, sem que os sujeitos delas possam escapar.

A AD trabalha, assim, entre o possível e o historicamente determinado, vendo como a língua (no discurso) trabalha com isso em seu impossível. Conforme afirma Paul Henry (2003), *a história não é evolução, nem cronologia, mas, sim, sentido*. A significação é histórica porque é determinada pelas condições sociais de sua existência. Conseqüentemente, à Análise do Discurso não interessa a historiografia, pura descrição de fatos com suas referidas datas (do mesmo modo como não interessa a língua da lingüística estrutural). O importante é observar que qualquer acontecimento histórico só permanece “vivo”, vem à tona, porque faz sentido, suscita um gesto de leitura – uma interpretação (ORLANDI, 2004), materializada pela língua (que está, por sua vez, ideologicamente determinada). Considerar o sentido pelo viés histórico é, portanto, ratificar opacidade do significante e, por extensão, deixar em aberto a possibilidade de equívoco.

³³ Tal formulação tem por base os apontamentos das aulas a que assisti na disciplina de *Fundamentos em Análise do Discurso*.

Se a língua é a base material historicamente constituída/ ideologicamente determinada, com a qual os sujeitos produzem textos, estes, por sua vez, são a materialidade dos processos discursivos que originam o discurso. Constituído por práticas, o discurso é entendido como um “efeito de sentidos” entre os interlocutores (PÊCHEUX, 1997a, p. 82). Tal efeito é diretamente determinado pelas imagens que cada interlocutor tem de si, do outro e do referente (as formações imaginárias), as quais também são histórico-sociais – na verdade, elas apontam a lugares sociais, a posições; não a sujeitos reais, específicos. Logo, o discurso pressupõe uma materialidade lingüística, a que não se limita.

A partir disso, é possível entender que o discurso apresenta uma ordem que lhe é própria, resultado da articulação entre a ordem da língua (materialidade histórica dos processos de significação) e a ordem da história (materialidade simbólica da relação do sujeito com o mundo) (ORLANDI, 2004). É pela presença da história, constitutiva da língua e do sujeito, que as práticas discursivas mudam e, ao mesmo tempo, mantêm sentidos. O equívoco, a ambigüidade e a opacidade, característicos do significante, atestam a falha da língua, na história, e se convertem em “pistas” para que o analista possa chegar ao discurso (FERREIRA, 2000).

O discurso é, portanto, o espaço de relação entre língua, história e sujeito. Nas tramas do discurso, cada um desses elementos tem seus limites questionados, uma vez que todos estão imbricados, sobrepostos.

Com essas considerações, penso que fecho o ciclo que engendra a Análise do Discurso: **pelo discurso, o sujeito está subordinado à língua, que está historicamente determinada**. Resta vasculhar um pouco mais as idiossincrasias do sujeito do discurso e sua relação com as outras noções da teoria de Pêcheux para, então, tocar com mais ênfase na questão que me motiva: a identidade discursiva.

No entanto, a partir do que já foi exposto aqui, posso inferir que será através do discurso materializado pelas produções textuais das alunas que poderei observar sua inserção na história dos dizeres acerca do “ser mulher”. O

desejo de completude, de fechamento dos sentidos será um *a priori* dos sujeitos constante em todos os recortes, lançando-os, ao contrário, à trama de sentidos que o significante lingüístico, desde sua falta inata, não consegue conter. Dessa forma, estando a existência do sujeito em dependência do simbólico – que, por sua vez, é diretamente determinado pela história quanto aos sentidos que nesse sujeito se constroem –, não posso perder de vista que o processo discursivo em torno da concepção de identidade feminina engendra uma série de já-ditos. E esses já-ditos reforçam o papel que as práticas sociais, ao longo dos tempos, vêm destinando ao feminino, bem como atestam o descentramento e a fragmentação que caracterizam o sujeito e a identidade.

3.3 O sujeito do/no discurso

O conceito de sujeito é nodal em Análise do Discurso. A AD não trabalha com um sujeito empírico, conforme venho afirmando, e isso abre margem a uma série de possibilidades. Procurarei passar rapidamente por pelo menos duas delas, opostas aos princípios que regem esta noção conforme os contornos que ela foi ganhando ao longo dos textos de Pêcheux, para então tratar especificamente de seus desdobramentos discursivos. Por meio dessa diferenciação, penso que consigo conferir maior ênfase às peculiaridades que cercam o sujeito da teoria de Pêcheux.

Émile Benveniste, em *Problemas de Lingüística Geral I e II* (1991), não propõe claramente uma definição de sujeito. No entanto, segundo o que se pode depreender de seus escritos, ele entende que o sujeito é aquele que se apropria do sistema lingüístico – o *aparelho formal da enunciação* – no momento em que se intitula como *eu* face a um outro, o *tu*, na interação verbal. A língua é, assim, uma estrutura “a serviço” do sujeito, pois, por meio de certos recursos (os dêiticos, basicamente), ela permite que este marque sua presença, sua existência. Em suma, o sujeito benvenisteano é aquele que toma para si o aparelho lingüístico para enunciar, ou seja, transmitir informação. A subjetividade decorrente disso, logo, é um tanto “individualista” (ORLANDI,

1986), haja vista que não evidencia qualquer relação do sujeito com a ideologia e/ou com o inconsciente.

Para Michel Foucault, mais precisamente em *A arqueologia do saber* (2002), a categoria sujeito tampouco é vinculada ao indivíduo empírico. O sujeito é algo que se produz no interior dos enunciados, ou seja, está condicionado à função enunciativa, ao ato de pronunciar. Não há subjetividade. É como se os enunciados, historicamente dados e dispersos, trouxessem em si um espaço vazio destinado à ocupação pelos indivíduos enunciadore, que só por meio disso podem enunciar. O sujeito é, assim, uma categoria virtual, atualizada conforme a apropriação realizada pelo enunciador – apropriação essa que está de acordo com o lugar dele na instituição de que faz parte. Recorrendo a tal premissa, Foucault não trata nem da ideologia nem do inconsciente no sujeito.

Trazendo os trabalhos de Benveniste e Foucault, quis ressaltar que, tendo em comum com a Análise do Discurso o fato de o sujeito não se resumir ao indivíduo, há questões outras que eles não tocam, e que são primordiais na esfera discursiva – e, particularmente, na noção de identidade. A fim de elucidá-las, começo agora a perscrutar os principais textos de Michel Pêcheux.

Entendo que os escritos de Pêcheux direcionam a definição da noção de sujeito para dois caminhos. Em 1969, em *Análise Automática do Discurso* (AAD), o sujeito é concebido como sendo uma posição, um lugar imaginário de onde o enunciador parte para se pronunciar. Em 1975 (principalmente em *Semântica e Discurso*), abre-se o espectro dessa questão, e Pêcheux reforça a aproximação entre sujeito e interpelação ideológica, afirmando que este é determinado pelo inconsciente e pela ideologia, sendo, logo, descentrado, *sempre-já dado* (PÊCHEUX, 1997b, p. 133). Vejamos isso melhor, para averiguar como repercute na reflexão acerca da identidade discursiva.

Quando, em 1969, define discurso como *um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B*, Pêcheux tem a preocupação de salientar que, em hipótese alguma, está fazendo referência a pessoas físicas, seres humanos individualmente diferenciados na realidade objetiva. Contrariamente, A e B representam tomadas de posição distintas ante a realidade construída por dada relação social,

representadas no discurso. Elas (as posições) marcam sua presença no que é dito; porém, essa presença surge transformada pelas *formações imaginárias* – imagens que tanto A quanto B atribuem a si e ao outro, bem como ao que é o referente do discurso (a situação de que este trata). A e B têm uma imagem de seu lugar e do lugar do outro, resultado das regras de projeção da formação social em que se incluem. A partir dessas imagens – cuja correspondência não é biunívoca, vale acrescentar –, tem-se a *antecipação* como marca indelével do discurso, uma vez que será ela a responsável por todas as decisões de A e B³⁴. Ou seja, a antecipação derivada das imagens dá os contornos ao discurso.

Ainda a respeito das representações imaginárias, Pêcheux destaca que elas resultam de processos discursivos anteriores, abrindo, com isso, a possibilidade para que se aproxime a antecipação à historicidade – aos já-ditos e às expectativas circulantes na história, fatores que os enunciados trazem consigo.

Portanto, até esse momento, o sujeito da Análise do Discurso é um lugar social; é uma tomada de posição calcada em um antes.

Se, tendo como respaldo apenas essas primeiras considerações de Pêcheux acerca do sujeito, eu tivesse de pensar em uma definição para **identidade discursiva**, diria que ela é, como o sujeito, um lugar. Lugar que uma dada formação social possibilita que se ocupe, de acordo com a história (via imagens) dos demais lugares em disputa na “arena” que o discurso representa. Talvez dissesse o sujeito, para a pergunta “quem és?”: “sou o Fulano, *operário* da fábrica ‘x’”. E, para a realidade de meu *corpus*, a resposta fosse “sou a Fulana, *mãe* de ‘x’ filhos, *esposa* de Beltrano”; ou seja, a assunção do lugar que o social lhe destina é fator determinante da identidade e força latente já na tomada de palavra. A explicação a tal formulação se torna insuficiente já com o próximo trabalho de Pêcheux, em parceria com a lingüista Catherine Fuchs.

Em um artigo anterior a *Semântica e Discurso*, Pêcheux, junto a Fuchs, argumenta que o sujeito da AD é atravessado pelo inconsciente, o que permite que as condições de sua existência enquanto um *efeito* (à semelhança do sentido)

³⁴ Ainda que a antecipação esteja por trás das decisões tomadas pelos sujeitos, penso ser importante frisar que, para Pêcheux, ela é *uma imagem fruto de representações*, ou seja, apenas na ilusão do sujeito ela está em nível consciente.

sejam dissimuladas. Com isso, ratifica a premissa de que não há como pensar nas formações imaginárias apenas em nível consciente.

É necessário considerar a instância ideológica presente no discurso. Para isso, os autores afirmam que o que lhes interessa do Materialismo Histórico é a questão da superestrutura ideológica e sua ligação com o modo de produção dominante em dada formação social. Sendo assim, a ideologia que diz respeito à Análise do Discurso é aquela que está sobre a base econômica, uma vez que tem um funcionamento próprio, acima das relações de produção. E isso somente é possível pelo *assujeitamento* ou *interpelação ideológica*.

A interpelação ideológica funciona graças a um ciclo materializado pelas práticas sociais, que reproduzem relações de classe e “destinam” aos sujeitos posições cujo elo se dá por antagonismo, aliança ou dominação entre uma e outra. Nesse sentido, pode-se pensar que a posição feminina, bem como a masculina, na esfera das relações sociais, somente têm razão de existir por estarem em permanente conflito.

Ao longo da história, as práticas tiveram por objetivo primeiro a disseminação da hegemonia masculina, inculcando nos sujeitos a naturalidade quanto à sua condição – de dominante ou de dominado. O dominado tem voz, tem ação, mas não consegue nem passar ileso por seu dominador, tampouco assumir o lugar dele. Há sempre o embate, o choque. Penso que isso estará marcado nas seqüências discursivas que submeto à análise: o embate entre o macho dominador e a fêmea dominada, que há tempos a história propaga, certamente aparecerá na materialidade discursiva, mesmo que seja para ser questionado ou denegado. E, quanto à noção de identidade, terei, com isso, um exemplo plausível para sustentar meu argumento de que a identidade é sentido e, portanto, está ideológica e inconscientemente determinada.

Os processos discursivos não têm origem no sujeito, entretanto nele se realizam pelo assujeitamento que, a sua vez, está circunscrito às condições de produção do discurso, aos determinantes histórico-sociais. No entanto, essas condições de produção, que determinam todo o imaginário “base” da antecipação que os sujeitos (ilusoriamente) constroem e materializam no discurso, não devem

ser vinculadas a uma idéia de simples espelhamento de posições inerentes à situação vivida. O imaginário de que parte o discurso se apresenta de maneira sobredeterminada: ideologia e inconsciente atuam juntos, na ilusão que suspende o sujeito (desde seu desejo de completude).

Para tratar dessa ilusão, os autores introduzem “a teoria dos esquecimentos”. Segundo ela, o sujeito somente enuncia afetado por duas esferas de esquecimento: no “esquecimento n° 2”, enunciativo, o sujeito pensa que os sentidos são evidentes, transparentes, uma vez que constantemente faz retornos ao que disse com o intuito de explicitá-lo e/ou aclará-lo, “dizer realmente o que pensa”. O trabalho desse esquecimento, então, se dá em nível pré-consciente/consciente e nega tanto a falta constitutiva da língua quanto a multiplicidade parafrástica que repousa sobre o dizer. Já o “esquecimento n° 1”, ideológico e inacessível ao sujeito (ou seja, em nível inconsciente), diz respeito à constituição da subjetividade da língua. Por ele, o sujeito pensa que é o responsável por aquilo que diz, entendendo-se como o autor de seus enunciados, a fonte e a origem do dito.

Assim sendo, quanto ao *corpus*, já tenho condições de adiantar que, pelo esquecimento n° 2, cada aluna, ao ser interpelada em sujeito por seu discurso, terá a ilusão de estar dizendo com clareza “o que realmente quer dizer” sobre si mesma e sua condição de mulher. Acredito que esse esquecimento, por propiciar o suposto controle (e suposto fechamento) dos sentidos, também é responsável pela farsa de que o sujeito pode esconder “o que realmente pensa” por trás de palavras outras, sem por elas comprometer-se ou deixar pistas que revelem sua “verdadeira” opinião. E, pelo esquecimento n° 1, cada sujeito-aluna crê que é o autor do que está escrevendo, uma vez que tem a ilusão de que está na origem do dito. Ainda que em algum recorte o sujeito faça menção a um enunciado outro (diretamente, por citação de um dizer atribuído a um outro sujeito; ou simplesmente por calcar-se na história, através de expressões do tipo “conforme já se sabe, as mulheres...” ou “sabemos que as mulheres...”), ele não tem consciência do vetor ideológico que o conduz a “suas” escolhas. Em suma, não há um sujeito controlador nem origem do discurso acerca do que é ser

mulher; no entanto, ideologia e inconsciente estão aliados para construir nos sujeitos o engodo de que isso é possível³⁵.

Em *Semântica e Discurso*, Pêcheux ressalta que o sujeito do discurso é engendrado por processos de *imposição* e *dissimulação*, que conferem a ele um lugar em meio às relações sociais (1997b, p. 133). O sujeito “recebe” uma posição como sua sem que disso se dê conta, pois acredita que é livre, senhor de seus atos, capaz de realizar escolhas. Se a ideologia interpela indivíduos em sujeitos, a liberdade do sujeito é, portanto, um apanágio ilusório, que serve apenas para consolidar sua submissão aos imperativos histórico-sociais – condição que se materializa no discurso.

Acredito que essa condição ainda é mais incisiva no que se refere à identidade feminina, uma vez que as práticas sociais ao longo dos tempos reforçaram explicitamente a soberania do sexo masculino ante o feminino. Embora em determinadas épocas haja ocorrido manifestações de repúdio por parte da esfera subordinada (em especial, o movimento feminista dos anos de 1960), ainda hoje podem-se encontrar, arraigados – ainda que dissimulados –, vestígios daqueles discursos que no passado aniquilaram qualquer possibilidade de positivação para o feminino distante daquela adquirida pelo matrimônio ou pela maternidade (ou seja, por meio da presença de um homem em lugar de destaque). A identidade feminina não consegue se desvincular do imaginário da maternidade, disfarçando, por meio de argumentos de cunho psico-biológico, a submissão ante a figura masculina que a história sustenta. Para tratar disso no próximo capítulo, volto agora aos pressupostos de Michel Pêcheux.

Pondo em diálogo contribuições de L. Althusser e J. Lacan, no que tange ao assujeitamento ideológico e aos processos do inconsciente, Pêcheux os aproxima ao discutir a configuração do Sujeito. Grafado com inicial maiúscula, o Sujeito se refere à existência histórica de uma posição *absoluta e universal*, inconscientemente assumida pelos indivíduos no momento da interpelação. Sendo o *inconsciente o discurso do Outro* (referência a Lacan), Pêcheux entende, primeiramente, que *o recalque inconsciente* e o *assujeitamento ideológico* estão

³⁵ Nas análises, darei continuidade a esses argumentos.

ligados materialmente (ibid., p. 133-4), uma vez que são a base de reprodução/transformação das relações de produção no campo da prática discursiva (que é um de seus operadores). Porém, revendo posteriormente essa questão, Pêcheux declara que inconsciente e ideologia são ordens distintas, *o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro inconsciente* (ibid., p. 301, grifos meus). Ideologia e inconsciente atuam juntos no Sujeito/sujeito – e, por conseqüência, na identidade, como venho discutindo.

Reforçada a dialética entre a ideologia e o inconsciente na reprodução/transformação das relações de produção, Pêcheux parte para a discussão acerca das conseqüências disso no discurso. Sendo a ideologia eterna e a-histórica (Pêcheux chega a grafá-la com inicial maiúscula, Ideologia, para diferenciá-la de formação ideológica e de ideologia dominante), ela funciona por meio do engodo da evidência. Com a contribuição do inconsciente, é dissimulada para o sujeito sua condição de assujeitado e de sobredeterminado, possibilidade mesma de sua constituição. Se, como postula Althusser, a ideologia funciona pela evidência da existência espontânea do sujeito (ilusão da autonomia) e pela evidência do sentido (a realidade está “clara” ao sujeito, não lhe representa um problema), é a partir dessa premissa que a Análise do Discurso pode vincular a constituição do sentido à constituição do sujeito, uma vez que ambas estão implicadas porque sofrem as mesmas determinações. Basta lembrar que, para a AD, discurso é efeito de sentidos, e todo discurso materializa processos que se realizam **no sujeito**.

Assim, a ideologia trabalha no sujeito tornando evidente tanto sua condição de assujeitamento quanto a transparência do sentido, tendo o discurso como um eficaz instrumento para isso. Como sabemos, o discurso tem sua materialidade proporcionada pela língua, pelo simbólico; no entanto, o processo discursivo não dispõe de meios para fugir à falta que é inerente ao significante. Então, é desde essa falta que a ideologia pode funcionar, direcionando o sujeito ao sentido que a sua posição na luta de classes (silenciosamente) lhe confere como “evidente”. E, quanto aos meus textos de análise, será na tentativa dos

sujeitos de preencher essa falta de sentido própria do significante que seus enunciados irão transitar pela história em torno do “ser mulher”, recortando dela sentidos muitas vezes díspares, contraditórios ao contexto em que reaparecem. Em decorrência, isso apontará a resistência do significante, bem como a sobredeterminação de sua face simbólica. Por esse caminho penso que poderei tentar compreender os processos constitutivos do discurso acerca do feminino, para então chegar à identidade discursiva.

Pêcheux pôde trabalhar essas questões sobre a falta com base na afirmação de J. Lacan de que, sendo o signo aquilo que designa alguma coisa para alguém, o significante é *aquilo que representa o sujeito para outro significante*, confinando-o, assim, a uma rede de significantes. Trazendo essas considerações à ideologia, não haveria, talvez, pensado Pêcheux que a ideologia seria a força que sustenta a rede de significantes para o sujeito, pela injunção ao “fazer sentido” que a realidade conclama? Deixo essa pergunta e sigo reunindo pressupostos teóricos atrás de sua resposta...

Ainda no que tange à noção de sujeito, Pêcheux traz a conceituação do que Althusser chama de *forma-sujeito*. Ela seria equivalente ao Sujeito, ou seja, à forma de existência histórica de qualquer indivíduo em meio às práticas sociais. No discurso, ela representa a posição que se sobressai com relação a um conjunto de outras posições possíveis, por reunir em si o conjunto de saberes próprios de certa matriz de sentido³⁶. É pela vinculação à forma-sujeito que o sujeito inscreve, em seu discurso, *os traços daquilo que o determina* (ibid., p. 163), incorporando e dissimulando os já-ditos que se acercam de seu discurso. Assim, é graças à forma-sujeito que é forjada uma autonomia (ilusória) e uma identidade fechada em si mesma ao sujeito.

No entanto, Pêcheux afirma que há diferentes modalidades de sujeito (ibid., p. 215), decorrentes de um *desdobramento* entre o sujeito (a posição que enuncia) e o Sujeito (sua existência histórica, a forma-sujeito). Duas delas são evidentes: o “bom” e o “mau” sujeito.

³⁶ Matriz de sentido: referência ao processo de paráfrase em que se fundamenta a formação discursiva, mobilizando o dito em meio à produção discursiva. Tratarei desse conceito logo em seguida.

O “bom” sujeito se marca na coincidência entre seu dizer e as determinações da matriz de sentido com que se identifica. O assujeitamento, portanto, é praticamente perfeito, pois se realiza *sob a forma do “livremente consentido”* (ibid.), dando origem ao *efeito-sujeito*; sujeito e Sujeito aparecem sobrepostos na apropriação de saberes mobilizada no discurso, porque predomina a reprodução sobre a transformação.

O “mau” sujeito, por sua vez, apresenta-se no discurso em que o sujeito que enuncia assume uma posição contrária à matriz de sentido organizada pela forma-sujeito, por meio de um questionamento, de uma contestação, de uma dúvida, enfim, por qualquer tomada de posição que marque o contrário e corrobore o afastamento. Em outras palavras, trata-se de uma negação, situada no mesmo domínio de saberes, que acaba por afirmar a *luta contra a evidência ideológica*; é o chamado *discurso-contra* (ibid.).

A terceira modalidade não é tão evidente quanto as duas anteriores, uma vez que ela incide na forma-sujeito de maneira a transformá-la e/ou deslocá-la, indo além da simples negação. Há, logo, uma *desidentificação* entre o sujeito e o Sujeito “primeiro”, o que imediatamente põe esse sujeito sob o jugo de outro Sujeito, com o qual pode plenamente identificar-se – ou não, segundo o que já explicou Pêcheux.

No momento, torna-se difícil precisar com qual das três modalidades de sujeito lidarei mais de perto no *corpus*. Minhas hipóteses, até agora, se centram na premissa de que os textos da análise levar-me-ão ao reconhecimento de uma única matriz de sentido (com uma única forma-sujeito, evidentemente), porém, consideravelmente heterogênea quanto ao modo de relação com as posições outras que organiza.

Muito já foi dito acerca do universo feminino ao longo da história, apontando, na maior parte das vezes, a um mesmo (a mulher mãe, a mulher esposa, a mulher delicada – antes de outra denominação), por aliança ou oposição; os já-ditos trazem consigo uma multiplicidade (parafrástica, polissêmica – tratarei disso adiante) que não cala; *a ideologia é recortada por diferentes matrizes de dizer e atua de modo diferenciado em cada sujeito, em*

cada situação enunciativa, como já expus. Portanto, parto desses pressupostos para conjecturar que a constituição do sujeito do discurso que submeto à análise é resultado de um processo complexo, permeado por atravessamentos e determinações em conflito umas com as outras. Isso cinde o sujeito e, por conseqüência, o tratamento que ele confere ao simbólico e o modo como lida com a materialidade significante. Será através de meu gesto analítico que o(s) Sujeito(s) ganhará(ão) forma, conforme a compatibilidade ou não das posições-sujeito que encontrarei na urdidura do fio discursivo. Penso que as considerações de Courtine vêm ao encontro de minhas suposições.

Jean-Jacques Courtine, em *Analyse du discours politique* (trabalho publicado pela revista *Langages*, n° 62, em junho de 1981), dá continuidade a essa questão do desdobramento aberta por Michel Pêcheux. Para Courtine, há diferentes modos de relação entre a forma-sujeito e a formação ideológica que a determina, o que ocasiona, por conseqüência, diferentes posições-sujeito inscritas em uma mesma matriz de sentido. Sendo assim, para que se tenha noção das dimensões de dada forma-sujeito, é necessário percorrer todas as posições-sujeito em que ela se fragmenta. E, uma vez fragmentada, a matriz de sentido que ela organiza se vê afetada pela heterogeneidade: o mesmo e o oposto dividem um mesmo espaço, que continuamente se transforma. Se, para Pêcheux, o processo de não-coincidência subjetiva entre sujeito e forma-sujeito era caracterizado pela via do desdobramento, para Courtine, trata-se de uma fragmentação.

Indursky (1998 e 2000) se atém à fragmentação da forma-sujeito, apontando ao fato de que a subjetividade discursiva é heterogênea a si mesma. Sendo possíveis múltiplas posições de sujeito em dado domínio de saber, convergentes ou divergentes com a sua forma-sujeito, o dizer de “um outro” se torna parte integrante da constituição do sujeito e contribui diretamente na transformação desse domínio. Sendo assim, quando há conflito entre os enunciados fornecidos pela matriz de sentido (organizados pela forma-sujeito) e o dizer do sujeito, há uma fragmentação especial, de que pode decorrer um ou outro dos dois seguintes processos, segundo a autora: ou a desidentificação, em que o sujeito passa a identificar-se com outra forma-sujeito, já instituída; ou a

ruptura, em que é enfraquecida a relação com a forma-sujeito antes estabelecida e constrói-se um novo domínio de saber, com um novo sujeito histórico, evidentemente³⁷.

À medida que avanço em minhas leituras na tentativa de compreender as tramas que sustentam a noção de sujeito em *Análise do Discurso*, torna-se mais categórica para mim a sua relação com o sentido e, por conseqüência, com a linguagem e com a história, com a ideologia e o inconsciente. Tais elementos incutem o sujeito em um movimento que nunca cessa, através da sobredeterminação que o afeta e lhe fornece as condições de existência – e de fragmentação. Parece que o sujeito, toda vez que toma a palavra, automaticamente “abre passagem” a toda a gama de fatores que, em um primeiro olhar, seriam considerados como exteriores a ele, mas que, surpreendentemente, estão no centro mesmo do processo responsável por sua constituição e seu descentramento. Falar/escrever/agir é assumir posições, defender opiniões, dar-se a conhecer; possibilitar a afirmação da história, por tocá-la e mobilizá-la – ainda que inconscientemente –; é render-se ao simbólico, embater-se com a falta e fragmentar-se por posições-sujeito outras... Penso que todos esses atributos são inseparáveis do sujeito, e a fim de discuti-los é que tenho a identidade como meu objeto de análise.

Conforme expus nos capítulos anteriores deste trabalho, pretendo centrar a análise no estudo das condições de produção do discurso, a fim de observar o quanto elas interferem no processo de emergência de uma subjetividade, que não é singular, mas sim, histórico-social e, contraditoriamente, particular. Em outras palavras, tenho como intuito problematizar a produção textual, relacionando-a aos sujeitos e à situação – às determinações do inconsciente e do contexto histórico-social, portanto –, para chegar ao discurso e, por meio dele, tentar esboçar o que se pode entender por identidade em *Análise do Discurso*.

³⁷ Entretanto, é necessário ressaltar que a ruptura está estritamente ligada ao *acontecimento discursivo*, causado por condições histórico-sociais singulares e propícias. Ou seja, a ruptura não é um processo que se evidencia a todo instante; ela é pontual, extrema e decisiva quanto ao contexto em que se dá, pois se torna o ponto de encontro entre uma memória e uma atualidade.

Dessa forma, nos textos do *corpus*, é preciso considerar que o conceito construído pelas alunas quanto ao tema “ser mulher”, bem como a maneira como elas vêm a si próprias, estarão marcados em suas produções e tendem a apresentar repetições, gerando um discurso pleno de atravessamentos. Minha hipótese, reiterando, é a de que estou diante de um único sujeito, sujeito histórico, fragmentado em diferentes posições-sujeito. Assim, penso que o efeito-sujeito, enquanto resultado da plena identificação do sujeito com a forma-sujeito da matriz de sentido que o domina, será evidenciado pelas seqüências submetidas à análise, sem, no entanto, conter a rede discursiva que cinde aquele que enuncia.

Em decorrência, acredito que esse é o caminho pelo qual a identidade pode ser tratada como cortada, *faltante*. E, principalmente, como processo imerso em múltiplas e sucessivas relações de identificação do sujeito com as filiações históricas constitutivas da formação social em que está inscrito, e que são indispensáveis para que ele se produza ao produzir sentido.

No momento de análise, então, pretendo observar como o sujeito em questão se relaciona à historicidade, que confere forma ao feixe de saberes reunido no que se diz acerca do “ser mulher”. Pela falta, motor do desejo e materializada no discurso, penso ser possível tentar compreender o modo como o simbólico descentra o sujeito desde sua constituição, no momento em que o deixa suscetível a todos os atravessamentos que, inconscientemente, nele ganham morada. E assim, como “moradores”, estes perdem o estatuto de “estrangeiros”³⁸ que a ordem do imaginário lhes confere, fazendo-se perceptíveis por meio da falha que fura o fio discursivo sem que o sujeito tenha controle.

Feitas essas conjecturas sobre a noção de sujeito com que lidarei em minhas análises, volto ao campo da teoria para buscar mais esclarecimentos quanto à ligação entre sujeito e sentido no discurso. Trato, a seguir, da noção de formação discursiva, que até o momento fora apenas “sugerida” por minhas considerações.

³⁸ Faço, aqui, alusão ao artigo de Ferreira (2004), já citado nesta dissertação.

3.4 A Formação-Discursiva, matriz de sentido

A noção de formação discursiva (FD) é fundamental em Análise do Discurso, uma vez que a partir dela se concatenam as demais. É na FD que se constitui o sentido e, conseqüentemente, o sujeito. Isso porque ela é a instância diretamente vinculada à historicidade, à ideologia. Assim, é prévia ao discurso, sendo o que permite a instituição deste.

Quando passa a integrar o elenco de noções próprias à compreensão do universo discursivo, o conceito de FD proposto por Pêcheux (primeiramente, na revista *Langages* nº 24; depois, no artigo escrito em parceria com Catherine Fuchs, no ano de 1975; e também em *Semântica e Discurso*) é fruto de um trabalho de apropriação e re-significação do que antes esboçara o filósofo Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber* (cuja publicação é de 1969). A fim de recuperar as bases do que vem a se tornar na AD, trago abaixo o conceito em sua formulação de origem:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como “ciência”, ou “ideologia”, ou “teoria”, ou “domínio de objetividade”. (FOUCAULT, 2002, p. 43-4, grifos do autor)

Abrindo mão de conceitos como “ciência” e “ideologia” para explicar o mecanismo responsável pela promoção da regularidade própria a uma formação discursiva, o autor (ibid.) dá continuidade à questão afirmando que dada repartição discursiva está sujeita a *regras de formação*. Elas são as condições a que se submetem os elementos dispersos, isto é, as regras que fornecem a estes as condições de sua existência (e, inclui o autor, de coexistência, manutenção, modificação e desaparecimento).

Como se percebe, Foucault não é muito objetivo quanto à definição daquilo que organiza os saberes em uma formação discursiva; simplesmente afirma que eles estão sujeitos a regras de formação, sem descrevê-las. É nesse

ponto que Pêcheux se distancia dessa formulação primeira. Partindo do princípio de que é impossível desvincular o discurso do determinante ideológico, uma vez que o discurso é uma das possibilidades de materialização da ideologia, Pêcheux (junto a Fuchs) confere a seguinte reformulação ao conceito de formação discursiva:

(...) a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas de que acabamos de falar “comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harença, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura”, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos, então, que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar. (PÊCHEUX & FUCHS, 1997, p. 166-7, grifos dos autores)

Como se percebe, o conceito de formação discursiva é totalmente transformado por Pêcheux. Em comum com Foucault, apenas o fato de que a FD é a instância pré-discursiva do discurso, representando assim o conjunto de saberes prévios que o embasa. No entanto, esse mesmo ponto que pode aproximar uma e outra formulação para a formação discursiva é também o marco de separação entre as duas.

Já afirmei que Foucault não descreve o mecanismo responsável pela reunião dos enunciados em dada FD. Ao tratar de formação discursiva, quer evitar palavras *demasiado carregadas de condições e conseqüências*, citando, entre essas, *ideologia*; então simplesmente afirma que as repartições são operadas por específicas *regras de formação*. Há, portanto, por trás de toda FD, uma regularidade, cujo funcionamento não é explicitado; supõe-se que esteja associada à repetição (pois o discurso requer a repetição), mas o fator que a engendra permanece inexplorado por Foucault.

É por esse viés que Pêcheux pontua toda a diferença na releitura que propõe para essa noção em *Análise do Discurso*, já que “a sua” formação discursiva só tem razão de existir vinculada à ideologia, pelas formações ideológicas que movimentam a história. É a ideologia, enquanto materializada no

discurso, o mecanismo que opera tanto na regionalização dos saberes quanto na sua repetição/transformação/relocação, uma vez que *não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia*. Trazendo as contribuições de Pêcheux a seguir, é isso o que pretendo ratificar.

A condição ideológica é o que põe as formações discursivas em relação umas com as outras, sendo o sujeito ignorante de tal fato. Tal processo é fundamental, logo, à produção de sentidos – uma vez que, sendo a FD a matriz de sentido, a reprodução (bem como a transformação e o rearranjo, vale ressaltar) dos saberes se dá por uma relação de paráfrase entre o discurso presente e os já-ditos de que se apropria o sujeito na constituição deste (do efeito de sentido que emerge), sem disso se dar conta. A antecipação que caracteriza o discurso é, conforme já expus, ideológica, e está determinada pelas seleções constantes na FD de onde o sujeito parte para enunciar. **Ainda que o sujeito se entenda como a fonte do sentido, essa fonte está na FD.** Só há sentido para um enunciado pelo seu pertencimento a uma dada formação discursiva, que se torna o meio pelo qual ele se vincula às filiações históricas de saberes. **Pela FD, o dito se insere na historicidade, no movimento, nas práticas que propiciam o trabalho com o sentido. E, onde há produção do sentido, há constituição do sujeito – e pontos para refletir acerca da identidade discursiva.**

Como se percebe, a noção de formação discursiva está intrinsecamente vinculada às práticas sociais, por meio da ideologia que as sustenta. Sendo a ideologia um *continuum*, que faz com que cada classe tenha seus interesses e os veja como evidentes, as formações discursivas representam um recorte. Elas pontuam uma região ideológica, filtrando, assim, o que deve e pode ser dito desde uma posição que se sobressai ante as demais (a forma-sujeito). Por uma relação de paráfrase a partir dos saberes que essa posição (ideologicamente determinada) organiza, os sentidos se movimentam – reproduzem-se, transformam-se³⁹.

³⁹ Cabe destacar que, neste primeiro momento, a noção de formação discursiva está sendo pensada pela perspectiva da homogeneidade, como se a relação entre ela e a ideologia (classes sociais) fosse unívoca, se desse de uma única maneira. Então, o movimento de sentidos ainda está muito restrito; refere-se apenas ao interior de dada FD.

Orlandi (2003), ao tratar da paráfrase na produção do sentido, argumenta que ela se refere às diferentes formulações para o mesmo sentido, ou seja, representa um retorno constante a um mesmo espaço dizível. A produtividade subsequente, logo, gira em torno da reprodução e/ou da reiteração dos saberes presentes na formação discursiva.

Outro modo de produção de sentidos, que demarca os limites do processo parafrástico, é a polissemia.

A polissemia é a multiplicidade de sentidos, é a pluralidade. Se a paráfrase aponta ao mesmo, a polissemia acena ao diferente, na medida em que *desloca o mesmo* e registra a ruptura. É o espaço da criatividade; é a fonte do sentido, já que, na constituição do discurso, os sentidos se recolocam conforme as peculiaridades das condições de sua produção (as quais nunca se repetem). Enquanto a paráfrase reitera saberes, a polissemia é responsável pela inscrição de uma nova posição-sujeito no interior de dada FD.

Pensando no *corpus* desta dissertação, suponho que a paráfrase será uma marca constante, pois, segundo o que venho conjecturando, estarei diante de uma única forma-sujeito organizadora dos saberes acerca do feminino, contudo responsável por uma única formação discursiva heterogênea a si mesma. Assim sendo, não posso desconsiderar dois princípios. O primeiro, que a paráfrase nunca é plena, já que, graças à multiplicidade e às inconstâncias das condições de produção, o sentido reproduzido/reiterado não é exatamente o mesmo; sentidos próximos, porém um tanto desiguais sobre o “ser mulher” poderão ser evidenciados pelas seqüências. O segundo princípio diz respeito ao fato de que, se eu identificar alguma ruptura (algo que destoe do discurso dominante, ou um saber a ele paralelo), não posso apagar o sentido anterior a ela, porque uma ruptura advém de um acontecimento discursivo, que surge sobre uma base de sentidos prévia; ou seja, um rompimento pressupõe um sentido já existente e não o suprime (talvez, em certas condições, possa somente silenciar essa referência). Consequentemente, em minhas análises, diante de um enunciado polissêmico (que pontua a ruptura no significante) quanto à identidade feminina, não terei

como fugir ao resgate do sentido anterior. Meu trabalho de analista do discurso dar-se-á, então, na fronteira entre o parafrástico e a possibilidade do polissêmico.

Se trazer a polissemia para o discurso é abri-lo à multiplicidade que o constitui, tal panorama se configura como possibilidade de existência do heterogêneo em uma FD, para Pêcheux, a partir de 1977, com o trabalho *Remontemos de Spinoza a Foucault*. Nesse momento, o autor direciona sua atenção para o fato de que, não sendo a ideologia idêntica a si mesma, a formação discursiva tampouco o pode ser, na medida em que esta é um recorte daquela. Pêcheux considera, assim, que a contradição, princípio imanente à ideologia (pela questão da luta de classes), afeta diretamente a FD, em cujo interior acabam por coexistir distintas posições-sujeito, a partir de saberes contraditórios (provenientes dos diferentes modos pelos quais os sujeitos são interpelados).

A FD, como matriz de sentido, é uma maneira de materializar a ideologia, devido ao discurso que possibilita (o discurso se dá no interstício entre a materialidade lingüística e a materialidade histórica). Conseqüentemente, a identidade é oriunda da relação entre o sujeito e a FD, já que esta é o meio pelo qual pode haver a interpelação ideológica. Logo, é necessário observar como o sujeito é capaz de trazer para seu discurso saberes produzidos no interior de outras FD's; ou seja, entender de que maneira as matrizes de sentido podem entrar em relação umas com as outras e desagregar, fracionar o sentido e, por extensão, o sujeito e a identidade. Para tanto, passo às noções de interdiscurso e intradiscurso.

3.5 Interdiscurso e intradiscurso

O lugar em que estão todos os discursos já produzidos, porém sem haver passado pelo filtro ideológico da Formação Discursiva, é o interdiscurso. Entendido como a “condição pré-discursiva do discurso”, o interdiscurso é um gesto analítico, definido por Pêcheux (ibid., p. 162) como *o todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações*

ideológicas. Serão as contingências das condições de produção de dado discurso, recuperadas pelo analista, que servirão de base para a configuração do interdiscurso próprio à formação discursiva em questão.

Em outras palavras, o interdiscurso representa todo o conjunto das formações discursivas, através de seus já-ditos. Nele se fazem presentes todos os enunciados antes de serem circunscritos por uma formação ideológica e recortados em distintas FD's, tornando-se assim objetos componentes da matriz do sentido. Conseqüentemente, é o interdiscurso que possibilita a apropriação de saberes (nele dispersos e deslinearizados, pois também estão submetidos à lei da desigualdade-contradição-subordinação, própria das formações ideológicas em que ele se intrinca, conforme Pêcheux). E, inclusive, a reconfiguração da formação discursiva – que, pela transparência de sentido que aparenta, dissimula para o sujeito a dependência e a incorporação (no interior do discurso) desses objetos advindos do interdiscurso e por ela dotados de sentido.

O *todo complexo com dominante* evidencia-se no *fio do discurso*, que é a forma como Pêcheux (ibid.) alude ao intradiscurso. Espaço de materialização discursiva, o intradiscurso é definido como uma volta do interdiscurso sobre si mesmo, na medida em que é no intradiscurso que se observa a apropriação pelo discurso dos saberes antes alocados no interdiscurso, e que a este voltam resignificados (por meio da determinação de sentidos exercida pela forma-sujeito da formação discursiva em que o sujeito se inscreve), ampliando-o, assim. O intradiscurso é a forma palpável, tangível do discurso; é o efeito de sentido observado desde a linearidade de sua forma material (as linhas textuais).

O autor acrescenta, ainda, que o intradiscurso representa *o conjunto dos fenômenos de “co-referência”*, pois assegura o que foi dito agora, com relação ao que já fora afirmado antes e ao que será afirmado posteriormente (p. 166)⁴⁰. E também: essa co-referência é o mecanismo responsável pela simulação do interdiscurso no intradiscurso, fazendo com que o interdiscurso surja como

⁴⁰ Em nota, Pêcheux comenta que o intradiscurso, no nível da consciência, pode ser associado às diferentes formas de coerência lógica (as relações de causa e consequência, por exemplo). Porém não pode a elas reduzir-se, pois, como salientara Freud, a presença de certas incisões e oposições podem irromper no fio do discurso, atestando a determinação do inconsciente sobre o sujeito.

puro já-dito do intradiscurso (p. 167). E, na passagem de um espaço para outro, os enunciados podem tomar formas distintas (determinadas pelas condições de produção do discurso).

O interdiscurso tem sua existência marcada no discurso através de dois processos distintos, ainda que concatenados, a saber: o pré-construído e o discurso-transverso.

O pré-construído remete “àquilo que todo mundo sabe”, sendo um domínio de pensamentos que constitui a base das formações imaginárias imanentes a qualquer discurso. Sua inserção no discurso é perfeita, não deixa pistas que atestem seu encaixe, cooperando para a ilusão do sujeito quanto ao fato de ser a fonte daquilo que diz. Para tal noção, Pêcheux se apóia nos trabalhos de Paul Henry, para quem o pré-construído aponta a um dito anterior e exterior com relação ao que é formulado⁴¹. É pelos pré-construídos que a FD estabelece seu contato com o exterior (espaço do interdiscurso), haja vista que eles correspondem ao “*sempre-já-aí*” da *interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade* (ibid., p. 164), na qual a forma-sujeito da formação discursiva vai incidir, trazendo a determinação da historicidade para o dizer.

Já o discurso-transverso é o responsável pela quebra de uma seqüência discursiva, visto que ele marca o atravessamento de outro discurso vindo do interdiscurso no fio discursivo em questão. O discurso-transverso surge como um implícito que se articula no intradiscurso; é o “sintoma”, o rastro, a metonímia de um outro discurso, construído a partir de outras condições de produção que, nesse retorno, nesse vestígio, tentam ser apagadas, mas ressoam. Uma negação, por exemplo, funciona como discurso-transverso – nega-se o discurso do outro, que está assertado em outro lugar, sem, com isso, dirimi-lo. Essa modalidade de manifestação do interdiscurso não deixa de funcionar como um pré-construído para o discurso em que se encaixa; entretanto, à diferença do pré-construído, ela

⁴¹ À época da produção de Paul Henry, a marca lingüística era fundamental à identificação de um pré-construído. À medida que a teoria da Análise do Discurso foi sendo construída, tal marca passou a ser dispensada.

traz consigo condições de produção específicas, que tentam articular-se com as do sujeito que dela se apropria em seu discurso.

Como afirmei um pouco acima, o interdiscurso é um gesto analítico, ou seja, tem uma existência pré-analítica⁴², não formulada. É um espaço de abstração discursiva, ao contrário do intradiscurso⁴³, cuja instância está na materialidade da língua. Cabe ao analista precisar qual é o interdiscurso específico da formação discursiva que aponta, isto é, indicar quais matrizes de sentido se aproximam daquela em questão, seja por aliança ou confronto.

Essa questão é discutida pelos trabalhos de Jean-Jacques Courtine, *Analyse du discours politique (Le discours communiste adresse aux chrétiens)*, de 1981, e *Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours*, de 1982. Entendendo a formação discursiva como sendo heterogênea a si mesma ao comportar a contradição, o autor afirma que o interdiscurso deve ser pensado como um processo de reconfiguração incessante, pois o saber de uma formação discursiva é conduzido em função das posições ideológicas que esta representa dentro de uma conjuntura determinada. Elementos pré-construídos, produzidos em seu exterior e concebidos como evidências, são a ela incorporados, a fim de que em seu interior seja possível a redefinição ou a reversão dos mesmos. Tais processos suscitam o retorno dos saberes ao interdiscurso, que se torna o lugar em que estes são organizados, tornando possível a repetição, o apagamento, o esquecimento ou a denegação. É o interdiscurso que regula as fronteiras de uma formação discursiva, na medida em que a forma-sujeito articula, na FD, os pré-construídos do interdiscurso para poder determinar o que pode e deve ser dito pelo sujeito que com ela se identifica.

Ainda é difícil pensar a respeito do interdiscurso com que trabalharei em minhas análises. Não disponho, neste momento, de meios para indicar com clareza qual é a abrangência da formação discursiva com que se identifica o discurso materializado pelos textos das alunas. Primeiro, é necessário saber quais

⁴² Esse conceito foi proposto pela professora Freda Indursky em uma de suas aulas na disciplina de *Teoria da Análise do Discurso*, em 2004/2.

⁴³ O intradiscurso também é tratado por *formulação*.

são os saberes que constituem a formação discursiva que determina o que é ser mulher, para que, depois, eu possa presumir a quais conjuntos de saberes ela se relaciona, seja por oposição ou aliança, constituindo assim seu interdiscurso.

De antemão, pelo princípio de que o interdiscurso dissimula e impõe o assujeitamento, ao ser a possibilidade das formulações – possibilidade essa que não se faz notar ao sujeito –, cada enunciado submetido à análise trará consigo traços da rede de formulações acerca do “ser mulher” que foram ganhando espaço ao longo da história, conforme os sentidos gerados pelo movimento das práticas sociais. Assim, pré-construídos e discursos-transversos sobre o feminino estarão marcados no fio do discurso (desde sua materialidade lingüística), apontando ao trabalho de transformação dos sentidos promovido pela repetição intrínseca ao fazer discursivo. Penso que é isso o que pode explicar o fato de um enunciado como “ser mulher é ser mãe” surgir hoje com um sentido diferente do que tinha há alguns anos, quando “ser mãe” e “ser esposa”, “ser dona do lar” eram quase que inseparáveis, por exemplo.

Dessa forma, sendo o interdiscurso o que torna possível o discurso, graças à reunião/disponibilização dos já-ditos, torna-se fácil aproximá-lo ao conceito de memória, sem a este, entretanto, circunscrevê-lo. A seguir, trago argumentos com o objetivo de realizar uma distinção entre ambos.

3.6 Distinguindo interdiscurso de memória discursiva

A memória da Análise do Discurso, além de social, é discursiva. Ela está dispersa socialmente, visto que cada sujeito tem dela um recorte diferente. Por conseqüência, ela não é documentada, uma vez que os fatos são disponibilizados por meio do que se disse ou ainda se diz acerca deles – ou seja, ela se apresenta de forma nada linear, constituindo uma espécie de “colcha de retalhos”. Em trabalho apresentado em um colóquio em 1983, Pêcheux assim se pronuncia sobre a memória:

(...) memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria

aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados ou relatados, discursos transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Logo, os processos de repetição e regularização estão em plena dialética na memória, possibilitando o discurso: este retoma um conjunto de formulações, ao mesmo tempo em que, pela retomada, regulariza ao menos uma porção de enunciados que com ele se identificam, fornecendo condições para a inserção de outros via paráfrase⁴⁴ e, conseqüentemente, lançando o dito à rede de formulações.

Se a memória não é linear graças às retomadas, que são parciais, o novo também contribui para sua desestabilização. O acontecimento discursivo *marca o momento em que os “implícitos” não são mais reconstituíveis* (ibid., p. 53), deixando um furo, uma ruptura à espera de regulação. Como decorrência, a memória é móvel e heterogênea, plena de lacunas.

Ao aproximar essa questão ao tema de meu trabalho, vejo a memória acerca do discurso feminino como sendo atualizada nas produções das alunas. O dizer delas é o ponto de encontro da memória com a atualidade; o encontro daquilo que um dia foi dito e retorna, fazendo-se relembração. A memória não é o passado, mas faz ressoá-lo ao dar as condições para o presente, a atualidade das formulações. Cada sujeito traz para o interior de seu discurso fatias da memória acerca do feminino: novamente, o outro no um. Isso evidencia um ciclo ininterrupto de uma memória que gera memória, atualizando sentidos nas repetições, até que surja o embate com o acontecimento (o novo). E, na identidade, o discurso presente na memória é a possibilidade de sua desestruturação-reestruturação, pois ele não emerge de maneira alheia aos trajetos sociais nem às redes de sentido, segundo Pêcheux (2002):

⁴⁴ Como se pode notar, o conceito de paráfrase está presente tanto no que se refere à formação discursiva quanto ao interdiscurso. Penso ser importante distinguir que, quando no interior de uma FD, a paráfrase produz o mesmo sentido (com sutis diferenças); entretanto, quando no interdiscurso, por não sofrer o direcionamento do sentido dado pelo recorte ideológico, ela é o *non-sense*, pois todos os sentidos estão presentes e são possíveis, ainda que antagônicos entre si (conforme Orlandi, 2003 e Courtine, 1981).

(...) todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (...) de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem-sucedida (...) (p. 56)

Sendo assim, quero estudar como a memória interage com a identidade discursiva; quais são as aproximações e os distanciamentos entre uma e outra. Com isso, penso que também estarei diferenciando memória de interdiscurso, uma vez que na memória há sentidos – os pré-construídos do interdiscurso são re-significados pelos discursos que ela possibilita. O dizer vindo pela memória não denega sua história, suas condições de produção, ao contrário do que se observa quando um sujeito se apropria de um dizer via interdiscurso, desprovido de tais circunstâncias. E mais: havendo sentidos, há ideologia e inconsciente na determinação daquilo que deve ser reproduzido, transformado ou esquecido – diferentemente do plano do interdiscurso.

Então, pode-se afirmar que o interdiscurso, sendo a morada de todos os discursos, abarca a memória, mas a recíproca não tem respaldo teórico. A memória da Análise do Discurso é discursiva, é ideológica, é fragmentada, e vai de encontro ao universo logicamente estabilizado de uma memória organizada pela historiografia, por exemplo. Portanto, penso que, metaforicamente, a figura que mais se aproxima ao conceito de memória com que o analista de discurso trabalha é a de um quebra-cabeça, de peças miúdas sem cor, número ou formato permanentes; enquanto uma paisagem vai sendo reconstituída, outra a ela se sobrepõe, por excesso ou falta de peças, e num instante o que antes se projetara ganha uma nova nuance, servindo de base a outra perspectiva, a outro ângulo de visão.

A separação entre interdiscurso e memória se torna algo delicado inclusive pelo fato de ambos lidarem diretamente com a repetição, prática que incide no constructo discursivo. O dizer-e-redizer é próprio da produção de sentidos, e se dando em nível inconsciente, tentar elencar os fatores responsáveis por sua causa é o trabalho de análise. A repetição é “anônima”, uma vez que são apagadas/esquecidas/denegadas as condições de produção anteriores.

Assim sendo, a repetição integra o interdiscurso porque ela está, antes, no plano da memória. O que se repete fundamenta uma rede de sentidos interligados acerca de dada realidade, possibilitando, então, o discurso; é um antes em re-lembrança. Isso, subsequente, transforma e re-significa o interdiscurso, em cada retomada acionada pelo sujeito. Portanto, a memória é uma ancoragem que suscita uma atualização, para que suas fendas (ilusoriamente) se completem e ponham em movimento o interdiscurso.

No caso das seqüências que trarei para análise, presumo que, a cada retomada de conceitos em forma de pré-construídos sobre o “ser mulher”, a posição-sujeito que os aciona possibilitará novos sentidos a eles, conforme o modo como reaparecem e se encaixam no fio do discurso, em meio a outros dizeres e cerceados pelos determinantes histórico-sociais (ideológicos; inconscientemente assimilados). Conseqüentemente, diferentes elos com a memória em torno desse discurso serão estabelecidos, o que poderá propiciar novos sentidos àquela que é, como caracterizou Pêcheux, *a condição do legível para o próprio legível*. Um enunciado como “ser mulher é ser mãe” pode ser mobilizado por distintas posições-sujeito, o que gera novas possibilidades de sentido (já que este não é nem estático, nem uno, nem fechado) e ratifica a condição de identidade como *unidade imaginária*: desde a falta intrínseca do sentido, é possível tocar de modos distintos a memória, que tampouco está para o sujeito como algo pleno, sistemático, completo.

Sujeito fragmentado, sentido fragmentado, memória fragmentada. Em decorrência, **identidade fragmentada**. Pêcheux aponta, ao longo de seu trabalho, algumas considerações que ratificam esse processo de dispersão do sujeito em si mesmo. Trago, a seguir, aquelas que me parecem mais expressivas, com o objetivo de pô-las em cotejo com minhas hipóteses.

3.7 Sobre a identidade em Análise do Discurso

Partindo do fato de que um discurso não existe isolado no tempo ou no espaço, haja vista que está sempre em relação com outros – anteriores ou

posteriores, seja por meio de uma aliança ou de uma oposição –, e tem a formação discursiva como possibilidade ao sentido, pretendo aprofundar o que coloca Pêcheux (1997b), ao tratar do *engodo* da *impossível* construção da *exterioridade no próprio sujeito*:

(...) uma formação discursiva (...) como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (uma vez que, como diríamos (...), cada um é o espelho dos outros). (p. 172, grifos meus)

Ou seja: meu intuito é analisar a identidade partindo da premissa de que ela é uma imagem, cuja unidade é apenas imaginária, conforme expõe Pêcheux. Assim, a identidade é um constructo discursivo, pois é pelo efeito de sentidos que se engendra que é possível averiguar que alianças e que conflitos ideológicos se atravessam no sujeito e constituem-no, o que vale, por extensão, à posição desde onde ele enuncia. Porém, no nível da consciência, a imagem que o sujeito tem de si nada tem de heterogênea ou de cindida; ele não percebe que o que pensa de si é uma construção pautada naquilo que é falado pelos outros acerca dele. Então, necessito partir da consideração de um sujeito afetado pelo inconsciente e interpelado pela ideologia, existindo somente via discurso, para discutir o que é identidade em Análise do Discurso.

Na referida obra, Pêcheux traz outras considerações interessantes à discussão que proponho acerca da identidade. Calcado no princípio da interpelação ideológica, o autor afirma a existência de um *processo do significante*, que serve de sintoma ao trabalho da *interpelação-identificação*. Para tanto, aproxima-se à perspectiva lacaniana, que menciona que *o significante é aquilo que representa o sujeito para outro significante*. Logo, uma brincadeira como uma anedota, por exemplo, é capaz de evidenciar o modo como se dá a constituição da identidade do sujeito, ou seja, as filiações de sentido que ele evoca com o intuito de interagir com o significante e preencher a lacuna que o marca (considerando que essas brincadeiras lidam justamente com o sentido desde sua perspectiva intervalar e opacificada). Não se pode esquecer que é a

partir do entrecruzamento proposto pelas sobredeterminações ideologia, inconsciente e significante que o sujeito constrói uma imagem de si para, então, conferir sentido à realidade, formular juízos, interpretar o mundo.

Ainda, na página 265, o autor dá prosseguimento à vinculação do processo identificatório com a produção do sentido:

Uma última precisão a propósito do termo identificação: o fato de que a evidência do sentido (...) seja estritamente contemporânea à interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se exprime, como dissemos, por sua identificação com a formação discursiva que o domina, onde ele se encontra “encravado” na condição de sujeito (...). Trata-se, pois, de uma identificação imaginária que diz respeito à “gênese do ego”, ao ajustamento sempre inacabado do sujeito consigo mesmo (...) (1997b, p. 265, grifos do autor)

Assim, Pêcheux abre espaço para que se pense a identidade como algo imbricado no modo segundo o qual cada sujeito estabelece a rede de saberes que corroboram “um” sentido, em meio à determinação ideológica organizada pela forma-sujeito de dada formação discursiva. A FD é responsável tanto pela constituição quanto pelo deslocamento do sentido e do sujeito, na instância de discurso. Por conseguinte, o fato de o sujeito se entender como uno é uma identificação imaginária, ilusória; porém, necessária, a fim de que o sujeito produza dizeres e se veja como a origem dos sentidos.

Outro ponto relevante nessa última citação é a consideração de que o ajustamento do sujeito consigo mesmo é *inacabado*, o que justifico lembrando que o sentido também é *inacabado*, pois sempre é possível derivar, deslizar ou apagar sentidos, como venho afirmando ao longo desse trabalho. Se sentido e sujeito implicam-se mutuamente, não há como dissociar a ideologia (e seu trabalho via inconsciente) da identidade. Ela sofre as mesmas determinações destinadas ao sentido e ao sujeito, conforme a relação deste com a forma histórica de uma formação discursiva – que, se considerada desde suas fronteiras, cada vez mais sinuosas e permeáveis, torna-se mais um ponto que ratifica a inconstância/inconsistência da identidade.

Se as fronteiras entre uma e outra formação discursiva são cada vez mais sinuosas e permeáveis, pergunto: como caracterizar a identidade? O que marca a diferença do um com seu exterior? Será possível aproximar a identidade

a uma única posição-sujeito, em que se inscrevem vários sujeitos? Como o sujeito se marca na particularização que dá aos sentidos? Não seria essa marca ilusória, na medida em que ela espelha, como coloca Pêcheux, o outro no um, confirmando o pressuposto de unidade “imaginária”? Sei que a falta é constitutiva do sujeito e, por conseguinte, a marca *a priori* de seu discurso. Conforme Ferreira (2004, p. 39-40),

A falta é algo que nos completa pela ausência – é “a presença na ausência”, a que faz referência Lacan. E assim como é uma dimensão estruturante para o SUJEITO (sujeito ideológico e sujeito do inconsciente), ela se apresenta igualmente como constitutiva e condição de possibilidade para a LÍNGUA e para o DISCURSO. (...) Se não houvesse a FALTA, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva. (grifos da autora)

Portanto, o modo como o sujeito busca preencher esse *furo* (seu e de seu dizer) é a porta de entrada para que eu discuta o que confere identidade a um discurso e, assim, responda às questões que ora lanço.

Em se tratando do *corpus*, penso ser interessante problematizar o processo de construção do sentido como caminho à caracterização da identidade no estudo do discurso do sujeito acerca de sua própria condição – o preenchimento da falta do significante ganha, assim, um outro matiz. Ver de quais formações discursivas ele, inconscientemente, se apropria de certos saberes (e não de outros igualmente possíveis) para falar de si próprio e tentar calar essa falta (que, por extensão, é do sentido e é sua), é algo instigante, que nos arremessa na direção das tramas de dizeres entranhadas na/pela história acerca do feminino.

Entender o “eu” da consciência como uma unidade imaginária em que o sujeito se aliena para poder enunciar é a primeira conclusão a que chego com base nas leituras que realizei. Logo, nas análises, é necessário averiguar os pontos de ancoragem do dito com outros saberes; a deriva, o deslizamento e até mesmo o apagamento dos sentidos que a materialidade do discurso evidencia, como processo de uma identidade em constante construção, acompanhando o movimento intrínseco dos sentidos. Observar os vestígios que podem auxiliar na

recuperação das sobredeterminações do significante, da ideologia e do inconsciente nas condições de produção em que ocorre a prática discursiva.

Além disso, penso que devo dedicar uma atenção especial ao modo como cada sujeito, desde a posição que é chamado a ocupar para enunciar, trava um embate com a ordem significante em busca da satisfação de seu desejo de completude, denegando a falta que é a condição de sua existência, a marca de sua identidade, como ensina a Psicanálise. E, também, preciso refletir sobre a maneira pela qual as práticas sociais incutem nos sujeitos modelos de referência, conforme a classe que os representa, segundo postulam os Estudos Culturais. Senão, de nada valerá a convocação desses exteriores na compreensão da identidade desde seu viés discursivo.

A identidade se transforma porque o próprio sujeito se move à medida que vai sofrendo diferentes interpelações e estabelece novos elos com distintas redes de formulações na produção do sentido. Essa é mais uma paráfrase para explicar o conceito que me move: *a identidade é uma unidade imaginária*. Deixo as paráfrases e parto às análises, com o objetivo de tratar o discurso desde a prática material que o possibilita.

PARTE II
Da análise

4 “*Ser mulher é...*” – O Objeto Discurso em Análise

Enfim, a análise. É chegado o momento de averiguar os processos que permitem a emergência do sentido enquanto um efeito; de observar os conceitos que permitem pensar a identidade discursiva como *uma unidade imaginária*. Conforme pretendo discutir, a materialidade lingüística do discurso se torna a porta de acesso ao detalhamento acerca da condição primeira do sujeito, que é a falta instituída pelo universo simbólico que o constitui e, por decorrência, o desejo representado na busca – ilusória – da completude, em que inúmeros atravessamentos se sucedem, cindindo de vez o que se imagina como unitário e íntegro.

E, quanto à identidade feminina, é hora de observar a presença (silenciada ou não) dos principais imperativos histórico-sociais destinados a esse sexo e que se tornam a base de produção do discurso sobre o feminino, observada por meio de intercruzamentos e transformações marcados no fio discursivo.

4.1 *Sobre o dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso*

Tal como define seu fundador, a Análise do Discurso (AD) é *uma teoria não subjetiva da subjetividade; uma teoria materialista dos sentidos*. Assim, a linguagem, como meio de acesso aos sentidos, é tratada de modo diferenciado. Ou seja, ao invés de ser considerada apenas como um sistema de significantes, cujo sentido está logicamente estabilizado, ela é vista pela AD como uma materialidade histórico-social, cujos sentidos estão em plena (re)construção, transformação, dispersão, sendo, portanto, entendidos como um *efeito*. Tal tratamento conferido ao semântico é possível porque parte-se do princípio de que a ideologia afeta diretamente o simbólico, uma vez que interpela os indivíduos em sujeitos inconscientemente, por meio da linguagem que os constitui. Logo, linguagem, sentido e sujeito são três instâncias reunidas no e pelo discurso, o objeto de análise.

Na teoria iniciada por Michel Pêcheux, então, a linguagem é vista desde a tensão que a sustenta. Tensão entre as formações imaginárias advindas do social, entre as contradições operadas pela história, entre os conteúdos ideológicos conflitantes, entre o sujeito e a imagem que faz de si mesmo, entre a resistência do significante e os atravessamentos que insistem em desestabilizá-lo. Como destaca Orlandi (2003, p. 9), por consequência disso, em torno do dito e da relação com as condições de sua produção, há um impasse entre *o retorno e o avanço, entre o que restringe e o que alarga, entre o que já é e o que pode ser, entre o mesmo e o diferente*. E nesse impasse é que incidem as reflexões da Análise do Discurso.

Trazendo essas considerações para aqueles meus questionamentos iniciais (conforme *Introdução*), penso ser interessante averiguar o modo como se dá a determinação histórica dos processos de significação quanto à noção de identidade; ver o modo como a linguagem, o sentido e o sujeito estendem suas determinações e descentramentos à imagem que um enunciador faz de si, a qual é recuperada pelo analista de acordo com o funcionamento discursivo do texto que submete à análise. Segue, então, um esboço daquilo que pretendo realizar mais adiante.

4.2 Um esboço de análise

Na análise, será importante averiguar como a mudança de lugar enunciativo (ou seja, de curso universitário) interfere na construção discursiva, no gesto de leitura⁴⁵ diante do universo discursivo. Assim, adianto aqui cinco seqüências discursivas⁴⁶, que, a meu ver, apontam posições distintas:

<Curso de Economia> *Acredito que as mulheres buscam principalmente a realização profissional, deixando em 2º plano os outros aspectos.*

⁴⁵ Gesto de leitura: produto do ato de interpretar, atribuir sentido a. Conforme definiu Pêcheux (1997b), é a atuação do sujeito no simbólico, des/re/organizando os sentidos aparentemente organizados.

⁴⁶ A ordem de apresentação das seqüências é aleatória, e sua transcrição é fiel ao texto original.

<Curso de Pedagogia> *Hoje a mulher trabalha, estuda, tem sua casa, seus filhos e precisa estar sempre bonita, arrumada, bem-humorada e “aparentemente” sem problemas, para poder ajudar o marido.*

<Curso de Engenharia> *Ser mulher é lidar com cobranças e preconceitos constantes.*

<Curso de Medicina> *Ser mulher nos dias de hoje é ter que ter jogo de cintura, pois é preciso correr no trabalho, ser racional, precisa (...)*

<Curso de Artes Visuais> *Difícil falar o que é ser mulher sem abranger tudo.*

Na primeira seqüência, é possível afirmar que a posição-sujeito ali marcada se identifica com um conjunto de saberes que privilegia a inclusão da mulher no mercado de trabalho como uma meta a conquistar, ou seja, como algo que ainda não é natural. Assim, exclui uma outra forma-sujeito que diz que a mulher não deve trabalhar fora, pois sua obrigação é com a família – o que pode ser recuperado pela expressão *deixando em segundo plano outros aspectos*. A indeterminação de “outros” abre caminhos para que se questionem quais são os aspectos indiretamente referidos que, segundo essa posição-sujeito, também se dirigem às mulheres. Talvez a maternidade, a vaidade, como se observa na seqüência seguinte.

Na segunda seqüência, vários discursos se cruzam: o da mulher trabalhadora, o da mulher culta, o da mulher mãe, o da mulher vaidosa, o da mulher esposa. Porém, vejo uma ambigüidade na oração *tem sua casa*, uma vez que aponta a três posições distintas: uma relacionada à mulher independente, que mora sozinha; outra, próxima à anterior, em que a mulher é a proprietária da casa, mas isso não a impede de ter uma família e chefiá-la; e uma última, em que o sintagma *sua casa* equivale a *ter responsabilidades com os afazeres*

domésticos, ou seja, ser a *dona de casa*, não *da casa*. Acredito que, considerando as “pistas” subseqüentes (*estar “aparentemente” sem problemas para ajudar o marido*), a terceira posição seja a mais próxima do sujeito em questão. Por conseqüência, os discursos que se atravessam vêm seu sentido deslizar, ser resignificado por um sujeito que se identifica com o princípio de que a mulher deve agir em prol da manutenção da instituição familiar, ou seja, da vida ao lado de um marido – mesmo que, para isso, tenha de denegar o que sente, mantendo uma *aparência* de bem-estar. Afinal de contas, é isso o que as práticas sociais exigiram das mulheres ao longo dos tempos.

A terceira seqüência traz marcas que apontam a uma posição-sujeito que vê a mulher desde os conflitos fadados à sua condição – *cobranças e preconceitos* – sem determiná-los. Dessa forma, o sentido pode deslizar pelos mais diferentes domínios de saber: as cobranças podem ser estéticas (a mulher deve ser vaidosa), sociais (a mulher tem de casar para ser mãe), morais (a mulher tem de ser casta), profissionais (a mulher tem de trabalhar mais que o homem para ser reconhecida), psicológicas (a mulher tem de ser amável), para citar algumas. O mesmo serve para os preconceitos, que são, a meu ver, uma forma de “lembrar” àquele sujeito que se rebela qual é a posição dominante. Quando uma atitude não é naturalmente aceita, por não condizer com as expectativas destinadas a cada sujeito, converte-se em preconceito por parte daquele que domina; e essa fatia de discurso traz isso em re-lembrança.

Na quarta seqüência, outra posição se revela: a da mulher racional. Partindo do marcador temporal *nos dias de hoje*, há uma delimitação pontuando que, antes, a mulher não era racional; era vulnerável (não tinha *jogo de cintura*), ou seja, não necessitava ser *precisa* nem *racional*, pois esses atributos não eram necessários a sua condição de subalternidade, de “rainha do lar”. Porém, com a evolução da história das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho, a racionalidade passou a ser imprescindível, haja vista que é indispensável até mesmo no *jogo de cintura*, isto é, na perspicácia para saber o que fazer para adaptar-se às novas exigências conferidas ao seu sexo, até mesmo dissimulando conflitos pessoais em algumas ocasiões. Atualmente, para ser mulher, a razão

deve superar o sentimento, a marca cristalizada do feminino. Interessante nesse intradiscurso a fatia de memória do feminino que se recorta e se re-significa.

A visão da mulher como plenitude é ratificada na quinta seqüência. O trecho *sem abrangir tudo* vem ao encontro de uma posição que denega a falta constitutiva do sujeito. Não há como referir-se à mulher de outra forma que não por sua onipotência, na medida em que por muito tempo às mulheres se incutiu tal designação para que elas aceitassem, cumprissem com naturalidade sua tarefa de donas do lar e de responsáveis pelo bem-estar da família, já que, como plenas, perfeitas, somente a elas poderiam caber tais funções. Como objetos de extremo valor, deveriam ficar resguardadas no espaço privado, enquanto que os homens, sob uma suposta menos-valia para os afazeres de casa, saíam às ruas e confirmavam sua pré-disposição aos conflitos peculiares da esfera pública. Sob o engodo da perfeição (ainda que limitada: perfeição para lidar apenas com o doméstico, mas isso era o bastante), a mulher consentiu com sua resignação. E isso volta, agora, por meio de uma repetição vertical que se transforma nas atuais condições de produção, entretanto, não é capaz de dirimir o efeito de sentidos que a história engendrou.

Com essa análise inicial, meramente ilustrativa daquilo que pretendo aprofundar, quis mostrar o quanto os sentidos são múltiplos e se cruzam, corroborando um discurso intrinsecamente heterogêneo a si mesmo, já que mais de uma posição-sujeito nele pode se inscrever e ser re-significada, bem como para uma identidade fragmentada, dispersa. Inclusive, pareceu-me importante, como impressão primeira, perceber o modo como o lugar enunciativo (os cinco cursos universitários) direcionou fortemente os dizeres: à Economia coube o destaque à competitividade, semelhante às disputas econômicas; à Pedagogia, todo o afeto valorizado na figura da professora; à Engenharia, o preconceito por ser a classe feminina uma minoria na área que, por muito tempo, foi tratada como “coisa para homem”, na Medicina, o destaque à razão e à precisão, fatores impostos como indispensáveis ao exercício dessa profissão. Creio que não terei como fugir a esse aspecto na construção das condições de produção dos

enunciados, com o intuito de ver como a trajetória dos sentidos destinados a essas profissões acaba por determinar a imagem que os sujeitos têm de si.

É interessante ver como a repetição atravessa o discurso do sujeito: os imperativos do discurso acerca de sua profissão se misturam à questão da identidade feminina, sendo, então, re-significados. Com esse primeiro contato com o *corpus*, pude observar como a identidade é um processo em que o sujeito converte em sua a condição que o outro lhe atribui – e a mulher em especial, lembrando o que diz Lacan: *faltam significantes para falar a mulher*. Embora seja a falta uma marca constitutiva de todos os sujeitos, à mulher ela propicia um outro processo, visto que, no desejo de completude que denega tal fato, ela permite a entrada e a subsequente assimilação de um conjunto de saberes que reforçam sua condição de ser “um homem a menos”.

Sendo o significante ideológico, a tentativa de encobrimento da falta se converte em porta de entrada ao discurso do outro que ratifica e naturaliza a menos-valia feminina. Pelo atravessamento do simbólico na interpelação é que a identidade se fragmenta, se dispersa em meio à rede de formulações com que o sujeito estabelece elos ao longo do fio do discurso. O *outro* pontua sua presença no *um* fazendo ressoar o saber antigo, que, nessa reaparição, já não é mais o mesmo (como a questão do preconceito, da relação com a casa e da racionalidade no feminino, conforme visto).

Esse movimento dos sentidos somente é possível porque, segundo Pêcheux (2002 e 1997b, respectivamente), a língua está sujeita ao equívoco. Quer dizer, *todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro*, pois o sentido das palavras não está nelas mesmas, sendo então *determinado pelas posições ideológicas em conflito no processo histórico-social*. Penso que minhas análises vêm ao encontro disso: seja pelo léxico ou pela sintaxe, o sentido se movimenta, pois enunciados acerca do feminino ressurgem do interdiscurso (mais especificamente, da memória discursiva), transformam-se em meio às tramas do fio do discurso e às contingências das atuais condições de produção (processos histórico-sociais e determinações do desejo do inconsciente)

e retornam ao interdiscurso, re-significados, ficando à disposição de outro processo de apropriação, em que o mesmo ciclo se evidencia.

Conforme Indursky⁴⁷, o sentido se movimenta segundo uma escala, entre o *derivar* (um saber sai de sua matriz de origem e “estaciona” em outro espaço específico) e o *deslizar* (um novo enunciado que remete à mesma matriz de sentido). No interior da mesma formação discursiva, os sentidos *deslizam*; de uma formação discursiva a outra, os sentidos *derivam*. Nas análises, pretendo observar esses dois movimentos, colocando-os em cotejo com a fragmentação/dispersão do processo de identidade discursiva, inclusive com o objetivo de verificar em que instância (na identidade ou na identificação) ocorre a formulação, bem como a constituição do sentido. Antes, supostamente, terei de detalhar com que FD (ou FD's) estou lidando; qual é a sua forma-sujeito e quais são as posições que ela organiza.

Apontadas as hipóteses e as diretrizes, é hora de investigar a instância discursiva. Certamente, noções já apresentadas retornarão, para imprimir autoridade ao que vou descobrindo. Se a Análise do Discurso é uma teoria que se constrói na prática com a linguagem desde sua opacidade, na compreensão dos pontos de deriva possíveis à interpretação, no trabalho com sentido enquanto efeito, é este o momento de eu contribuir com a teoria, atualizando os conceitos propostos por Pêcheux e seus seguidores. Faço isso na tentativa de entender o funcionamento da identidade discursiva enquanto processo encravado no histórico-social e suscetível às suas sobredeterminações, tal como o é o discurso.

4.3 Os procedimentos adotados no estudo do corpus

Então, a fim de compreender a relação identidade/sujeito na linguagem, no discurso, decidi organizar meu arquivo a partir de produções textuais de mulheres universitárias⁴⁸, de cinco diferentes áreas do saber:

⁴⁷ Faço, aqui, referência a uma das aulas da professora Freda Indursky na disciplina *Teoria da Análise do Discurso*, em 2004/2.

⁴⁸ Cabe ressaltar que todas são alunas da mesma universidade, a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Educação (curso de Pedagogia – Educação Infantil), Ciências Humanas Aplicadas (curso de Ciências Econômicas), Ciências Exatas (curso de Engenharia Civil), Saúde (curso de Medicina) e Arte/Educação (curso de Licenciatura em Artes Visuais). Por meio de uma seleção destes textos (seleção essa que já é uma pré-análise), estabeleci recortes⁴⁹ que resultaram em seqüências discursivas⁵⁰, agrupadas de acordo com os momentos da análise que proponho.

Conforme expus anteriormente, pretendo observar, em um primeiro momento, quais são as posições-sujeito encontradas em cada bloco de seqüências discursivas. O intuito é observar como se configura a memória discursiva resgatada/atualizada/esquecida pelos sujeitos, através de marcas presentes no léxico e na sintaxe da materialidade lingüística, em consonância com as condições de produção do discurso.

Em outras palavras, nesse primeiro gesto analítico, interessa-me ver as determinações das condições de produção no discurso produzido pelos sujeitos em questão e sua relação com a identidade, buscando marcas que denotem a presença de uma memória associada ao curso universitário do sujeito-enunciador. Sendo assim, tento ver o quanto a mudança de lugar enunciativo (ou seja, de curso universitário) interfere na imagem que o sujeito tem de si e de sua condição, pois os atravessamentos que cada um sofre (e o modo de lidar com eles) são, por vezes, peculiares ao grupo em que está; por outras, não, apontando uma posição “compartilhada” com os sujeitos de outros lugares enunciativos. Devo considerar também as diferenças presentes no modo como esses sujeitos acionam uma memória discursiva (aquela não sistêmica, determinada pela relação da ideologia com os dizeres, vale frisar) para referirem-se a si próprios.

Estando as seqüências discursivas (SD) de cada curso organizadas em blocos, esta é a ordem de análise⁵¹:

Bloco 1: Das seqüências do Curso de Medicina (SD1 a SD4);

⁴⁹ Segundo a definição de Orlandi (2003, p. 139), *o recorte é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem-e-situação.*

⁵⁰ Para Courtine (1982, p. 252), seqüências discursivas são fragmentos orais ou escritos maiores que a frase, a partir dos quais se organiza o *corpus* analítico.

⁵¹ Penso ser importante pontuar que não houve qualquer critério no estabelecimento da ordem a que estão submetidos os blocos na análise; a disposição é aleatória.

Bloco 2: Das seqüências do Curso de Ciências Econômicas (SD5 a SD8);

Bloco 3: Das seqüências do Curso de Engenharia Civil (SD9 a SD12);

Bloco 4: Das seqüências do Curso de Licenciatura em Artes Visuais (SD13 a SD17);

Bloco 5: Das seqüências do Curso de Pedagogia – Educação Infantil (SD18 a SD22).

Posteriormente, levando em consideração as posições-sujeito encontradas, o objetivo é configurar o que seria uma Formação Discursiva (FD) Feminina, ao caracterizar sua forma-sujeito e apontar como ela determina o processo de identidade discursiva – uma vez que é a partir da identificação com esse sujeito histórico que os sujeitos estabelecem elos com outros dizeres, provenientes de outras FD's presentes no interdiscurso. Se a identidade é, como venho propondo, uma *unidade imaginária*, por estar calcada na falta própria do simbólico e, portanto, suscetível a atravessamentos de toda espécie (convergentes ou contraditórios), é nessa instância em que se dá a formulação dos sentidos (diferentes posições-sujeito se presentificam, entrelaçadas pelo fio do discurso, exercendo um trabalho de determinação sobre o sentido que se constrói). A identificação, por sua vez, está contida na identidade, pois é justamente a ligação histórico-social do sujeito com a rede de sentidos e dizeres preexistentes, anteriormente constituídos, dos quais ele se apropria para transformá-los na identidade (na vinculação a uma matriz de sentido de referência).

Então, de início, busco posições-sujeito acerca do que é ser mulher, no interior dos diferentes cursos universitários, para averiguar de que modo a historicidade do sentido é mobilizada pelas alunas em diferentes posições enunciativas. Em seguida, vou reunir as posições levantadas e assinalar aquela que prepondera, sendo a forma-sujeito do que se pode chamar de Formação Discursiva Feminina. Ao mesmo tempo, em ambas as análises, configuro o interdiscurso para essa suposta FD, pelas relações de aliança e oposição com outros dizeres, silenciados ou não. A partir disso é que posso observar o processo

de construção da identidade discursiva e sua relação com a memória em torno do “ser mulher” no discurso.

4.4 A análise das posições-sujeito demarcadas no “ser mulher”

Orlandi (1999, p. 30) define condições de produção (CP’s) como o conjunto de fatores que compreendem os sujeitos e a situação de qualquer dizer. Elas determinam o modo como os significantes produzem sentidos. Assim, com relação ao *corpus*, entendo que as CP’s remetem a um *contexto imediato*, que é o ambiente universitário recortado pelos cinco cursos e imbricado na dispersão que sofrem os sentidos. Já num sentido amplo, as CP’s incluem o momento histórico-social em que vivem as alunas e as determinações ideológicas que fazem delas sujeitos, tornando-as aptas a falar de sua condição de mulheres a partir da evidência ante as posições que são chamadas a ocupar. Portanto, as CP’s representam a exterioridade constitutiva da produção da linguagem, ou seja, a possibilidade do sentido enquanto efeito, o discurso.

Em outras palavras, entendo que as CP’s englobam o conjunto de sobredeterminações que constituem o sentido – e, por conseqüência, o sujeito –, materializadas pelo embate delas com o significante. Logo, as CP’s lançam o discurso à historicidade das práticas sociais, aos pré-construídos, às formações discursivas que encerram o seu interdiscurso, às formações imaginárias, às ilusões (univocidade, transparência, literalidade, autoria, completude), aos apelos do inconsciente desejante.

Sendo assim, em cada bloco submetido à análise, é possível observar que as CP’s determinam o sentido revestidas de modo peculiar ao lugar enunciativo de que partem os sujeitos ao enunciarem. Quer dizer, essas condições direcionam de modo diferenciado a produção dos sentidos, fazendo com que seqüências semelhantes recuperem, de acordo com o bloco de que fazem parte, outros sentidos, produzindo outros efeitos de sentido para o “ser mulher”; bem como seqüências distintas apontem o mesmo, apenas ratificando aqueles sentidos prévios, trabalhados pelos pré-construídos, pela memória discursiva.

Nas seqüências discursivas a seguir, integrantes do primeiro bloco, já é possível perceber que há atravessamentos próprios à posição ocupada pelos sujeitos enunciadore, os quais não reaparecem da mesma maneira nos demais blocos. Isso, a meu ver, comprova o fato de que a identidade feminina (e, conseqüentemente, discursiva) é uma unidade imaginária, uma vez que os sujeitos, inconscientemente, tomam como seus sentidos historicamente asseverados para o seu sexo, fazendo-os interagir com aqueles vinculados à matriz de saber que organiza os sentidos em torno de sua profissão. Há um entrecruzamento entre os pré-construídos historicamente trabalhados para serem reconhecidos como típicos do feminino e os sentidos circulantes no campo médico, mas o diferencial está na maneira como essa historicidade prévia é atualizada: desde o olhar desse campo.

Parto agora aos blocos, com o intuito de estudar suas peculiaridades em torno dos sentidos para o “ser mulher”.

4.4.1 Bloco 1: Das seqüências das alunas do Curso de Medicina

Entre nove textos recolhidos mediante produção espontânea (ou seja, sem qualquer intervenção do analista por meio de palestra, leitura de texto estimulador prévio ou quaisquer outras manifestações semelhantes⁵²), selecionei **quatro** para a análise, porque entendo que eles têm um diferencial quanto aos sentidos que materializam, o qual pode ser por mim discutido. A transcrição que realizo, vale ressaltar, neste e nos demais blocos, será fiel à versão original, que pode ser observada na sessão **Anexos** desta dissertação.

Eis, então, a primeira seqüência:

SD1

Ser mulher é saber “trabalhar” com as atividades domésticas, com a família e com o próprio trabalho.

É sofrer com mudanças hormonais; é ser mais suscetível a mudanças de humor, a fragilidade.

⁵² O procedimento adotado foi apenas o de pedir às alunas que escrevessem livremente um texto-resposta à pergunta (oral) “O que é ser mulher?”.

É ter várias responsabilidades: cuidar da casa, da família, e ao mesmo tempo ter responsabilidades fora de casa, com serviço (emprego).

Nas primeiras linhas, chama a atenção o deslizamento de sentidos gerado pelo verbo *trabalhar*, grafado entre aspas. O que é trabalhar, para uma mulher? Cuidar da casa e da família é o sentido existente na memória do feminino. A inclusão da mulher no mercado de trabalho é algo que a história vem, aos poucos, reconhecendo, à medida que também a coloca no conflito entre a luta de classes (em várias profissões, a remuneração feminina ainda é inferior à masculina, e os postos de chefia não são facilmente ocupados pelas mulheres). Portanto, que sentidos mobiliza “*trabalhar*”, nessas CP’s? Penso que não seria o mesmo de *o próprio trabalho*, mas, pela opacidade do significante, não há como precisar se a questão do trabalho remunerado feminino está sendo ironizada (pois, diante do trabalho masculino, não pode ser tratada de maneira igual) ou destacada (como ocorre ao final da seqüência, em que as responsabilidades femininas são salientadas).

As aspas em torno de *trabalhar*, então, acabam por lançar a opacidade do significante à multiplicidade de sentidos que separa o sujeito, ainda que, pela resistência que é sua marca (do significante), haja um silêncio para esses outros que o constituem. Como diz Orlandi (1997, p. 12), *há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer*. Sempre há sentidos outros, provenientes de outras matrizes, que tentam ficar resguardados pela materialidade simbólica, mas a falta que é inerente ao significante termina por apontar sua presença. Portanto, *trabalhar* pode estar vinculado tanto a uma posição-sujeito que ironiza o trabalho feminino, como a uma outra posição, para a qual *trabalhar* está além de cuidar da casa e da família, e ambas posições atravessam-se mutuamente.

Seguindo o modo como o sujeito dispôs os enunciados nessa seqüência, não há como deixar de apontar o atravessamento de um saber proveniente do interdiscurso em torno do campo médico: *ser mulher é sofrer com mudanças hormonais; é ser mais suscetível a mudanças de humor*, fatores responsáveis pela *fragilidade* que acomete o feminino. Entendo que ele vem

confirmar a hipótese que vem balizando minha dissertação: a identidade inclui a identificação, haja vista que, por representar um processo cujo centro é a falta, a possibilidade de intercruzamentos na conformação da (ilusória) imagem de unidade é constante. Dessa forma, o efeito de sentidos para o feminino que esse sujeito evidencia é transpassado por um dizer associado à formação discursiva que organiza os saberes acerca de sua profissão, pois é a partir dessa FD que ele enuncia; ela é a matriz de sentido dominante, nessas CP's. É ao discurso médico que cabe, primeiramente, a menção às inferências hormonais na conformação do sexo feminino, o que inclui a compreensão de suas conseqüências no estado de humor. Porém, mesmo que objetivando falar da condição de seu gênero, e não das peculiaridades de sua profissão quanto ao tema, o sujeito-enunciador dessa seqüência não pôde calar as determinações que sofre.

Ainda sobre essa seqüência, penso ser interessante destacar outro atravessamento: a questão dos espaços público/privado e o feminino. Para o sujeito-enunciador, parece ser possível cogitar que natural ao feminino é o espaço privado – a casa, a instituição familiar –, já que afirma que ser mulher é *ter várias responsabilidades: cuidar da casa, da família e, ao mesmo tempo ter responsabilidades fora de casa, com serviço*. Com isso, ele se apropria de uma memória vinculada ao feminino (a mulher é a dona do lar), ao passo em que acena com a possibilidade de transformação dessa memória, porque, nas atuais contingências histórico-sociais, as mulheres ocupam o espaço público, além do privado, que é seu “desde sempre”. Ou seja, ainda que recuperado de uma memória, esse saber retorna a ela modificado, em virtude da atualização que lhe confere o sujeito por meio do efeito de sentidos que emerge desde esse processo. Como afirma Pêcheux (1999, p. 56), a memória é *um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas*; então, isso justifica o fato de que *cuidar da casa e ter responsabilidades fora de casa*, saberes antagônicos, retornem e sejam aparentemente homogeneizados pelo sujeito que deles se apropria no efeito de sentido que desencadeia.

A memória acerca da identidade feminina é mobilizada também por outras marcas, como *sofrer e fragilidade*. Ser mulher é sofrer na hora de dar a

luz, sofrer por causa da inferioridade com relação ao sexo masculino, sofrer por questões somáticas (males ocasionados pelo período menstrual, por exemplo), sofrer por causas sentimentais, sofrer por ser *frágil* (diante da resistência, da robustez vinculada à imagem do masculino). Esses e outros sentidos possíveis transitam em torno de *sofrer* quando aproximado do universo feminino, considerando as determinações das CP's. Os enunciados que circulam no meio médico são responsáveis pela historicidade de *sofrer* e são produtos de posições-sujeito inscritas nessa matriz de saber. Portanto, o sentido preponderante será aquele que vier ao encontro dos saberes organizados pela FD responsável pelo assujeitamento dos sujeitos que interagem com tal seqüência.

Mediante essa primeira análise, já é possível observar o quanto a identidade, enquanto imagem que o sujeito faz de si, é algo que se constrói pela linguagem, em meio ao social. A mulher, em especial, é um sujeito cuja imagem é criada, falada pelo outro, e reforçada pelas práticas sociais que, inclusive, colaboram na sedimentação/naturalização de certos sentidos, em detrimento de outros. O “ser mulher” não consegue se desvencilhar do conceito de “rainha do lar”, ainda que isso apareça escondido, ofuscado pela materialidade significativa, graças à opacidade que lhe é característica e ao modo como o sujeito se relaciona com a formação ideológica responsável pelas formações discursivas que o constituem.

Na segunda seqüência, algo semelhante acontece:

SD2

Ser mulher é ser uma pessoa carinhosa, acolhedora, sensível, mas com garra, que se mostra capaz de suportar qualquer coisa ou dor para alcançar algum objetivo ou proteger e cuidar de quem gosta.

É ser misteriosa e ao mesmo tempo transparente. É um forte, mas capaz de ser “dobrada” com uma flor.

Ser mulher nos dias de hoje é ter que ter jogo de cintura, pois é preciso correr no trabalho, ser racional, precisa e também ser responsável com sua casa, seus filhos dando-lhes atenção, carinho...

A memória discursiva do feminino novamente é retomada e ampliada. No início da seqüência, observa-se que uma série de atributos imprescindíveis ao

cuidado do ambiente familiar é lembrada: o carinho, o acolhimento, a sensibilidade e até mesmo a garra. Pois, à semelhança de uma felina que, muitas vezes, tem de mostrar sua força para defender seus filhotes, a mulher não pode abrir mão da bravura (*suportar qualquer coisa ou dor [...] para proteger e cuidar de quem gosta [...] ser responsável com sua casa, seus filhos, dando-lhes atenção e carinho*), porque isso é marca de sua identidade, ao lado da ternura que lhe é “natural”. A identidade, logo, se produz em meio à trajetória percorrida pelos sentidos – seus retornos, deslizamentos, derivas e silenciamentos.

Como na SD1, aqui também se evidencia um atravessamento de um saber do campo médico. O vocábulo *dor* remete tanto à maternidade (sentir dor na hora do parto), quanto ao fazer da medicina (administrar substâncias que previnam ou diminuam a dor, principal sintoma de enfermidades). Entendo que, na SD2, a sobreposição dos dois saberes (relacionados em *dor*) aponta duas direções: a primeira, que *suportar a dor* é algo a que a mulher se sujeita para *atingir o objetivo de ser mãe*, pois a maternidade lhe é inculcada como um objetivo, uma meta, um marco na assunção de sua identidade (basta lembrar a teoria freudiana acerca da maternidade como o reduto último da feminilidade); a segunda, que, nas atuais condições histórico-sociais, é cada vez menor o número de mulheres que têm seus filhos fora do ambiente hospitalar e sem qualquer acompanhamento médico durante a gestação, ou seja, a maternidade, hoje, tem na prática médica um elemento integrante. A dor do parto não se restringe à mãe e à parteira, como fora em determinado momento da história.

No entanto, a questão da maternidade como objetivo da mulher é algo que fica apenas sugerido pelo texto da SD2, uma vez que o substantivo *objetivo* é antecedido por um índice de indeterminação, *algum*. Aliando essa presença com a opacidade típica do significante, tem-se que a possibilidade de sentido é múltipla, haja vista a historicidade circulante associada à figura feminina. Durante as práticas registradas pela história, diferentes foram os objetivos a que se ateu a mulher, conforme registrei nos capítulos anteriores: ser uma filha dócil e educada, arrumar um bom marido, ser uma esposa perfeita e uma dona de casa exemplar, tornar-se uma mãe dedicada, ter direito ao voto e participar da vida

política, poder integrar o mercado de trabalho, lutar por uma remuneração digna e pela ocupação de cargos de chefia, exercer profissões tidas como próprias para homens, viver sua sexualidade sem ceder a tabus, entre outros. Percebo que tais circunstâncias estão contidas em *objetivo* quando imerso no discurso acerca da identidade feminina, porque a falta que lhe é constitutiva não consegue ater-se a uma delas e dirimir as demais; essas “outras” integram o silêncio constitutivo do sentido, de que trata Orlandi (1997). As CP’s constitutivas da situação em que interagem os sujeitos é que podem definir por quais direções o sentido se constrói.

A memória do feminino que a teoria freudiana registrou emerge novamente nessa seqüência no segundo parágrafo, quando é afirmado que ser mulher é *ser misteriosa e ao mesmo tempo transparente*. Conforme os escritos freudianos, o universo feminino está recoberto pelo mistério porque, a partir da inveja do falo a que a mulher está circunscrita, suas atitudes são sempre veladas, têm por trás objetivos outros, não explícitos. Logo, ser mulher é agir na sombra, é esconder-se. *Transparente*, no entanto, penso que se identifica com o discurso de que a mulher pode mostrar seus sentimentos (como o choro, por exemplo), sem ser, por isso, alvo de críticas, ao contrário de um homem. Como a sensibilidade é “natural” da mulher, a ela se admite a demonstração de emoções, não ao homem – tanto é assim que ver um homem chorando, muitas vezes, é algo que não passa despercebido, o que inclusive desencadeia um questionamento quanto sua sexualidade. Ser homem é ser educado para não extravasar aqueles sentimentos que são entendidos como próprios das mulheres; ser mulher é ser educada para saber o que fazer conforme a situação, deixando que ou o mistério ou a transparência predomine.

Esse desdobramento gerado pelo esconde/mostra pode ser observado também na passagem [ser mulher é ser] *um forte, mas capaz de ser “dobrada” com uma flor*. As práticas sociais cobram da mulher que ela pareça um forte, isto é, seja capaz de suportar e aceitar todas as peculiaridades de sua condição de “um homem a menos”. Além disso, quando questiona tal situação e tenta um novo papel, ela tem de, continuamente, provar que é capaz de assumi-lo, pondo-o ao

lado daquilo de que não pode fugir – a instituição familiar, com todos os seus imperativos. A mulher tudo agüenta, tudo pode fazer (desde que esse *tudo* não entre em conflito com o lugar que as práticas sociais lhe destinam). Essa é a imagem que ela acredita ser sua e que tenta transmitir. No entanto, essa mesma imagem entra em contradição quando *uma flor* é capaz de desestabilizá-la, ou melhor, *dobrá-la*. Veicula-se o dizer que uma mulher não resiste, não consegue ficar indiferente a flores. Qual a razão disto? Seria a histórica comparação entre a delicadeza “natural” da mulher e a delicadeza das pétalas de uma flor? Entendo o gosto “natural” por flores como sendo algo histórico-socialmente construído para o feminino, e inconscientemente absorvido pelas mulheres: por ser mulher, tenho de gostar de receber flores, tenho de me “*dobrar*” (ceder, curvar-me, condescender, à semelhança do movimento que se faz com um objeto) diante delas (e, por extensão, diante do homem que me presenteou com elas), ainda que isso exija uma denegação quanto ao que realmente sinto (ou, melhor, um outro “*dobrar*”, duplicar-se). Há um intercruzamento de sentido ao comparar a feminilidade com a flor, registrando o efeito de sentido que disso emerge na memória, no interdiscurso.

Um outro pré-construído irrompe nessa seqüência quando o sujeito declara que *ser mulher nos dias de hoje é ter jogo de cintura* para conciliar as atividades profissionais com as responsabilidades do lar. Os sentidos em torno de *jogo de cintura* são múltiplos: malícia, perspicácia, habilidade, vicissitude. Penso que o sentido fundador, ao que define Orlandi (1993)⁵³ esteja na observação do movimento realizado em meio a um passo de dança, em que o dançarino necessita demonstrar técnica para mover seu corpo segundo o compasso da música, muitas vezes, complexo. Há que ser maleável para driblar qualquer dificuldade imposta pelo ritmo musical, pelas limitações de seu corpo, pelo desajuste do parceiro. Ao derivar para a questão da identidade feminina, entendo que tal sintagma aponta o sentido de que a mulher não pode prescindir da

⁵³ Para Orlandi (ibid.), o sentido fundador é um gesto analítico, pois *contempla a instância da produção dos sentidos* (p. 24). É, portanto, algo arbitrário, haja vista que os sentidos são móveis e incompletos, um efeito. Torna-se difícil precisar em que momento se deu a ruptura que possibilitou o desenvolvimento de um novo domínio de saber.

habilidade para saber moldar-se às inúmeras responsabilidades que lhe são atribuídas, sem abrir mão de seu desejo, materializado sob diferentes formas, conforme os apelos do momento histórico em que ela vive.

Por fim, vejo um último discurso-transverso em *é preciso [...] ser racional, precisa*. Definido por Pêcheux (1997b) como sendo aquele enunciado proveniente do interdiscurso, mas que traz consigo as marcas de sua produção, o discurso-transverso estabelece uma *relação metonímica* com outra matriz de sentido no fio discursivo em que ressoa. Pelo *efeito de incidência “explicativa” que a ele corresponde* (ibid., p. 166), tentam ser articuladas, pelo sujeito, diferentes CP’s.

A partir disso, é possível observar que ressoa, nesse intradiscurso (isto é, no fio da materialidade significante, na formulação que se apresenta), o sentido de que a razão e a precisão, cobranças próprias do ato médico (uma vez que a prática da medicina, tendo o respaldo do saber científico, rechaça qualquer iminência de falha), se sobrepõe à discussão sobre a imagem do “ser mulher”. Um saber identificado com sua profissão se atravessa ao sentido produzido pelo sujeito para descrever a condição de seu gênero, para falar de si próprio. Assim, infiro que *ser racional e precisa* mobiliza o efeito de sentido de que é necessário pôr em segundo plano o sentimentalismo atribuído ao feminino para, então, poder exercer uma profissão, com todo o rigor que ela exige (como é o caso da profissão de médico); a racionalidade “da” medicina deriva para o universo feminino e desencadeia outros efeitos de sentido, por assim dizer.

Na seqüência que apresento a seguir, não há marcas que denotem uma proximidade com o discurso médico. Entretanto, o preconceito e a maternidade como atributos do feminino se reafirmam:

SD3

Ser mulher hoje é sempre estar tentando provar que somos capazes e que, principalmente na profissão que escolhi, que exige muita dedicação, que também seremos boas profissionais sempre dedicadas e interessadas em aperfeiçoar os nossos conhecimentos.

Percebo, dentro da faculdade de medicina, que o preconceito é muito grande, porque a maioria das pessoas acreditam que as mulheres não serão tão

dedicadas à profissão pelo fato de ela exigir que deixemos de lado a família e, muitas vezes, termos de adiar o nosso sonho de construir uma família (ter filhos).

O papel das mulheres hoje em dia é, sem dúvida, acabar com o comodismo que imperava no comportamento das mulheres antigamente, mostrando que somos tão inteligentes e capazes como os homens.

O discurso da subestimação feminina aparece já no início da seqüência. Marcas como *tentando provar que somos capazes e também seremos boas profissionais* trazem, em silêncio, o pré-construído de que a mulher não está apta à esfera profissional – ainda mais se o ofício escolhido requerer o predomínio da razão sobre o sentimento, da cientificidade sobre a intuição e/ou o empirismo, como é o caso da profissão de médico. Além disso, o advérbio *hoje* joga os sentidos do feminino à história e põe, em lembrança, o fato de que houve um período em que a mulher aceitou plenamente a condição de inferioridade em que o assujeitamento ideológico a confinou, entendendo como natural o fato de que somente os homens saíssem às ruas (ocupassem a esfera pública) e exercessem uma profissão. A entrada das mulheres no campo profissional foi responsável por uma ruptura; novos sentidos foram produzidos, mas estes não conseguiram suplantar os sentidos pré-existentes, causa direta de uma memória de exclusão e inferioridade para a imagem do feminino. Conforme afirma Orlandi (2001, p.181), os *sentidos, que nem sabemos de onde vêm, falam em nós, em nosso dizer*. Tanto é assim que ainda existe, apesar das rupturas deflagradas por certos acontecimentos na história, o sentido de que, quando uma mulher resolve ter uma profissão, isso é visto mais como um recurso para conquistas futuras (converter o nível de estudo proporcionado pela profissão como um atrativo, um *pseudo-falo*) que como uma prática a ser exercida – logo, quando essa última posição é a predominante, é aquela com que o sujeito se identifica, há a necessidade de reforçá-la (*provar que [...] seremos boas profissionais sempre dedicadas e interessadas em aperfeiçoar os nossos conhecimentos*). Caso não houvesse essas duas posições-sujeito em conflito no interdiscurso acerca da relação mulher e esfera profissional, não haveria motivo para a defesa de uma delas, em detrimento da outra.

Prosseguindo no debate sobre essa relação, em SD3 se observa o discurso da figura da mulher vinculada à instituição familiar; entretanto, ele vem sob uma posição contraditória. Na superfície lingüística, é afirmado que a profissão de médico intima que a família fique *deixada de lado*, porém, sendo mulher, o enunciador registra em seguida que tem de *adiar o nosso sonho de construir uma família (ter filhos)*. Pêcheux (1999, p. 53) considera que compele cada vez mais à Análise do Discurso *interrogar os efeitos materiais de montagem de seqüências*. Portanto, questionando a formulação de SD3, vejo que adiar não representa deixar de lado; adiar tem o efeito de vivenciar em um tempo posterior (o que é intensificado inclusive pelo sintagma *nosso sonho*), não o de abandonar, renunciar, afastar-se, como sugere *deixar de lado a família*. *O sonho é ser médica e mãe*. Ser médica deve conjugar, combinar a maternidade. Dessa forma, constrói-se outro efeito de sentido para ser médica, em que o imperativo da maternidade ressoa sob uma suposta disjunção (ser médica, mas mãe), pois predomina o atravessamento do discurso da identidade feminina atrelada ao ser mãe.

Nas últimas linhas, a memória do feminino é mobilizada para destacar que a naturalidade (parafraseada, por esse sujeito, através de *comodismo*) quanto à tomada de atitudes deve ser refutada, em troca de uma postura que evidencie a equidade entre os sexos – inclusive no campo profissional, segundo o intradiscurso em que se insere esse dizer. Os efeitos de sentido que a materialidade discursiva coaduna vão na direção de que ser médica, para a mulher, representa sair da posição de inferioridade ante o homem, tendo de arcar inclusive com a responsabilidade maternal. Ser *inteligente e capaz* questiona a resignação que a história registra para o feminino, ao mesmo tempo em que traz o sentido da superação feminina, da busca de igualdade entre homens e mulheres no meio profissional.

Na busca da mulher por assumir uma posição outra, qual seria seu recurso, tendo em vista os efeitos de sentido circulantes pela imagem da identidade feminina? Penso que a SD4 propõe o estudo como uma possibilidade:

SD4

Acho que hoje temos muito mais responsabilidades que antigamente, isso porque além de ter que cuidar de nossa casa, no caso de quem mora sozinha, temos que estudar muito para conseguir atingir nossas metas. É lógico que isso é bom, pois assim estamos conquistando nossa independência.

E ser mulher hoje é conseguir controlar emprego (estudo), casa, vida amorosa, sem perder o toque feminino, a paciência e delicadeza que nós temos.

A questão do estudo é lembrada como um recurso para *atingir nossas metas*, ou seja, vencer a batalha contra a supremacia masculina, conseguir valorizar sua posição. Ainda que o ato de estudar seja *um além*, quer dizer, algo paralelo, realizado à margem daquilo que obrigatoriamente tem de ser feito por uma mulher, é reconhecido como meio de chegar a conquistas, convertendo-se em outra responsabilidade de que o feminino não pode fugir. Aqui, a identidade feminina se constrói a partir da equação *cuidar da casa e estudar muito*.

A própria memória de que cuidar da casa é uma responsabilidade da mulher, na retomada proposta, gera outro efeito de sentidos. Cuidar da *sua* casa é tarefa da mulher *quando mora sozinha*. Mais que uma transformação no vínculo familiar (é possível à mulher ter uma casa e viver sem a presença da família), essa passagem sugere o sentido de que, quando está em meio ao ambiente familiar, a casa é dividida e, por extensão, os cuidados necessários à sua manutenção, as responsabilidades com as tarefas domésticas. A exclusividade da mulher nos afazeres domésticos é negada. Entendo isso como uma consequência das transformações histórico-sociais, suscitadas pelas novas práticas a que os sujeitos se submetem na condição de assujeitados pela ideologia.

Pêcheux (1997b) considera que o assujeitamento ideológico somente é possível pela subordinação do sujeito à linguagem, ao aparato simbólico, à opacidade significante. Por isso, o sentido é concebido como um efeito, e através das marcas lingüísticas pode-se questionar o movimento, a historicidade que ele representa. Assim sendo, o sintagma *sua casa*, quando referido a uma mulher, em um momento histórico-social anterior, esteve identificado apenas com uma posição – a de “rainha do lar”, dona das tarefas domésticas, trabalhadora restrita ao espaço privado que lhe proporcionara um marido. Hoje, esse sentido convive

com um outro, com o qual se relaciona por oposição: *sua casa* pode representar posse, propriedade material, um bem adquirido por uma mulher, para que ela tenha a opção de viver sem uma família, sem um marido – ser *independente*.

Essa independência, no entanto, não é capaz de dirimir o *toque feminino*, materializado por atitudes que envolvam *paciência e delicadeza*. Em meio às batalhas, há de ser feminina, manter a “essência” que diferencia mulheres de homens (*paciência e delicadeza que nós temos*). Portanto, nessa descrição proposta à identidade, cruzam-se dizeres que apontam a ruptura (o acontecimento) e que retornam a um mesmo (a estrutura), estando entre elas a memória do dizer (a condição de existência da imagem que representa o feminino).

4.4.1.1 Sobre o primeiro bloco analisado

Concluo, a partir das observações pontuadas nessas quatro primeiras seqüências, que realmente há uma sobreposição de saberes no processo de construção da identidade. Com o objetivo de falar acerca de sua condição, os sujeitos-enunciadores dessas SD's se apropriaram de rasgos de uma memória formada por pré-construídos para o feminino. No entanto, ao atualizá-los na formulação de seu discurso, não conseguiram deter as injunções de sentido impostas pela formação discursiva responsável pela organização dos saberes acerca de sua profissão, evidenciando sucessivas sobreposições.

As referidas sobreposições, por sua vez, materializam a opacidade do significante e a inconstância do sentido, ratificando o discurso como efeito, como algo em movimento, em construção, suscetível a atravessamentos das mais diferentes direções. E, no que tange à identidade, a partir disso já é possível premeditar seus principais contornos.

Observando a maneira como cada sujeito mobiliza diferentes fatias da memória (cujas constituições são, por si só, igualmente fatiadas, esburacadas, ilógicas) acerca do que é ser mulher, compreendo que a identidade é uma imagem continuamente deslocada, reformulada, descentrada, uma vez que está

intrinsecamente vinculada ao modo como se engendram os sentidos, e esses, conforme venho expondo, nada têm de estáveis, de homogêneos, de translúcidos. A intervenção da história – desde a transitoriedade dos fenômenos sociais e a disputa dos sujeitos por lugares em meio às suas práticas – e do inconsciente – pelas peculiaridades que desenham um sujeito desejante, movido pela tentativa de completude daquelas faltas que sua trajetória produziu, instaurou e fomentou – torna-se constitutiva de um sujeito que não é capaz de controlar os processos de identificação e assujeitamento que o cindem e, conseqüentemente, interferem na imagem que faz de si próprio, na linguagem que constrói ao tratar o simbólico conforme as determinações projetadas pelas condições de produção do discurso. O sujeito não dispõe de uma identidade fechada e acabada porque esses atributos não são constitutivos do sentido, e, segundo os ensinamentos de Pêcheux, sujeito e sentido estão em íntima dependência (o sujeito se produz na emergência do sentido), sendo a linguagem (o discurso) o campo que materializa essa relação de concomitância.

Portanto, os sentidos para o feminino, a imagem que se constrói para o “ser mulher”, a identidade de gênero representam um processo movido pelas identificações, várias e instáveis, do sujeito com as redes de sentido disponibilizadas pela história. Porém, o recorte efetuado pela ideologia é o filtro que se interpõe entre o sujeito e o sentido, é o condutor da série de identificações que fragmentam o sujeito e o lançam à dispersão de si mesmo.

Uma vez disperso, o sujeito está “apto” a identificar-se com diferentes posições-sujeito, aliadas ou contraditórias entre si, pontuando, inconscientemente, a heterogeneidade como sua marca. É, conforme ressalta Orlandi (1997), a identidade um movimento entre o múltiplo e o único; múltiplos são os atravessamentos (processos de identificação), única é a imagem que o sujeito acredita representá-lo (identidade como unidade imaginária produzida pela matriz de sentido predominante). A linearidade e estabilidade do significante são eficientes meios de a ideologia camuflar, denegar ao sujeito toda a dispersão e a alteridade que o constitui.

Assim, pela análise desse primeiro bloco, observei que a memória mobilizada para tratar do feminino esteve em relação com os saberes próprios do lugar enunciativo de que partiram os sujeitos para pronunciar-se – o de futuras médicas – por meio de referências e críticas, ou seja, produzindo transformações tanto na memória quanto na região de saberes que os identifica. Em decorrência, um pré-construído como “ser mulher é ser delicada” voltou ao interdiscurso parafraseado por expressões como *ser mulher é ser uma pessoa carinhosa, acolhedora, sensível, mas com garra* (SD2), *ser mulher hoje é [não] perder o toque feminino, a paciência e delicadeza que nós temos* (SD4). A delicadeza que as práticas da história trataram de naturalizar como essência do feminino vem desdobrada pela inclusão da idéia de garra (que também é robustez, força), bem como da idéia de atenção (que também é concentração, reflexão). Ou seja, pelo atravessamento daquilo que caracteriza o fazer médico para ambos os sexos, a imagem que os sujeitos enunciadores das seqüências fazem de si e de sua condição é proveniente de uma memória que se altera, se adapta, se curva aos imperativos de outra imagem, aquela produzida para a profissão de médico. E, conseqüentemente, essa imagem também se transforma (porque é igualmente aberta e incompleta): ser médico é ter paciência, ser gentil, ser carinhoso, ser delicado, como uma mulher.

Outra transformação gerada na memória está, a meu ver, no sentido produzido em torno da relação entre a mulher e os afazeres domésticos. Tendo em vista o sentido construído a partir das exigências do trabalho médico, que inclui basicamente “o compromisso com a vida”, a prevalência das responsabilidades profissionais sobre as pessoais, a entrega ao estudo e à pesquisa, a mulher que opta pela carreira da medicina é convertida em *outra dona de casa*. E os sentidos se multiplicam... Pelo lugar social que a prática médica lhe confere, a mulher pode ser a dona da casa, isto é, a casa passa a ser um bem material adquirido por ela. Ou ainda, a mulher pode até não ser a proprietária da casa, mas deixa de ser a única responsável pela execução das tarefas imprescindíveis à manutenção do ambiente doméstico; o homem é chamado a participar. E, também, sendo ou não a dona da casa, mas morando

sozinha, os afazeres da casa são unicamente seus, entretanto não têm a mesma prioridade que os imperativos da profissão. O sentido *mulher/dona de casa* é mobilizado pelo simbólico para ser logo transformado. Assim, entendo que ele fica como um antes que silenciosamente ressoa, estando no cerne mesmo da dispersão que se instaura e modifica, amplia a memória. A médica é, também, a dona de casa, mas *outra dona de casa*. Gera-se outra posição-sujeito para um mesmo saber.

Sobre o primeiro bloco, creio que esses sejam os principais atravessamentos na *unidade imaginária* da identidade feminina. Com o intuito de buscar outros fragmentos de memória, outras transformações, passo a seguir à análise do segundo bloco, composto por seqüências recortadas de textos produzidos por alunas do curso de Ciências Econômicas da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

4.4.2 Bloco 2: Das seqüências das alunas do Curso de Ciências Econômicas

Serão **quatro** os textos submetidos à análise, produzidos por sujeitos desde sua função de autoria. Igualmente ao bloco anterior, não houve a realização de uma atividade prévia, por parte minha, antes da escrita –apenas lancei a pergunta: *O que é ser mulher?*

Feitas essas considerações, apresento a primeira seqüência do Bloco 2:

SD5

Ser mulher hoje em dia representa o desafio de ser ao mesmo tempo profissional, mãe, esposa sem deixar de lado a feminilidade. Acredito que as mulheres buscam principalmente a realização profissional, deixando em 2º plano os outros aspectos. Eu, enquanto mulher, tenho buscado esta realização em minha futura profissão, não abrindo mão do lado feminino, ainda, não esquecendo da competitividade que temos no mercado de trabalho.

O sentido construído a partir do vocábulo *desafio* parece ser o efeito que vai costurando uma passagem à outra no fio dessa seqüência. Como se

presentifica a historicidade em torno de *desafio* para o feminino? Acredito que, à semelhança de SD5, tal substantivo pode estar na mesma matriz de sentido que *batalha*, sendo, logo, uma paráfrase de *luta*. Ser mulher é ir para a arena das práticas sociais com o objetivo de travar uma luta com a classe masculina, hierarquicamente superior e, por extensão, dominante, para conquistar uma posição de reconhecimento e abandonar o título de subalterna.

A memória do feminino registra sentidos que remetem à dificuldade que cerca as ações emancipatórias das mulheres, pois a força ideológica que possibilita a supremacia masculina está em direta relação com aquela que sustenta a classe dominante (dona dos meios de produção). Eis o que justifica, por exemplo, a menos-valia feminina na força de trabalho – a mulher que integra a mão de obra assalariada passa necessariamente a frequentar o espaço público, anteriormente de exclusividade masculina; então, sua presença causa um incômodo (denota a imperfeição da máquina ideológica, mexe com o estabilizado, aponta a possibilidade de o sujeito voltar-se contra o saber que o assujeita, lembrando Pêcheux⁵⁴) e deve ser notoriamente estigmatizada.

Portanto, almejar uma posição de reconhecimento implica vincular-se a uma disputa ideologicamente (des)estruturada, a partir da posição que esse desejo demanda. Quais as armas que a história das práticas sociais destina à mulher no momento do combate? O estudo e a informação, imprescindíveis à prática profissional, se convertem em poder, meio de ascensão. Porém, conforme os sentidos determinados pelas CP's desse bloco, a mulher profissional não tomou o lugar da mulher *feminina*, aquela que é *mãe e esposa*. Ambas as perspectivas aparecem em conflito, e ainda que a primeira prevaleça sobre a segunda (*Acredito que as mulheres buscam principalmente a realização profissional, deixando em 2º plano os demais aspectos*), não é capaz de suprimi-la. Como nas seqüências reunidas no Bloco 1, o desafio, a batalha do feminino está, em SD5, em lutar pelo lugar que o masculino ocupa, tendo inclusive o diferencial de não deixar de ser *feminina* em meio aos apelos da ocupação profissional, tida como sua principal arma.

⁵⁴ Faço referência a *Semântica e Discurso* (1997b).

O sentido de competitividade que se produz nessa seqüência pode ser relacionado também com a memória construída pelo fazer do economista. Os sentidos evocados, quando algum sujeito faz referência a termos como “bolsa de valores”, “mercado de capitais”, “comércio de ações”, “déficit”, “superávit”, “balança comercial” etc. giram em torno da competição entre subas e quedas de fatos numéricos, cujas causas o economista procura compreender por meio de suas teorias e gráficos. É isso que está na imagem que se produz do que seja o economista; é o que está no interdiscurso. E, sendo o interdiscurso o lugar em que estão todos os sentidos, todos os discursos ainda sem o recorte ideológico (fator pelo que se produz um efeito de sentido e não outro; a formação discursiva – conforme Pêcheux, 1997b), é possível ao sujeito, na tessitura do fio discursivo, apoderar-se de diferentes pré-construídos e transformá-los, para que ganhem os contornos da situação forjada pelas CP’s.

Portanto, penso que seja essa a explicação para o fato de que haja a sobreposição entre saberes “mais comuns” ao campo do feminino e saberes “mais comuns” ao campo da economia, o que vem a gerar modificações em ambos saberes e, também, cria uma terceira acepção, a de um “feminino mais economista”. A próxima SD traz outras marcas que ratificam tal afirmação:

SD6

Ser mulher significa enfrentar desafios diariamente e tentar transformá-los em incentivos para continuarmos lutando pelo nosso espaço na sociedade, que infelizmente ainda tem alguns traços machistas.

[...]

A mulher tem que ser dinâmica, versátil, inteligente, pois nos dias de hoje, com a independência conquistada, a mulher é o chefe da família, trabalha fora, e ao mesmo tempo cuida dos afazeres doméstica [sic] da casa, sem contar da educação dos filhos, onde ela exerce o papel principal de equilíbrio e harmonia.

A primeira parte de SD6 apresenta marcas que apontam diferentes pré-construídos, que podem ser recuperados por distintas formações discursivas, comprovando o fato de que o intradiscurso é capaz de enlaçar sentidos contraditórios entre si, fazendo-os conviver sob a aparência da homogeneidade,

sugerida, inclusive, pela linearidade significativa. A exemplo das formações discursivas, que, como explica Orlandi (1999, p. 44), não são *blocos homogêneos funcionando automaticamente*, mas sim *heterogêneas a si mesmas, constituídas pela contradição e com fronteiras fluidas*, a materialidade significativa do discurso também está aberta às determinações e à fragmentação.

Assim, há a repetição daquela fatia de memória responsável pela busca de uma posição de reconhecimento para o feminino, o que se configura em um *desafio*. Continuar *lutando pelo nosso espaço na sociedade* é a afirmação de uma posição-sujeito que entende o lugar da mulher como invalidado pelas práticas sociais. E, por extensão, se volta contra o efeito de naturalidade produzido por saberes tidos como sendo de cunho machista ([...] *sociedade, que infelizmente ainda tem alguns traços machistas*). Então, o advérbio *ainda* gera o efeito de que, apesar das lutas travadas pelas mulheres ao longo da história, estas não puderam colher o troféu merecido, ou seja, ocupar o espaço público sem trazer as mazelas que a memória registra/impõe. Essa posição-sujeito vê a mulher em um lugar inferior, hierarquicamente subalterno ao ocupado pela classe masculina, sem deixar de expor uma possibilidade de reversibilidade quanto a esse estado – por meio da continuidade da luta, da disputa, da competição, do desafio, paráfrases para essa situação. O questionamento quanto à naturalidade, à aceitação plena e à resignação femininas marca, no efeito de sentido que se produz, a modalidade do *mau sujeito*, que, como caracteriza Pêcheux (1997b, p. 215), é aquela em que o sujeito da enunciação se *contra-identifica* com os saberes predominantes da formação discursiva que o assujeita, assumindo uma tomada de posição contestadora, que duvida e se afasta do saber *que lhe é dado a pensar*.

Um outro atravessamento que registro é resultado do sentido criado para *incentivo*. Tal termo também pode ser localizado entre os saberes que configuram o cotidiano da área econômica, onde ganha um teor financeiro: nessa matriz de sentido, incentivar se torna paráfrase de investir, aplicar quantias em, estimular através de montantes, de facilidades que visem ao lucro. Derivando para a formação discursiva que reúne os sentidos para o feminino, entendo que

tal vocábulo segue produzindo sentidos associados a *estímulo*; porém, o financeiro se transforma em uma postura ante os desafios: é preciso, para ser mulher, converter o fato de ter de *enfrentar desafios diariamente* em um estímulo para lutar pelo reconhecimento do gênero feminino no espaço social.

Ainda em se tratando de atravessamentos do campo econômico, vejo em *ser dinâmica, versátil* outra possibilidade. Considerando a atual conjuntura econômica, os contornos das relações comerciais, tão instáveis quanto as imposições advindas com a globalização e as políticas de livre-comércio⁵⁵, são frequentes os enunciados que mencionam a necessidade de uma postura *dinâmica e versátil* diante da chamada *realidade econômica*, ou seja, há um chamamento à naturalização da instabilidade dos acordos, da mudança brusca de processos, do movimento incessante que caracteriza o meio econômico.

Logo, em SD6, essas peculiaridades observadas no ramo da economia e alocadas em sua memória são apropriadas por um sujeito que, no fio de seu discurso, as transforma, fazendo-as se estender à imagem que produz para o “ser mulher”. Disso, vejo que a identidade feminina, para essa posição-sujeito, está atrelada à inconstância, ao movimento, à fugacidade das práticas sociais, o que vem ao encontro tanto dos pressupostos da Psicanálise quanto daqueles dos Estudos Culturais que levantei nos capítulos 1 e 2. Pelo viés psicanalítico, a dinamicidade da identidade é resultado do modo como o sujeito, ao longo de sua existência, firma diferentes relações com a linguagem e tenta obliterar aquela falta que é somente sua e que está na raiz do desejo, pulsão da vida; por essa falta, distintos elos se estabelecem com o universo simbólico. E, pela ótica dos Estudos Culturais, a identidade é volúvel porque está determinada pela linguagem e pelos sistemas simbólicos que ela materializa, os quais se convertem em referência para as posições evocadas, transformadas e naturalizadas pelas práticas sociais ao longo da história, conforme as diferenças próprias de cada época. Portanto, a imagem construída para a identidade feminina, nessa

⁵⁵ Para tecer tais considerações, tomo por base notícias veiculadas tanto pela mídia impressa quanto pela televisiva, que passam a integrar o interdiscurso daquilo que entendo como “fazer econômico”.

seqüência, se aproxima do sentido de *movimento*, por ser sobredeterminada pelo histórico-social, como inclusive não deixa de ser a área econômica.

Interessante ver como o sujeito-enunciador de SD6 também convoca o pré-construído da *independência feminina*, porém ocasionando um enunciado-dividido, ao contrário do efeito construído por SD4. Lá, a independência é algo que está sendo conquistado, ou seja, é um processo em curso, em andamento – daí a necessidade do estudo, como arma na luta pela posição ocupada pelos homens e a possível vinculação, ainda, às tarefas do lar (mas há espaço para a participação masculina; a exclusividade se resume a quando a mulher mora sozinha). Em SD6, entretanto, esse efeito de sentido se sobrepõe a outro – a independência é uma conquista, uma realidade, um fato, materializado por elementos lexicais como *chefe de família*, *trabalhar fora*. E as sobreposições vão além: ser *chefe de família* não dispensa a mulher do cuidado com *os afazeres domésticos nem da educação dos filhos, onde ela exerce o papel principal de equilíbrio e harmonia*. A independência feminina, então, propicia outro efeito de sentido: a “não dependência” está no poder trabalhar fora, porque permanece no “ser mulher” o sentido da dependência da manutenção da plenitude do ambiente familiar (cuidados com casa e filhos). Outra vez, a memória ressoa e se transforma, pelo tratamento que o sujeito, em consonância com as injunções das CP’s em que se encontra, lhe confere.

Uma última observação acerca dessa seqüência: se o significante materializa algo do inconsciente desejante; logo, as falhas, sejam elas lapsos ou atos-falhos, são capazes de fornecer pistas, alguns traços sobre os processos responsáveis pela estruturação desse desejo. Em SD6, entendo a falha com o manejo dos significantes lingüísticos que se destaca em *a mulher [...] trabalha fora e, ao mesmo tempo, cuida dos afazeres doméstica da casa*. Mais que dois simples desvios quanto às normas de concordância padrão, vejo nesses enganos marcas a respeito dos processos identificatórios que cindem esse sujeito desde seu inconsciente: é ressaltada a relação do sujeito-enunciador com a história de sua existência, na medida em que é mulher e, por conseguinte, também trabalha e cuida da casa; algo como “sou mulher, cuida dos afazeres domésticos; logo, sou

uma doméstica, que inclusive trabalha fora”. Assim sendo, a injunção à posição de “rainha do lar” está no inconsciente desse sujeito e aparece reforçada pelo significante, cuja opacidade e resistência não puderam silenciar o reforço, a lembrança de uma condição com que o sujeito se identifica, a partir da imagem que faz de si próprio.

Passando à SD7, noto o retorno da competitividade como traço da identidade feminina:

SD7

Ser mulher nos dias de hoje é saber o que quer da vida, determinar metas, objetivos e atingi-los, pois estamos em uma época que a competição entre homens e mulheres esta [sic] cada vez mais forte, não somente no campo profissional, mas no social, cultural e etc... E a mulher precisa cada vez mais mostrar-se capaz de superar obstáculos e se sobrepor em relação ao homem. Em relação ao que aconteceu com nossas mães, tias, etc... que foram preparadas p/ cuidar da casa, dos filhos e do marido, a coisa evoluiu muito, pois a palavra mulher não determina somente o sexo, mas sim se sentir amada, desejada, realizada, é ter orgulho de dizer eu sou mulher sim, vencedora, reconhecida profissionalmente, independente e sem sombras de dúvida, muito feliz...

A competitividade, nessa seqüência, é colocada em cotejo com as circunstâncias atuais. Por isso, a imagem para o “ser mulher”, *hoje*, inclui a competição (principalmente no campo profissional) como percurso para a concretização de objetivos, marcando que, em outro momento histórico-social a mulher esteve privada disso (a competição ou era inexistente – devido à pouca audácia feminina, sequer havia metas a atingir para a classe –, ou era denegada por uma sociedade plena de padrões masculinizantes – se a mulher reivindicava um posto de trabalho, ela o obtinha, mas era explorada como maneira tanto de mostrar que isso não lhe cabia, como para deixá-la exausta, sem condições de lutar por mais). *Hoje*, a mulher dispõe de condições para competir com o homem, *não somente no campo profissional, mas no social, no cultural etc.* Ou seja, isso aponta uma posição-sujeito que entende a identidade feminina como produzida por uma competição *cada vez mais forte* com o conjunto de valores instituído por e para a identidade masculina, o que vem ao encontro da posição de SD6, que

destaca o movimento que representa esse processo por estar em consonância com os imperativos histórico-sociais. É interessante observar, no cotejo entre seqüências discursivas, o sentido enquanto efeito – efeito de deslizamentos, efeito de sobreposições, efeito de antecipações, efeito de repetições.

A memória responsável pelo sentido de *independência feminina* retorna em SD7. Porém, aqui, é transformada pelo atravessamento de duas posições, em um primeiro olhar antagônicas, mas que tentam ser controladas pela opacidade do significante. O sujeito-enunciador, nos primeiros momentos da seqüência, se identifica com uma posição de certa dependência do feminino ante o masculino, pois afirma que *a mulher precisa cada vez mais mostrar-se capaz de superar obstáculos e se sobrepor em relação ao homem*; ou seja, compreendo essa fatia de intradiscurso como a volta de uma memória em que a mulher é concebida a partir dos modelos instituídos para o sexo masculino, a exemplo disso os escritos freudianos, conforme capítulo 1 dessa dissertação. A diferença entre os sexos é hierarquizada, na medida em que, se a mulher tem de se sobrepor ao homem, é porque está abaixo dele, permanece em uma posição social inferior, ratificada pela força “oculta” e inerente das práticas. No entanto, mais ao fim da seqüência, o sujeito-enunciador contradiz essa posição, pois admite a independência como uma realidade, uma conquista, uma vitória: *ter orgulho de dizer eu sou mulher sim, vencedora, reconhecida profissionalmente, independente e sem sombra de dúvida muito feliz*. A superação como algo em construção desaparece ante a afirmação da independência como algo já obtido; e, por outro lado, a independência ganha o efeito de algo não pleno, pois o modelo de referência para a mulher continua sendo a imagem fornecida pelo masculino (o que se intensifica com os modificadores *amada e desejada*).

Outra possibilidade de compreensão da passagem *eu sou mulher sim, vencedora, reconhecida (...)* advém pelo silenciamento de uma negação, posta em suspenso pelo advérbio *sim*. Com a referida marca, percebo a tentativa de abafar aquele pré-construído de que a mulher não está satisfeita com sua posição, marcando uma antecipação do sujeito-enunciador quanto à sua possível lembrança. A afirmação vem para negar esse saber constante na memória do

feminino. Tal como ensina Orlandi (1997, p. 34), o silêncio *passa pelas palavras*. (...) *Ele escorre por entre a trama das falas*.

Com SD7, então, é possível perscrutar os caminhos que toma a memória ao ser acionada pelo sujeito, evidenciando a linguagem como produção, o sentido como efeito, a identidade como unidade imaginária. Pela aparente coerência significativa, opostos são chamados a conviver, ressaltando que a resistência do significante é também uma produção ideológica e, como tal, está sujeita a falhas, pois não tem poder suficiente para impedir o confronto de posições, a ambigüidade dos sujeitos.

A SD8 volta a reunir sentidos que aproximam a identidade feminina ao meio familiar:

SD8

É o suporte da família, o protótipo da persistência. Por meio do equilíbrio entre meiguice e altivez persegue e atinge seus objetivos.

Conforme se observa, essa seqüência se identifica com aquela posição-sujeito de que o ser mulher se produz pela instituição familiar. Como *suporte*, a imagem do feminino oscila entre a base, o elemento sobre o qual a família se ergue, é sustentada, e o *suportar*, para o que ser mulher é ter capacidade de tudo agüentar, seja por sua condição de inferioridade, de fraqueza, seja, paradoxalmente, por sua força, que visa ao bem-estar de sua família – possibilidade que inclui o efeito de *suporte* também. A memória gerada para o feminino permite uma multiplicidade de efeitos de sentido para tal elemento léxico.

A persistência feminina é tida como um modelo, um *protótipo*. A que se deve isso? Penso que a resposta esteja associada à posição-sujeito que vê a identidade da mulher como um processo de luta, como algo inacabado, que acompanha o movimento das práticas sociais e sofre a determinação dos modelos de conduta que estas produzem, para os dois sexos, na história, sem deixar sua voz dirimir por completo. Portanto, *persistência*, segundo as CP's que observo, o que inclui a formação discursiva que venho configurando através de minhas

análises (aquela que reúne o conjunto de saberes responsável pela construção da imagem do “ser mulher”, e cujo detalhamento será proposto na segunda análise), é paráfrase discursiva para *luta, batalha, desafio, perseguir objetivos*.

A transformação desse saber, porém, está na escolha da arma com que a mulher se lança à disputa pelo reconhecimento dedicado a classe masculina. Se, nas demais seqüências, foi apresentada por meio da dedicação ao estudo, tendo como meta a ascensão profissional, aqui em SD8 os objetivos são alcançados pelo *equilíbrio entre meiguice e altivez*. Ou seja, essa “outra arma” faz ressoar aquele efeito de sentido de que, sendo despossuída de um instrumento, um “algo” capaz de conferir-lhe poder e/ou supremacia, caberia a mulher atitudes que forjassem a mesma sedução, o mesmo desejo que a presença de tal elemento desencadearia. Penso que isso está na base do sentido construído pela memória do feminino para *meiguice*, gerando efeitos outros: simpatia, bondade, serenidade, delicadeza. Já a opacidade em torno de *altivez* desencadeia um movimento de sentidos circulantes em torno de duas posições, antagônicas: uma que vê nas conquistas obtidas pela mulher um motivo de orgulho, uma motivação para desejar ir além, um fomento à luta; outra, que relaciona esse orgulho da mulher à condição de, através da meiguice que lhe é “natural”, ter condições de seduzir, atrair, ou até enganar aquele que tem o poder e o reconhecimento que ela deseja para si. Logo, o equilíbrio estaria entre a meiguice e a luta, ou entre a meiguice e a sedução. As duas posições são possíveis, porque estão disponíveis no interdiscurso, na memória do feminino. O sujeito se apropria de um enunciado, mas não dispõe de meios para apagar sua história, isto é, seus outros sentidos – quando muito, coloca-os sob a forma de um silêncio. Pois, conforme afirma Orlandi (1997, p. 12), *todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer*.

4.4.2.1 Sobre o segundo bloco analisado

Não há como ficar indiferente ao fato de que propor a sujeitos do sexo feminino que escrevam a respeito do que caracteriza a identidade feminina é

incitá-los a expressar, materializar os principais traços da imagem construída para si por seu inconsciente. É instigá-los a rememorar seus traumas, denegar suas falhas, mobilizar os contornos de seu desejo, interagir com a(s) posição(ões) que são chamados a ocupar na história. Em suma, é convidá-los a que se percam na falta que os corta e dispersa, porém na contraditória ilusão de poder preenchê-la.

A partir disso, entendo que as seqüências desse segundo bloco, em continuidade com o primeiro, convergem com o princípio teórico que motiva meu trabalho: a identidade é uma *unidade imaginária*. Ou seja, por trás de uma suposta homogeneidade, proporcionada pela linearidade dos significantes de cada seqüência, está uma rede de processos de identificação, responsáveis pelo estabelecimento de um elo entre sujeito, sentido e história, via linguagem. Entretanto, esse elo não se apóia em um único terreno, graças à falta própria do simbólico, o que faz a rede ser caracterizada pela heterogeneidade. Sendo, então, a trama discursiva composta por distintos fios, a identidade como una e plena não se confirma.

Assim, notei que, nesse bloco, os principais pré-construídos advindos do interdiscurso presente em torno do “ser mulher” apontam basicamente dois efeitos de sentido: o da luta feminina pelo reconhecimento de sua posição e o da mulher como responsável pelo pleno funcionamento da instituição familiar. Nas paráfrases que os sujeitos constroem no momento em que se apropriam desses já-ditos, vejo que o sentido produzido vai, muitas vezes, ao encontro daquele que eu já destacara nas análises do Bloco 1. *Competir*, por exemplo, que aparece nas seqüências SD5 e SD7, retorna a um mesmo, observado em *lutar*, *batalhar*, *desafiar* (*desafio*), encontrados no bloco anterior. Ou seja, esses elementos lexicais têm seu sentido produzido por uma posição-sujeito, para a qual a identidade feminina é construída mediante seu engajamento na disputa pelo lugar que as práticas sociais conferem ao masculino.

O outro efeito de sentido que volta, o da identidade feminina como atrelada à maternidade e à instituição familiar, aponta duas transformações. Ou é colocado em um degrau inferior àquele em que estão as atribuições profissionais

(conforme SD5), ou é convertido em uma batalha (em SD7, *ser vencedora*), em virtude das múltiplas responsabilidades que incute (com isso, registra um efeito contrário à batalha com o saber dominante, masculino).

Como destaca o trabalho de Orlandi (2003), a produção do sentido ocorre pela ação de dois processos, a paráfrase (o retorno) e a polissemia (a ruptura). Portanto, considerando a inconstância própria dos sentidos, determinada pelo movimento da história, é possível entender por que o sujeito toma como seu um enunciado inscrito no interdiscurso e, a partir das formações discursivas responsáveis por sua identidade (as quais estão marcadas nas antecipações fornecidas pelas condições de produção que o determinam), produz sentido e transforma o saber de que se apropriou, seja por um processo parafrástico (como em *competir/luta/desafio*) ou polissêmico (*batalhar* com a classe masculina/*batalhar* com as suas responsabilidades).

E, quanto ao atravessamento de saberes responsáveis pela imagem da prática profissional do economista, observei que eles se concentram em dois eixos. Um está na aproximação entre a competição que movimenta o campo econômico e a identidade feminina (ser mulher é competir com os homens). O outro está na inclusão da dinamicidade e da versatilidade como marcas do feminino, a exemplo da postura exigida ao profissional da economia, em meio à instabilidade dos acordos que se firmam na atual conjuntura econômica.

Compreendo essa entrada de traços de saber da área econômica no discurso sobre a identidade feminina como uma determinação das condições de produção em que se deu a escrita das seqüências. Os vocábulos que apareceram são pistas do assujeitamento sofrido por esses sujeitos através dos saberes que neles se alojaram, com o intuito de originar uma imagem do fazer do economista. E, a partir dessa imagem é que as demais são produzidas, ocasionando as sobredeterminações.

Segundo Pêcheux, no prefácio que escreveu para o trabalho de Jean-Jacques Courtine (1981), tentar fazer análise do discurso é pressupor a ausência como o que afeta a prática “natural” da leitura. Com isso, penso que ratifico o pressuposto de que parto para tecer minhas análises: a falta é uma presença na

produção dos sentidos, pois está antes na linguagem que constitui os sujeitos; em decorrência, a identidade não é única, nem estática, nem transparente, porque também traz em si a falta, “porta de entrada” para os atravessamentos que descentram os sujeitos e os remetem à dispersão. Dando, então, continuidade a este terceiro capítulo, no próximo momento sigo analisando seqüências discursivas, com o objetivo de registrar os sentidos produzidos/silenciados para a identidade feminina – porém, a partir de textos escritos por alunas do curso de Engenharia Civil.

4.4.3 Bloco 3: Das seqüências das alunas do Curso de Engenharia Civil

Entre oito textos recolhidos na ocasião de minha visita à turma de Engenharia Civil, selecionei **quatro** para o trabalho de análise.

Na primeira seqüência, a memória para o feminino retorna pelo preconceito e pela imagem de “mulher-mãe”:

SD9

Ser mulher é lidar com cobranças e preconceitos constantes. É precisar ter bastante jogo de cintura para conciliar diversas atividades e opiniões, de forma apaziguadora, quando necessário. Ser mulher é ter espírito materno e acolhedor.

Três pré-construídos engendram o enunciado de SD9: o sentimento de diminuição feminina, a fragmentação sucedida da tentativa de cumprimento com aquilo que as práticas sociais veiculam sob o rótulo de “obrigações da mulher” (confirmando que a mulher é um sujeito falado pelo outro) e a imagem de mulher-mãe. Eles já apareceram nas seqüências anteriores e, aqui, penso que reproduzem um mesmo quanto à identidade feminina, fazendo o sentido se (re)produzir através da paráfrase.

O sujeito-enunciador de SD9 se identifica com aquela posição de que a ação da mulher está circunscrita a uma série de valores que a história (via

memória, vale ressaltar) impõe em forma de uma lembrança pouco móvel. Entendo como um exemplo disso um fator presente nas CP's em que está o sujeito em questão: o campo profissional das engenharias, com ênfase na área da construção civil.

Fazendo-se uma breve retomada dos fatos que a história repercute sobre as peculiaridades da formação acadêmica do engenheiro civil, a entrada de mulheres nessa área é algo recente, pois lhes é imposta a condição de lidar com a precisão numérica das fórmulas matemáticas, com a abstração para projetar áreas geométricas, com materiais brutos, pesados, à semelhança dos profissionais homens – entretanto, para eles isso não vai contra “sua natureza”. “Engenharia civil não é ramo para mulheres”. Então, a rotina que constrói o ambiente em que se insere o sujeito-enunciador de SD9 está embasada por sentidos que apontam a mulher como “um ser estranho”, cuja presença não é plenamente aceita – do que decorrem *cobranças e preconceitos constantes*. Provavelmente, um engenheiro do sexo masculino não faria um comentário como esse quanto à sua condição.

E, considerando-se novamente os imperativos da atual conjuntura histórico-social, bem como o modo pelo qual eles determinam os sentidos – uma vez que requerem dos sujeitos “tomadas de posição”, como destaca a Análise do Discurso –, essa tentativa de negação da entrada das mulheres na profissão de engenheiro (observe-se que não se trata de *uma* profissão em específico, mas sim na área profissional como um todo, haja vista as designações propostas para as profissões, cuja maioria é masculina) também pode ser associada à outra posição: a da competitividade intrínseca ao mercado de trabalho. A engenheira mulher passa a ser mais um rival na disputa por postos de trabalho, já não bastasse o conflito interno entre os engenheiros (homens). Sendo assim, tal posição pode perfeitamente se apropriar daquela outra, que rechaça a entrada do feminino no meio profissional com base em atributos “biológicos”, “psicológicos”, para então transferi-la à questão da ansiedade em torno da oferta/procura de mão-de-obra especializada. Com isso, fomenta-se a disputa desde o momento da formação do profissional, através de atitudes depreciantes que passam a constituir a imagem que a estudante de engenharia faz de si mesma.

Entendo que essa discussão vem ao encontro da afirmação de que os sentidos estão à deriva, no interdiscurso. Cada sujeito, ao identificar-se com matrizes de sentido (as formações discursivas) que a história lhe reserva, constrói um efeito, dá uma direção aos enunciados de que se apropria, constituindo, igualmente, a si próprio como *sujeito*. Conforme postula Pêcheux (1997b, p. 163-4), o interdiscurso impõe e dissimula ao sujeito seu assujeitamento, *sob a aparência da autonomia, isto é, através da estrutura discursiva da forma-sujeito*. É a forma-sujeito que reúne os saberes acerca do feminino, influenciada pelos demais saberes que lhe são diretamente exteriores, constitutivos das CP's em que está o sujeito (aqui, no caso, os sentidos circulantes no ambiente acadêmico da Engenharia Civil), a responsável pelo efeito de sentido e, concomitantemente, pelo sujeito que se produz em SD9.

Quanto ao outro atravessamento, o chamamento às responsabilidades “próprias” do feminino, entendo que a atualização gerada pela retomada realizada pelo sujeito que enuncia SD9 está na habilidade para *conciliar opiniões, de forma apaziguadora, quando necessário*. De início, a inclusão de *opiniões* no conjunto de fatores com os quais a mulher necessita preocupar-se amplia o saber vinculado àquela posição que constrói a imagem do feminino em cima simplesmente das ações impostas a essa classe, como trabalhar sem deixar de cuidar da casa, a exemplo das seqüências anteriores. Aqui, a mulher há de entender-se também com aquilo que pensam a seu respeito, seja isso bom ou ruim. Os juízos que a sociedade lhe endereça têm a mesma importância que as *atividades* que a classe feminina é chamada a cumprir. E tal atualização vai além.

Não basta *conciliar as opiniões e as atividades; quando necessário*, isso tem de se dar de *forma apaziguadora*. O que significa a inclusão destas duas locuções adverbiais, bem como a maneira de que estão dispostas, para essa posição-sujeito? Vejo a presença desses circunstancializadores (em especial, daquele que se refere à situação) talvez como maneira de restringir a amplitude sugerida por *conciliar diversas atividades e opiniões* (amplitude essa que é suscitada já no início do período, *ter bastante jogo-de-cintura*). *Diversas, bastante* e *apaziguadora* podem estar vinculados a uma posição-sujeito que vê a

mulher com um ser complacente, que tudo faz, aceita e compreende pelo bem-estar de sua família, como já aparecera em SD6 e SD8. Logo, com o intuito de negar essa posição que está no interdiscurso, na memória da identidade feminina, o sujeito de SD9 põe um diferencial, construindo o sentido de que a harmonia não é uma condição (algo constante), e sim uma produção, na medida em que está sob o controle da vontade da mulher. Há momentos, situações em que ela pode abrir mão da manutenção do sossego, da estabilidade, da complacência – como para buscar os ideais de sua classe –, estando, assim, disposta a rebelar-se, a pôr os seus objetivos acima daqueles destinados a sua família.

Porém, sendo o intradiscurso o lugar em que se observa a dispersão do sujeito por entre diferentes posições, aliadas ou contraditórias entre si, como destaca Courtine (1981) no estudo dos enunciados divididos, SD9 não foge a tal princípio. Logo ao final, após as marcas relacionadas a uma posição que questiona a plenitude em torno da benevolência e da harmonia femininas, o saber do imperativo materno retorna: *ser mulher é ter espírito materno e acolhedor*. Novamente, tem lugar a mulher mãe, com todos os atributos que tal condição lhe impõe no objetivo de que ela se torne a responsável pelo bem-estar da vida em família: carinho, amor, entrega, primor, condescendência. Portanto, a heterogeneidade é constitutiva do discurso, do sentido e, por extensão, do sujeito e de sua identidade. Não há como controlar os exteriores que se sobrepõem, determinando e fragmentando o sujeito, lançando-o à sua condição de sujeito faltante, sujeito construído na e pela linguagem.

Em SD10, a materialidade lingüística do discurso volta a coadunar atravessamentos e rasgos de memória:

SD10

Ser mulher é:

Ser forte para lutar por igualdade de direitos na profissão, ser forte para dar educação para os filhos, ter paciência com os homens que não têm paciência com as mulheres... A mulher precisa se erguer para erguer os homens, os filhos, as amigas problemáticas!!

Ser mulher é ter saúde de ferro, porque não tem tempo de ficar doente, pois quem vai cuidar da casa, dos filhos, dos amigos e de si mesma?

A verdade é que os homens precisam de nós e nós precisamos cuidar dos mesmos, para que este instinto materno que nos move seja muito bem usado por nós para eles.

De maneira análoga à seqüência anterior, essa principia com a posição de que ser mulher é ser alvo de preconceitos na área profissional, pois há ideais em conflito entre as classes, os sexos, dando margem à instauração da prática feminina sob a forma de *luta*. Existente nas redes de memória do “ser mulher”, essa posição também foi encontrada e discutida nas seqüências do Bloco 2.

Outra posição que se reproduz é a da força feminina concentrada não no trabalho dos músculos, mas sim deslocada à execução, ao cumprimento da série de tarefas que são “naturalmente” suas: *dar educação para os filhos, ter paciência com os homens, cuidar da casa, dos filhos, dos amigos e de si mesma*. Vejo nessa marca um índice, um vestígio de uma outra posição que se sobrepõe: a da mulher que dá atenção às suas próprias necessidades, aos objetivos que construiu (ainda que essa construção, por estar alicerçada nas práticas sociais, seja mais imposta que construída), negando a condição de ser mera reprodutora do princípio de entrega maternal. Porém, a opacidade constitutiva do significante não me permite assegurar o que está por trás desse *cuidar-se*: seria para atrair a atenção de um homem, converter-se em objeto de desejo (e retorna, ecoa a memória do discurso freudiano); ou realmente seria priorizar as suas vontades sem almejar a conquista do sexo oposto (algo como ver um filme agradável, ler um livro interessante, praticar exercícios de relaxamento corporal, entre outros sentidos possíveis nessas CP's)? É em instantes de ambigüidade de sentido como esse que o significante revela toda sua resistência, o seu caráter faltante, confirmando que o discurso é o que Pêcheux perseguira: um *efeito*, uma produção, uma antecipação.

Quanto às peculiaridades das CP's em que está o sujeito-enunciador, a área de saber da engenharia civil, localizo em duas marcas sua presença: *erguer* (*a mulher precisa se erguer para erguer os homens, os filhos, as amigas problemáticas*) e *saúde de ferro* (*ser mulher é ter saúde de ferro*). Elas fazem parte do cotidiano de saberes com que lida um engenheiro civil em seu ofício:

erguer edifícios, erguer casas, erguer construções presume a utilização de certos materiais, e o ferro é um deles, responsável pela sustentação, pela resistência daquilo que é erguido. Portanto, no deslocamento para a região de sentidos acerca da constituição da imagem do feminino, entendo que *erguer e de ferro* se convertem em um efeito paráfrástico daquele saber que propaga a mulher como dotada de persistência, vigor, energia para dar conta de todas as imposições que sua posição no meio social acarreta. A mulher precisa ser forte, robusta, para sustentar não a si própria como razão imediata (na sintaxe do segundo parágrafo de SD10, *si mesma* é o último complemento de *cuidar*), mas sim para servir de base aos homens e aos filhos (a preservação da instituição familiar) – e até mesmo para poder auxiliar outras mulheres, *amigas problemáticas*, que vivem uma situação não muito diferente da sua. Conforme ensina Pêcheux (1999, p. 53), compele à Análise do Discurso afastar-se das evidências da proposição, para interrogar os *efeitos materiais de montagens de seqüências*. Então, para a posição-sujeito que se marca em SD10, a mulher não pode ter nada de frágil – a fragilidade corporal ou psicológica é denegada em nome da imagem de sustentação, a que o feminino está fadado, pela história.

As últimas linhas da seqüência reproduzem a posição-sujeito da mulher mãe, reforçando que suas ações devem ter como fim o bem-estar do homem. Logo, esse sujeito não registra, na materialidade significativa, qualquer marca que possa apontar um questionamento acerca de sua posição de subserviência ante o outro sexo (*para que este instinto materno que nos move seja muito bem usado por nós para eles*). Vejo nessa reafirmação um exemplo do que Pêcheux (1997b) caracteriza, no segundo momento da Análise do Discurso, como o discurso *do bom sujeito*, para a qual os saberes da formação discursiva⁵⁶ que o assujeita lhe parecem evidentes, sendo então apenas reproduzidos.

⁵⁶ Embora eu já haja abordado tal questão teórica no capítulo anterior, penso ser importante frisar novamente que, naquele tido como o segundo momento da Análise do Discurso (*Semântica e Discurso*), Pêcheux não se detém na consideração de uma formação discursiva intrinsecamente heterogênea; apenas afirma que as fronteiras entre saberes são uma produção do exterior delas mesmas.

Já em SD11, observo uma tomada de posição que aponta um questionamento quanto à luta fomentada pela classe feminina, ao passo que reafirma a identidade da mulher como algo forjado “à sombra” do homem:

SD11

Hoje em dia nós mulheres lutamos muito por igualdade de direito, mas será que isto é realmente bom? Com essa obsessão por igualdade perdemos o romantismo da relação, os homens acham que não precisam mais abrir a porta do carro, pagar o jantar, fazer um agrado, etc...

Devemos repensar nossos conceitos, a igualdade de direitos não quer dizer que devemos acabar com o romantismo.

Entendo que o sujeito-enunciador de SD11 se identifica com uma outra posição dentro do conjunto de saberes responsáveis pela construção da identidade feminina. Tal posição estaria aliada àquela que destaca o imperativo da maternidade e da plenitude da vida familiar; e, em contrapartida, seria oposta àquela centrada na defesa da luta feminina pela posição que as práticas sociais conferem aos homens. Assim, vejo uma ruptura quanto a esses sentidos, reforçada pelos processos polissêmicos, pois são estes, segundo Orlandi (2003), que podem estabelecer o limite à paráfrase.

Para a posição que predomina na seqüência em questão, a luta por *igualdade de direitos* acaba com a possibilidade de que as mulheres possam ser cortejadas pelos homens, ou seja, não reproduz os hábitos sociais que a história registra para a relação entre os sexos. E isso vai de encontro ao imperativo da maternidade – sem as ações que objetivam deixar-se conquistar por um homem, como a mulher poderá ser mãe e constituir família, ou seja, ser socialmente reconhecida? A memória discursiva se presentifica.

Logo, a aliança com a posição-sujeito da maternidade está na valorização das preliminares indispensáveis à obtenção de um marido (através do qual ela possa se tornar mãe), as quais estão reunidas no efeito mobilizado por *romantismo* (a mulher romântica, aqui, é a gosta que homens abram a porta do carro a ela, paguem o jantar, façam agrados). Já a oposição com a outra posição-sujeito, que defende a luta feminina contra a submissão ao sexo masculino, está

na busca pela *igualdade* entre os sexos que tal ação pode acarretar (no lugar da ocupação definitiva da posição em que está a classe masculina, que penso ser a questão-mestra dessa luta); iguais aos homens, as mulheres não teriam mais a necessidade de ser por eles lisonjeadas.

Em decorrência, a terceira posição que emerge busca *repensar conceitos*, na medida em que não desprestigia cabalmente a luta feminina. No momento em que se apropria desse saber, essa posição converte-o em desejo de igualdade entre os sexos, mas transforma essa luta no sentido de que ela não pode extinguir os imperativos “naturais” do sexo feminino – maternidade e instituição familiar –, exercidos através da conquista por um homem. Esse efeito de sentido se atravessa pela negação (*igualdade de direitos não quer dizer [...] acabar com o romantismo*). Pelo *não*, a negação se volta àquele saber cujo sentido é um já-lá.

Indursky (1997) descreve a negação como sendo o mecanismo responsável por trazer vestígios de outros discursos, evidenciando a presença de um discurso-outro. Dentre as três modalidades de negação que ela localiza nas seqüências que submete à análise, vejo a *negação mista* como aquela que mais se aproxima ao sentido que em SD11 se produz, pois esse modo de negar opera, concomitantemente, com duas negativas distintas. Afirmando a igualdade de direitos e negando a iminência do fim do romantismo, o sujeito dessa seqüência traz, como negação interna⁵⁷ ao saber da matriz de sentido que o assujeita, a contrariedade com relação a uma posição-sujeito que prioriza a busca por igualdade de direitos em consonância com as atribuições próprias à mulher; e, como negação externa, a polêmica sobre o sentido de que buscar igualdade de direitos faz com que a mulher recuse ou dispense as cortêsias masculinas como maneira de se mostrar forte e independente, saber identificado com outra forma-sujeito.

Em SD12, a igualdade entre os sexos aparece, para ser logo esquecida:

⁵⁷ Voltarei a tratar da negação interna, bem como da externa, em seqüências seguintes. Portanto, não aprofundarei a descrição delas neste momento.

SD12

Me sinto privilegiada em ser mulher... Posso estudar e trabalhar tanto quanto os homens. No entanto ainda há algumas dificuldades quanto ao reconhecimento do nosso trabalho, mas certamente iremos vencer também esta barreira.

Além de tudo isso, somente nós mulheres, podemos gerar em nosso ventre, um ser vivo... Poder sentir o seu filho dentro de você é algo inexplicável! E, para finalizar, nós mulheres, temos a graça de amamentar os nossos filhos...

O estudo, arma na disputa feminina com a classe masculina pelo lugar que esta ocupa, tem seu sentido transformado pela posição-sujeito que mobiliza tal vocábulo. Aqui, ele se converte em um ponto pelo qual se pode observar a equidade entre os sexos, antes mesmo da atuação profissional, que ainda impõe barreiras à presença das mulheres. Logo, no que tange à identidade feminina, *estudo* pode estar associado com pelo menos duas posições-sujeito distintas: uma que o vê como arma na busca pela posição social conferida à classe dos homens; outra que o coloca como exemplo de igualdade (tida como já conquistada) entre os sexos (e a esta, ainda se pode conjecturar a aproximação de uma terceira, em que o *estudo* é recurso no processo de construção da igualdade entre os sexos, negando a supremacia de uma classe sobre a outra). Mais uma vez, ratifica-se o princípio de que os sentidos estão envolvidos por uma opacidade, trabalhada pelo movimento intrínseco da história desde suas determinações. Logo, sentido é efeito; sentido é discurso.

A memória em torno das conquistas femininas, que pontuaram acontecimentos discursivos na construção histórico-social de cada gênero, ressoa em SD12. Por meio da passagem *certamente iremos vencer também esta barreira*, formulada sob a égide da posição-sujeito que predomina no intradiscurso, retornam sentidos que trazem, em silêncio, a trajetória das conquistas femininas: o reconhecimento profissional, o direito ao voto, a liberdade sexual e a independência. Com *certamente e também*, há a marcação de uma tomada de posição que se apropria dessa memória, por vezes tão fugidia, tão dispersa, para, a partir dela, produzir e atualizar sentidos, (re)inscrevendo-se em suas tramas.

Ao final da seqüência, o efeito de igualdade entre os sexos é esquecido, para dar lugar à posição que defende a maternidade como o diferencial do sexo feminino (*somente nós mulheres, podemos gerar em nosso ventre, um ser vivo [...] nós mulheres temos a graça de amamentar os nossos filhos...*). Reproduz-se, assim, a memória que vincula a identidade feminina ao imperativo da maternidade, embora aqui fique silenciada a manutenção do ambiente familiar que disso decorre.

Portanto, entendo que a superfície lingüística de SD12 reúne duas posições-sujeito distintas, apontando o fato de que o sujeito, graças à falta constitutiva de sua identidade, filia-se a distintas matrizes de sentido – ora contraditórias, ora aliadas entre si, conforme as determinações das CP's em que o discurso é produzido. A heterogeneidade é marca do sujeito, bem como a dispersão, na medida em que há muito de “outros” naquele que se entende por “um”; o “um” é uma costura imperfeita de “outros”. Além disso, como propõe a Análise do Discurso, sujeito e sentido constituem-se simultaneamente pela linguagem, por isso ambos sofrem as mesmas determinações, via inconsciente, via ideologia.

4.4.3.1 Sobre o terceiro bloco analisado

Talvez por ser a predominância do sexo masculino uma peculiaridade da área de saber com que lidam os sujeitos-enunciadores das seqüências que compõem o terceiro bloco de minhas análises, isso possa se converter em um fator de determinação quanto às imagens que se produzem acerca da identidade feminina.

Quanto ao que pude observar, os sentidos produzidos no interior desse bloco indicam uma reprodução daquela memória previamente instituída para as questões do feminino: cobranças acerca da maternidade e da família, colocadas sob o efeito do “natural”. Até mesmo uma ruptura para tal configuração, que poderia advir da luta entre as classes feminina e masculina pelo poder nas práticas sociais, vê-se entorpecida por um efeito da igualdade entre os sexos.

Pelas “pistas” fornecidas pelas seqüências destacadas (em especial em SD11 e SD12), é possível inferir que as esses sujeitos-mulheres não querem tomar o lugar dos homens (conseqüentemente, pô-los em uma posição inferior), mas sim estar no mesmo patamar que eles, ou seja, obliterar as diferenças.

Negar a diferença como constitutiva da identidade é salientar uma posição que vai de encontro ao que os trabalhos situados no campo dos Estudos Culturais postulam acerca desta questão. Conforme expus no segundo capítulo da primeira parte desta dissertação, a identidade é uma construção, um processo sustentado justamente pelas diferenças que o sujeito vai pontuando ao interagir com os sistemas simbólicos fornecidos pela cultura. Não há produtos na identidade, porque as bases de sua referência são artificiais, cambiantes, alteradas pelas imposições histórico-sociais ressoantes em cada época. Dessa forma, crer na possibilidade de emergência de uma identidade feminina forjada à semelhança da masculina é denegar os conflitos e as mudanças que movem a história, que fazem do sujeito um agente *na* história (como consta nos escritos de L. Althusser, 1978).

Voltando à primazia da posição que exalta a maternidade e a família na constituição da identidade feminina, as paráfrases que se apresentaram nesse bloco são bastante semelhantes às dos blocos anteriores, sendo as SD's 10 e 11 as que apresentam algum diferencial. Em SD10, a sobreposição de um saber próprio à prática da Engenharia Civil, através de *erguer*, acena ao efeito de que a mulher é a base da instituição familiar e, portanto, não pode fraquejar, perder seu vigor: ela tem de ser firme, constante, inabalável para poder executar sua função de mantenedora do bom ambiente em família, sabendo como proceder na mínima ameaça de desordem (*erguer os homens, erguer os filhos*, quando estes têm problemas). Tal efeito já fora mencionado anteriormente, na consideração de outros elementos lexicais levantados, como *harmonia* e *força*.

Em SD11, o diferencial está no surgimento do termo *romantismo*, como para resumir o conjunto de situações a que uma mulher naturalmente está sujeita quando se deixa conquistar por um homem que, talvez, possa vir a ser o pai de seus filhos, o chefe da família que formarem. Logo, *ser uma mulher*

romântica é permitir que o homem *abra a porta do carro*, é aceitar que o homem *pague o jantar*, é não obstar um *agrado* por parte do homem. Conforme argumentei antes, tais ações foram mencionadas sob essa forma porque está na memória do feminino a premissa de que a mulher tem de se submeter a galanteios masculinos (devendo, inclusive, fomentá-los de alguma maneira) como forma de chegar ao desejado, ao cobiçado *falo* (converter-se em falo; obter um filho/falo). Pelo falo, aquilo que representa o poder, é que a mulher pode almejar algum reconhecimento social. Nesse sentido, ter uma família se faz algo imprescindível à mulher, pois isso é a forma “natural” de ela obter algum reconhecimento por parte da sociedade. E, para essa posição-sujeito, a luta pela igualdade de direito entre os sexos é algo que se esvaece, pois acima está o ideal de constituição de uma família, em conformidade com os cristalizados valores de referência para o feminino.

É como diz Orlandi (1997): o sentido se produz pela face do silêncio. Sendo a memória discursiva esburacada, fugidia, instável (pois, a cada retomada, o que retorna provoca a reconstituição e, subsequente, uma nova fenda no sentido se abre, dando outra configuração à memória), o silêncio é a possibilidade mesma de produção de sentido, na medida em que, para que um sentido figure como efeito, outros são necessariamente postos em ausência, mas não apagados. O silêncio é a “presença-ausente” (plagiando Pêcheux quanto ao que diz sobre o interdiscurso) do sentido e, inclusive, da identidade. Sendo esta uma *unidade imaginária*, é pelo silêncio que se podem observar os atravessamentos que cindem essa imagem ao mesmo tempo em que lançam o sujeito à dispersão. Portanto, analisar os sentidos que se constroem para a identidade feminina é considerar os silêncios que se produzem na falta que acomete o sentido e o sujeito via linguagem; é atentar às implicações e às determinações histórico-sociais para os sistemas simbólicos de referência constitutivos da imagem de cada sexo.

A partir do bloco seguinte, entro em outra área de saber integrante das Ciências Humanas: as Artes, através das seqüências destacadas de textos de algumas do curso de Artes Visuais (Licenciatura Plena) da Fundação Universidade

Federal do Rio Grande (FURG). Conforme procedi nos blocos anteriores, sigo mantendo o objetivo de questionar a superfície lingüística na busca de marcas que apontem posições-sujeito para a identidade feminina.

4.4.4 Bloco 4: Das seqüências das alunas do Curso de Artes Visuais

Sendo as circunstâncias de produção dos textos que originaram as seqüências as mesmas dos blocos anteriores, parto diretamente para a análise das posições que se evidenciam nas **cinco** produções selecionadas.

Em SD13, volta a posição que afirma a plenitude do “ser mulher”; entretanto, dois itens lexicais se configuram envoltos à ambigüidade do significante, ratificando a opacidade constitutiva do sentido:

SD13

Difícil falar o que é ser mulher sem abrangir [sic] tudo.

Mulher, para mim, é aquele “sexo frágil” capaz de cuidar da família, buscar seus objetivos, estar sempre bonita, perfumada, sorridente.

Não se deixar influenciar [sic] com opiniões alheias e sempre, sempre mesmo, defender e correr em busca de seus princípios.

Ser mulher é *ser tudo*. O que significa *ser tudo*, nas atuais injunções histórico-sociais? É assujeitar-se perfeitamente ao imperativo da maternidade? É ser a base de sustentação da instituição familiar? É ser uma profissional eternamente intimada a dar mais (pois o que faz é insuficiente), sem poder abrir mão do papel de “a rainha do lar”? Ou é ser uma lutadora, engajada na disputa pela posição que as práticas sociais legitimam para o sexo masculino? Talvez, ser inclusive homem, para poder ser forte, robusta, racional e impassível, para lidar com todas as responsabilidades impostas? Ou, ainda, *ser tudo* é reunir em si o paradoxo da indeterminação e da heterogeneidade, como conseqüência da falta que divide o sujeito e o faz dissipar-se, esvaecer-se pelo simbólico e projetar o exterior no imaginário de si próprio? Como se vê, a ambigüidade em torno da indeterminação de *ser tudo* faz gravitarem diferentes possibilidades de sentido,

cada uma associada com distintas posições-sujeito (co-relacionadas com a história), cujos saberes integram o interdiscurso acerca do feminino.

Algo semelhante ocorre com “*sexo frágil*”. Considerando suas aspas e pondo-as em cotejo com o restante do segmento em que está essa expressão (*capaz de cuidar da família, buscar seus objetivos, estar sempre bonita, perfumada, sorridente*), ela pode ser identificada com duas tomadas de posição antagônicas, ratificando a heterogeneidade do domínio de saber que assujeita o sujeito-enunciador de SD13.

Em uma, “*sexo frágil*” remete ao conjunto de caracteres que denotam a sensibilidade feminina, à semelhança de uma inferioridade “psico-fisiológica” em comparação ao sexo masculino: menos força física, menos resistência corporal, mais suscetível a enfermidades (pela localização de suas genitálias), mais instabilidade emocional, mais delicadeza, mais docilidade; logo, *ser capaz de cuidar da família, buscar objetivos, estar sempre bonita, perfumada, sorridente* seriam uma forma de compensação, um modo de reparar/ignorar essa fragilidade, falha inata.

Já em outra posição, “*sexo frágil*” seria um modo irônico de dizer justamente o contrário – por *ser capaz de cuidar da família, buscar objetivos, estar sempre bonita, perfumada* a mulher não tem nada de insegura, débil ou fraca, como sugere *frágil*. Isso seria, então, uma paráfrase daquela posição que põe a identidade feminina em consonância direta com os imperativos histórico-sociais que a determinam: a prioridade aos cuidados com a família e com o lar, sendo o lado profissional “um a mais”, em que ela também deve continuamente superar-se.

E, tendo em vista o final da seqüência, em que constam expressões como *não se deixar influenciar com opiniões alheias, buscar sempre, sempre mesmo, defender e correr em busca de seus princípios*, estas podem ser marcas de uma posição-sujeito identificada com o saber do segundo efeito de sentido que proponho para “*sexo frágil*”. Quaisquer circunstâncias desfavoráveis não devem impedir a mulher de agir em prol *de seus princípios* – embora o sentido de *seus princípios* seja igualmente assolado pela opacidade significante, ao modo de *seus*

objetivos –, pois para essa posição *ser mulher é ser forte, ser um forte*; tudo suportar, tudo superar.

Conforme o que registro, então, há em SD17 pelo menos dois itens lexicais envoltos à opacidade/ambigüidade do significante que, por decorrência, dotam de vagüidade o sentido que possa ser produzido para a seqüência no seu todo heterogêneo. As possibilidades de vinculação dessa materialidade lingüística às redes de sentido inscritas na história são, como mostrei, múltiplas e antagônicas entre si, evidenciando justamente o princípio de configuração do discurso: efeito de sentido, conflito de saberes, produção de linguagem. Cada sujeito, ao interagir com os enunciados de SD13, constrói uma gama de sentidos conforme o lugar que a história, desde suas práticas, determina que ele ocupe, o que promove a legitimação desse lugar através da re-inscrição desse sentido na história. Portanto, sujeitos diferentes, produzidos por tomadas de posição distintas, geram efeitos de sentido outros; quando a tomada de posição entre sujeitos é similar, há sentidos próximos, aliados. E, conforme venho ressaltando, entendo que a produção do sentido/do sujeito é um processo mediado pela falta, convertida em princípio-chave para a presença da heterogeneidade (que dá essa configuração de multiplicidade, ambigüidade e opacidade ao sentido) na identidade discursiva.

Em SD14, permanece a indeterminação como marca da seqüência, embora esteja sobreposta às evidências de posições-sujeito anteriormente assinaladas:

SD14

[...] Mesmo hoje ainda com preconceitos, mas estamos mostrando tudo que somos e tudo o que queremos. Mulher mãe, educadora, disputando igualmente campos no trabalho e muitas vezes superando obstáculos. Mulher jovem, ambiciosa, buscando superar dificuldades e o mais importante de tudo vencendo e mostrando as suas potencialidades.

Mostrar tudo que somos e tudo o que queremos em meio a preconceitos; isso é ser mulher. O que significa isso? Que sentidos se produzem, nas presentes CP's? Penso que uma possível resposta advém das pistas

subseqüentes, que põem a seqüência em consonância com os saberes daquela posição-sujeito que vincula a imagem da mulher ao imperativo da maternidade e faz das atividades profissionais uma espécie de anexo, um além, um a mais ainda não bem acolhido pelo social (*[tudo que somos] mulher mãe, educadora; [tudo o que queremos] disputando igualmente campos no trabalho, superar obstáculos*). Ou seja, a indeterminação que a seqüência, em seu início, faz sugerir, abrindo o sentido à multiplicidade e jogando o sujeito à dispersão, logo é diminuída por marcas que atestam a identificação do sujeito com uma (senão a principal) posição-sujeito disponibilizada pela história para a identidade feminina: a injunção à maternidade e à vida em família, transformada pela atual conjuntura histórico-social no fato de deixar incluir como um “a mais” o ingresso da mulher na vida pública (exercer uma profissão, “trabalhar fora”).

Assim sendo, em torno de *educadora* encontram-se dois efeitos de sentido. *Educadora* pode ser a mulher que educa seus filhos, como também pode ser aquela que educa os filhos de outras mulheres, isto é, faz do ato de educar sua profissão. Entretanto, nem mesmo a identificação com a posição-sujeito que acima destaquei pode dirimir a ambigüidade que se forja em torno desse significante, visto que as duas possibilidades de sentido são proporcionadas pela história e podem, inclusive, aliar-se. A ambigüidade aparece, aqui, descentrando a identidade, pois confere o caráter fugidio ao sentido e reafirma a insuficiência do significante. Conforme Ferreira (2000, p. 67-8), a ambigüidade *é sempre reveladora e tem a ver com o modo de ser da língua, cabendo ao analista de discurso explorar as fronteiras entre a clareza e a obscuridade, entre o necessário e a falta, entre a unidade e a multiplicidade*.

Em SD14, o sujeito-enunciador mobiliza também o vocábulo *buscando* (buscar) para descrever a imagem que constrói para a identidade feminina. Ainda que denote a falta que engendra o desejo do sujeito, ele pode ser recuperado por diferentes tomadas de posição: *buscar* o reconhecimento social para a classe feminina, que a história da luta de classes impediu; *buscar* construir uma família e conservá-la; *buscar* um lugar no mercado de trabalho; *buscar* a equidade entre os sexos por meio da militância feminista. Esses efeitos de sentido

e outros possíveis, ainda que vinculados a matrizes distintas, umas aliadas, outras opostas entre si, têm em comum o fato de trazerem consigo o sentido de enfrentar adversidades, *superar desafios* – há infortúnios para a mulher na luta com os homens pelo lugar que a história lhes determinou, na manutenção da ordem necessária ao ambiente familiar (seguir as atribuições de esposa, ser responsável pela educação dos filhos, cuidar dos afazeres domésticos), na atuação profissional (sempre tendo de reafirmar sua capacidade para o cargo que exerce), na defesa de seus direitos (lidar com as mazelas que a sociedade projeta contra o ideal feminista). Portanto, *buscar* traz em silêncio o desconforto com o desprestígio e a série de atribuições que as práticas sociais apresentam e reforçam para a classe feminina ao longo da história, o que incide nos sentidos que os sujeitos constroem para a imagem feminina. E, a partir dessa incidência, há a reprodução e a transformação de saberes, bem como se torna possível a ruptura (pelo acontecimento, “o novo”), a exemplo do que postula Pêcheux (2002).

Já em SD15, a posição que dá ao “ser mulher” o efeito de superpotência, força, autodeterminação para tudo fazer e tudo suportar, abre-se para a falta, parafraseada por *a mulher não é um ser único*. Veja-se:

SD15

Ser mulher...

É ser gigante, pensar alto, com a cabeça e com o coração. É ter vários objetivos, resolver todos os problemas, e ainda ter tempo para cuidar de si mesma. Mas a mulher não é um ser único, auto-suficiente. Ser mulher também exige ser compreendida, amada, querida, e sempre retribuir tudo em dobro (seja esse “tudo” bom ou ruim).

As sobreposições se marcam pela superfície lingüística. Em *ser gigante, pensar [...] com a cabeça e com o coração, ter tempo para cuidar de si e retribuir tudo em dobro*, a plena identificação com o lugar destinado ao feminino; *a mulher tudo faz e tudo suporta* para responder às suas responsabilidades, sem ver problema algum nisso – “naturalmente” é assim que tem que ser. O cuidado consigo mesma não é, “não pode ser” uma prioridade, conforme já aparecera em SD10 – ainda que, aqui, esse cuidado anteceda outra

ação, mesmo que seja a de *retribuir*, isto é, para essa posição-sujeito, cuidar de si é, para a mulher, mais importante apenas que a retribuição daquilo que ela recebe (pois, se não estiver em condições mínimas de saúde, por exemplo, não há como retribuir àquele que lhe completa; voltarei a isso a seguir).

A quebra nessa seqüência é proporcionada pela conjunção adversativa *mas*. Ela introduz uma outra posição, que é a da falta, contrapondo-se à completude, à plenitude antes ressaltada. Tem-se, então, a exemplo do que já postulara Courtine (1982) acerca dos enunciados divididos, o que Indursky (1997, p. 229) caracteriza por *negação interna*: aquela seqüência cujo escopo são pré-construídos que atestam a presença de um outro que, entretanto, incide sobre o mesmo discurso que os internaliza, dando margem a posicionamentos subjetivos distintos em um mesmo domínio de saber. Ou seja, a negação interna aponta a incoerência, a heterogeneidade de toda formação discursiva, uma vez que por ela produz-se um efeito de sentido que pode, mas não convém ser produzido no interior da presente matriz discursiva.

Assim, em SD15, o atravessamento principiado por *mas* contrapõe uma posição-sujeito que defende uma imagem de plenitude para o feminino (*ser mulher é ser gigante, pensar alto*) à outra que nega essa plenitude (*a mulher não é um ser único, auto-suficiente*), sentido que não pode ser aceito por uma forma-sujeito que prioriza a emancipação da classe feminina. Além disso, é interessante observar o ponto em que incorre essa não plenitude, essa condição de mulher como sujeito faltante: na esfera sentimental.

Analisando essa seqüência desde as marcas *ser mulher exige ser compreendida, amada, querida*, entendo que a fortaleza, a solidez que representa a imagem do “ser mulher” traz em si uma rachadura, que pode fazê-la tombar ou ruir: a dependência sentimental que o outro histórico-social trata de nela incutir, através das relações que ela mantém com outros sujeitos. O *gigante que pensa alto* é diminuído pela carência de afeto. Esse efeito já fora construído por seqüências anteriores (como SD2); logo, vou apenas recordar suas principais sobreposições.

Conforme os apontamentos que registrei no capítulo 1 deste trabalho, o sujeito é movido pela busca incessante daquilo que está no cerne de seu desejo – ainda que dele não tenha consciência e que suas configurações sejam determinadas pelo Outro (a cultura, os modelos simbólicos). É por essa falta que o sujeito atua no mundo, dispersando-se em meio às relações que estabelece com o intuito de preenchê-la e, com isso, também se deixa determinar. Por essa determinação, fixam-se as imposições vigentes no momento histórico-social em que vive o sujeito, dando os contornos finais à falta que o move, bem como à imagem que ele faz de si próprio e da qual parte para enunciar, atuar, interagir nas práticas sociais.

Portanto, considerando os fatos registrados pela história, nos quais a mulher surge ou como uma figura desprestigiada, ou como um sujeito cuja voz não se pode fazer ouvir, ou ainda como um sujeito cuja posição na luta entre os sexos está associada à inferioridade, é possível perceber que a determinação a que está exposto o sujeito feminino objetiva nele incutir aquilo que é “natural” para o seu sexo, conforme os movimentos da história. Processos que visam a fazê-lo aceitar sua condição de sujeito instauram-se por meio de um trabalho ideológico/inconsciente na construção dos sentidos, o que acarreta o fato de que a mulher aceite o papel que a história lhe fornece: ser uma boa mãe e uma dedicada “rainha” do lar, basicamente – outros papéis, como o de profissional, não podem abrir mão totalmente desse preceito, a risco de conflito e ruptura com os modelos simbólicos impostos e referendados pela história. A partir desse imperativo primeiro, outros decorrem, como o de que a mulher, por sua posição, deve estar subordinada ao homem com quem instituiu uma família – senão financeiramente, pelo menos emocional e sentimentalmente. Daí a valorização da imagem de mulher como bondosa, carinhosa, dedicada, compreensiva... E carente; carente de afeto, não de uma posição superior àquela em que se encontra. Vejo a construção desse sentido na passagem que pouco acima destaquei, e seu reforço está no sintagma verbal subsequente, e *sempre retribuir tudo em dobro*, ou seja, a mulher é chamada a reafirmar a posição em que está através da compensação “a mais” que promove ao outro daquilo (o gesto de afeto) que deste recebe.

Sendo assim, entendo que tal efeito de sentido (o da dependência feminina) se coaduna com o saber daquela posição-sujeito que prioriza a imagem de “mulher-mãe”, “mulher-rainha do lar”, que venho registrando desde as primeiras análises das seqüências. Ela é a materialização daquilo que se espera de um “*bom sujeito*”, que aceita sem questionar os saberes da forma-sujeito (da posição-sujeito sobressalente) com que se identifica, segundo a teorização proposta por Pêcheux (1997b).

Em SD16, retorna o saber de que a identidade feminina compreende o *jogo de cintura*, conforme já aparecera em SD2:

SD16

O papel da mulher mudou muito, acredito que hoje temos mais liberdade. Embora essa liberdade nos obrigue a uma multiplicidade. Ser mulher hoje requer jogo de cintura, é preciso trabalhar, “cuidar da casa”, ter filhos e ainda ser sexy. Muito mais é exigido das mulheres que dos homens. Mas apesar de tudo ser mulher é compensador podemos dificilmente chegar a certas posições no mercado pelo ainda remanescente preconceito mas nunca sofremos do simplismo e agressividades tão comum na maioria dos homens.

Nas primeiras linhas, evidencia-se a consideração de que a história transformou o papel que destina às mulheres, escondendo antigos imperativos sob o rótulo da *liberdade* – como a própria materialidade significante inscreve, tal liberdade *obriga* uma *multiplicidade*, pois *muito mais é exigido das mulheres que dos homens*. Que sentido é produzido para liberdade, então? Quando referido à identidade feminina, o sentido que a memória disponibiliza e que é mobilizado pelo sujeito-enunciador de SD16 é o de que a liberdade, para a mulher, compreende prendê-la a imposições; a liberdade da mulher é uma “não liberdade”, uma liberdade com ressalvas, com restrições, uma liberdade diferenciada – algo como o *ser livre para submeter-se*, de Althusser, ao qual Pêcheux (1997b, p. 163) propõe uma releitura, afirmando que *a subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma da autonomia*, e, no discurso, há *os traços daquilo que o determina*.

Assim, nessa posição, a mulher é livre para cumprir com as funções que lhe são “naturais”: *trabalhar*, sem deixar de *cuidar da casa, ter filhos e ser sexy*. Interessante observar a sintaxe com que essa subjetividade organiza seus argumentos na superfície lingüística: o trabalho aparece antes do cuidado com a família dentre a multiplicidade que implica a liberdade feminina, e por último ainda surge o fomento à libido. Na sintaxe, *os significantes aparecem (...) não como as peças de um jogo simbólico eterno que os determinaria, mas como aquilo que foi “sempre-já” desprendido de um sentido: não há naturalidade do significante* (ibid., p. 176, grifos do autor). Assim, talvez, uma justificativa para o arranjo sintático em SD16 possa ser o sentido que a memória confere para o trabalho feminino: como um auxiliar, um complemento à renda familiar proveniente do trabalho do homem, do chefe de família. Assim, o trabalho da mulher objetiva a família; é uma forma de cuidado com a família, antes mesmo de uma promoção pessoal. E a libido, colocada por último, pode ser um traço daquela memória que nega a sexualidade feminina, defendendo a castidade e a moralidade na imagem do “ser mulher”. A topicalização acaba por revelar o sujeito-enunciador, a posição-sujeito a que ele está subordinado, como prova de que a sintaxe singulariza o sujeito, pela língua.

Um último atravessamento se marca também pela mesma marca introdutória: a conjunção *mas*. Em meio a todas as exigências a que a classe feminina está submetida, bem como o preconceito referente à questão profissional, a compensação de ser mulher advém pela valorização do modo como ela reage sentimentalmente. Conforme a organização⁵⁸ que essa subjetividade confere aos significantes, o “sentimental” que caracteriza o feminino aparece como algo que repara até mesmo o problema da discriminação no trabalho; logo, para essa posição-sujeito, a vantagem em ser mulher é ressaltada através da mobilização daquela memória que *nega o simplismo* e a *agressividade* como marcas do “ser mulher” – a mulher é mais sensível que o

⁵⁸ Penso ser interessante trazer, aqui, a distinção que Orlandi (2004) propõe para *ordem* e *organização* na língua. A *organização* está no nível da sintaxe, do intradiscurso, sendo determinada por uma *ordem*, um comando (histórico-ideológico) que fornece as formas e as maneiras de delas apropriar-se. Sendo a mediação entre a forma (organização) e o sentido, a ordem da língua é a via de acesso ao discurso.

homem; a mulher expressa com mais facilidade seus sentimentos que o homem; e outras paráfrases possíveis, já destacadas em seqüências anteriores. Entendo que essa memória se vincula à posição-sujeito que encerra a identidade feminina ao imperativo da maternidade, pois, em uma boa mãe, o amor, o carinho, a compreensão e demais sentimentos afins se fazem notar, como sendo “a sua” marca, algo imprescindível.

SD17 reafirma a posição-sujeito para a qual a imagem feminina está dispersa em meio aos imperativos que a condicionam. No entanto, há um diferencial, sob a forma de uma controvérsia:

SD17

Ser mulher hoje é ter que dar conta de muita coisa; é ter que dar conta da casa, dos filhos, do marido, de si, de sua beleza, dos estudos, do trabalho, pagar as contas e ainda conseguir ser “zen” ou seja uma super-heroína da atualidade uma deusa que poderíamos chamar a vênus contemporânea. O mais difícil de tudo é saber como ser mulher e ser nós mesmas sem perder a individualidade, sem deixar que toda esta carga nos consuma.

Como se vê, as linhas iniciais dessa seqüência remetem à posição-sujeito que associa a identidade feminina ao cumprimento das múltiplas tarefas que o social impõe à mulher: primeiramente, os cuidados que objetivam o bem-estar da sua família; por último, as ações que visam a si própria, bem como à sua carreira profissional. No entanto, mais ao final da materialidade lingüística, há o atravessamento de um possível questionamento quanto a essas determinações, pelas quais o “sujeito mulher” estaria cerceado: a subjetividade responsável pela enunciação de SD17 afirma a dificuldade de manter a individualidade em meio aos tantos imperativos que a história comanda, tratando de dirimir a emergência das diferenças próprias de cada sujeito, isto é, anulando a sua própria identidade. Assim, a partir das pistas registradas pela superfície lingüística (*o mais difícil de tudo é saber como ser mulher e ser nós mesmas sem perder a individualidade, sem deixar que toda esta carga nos consuma*), entendo que há uma oposição entre “ser mulher” e “ser sujeito”, na medida em que há uma tomada de posição

que revela o questionamento, um desconforto acerca do assujeitamento pelo qual o feminino está determinado, indo de encontro às práticas sociais que tratam de massificar a classe feminina ao denegar as diferenças intrínsecas à assunção da identidade dos sujeitos. Logo, se o assujeitamento não é perfeito, visto que há uma interrogação a respeito da massificação que determina a identidade feminina através das práticas que lhe são impostas, não há uma “naturalidade” plena no “ser mulher” que SD17 desenha; isso pode ser vinculado, então, ao que Pêcheux (1997b) chama de “*mau sujeito*” (aquele que se volta contra o saber da formação discursiva que o assujeita), pois *não há ritual sem falhas* (ibid.).

Ainda em SD17, observa-se uma comparação entre a mulher que a história, desde seus imperativos, determina e a figura mítica da deusa Vênus. Conforme os sentidos registrados no interdiscurso, propaga-se o conhecimento de que, na mitologia grega, a deusa Vênus era Afrodite, descrita como uma mulher que aparecia a seus amantes em meio a uma luz dourada, provida de uma sensualidade capaz de despertar os mais profundos prazeres. Ficou conhecida, por isso, como a deusa do Amor e da Beleza e, em conseqüência, costuma-se associar sua imagem ao ciúme, à possessão, à infidelidade e ao instinto de vingança, pois Vênus rivalizava com qualquer outra beleza que dela se aproximasse. Dessa forma, entendo a deriva do sentido em torno da deusa Vênus para a descrição da imagem do feminino através dessa rivalidade, competitividade aliada ao prazer que a deusa supostamente despertava. A *Vênus contemporânea* é aquela mulher que luta não apenas pela afirmação da superioridade de sua beleza ou pelo exercício de sua libido, mas, em primeira instância, contra as determinações histórico-sociais para o seu sexo. A Vênus de hoje *tem de dar conta da casa, dos filhos, do marido, de si, de sua beleza, dos estudos, do trabalho e ainda conseguir ser “zen”*, isto é, ela está condicionada a seguir as injunções que servem de referência à construção simbólica da imagem de seu sexo, lutando, para isso, contra as adversidades que possam de alguma forma impedi-la de cumprir com aquilo a que é chamada. Ser mulher é submeter-se à vasta gama de responsabilidades que lhe são atribuídas pelo outro, alienando-se na eterna luta contra a condição de “homem a menos” que lhe é

incutida. Portanto, a imagem construída por esse sujeito para a deusa Vênus, desde o deslizamento de sentidos que emerge, associa-se àquela posição-sujeito que sublima o “ser mulher” em meio à multiplicidade de ações em que ele se dispersa.

Outra leitura possível à mobilização, por parte do sujeito-enunciador de SD17, da memória em torno da deusa Vênus, é o fato de ela estar relacionada à beleza. Assim, a representação de sua imagem é algo presente na história da Arte. Estando o sujeito de SD17 imerso em condições de produção que têm, como diferencial dos outros blocos, a circunstância de estar em meio da produção de conhecimento acerca do fazer artístico, a remissão à Vênus pode ser um atravessamento do saber artístico na descrição do que é ser mulher. É do interdiscurso acerca das Artes o princípio de que essa área compreende o estudo das obras plásticas que representam figuras mitológicas, seja por meio de quadros, esculturas ou de outras manifestações, cuja criação é responsável inclusive por marcos na história da arte, como é a estátua da Vênus de Milo, cuja autoria é desconhecida. Logo, o a lembrança da figura de Vênus poderia, nessa perspectiva, ser interpretada como uma alusão à beleza, à perfeição da imagem feminina que essa obra explicita. Sendo os sentidos, conforme venho insistindo, tomando por base o trabalho de Ferreira (2000), marcados pelo equívoco e pela ambigüidade, à resistência do significante desde a falta que o caracteriza, é possível registrar alguns possíveis caminhos por que percorrem os sentidos, sem, contudo, limitá-los, restringi-los, fechá-los a si próprios, uma vez que a produção é incessante, cambiante conforme cada identificação do sujeito com posições-sujeito outras. Com isso, ele (re)escreve sua auto-imagem, lança-se à dispersão, transforma sua identidade.

4.4.4.1 Sobre o quarto bloco analisado

De acordo com Orlandi (2001), recuperando o pensamento de Pêcheux, o gesto do analista, no que se refere ao procedimento peculiar da Análise do Discurso, deve objetivar *desfazer as evidências*. Ou seja,

problematizando as maneiras de ler, o analista empreende, por meio do dispositivo que constrói, *atingir os processos que resultam na produção de evidências*, mobilizando, para isso, as redes de sentido que se inscrevem na história.

Assim, na análise deste Bloco 4, compreendido pelas seqüências retiradas de produções textuais de alunas do curso de Licenciatura em Artes Visuais, observei que a leitura desses sujeitos a respeito da imagem de sua condição de mulheres incorre na repetição de dizeres alocados em uma memória não-linear e, tampouco, homogênea ou logicamente estabilizada acerca do “ser mulher”. A superfície lingüística registra marcas que, graças ao dispositivo facultado pela Análise do Discurso, indicam a identificação do sujeito com diferentes posições-sujeito, ora aliadas, ora opostas entre si.

Dentre essas posições, destaca-se aquela que vincula o “ser mulher” à maternidade e à instituição familiar, dando prosseguimento ao que já havia sido discutido pelos blocos anteriores. A descrição do mecanismo de paráfrase, então, se converte em ponto nodal para a compreensão do modo como se constrói o sentido em remissão a essa memória, que cada bloco trata de mobilizar, recuperar e transformar na apropriação que os sujeitos realizam de seus saberes. Dessa forma, é possível observar o movimento do sentido produzido para um enunciado como *ser mulher é ser mãe* (SD14), em função do intradiscurso em que está e do modo como é determinado pelas condições de produção em que se insere o sujeito que o enuncia.

A posição-sujeito “ser mulher é ser mãe e cumprir com os afazeres domésticos” se evidencia no intradiscurso através de marcas léxicas e sintáticas, que interagem com a não-transparência dos significantes e com a antecipação geradora das ilusões próprias do fazer discursivo. Por exemplo, em SD13, a superfície lingüística menciona que ser mulher consiste em *cuidar da família*, ao passo que SD14 mostra a expressão *mulher mãe* e, nas demais: SD15 tem como marca o sintagma *resolver todos os problemas*; SD16 os complementos *trabalhar*, “*cuidar da casa*”, *ter filhos e ainda ser sexy*; e SD17 a oração *é ter que dar conta da casa, dos filhos, do marido, de si, de sua beleza, dos estudos e*

do trabalho, pagar as contas e ainda conseguir ser “zen”. Quer dizer, tendo esses significantes como materialidade lingüística, o efeito de sentido de que a identidade feminina está historicamente determinada pela injunção à maternidade e às ações que visam à manutenção da ordem/da plenitude na instituição familiar se repete, se reproduz – e se transforma, pois o sujeito não foge às determinações que configuram as CP’s em que está imerso e pelas quais se constitui como sujeito. Mais que antes, *hoje* a mulher tem introjetada em si a necessidade de expressar sua tentativa de compatibilizar o supostamente incompatível. Logo, o cuidado da mulher com a família pode incluir tanto o “trabalhar fora”, com o objetivo de colaborar com a renda familiar e garantir o suprimento das necessidades fundamentais ao bem-estar da família, bem como a atenção consigo mesma, atitude esta com uma dupla pretensão: ostentar uma imagem de calma, de compreensão, de equilíbrio, como decorrência do ambiente que ela almeja para seu lar; e, também, manter-se bonita, vistosa e atraente, porque assim a quer seu marido (e contrariá-lo pode colocar o casamento – a família construída – a perigo, o que vai de encontro aos sistemas simbólicos culturalmente/historicamente referendados). Os sentidos produzidos por pré-construídos, então, ressoam, sem deixar de sujeitar-se às determinações vigentes no momento em que são mobilizados e, tampouco, de fugir à dispersão motivada pela falta do significante/falta do sujeito.

Se observada a sintaxe, principalmente nas seqüências SD16 e SD17, é possível constatar como a ordem da língua influencia a produção do sentido, ratificando a condição de efeito do discurso. Em SD16, a imagem construída para a identidade feminina é descrita a partir da introdução do vocábulo *trabalhar*, seguido pelas expressões “*cuidar da casa*”, *ter filhos* e *ser sexy* como complementos para a forma verbal *é preciso*. SD17, porém, está organizada de outra maneira, pois principia com o sintagma preposicionado *da casa*, sucedido por *dos filhos, do marido, de si, de sua beleza, dos estudos, do trabalho*, como complementos nominais de *ter que dar conta*. Portanto, a primeira seqüência está mais próxima de um questionamento quanto à resignação da mulher ao espaço privado do que a segunda, em que o conceito *trabalhar* aparece como o último

imperativo a ser seguido. Ainda que o *trabalhar* de SD16 possa não visar a uma promoção pessoal, mas sim a uma participação no sustento financeiro da família, como efeito possível (o que compactua com a posição-sujeito da mulher mãe), o movimento de sentido gerado a partir dessa disposição dos significantes pode percorrer distintas posições-sujeito acerca do “ser mulher”, pois pela organização (da língua) chega-se à ordem (do discurso) (ORLANDI, 2004). Logo, esse mesmo enunciado poderia surgir no intradiscurso de um sujeito identificado com a causa feminista, ou no dizer de um outro sujeito, perfeitamente assujeitado pela posição que defende a permanência da mulher apenas no ambiente da casa – a produção do sentido está determinada pelas CP’s em que se insere o sujeito, seguindo os movimentos da história. Como lembra Ferreira (2000), a partir da leitura dos postulados de J-C. Milner, *a língua é um sistema de (im)possibilidades* e, quando submetida à análise pelo viés do discurso, mostra a tensão, a resistência que a marca, ocasionando a indeterminação e a dispersão dos sentidos. Não há como garantir “o” sentido; isso seria amarrá-lo à superfície significante.

No bloco seguinte, o último de minha análise, dedico-me a penetrar na materialidade lingüística atrás de pistas que remetam a posições-sujeito já afirmadas acerca do “ser mulher”, percebidas em meio às paráfrases, bem como a outras posições que possam surgir, considerando a multiplicidade que constitui o sentido/o sujeito. Penso que isso será ainda mais instigante quando colocado em cotejo com o fator “curso de Pedagogia”, constitutivo das CP’s de que partem os próximos sujeitos para enunciar.

4.4.5 Bloco 5: Das seqüências das alunas do Curso de Pedagogia – Educação Infantil

Do mesmo modo que os blocos anteriores, este também é composto por seqüências discursivas extraídas de produções textuais de alunas da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O diferencial, aqui nestas últimas **cinco** seqüências, está no curso por mim escolhido, Pedagogia –

Educação Infantil. Nesse ambiente enunciativo, peculiar quanto ao trabalho ideológico (por ter como foco o preparo de profissionais para atuação no ambiente escolar), quero observar se os imperativos incrustados pela égide da naturalidade reproduzem-se. Além disso, pretendo verificar se os sujeitos não questionam os processos de identificação que se lhe apresentam por sua condição de mulheres; se legitimam os lugares que a história disponibiliza ao seu gênero.

Em SD18, repete-se a posição de que “ser mulher é ser lutadora”, conforme as circunstâncias levantadas:

SD18

Ser mulher é tarefa árdua, é uma luta diária.

Hoje a mulher trabalha, estuda, tem sua casa, seus filhos e precisa estar sempre bonita, arrumada, bem humorada e “aparentemente” sem problemas, para poder ajudar o marido.

Mas, acima de tudo, ser mulher é ser forte, ser capaz de lutar e ainda assim ser carinhosa, gentil e doce.

Como já aparecera em seqüências anteriores, a identidade feminina é associada, aqui, à imagem da luta. Podendo esse elemento significante mobilizar distintos efeitos de sentido, ao transitar por distintas posições-sujeito que gravitam em torno do “ser mulher”, nesta seqüência o intradiscorso reúne pistas que autorizam a presença daquela tomada de posição em que *lutar* é paráfrase de dispersar-se na execução de uma multiplicidade de tarefas a que o feminino está submetido. Seriam essas: *trabalhar, estudar, ter casa e filhos, estar bonita, não demonstrar problemas e ser carinhosa, gentil e doce*. Elas podem ser vistas como práticas que materializam o percurso histórico da posição que a mulher é chamada a ocupar: a submissão e a inferioridade que tentam ser silenciadas por um sujeito que busca, em meio à alienação de tudo ter de cumprir e bem cumprir, superar-se a si próprio. No entanto, tal silêncio não consegue calar, dirimir o desconforto do sujeito-enunciador com o lugar que as práticas sociais lhe impõem, haja vista as aspas que envolvem o vocábulo “*aparentemente*”, que antecede o sintagma preposicionado *sem problemas*. Ser “um homem a menos” incomoda a mulher sim, e isso está também na conformação de seu universo

desejante, conflitando com as injunções sociais inculcadas nela pelo outro/Outro⁵⁹.

Nesse sentido, então, os atos de trabalhar e estudar estão mais próximos de uma posição-sujeito que os põe à disposição do bem-estar da família (estudar para arranjar um bom emprego e ganhar um salário que possa ajudar o marido na manutenção das despesas do lar) que de uma outra, que os veja como meios de ascensão para o gênero feminino. Entretanto, ambos os sentidos competem sob a face significativa; ainda que um seja convocado pelas CP's a prevalecer, a ser o dominante, o outro sentido permanece presente, na forma de silêncio. Como diz Orlandi (1997, p. 93), o silêncio é *parte da incompletude*, pois *trabalha os limites das formações discursivas, produzindo tanto a polissemia (o a-dizer) quanto o já-dito*.

De modo análogo ao que observei em SD16, aqui em SD18 também há um conflito de vozes marcado pela conjunção adversativa *mas*. Com ele, a posição-sujeito dominante na seqüência tenta refutar uma outra, que prima pelo sentido de que *trabalhar, estudar, ter sua casa, seus filhos e precisar estar sempre bonita, arrumada e bem humorada* representam algo negativo no “ser mulher”, sendo então uma mazela exaltada pelo lugar que a história impõe à mulher. Logo, com o *mas*, essa outra posição, que também repousa sobre a materialidade significativa, é negada, pois todas essas atribuições por que a classe feminina está determinada são positivadas, isto é, são convertidas em paráfrase para *força e luta* – superação de si mesma, motivação (ou até mesmo, atrevo-me a sugerir, cerne do desejo, pulsão de vida), plena aceitação e ratificação da condição que determina a mulher.

E, sendo o sentido múltiplo e incontrolável, a metáfora que *força e luta* possibilitam, no escopo da posição-sujeito que organiza os saberes em SD18, opõe-se ao sentido que os mesmos elementos lexicais gerariam no interior de um discurso engajado com a causa feminista (ter força e lutar pela conquista de

⁵⁹ Segundo os apontamentos que registrei no primeiro capítulo da primeira parte desta dissertação, entendo que as determinações do outro/Outro na conformação do desejo têm implicações também discursivas, ao serem responsáveis pela imagem que o sujeito faz de si e, a partir da qual, ele forja as antecipações e estabelece os elos com as matrizes discursivas, engendrando o processo que determina a produção do sentido.

direitos, por outro lugar para o feminino na história) ou, inclusive, em meio a um discurso machista (a força e a luta como atributos “naturalmente” masculinos, em oposição à delicadeza e submissão femininas). Porque *as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas* (PÊCHEUX, 1997b, p. 160-1).

Dadas essas características para a negação que *mas* desencadeia na presente seqüência, acredito que ela possa ser um exemplo do que Indursky (ibid., p. 217) chama de *negação externa*, mobilizada pela *negação do discurso do outro*. Vinda de uma região de saberes (uma formação discursiva) oposta à que prepondera no discurso em questão, essa forma de negação divide o enunciado justamente para lembrar o que não pode por ele ser dito, marcando o limite entre modos distintos de assujeitamento ideológico. Assim sendo, em SD18, seguir todas as injunções que a história/o social impõe para o feminino é ser uma mulher forte e lutadora, um sujeito reconhecido – não é ser submissa ou anulada, como afirma a posição a essa adversa, utilizando-se dos mesmos elementos lexicais.

Na seqüência que apresento a seguir, a posição de *mulher mãe* deixa uma abertura para um questionamento, isto é, não é capaz de contradizer nem de dirimir a posição que a ela se opõe, graças ao arranjo sintático:

SD19

O que é ser mulher?

É correr atrás do tempo;

É ser mil em uma só;

É batalhar e ultrapassar barreiras;

Para algumas é ser mãe e aprender amar os filhos mais do que qualquer coisa;

É ser criança, adolescente, adulta e idosa;

Mas antes de tudo: ser feliz.

Conforme salienta Ferreira (2000), a sintaxe, vista como *lugar de observação*, permite a compreensão da frase, mas não do discurso, haja vista que a dimensão entre esses dois planos é distinta (a frase está vinculada à materialidade empírica, enquanto que do discurso resulta uma materialidade

histórica). No entanto, o mecanismo sintático pode ser convertido em *uma forma de acesso* ao discurso, desde a perspectiva da *ordem da língua*. É no plano da ordem (espaço da falta, lugar do impossível), que se podem observar a tensão e a resistência do significante, no interstício entre a ilusão de autoria e liberdade, e o assujeitamento e a determinação que afligem o sujeito desde seu inconsciente.

Logo, em SD19, até a metade de sua extensão significativa, evidenciam-se marcas que demonstram a presença daquela posição-sujeito plenamente identificada com o efeito de sentido que submete a imagem da mulher à alienação produzida pela idéia de superação dela mesma, no esforço obstinado de cumprir com esmero todas as ações que a história lhe atribui como exclusivamente (entenda-se “naturalmente”) suas, denegando o seu próprio descentramento. A paráfrase disso emerge das expressões *correr atrás do tempo*, *ser mil em uma só*, *batalhar e ultrapassar barreiras*, que produzem, no sujeito que se identifica com a referida posição, o efeito de reafirmação das ações que historicamente determinam a classe feminina, ou seja, que integram/constroem a memória de saberes que gravitam em torno da expressão “ser mulher”. Porém, da metade para o fim, a ressalva que *para algumas* desperta faz dessa seqüência um *enunciado dividido*, a exemplo do que teorizam Courtine (1982) e Indursky (1997). A divisão consiste na abertura para a possibilidade de que há uma imagem para o “ser mulher” dissociada do imperativo à maternidade. Se, até a marca *para algumas*, vem predominando a posição de que a identidade feminina se produz pela dispersão em meio a uma série de ações e atributos que visam a sublimá-la, silenciando todo o processo de assujeitamento e determinação que sofre, a partir de tal traço significante há espaço para que ressurgja a posição de que “ser mulher” é buscar outra posição para esse gênero no meio social, que não pela via da maternidade – talvez pelo campo da formação intelectual/profissional, talvez pelo campo da militância; a opacidade significante não controla “o” sentido, apenas induz os caminhos que ele pode percorrer.

Contudo, esse atravessamento que a superfície lingüística, através da organização sintática, sugere, é logo esquecido. Isso se dá pelo retorno à posição primeira, a da “super-mulher”, com a passagem *Mas antes de tudo*: [ser mulher

é] *ser feliz*. A felicidade, nesta posição, positiva o feminino, pelo viés de que, apesar da superação constante, existem meios que possibilitam à mulher obter alegrias e satisfação junto às injunções histórico-sociais que se impõem. O “ser mulher”, aqui, não se resume à resignação. *Ser feliz antes de tudo* é ter sabedoria para enxergar além dos incômodos gerados pelas práticas tidas como estigmatizantes do feminino.

O lugar de subalternidade para o feminino retorna na próxima seqüência:

SD20

Ser mulher implica em ter uma parcela de responsabilidade a mais na sociedade, além de cuidar da família tem outra jornada de trabalho. Apesar de algumas, ou muitas dificuldades ser mulher é ser uma “super-herói”.

Ser mulher é ter um sentido as [sic] mais o q. as diferenciam dos homens, não quero ser machista, mas ser mulher é ser especial, uma dádiva.

Ao invés do *ser feliz*, registrado pela seqüência anterior, a positivação do feminino vem por meio da expressão *uma “super-herói”*. O que é um super-herói, conforme a memória histórica em que se circunscreve essa expressão? É aquele (geralmente, um homem) que enfrenta o perigo, que está sempre em alerta, que pratica o bem, que deixa de lado seus interesses em prol daqueles que dele necessitam. Logo, quando deslocados para a matriz de sentido da identidade feminina, esses sentidos permanecem, exaltando a posição de que ser mulher é honrar sua condição (engrandecer-se pelo fato do *ter uma parcela de responsabilidade a mais na sociedade*) e “ignorar” (denegar) a carga de inferioridade que a história incute no sujeito desse gênero (reduzindo-o às ações de primeiro *cuidar da família* e, se necessário for, *ter outra jornada de trabalho*). Justapondo as formas lingüísticas por que essa posição se materializa, tem-se algo como *ser mulher é ser feliz por lutar à semelhança de um super-herói*.

No entanto, o sujeito-enunciador de SD20 deixa escapar uma parcela da heterogeneidade que o constitui ao reconhecer que a posição da “super-mulher” se familiariza com uma posição ideológica de cunho machista. O elemento léxico desencadeador desse processo é, novamente, a conjunção *mas*.

Desse modo, emergem duas posições conflitantes, sendo que a primeira é subvertida pela segunda: *eu não quero ser machista/sim, eu sou machista*. É o discurso de ordem ideológica machista que veicula enunciados como *ser mulher é ser especial, ser mulher é uma dádiva*, com o intuito de promover um destaque inebriante à condição de mãe e “rainha do lar”, presente na identidade histórico-social construída para a mulher. E o sujeito de SD20 com isso se identifica, mesmo que em sua consciência ele objetive dizer justamente o contrário, denegando essa condição. Por tal discurso, incute-se na mulher a premissa de que ela é especial, para obliterar um possível questionamento quanto ao lugar que lhe é historicamente designado – algo metaforizado como “a eterna costela do homem”. Contudo, não sendo a ideologia uma máquina dotada de *perfeição plácida* (quero lembrar, com essa designação, Pêcheux, 1997b), há poros por onde o sujeito pode voltar-se contra a posição que o assujeita, conforme acenam seqüências anteriormente analisadas.

Na seqüência seguinte, dá-se prosseguimento à supremacia ilusória do feminino:

SD21

Ser mulher é ser especial. A mulher é um ser sensível e em alguns casos delicada, consegue tudo o que quer com seu poder – quase natural – de persuasão.

Ela gera a vida, modifica o ambiente a seu gosto, é inteligente, muitas vezes reprimida, sofre com seu corpo, enfim é um ser contraditório, ambíguo, mas totalmente necessário e único no mundo.

Vejo ressoar, através de marcas como *um ser sensível, delicada, poder quase natural de persuasão e modifica o ambiente a seu gosto* a memória produzida pelo discurso freudiano acerca das hipóteses em torno da constituição da *psique* feminina. Enunciados como “a mulher é mais sujeita às emoções”, “a mulher é mais dissimulada”, “a mulher usa de sua imagem de delicadeza e fragilidade para conseguir o que quer”, “a mulher é naturalmente invejosa”, entre outros, fazem por incitar a veiculação de sentidos convergentes em um ponto específico: o de que a mulher diferencia-se do homem por ser diretamente

afetada por todo um mistério sobre sua constituição. Isso contribui respaldando a mitificação da figura feminina a partir do potencial biológico para a procriação, que é o que de mais seguro se pode saber sobre a mulher.

Assim sendo, a imagem do “ser mulher” dotada de superioridade e poder torna-se ilusória, porém ideologicamente útil, na medida em que acoberta o processo histórico de submissão e inferioridade que acaba por construir aquilo que simbolicamente representa o gênero feminino. Sendo um sujeito constituído pela fala do outro – e essa fala, por sua vez, trata de silenciar uma inferioridade, ao demasiadamente exaltar características específicas, como a maternidade e a persuasão –, a mulher tem seu interior produzido por aquilo que lhe é “exterior”, mas que se sedimenta na construção da própria imagem que a mulher faz de si mesma. A exemplo disso, as marcas léxicas *ser especial* e *totalmente necessário e único no mundo*, que a superfície lingüística de SD21 registra.

Inclusive, tornando a debater-se com a resistência do significante, que envolve em opacidade o sentido, na presente seqüência discursiva o sujeito-enunciador não é capaz de controlar os efeitos de sentido que repousam sobre o sintagma verbal *sofre com seu corpo*. Quando lançada à memória historicamente produzida para a identidade feminina, essa materialidade lingüística se embate com a sua face histórica (aquela do discurso), e a multiplicidade de sentidos se faz rememorar. Por conseqüência, *sofrer com seu corpo* pode significar, para a mulher, os incômodos com o período menstrual, as dores do parto, a cobrança por formas corporais que estejam em consonância com os padrões de beleza vigentes em dado momento, o pudor e o recato impostos pela sociedade como recurso para conter sua libido, entre outros sentidos possíveis a partir desses. No entanto, como salienta Orlandi (2004), o sentido é múltiplo, mas não é qualquer um: a baliza advém dos processos históricos, que conduzem o dizer a um sentido e não a outro, produzindo, assim, um sujeito. A consideração das CP's, desde suas determinações/antecipações, é fundamental na constituição do sentido enquanto efeito, isto é, do discurso. Logo, observando as contingências histórico-sociais que produzem o discurso que é objeto desta análise, acredito que a posição-sujeito predominante em SD21 direciona o sentido de *sofrer com seu*

corpo para aqueles sentidos que reiteram a imagem de mulher-mãe: em especial, o período menstrual e a dor de parto, os “males necessários” ao “ser mulher”.

Por fim, trago a última seqüência à análise. Penso que ela pode ser uma síntese das principais determinações presentes na imagem que os sujeitos-enunciadores, até então, construíram para a identidade de seu gênero:

SD22

Ser mulher...

é compreender o machismo dos homens, sem ao menos contestar o que é certo ou errado, aceitando com passividade sua condição de “ser mulher”.

é dedicar-se integralmente ao filho(a), adaptar sua vida e seus horários com a vida dele(a).

é deliciar-se com a gravidez, com o momento único de “ser mãe”, uma experiência contagiante que só nós mulheres vivenciamos.

[...]

Ser mulher, é maravilhoso!

São determinações marcadas no discurso que se materializa em SD22: o reconhecimento e aceitação da submissão feminina frente ao poder masculino; a imagem da mulher como passiva, e a do homem, como ativa; o imperativo da maternidade e as ações e as posições que dele emanam; o engrandecimento do “ser mulher”.

É possível observar, ainda, que o sujeito-enunciador dessa seqüência se identifica plenamente com a posição-sujeito que denega a submissão determinante do feminino (por meio da exaltação da maternidade, vale lembrar), ao ponto de estender a compreensão “natural” da mulher aos desígnios reconhecidos como sendo de cunho machista, logo, opressores e repressores da mulher no campo das práticas sociais. A compreensão feminina não tem limites, sendo capaz inclusive de aceitar toda a carga simbólica que visa à depreciação dela mesma.

A parte final de SD22, então, vai ao encontro da reafirmação do sentido sublime que é inculcido pela posição-sujeito que não questiona a determinação que a constitui: *ser mulher é maravilhoso*. A *maravilha* no ser mulher é retomar, reproduzir e transformar/atualizar toda a memória que a

história, através dos acontecimentos que a movimentam, conserva e ratifica para a manutenção dos “bons sujeitos”, imprescindíveis à sustentação do modelo ideológico vigente nas práticas sociais, no eterno conflito entre classes. É imposta à mulher a necessidade de referendar sua posição de inferioridade ante o homem (seja pela resignação, seja pela positivação) porque a história é movida pela disputa de lugares – a luta de classes althusseriana –, e cada um é convocado a assumir um papel e nele reconhecer-se. A ideologia funciona pela supremacia de um sujeito sobre o outro, de um sentido sobre outro, naturalizando os processos que engendram/sustentam a história, reproduzem/transformam as relações de produção. A ideologia produz evidências e nelas refugia-se, devido à linguagem, que é constitutiva dos sujeitos. E, na questão da identidade de gênero, isso não é diferente.

4.4.5.1 Sobre o quinto bloco analisado

Interpretando os efeitos de sentido que as seqüências desse bloco propiciaram na análise a que foram submetidas, observo que as hipóteses que lancei na introdução deste último conjunto de seqüências se confirmaram. Realmente, os sujeitos assujeitados pelo saber que organiza o campo da Pedagogia mostram-se plenamente identificados com aquela posição-sujeito que produz o sentido de que *ser mulher é ser mãe*, ocasionando, em decorrência, a aceitação dos demais imperativos contidos nessa determinação.

Sabe-se que a Pedagogia visa à formação de profissionais que atuem diretamente no processo educativo, na rotina que compreende as atividades de ensino e aprendizagem no ambiente escolar. Ademais, a escola é responsável não somente pela produção de conhecimentos tidos como científicos, mas também pela perpetuação de valores constantes nos sistemas simbólicos (os modelos de conduta) que alicerçam dada sociedade. Com isso, a educação pode ser vista como um recurso eficaz na conversão dos indivíduos em sujeitos, bem como na preparação destes para a espontânea aceitação das determinações ideológicas que a história lhes impõe.

Considerando essas questões, então, é possível compreender o percurso percorrido pelo sentido de “ser mulher”, que os sujeitos-enunciadores aqui indiciam. Sendo a prática pedagógica difusora não apenas de ciência, mas principalmente de valores (ou melhor, de saberes ideologicamente forjados), aquele sujeito que procura capacitação profissional na área da Pedagogia assume, inconscientemente, sua identificação com as posições ideológicas que a sustentam, trazendo para si, por conseqüência, o compromisso de reproduzi-las.

Logo, estando a sociedade estruturada pelo conflito hierárquico de classes, e os sujeitos determinados, através de suas práticas, a reproduzir tal modelo, a questão do “ser mulher” não foge a tal princípio. À exceção daqueles enunciados que se mostram divididos, o assujeitamento ao saber historicamente produzido e socialmente reafirmado de que a mulher “nasceu” para ser mãe e “rainha do lar” prepondera, não deixando de ressaltar as demais determinações que tal saber implica. O atravessamento de uma outra posição, investida de questionamento acerca desse lugar que a história reserva para o feminino, não é explícito, pois está, naquelas seqüências em que surge (como, por exemplo, SD19), sob a forma de um silêncio, isto é, como algo que foge à evidência de sentido que o sujeito-enunciador imagina controlar.

Neste bloco cinco, então, as análises apontam que predomina a identificação com a posição-sujeito “mulher-mãe” quanto à imagem que os sujeitos constroem acerca de sua condição de pertencentes ao gênero feminino. A partir disso, considerando as peculiaridades das CP’s que determinam essas seqüências, bem como o fato de que, para a Análise do Discurso, o sujeito e o sentido são produzidos simultaneamente, através do trabalho da história com a materialidade simbólica, é possível inferir que os pré-construídos mobilizados nesse bloco confirmam aquela memória que as práticas sociais registram para o “ser mulher”, dando margem à emergência de sujeitos que assumem uma “tomada de posição” condizente com os processos de assujeitamento que visam à manutenção da formação ideológica vigente em nossa sociedade: homens, superiores; mulheres, inferiores.

Na medida em que sua escrita denota pistas que asseveram uma aceitação quanto ao lugar que a história lhe impõe, o sujeito mulher, nesse bloco cinco, retoma a memória produzida pela história (através dos acontecimentos/dos sentidos que a constituem) para a imagem que caracteriza o seu gênero. No entanto, como lembra Pêcheux (1999), a memória discursiva não é logicamente organizada nem linear; é plena de sulcos, de fendas, de inconstâncias, de sobreposições. Seja aditada a isso também a premissa de que é pelo desejo do inconsciente que o sujeito se vincula ao sentido, ao produzir-se incessantemente no movimento de tentar encontrar-se entre as tramas do significante e os sistemas simbólicos de referência. Em consequência, não há como conjecturar sobre uma memória e um sujeito estabilizados ou homogêneos quanto à sua constituição, quanto à posição que os assujeita. Ambos (memória e sujeito) trazem em si a falta, porque ela está antes no significante, na linguagem que possibilita tanto a existência quanto a dispersão desses. Portanto, essa memória e esse sujeito se transformam, tendo em vista a atualização do sentido que o discurso, enquanto um efeito, possibilita.

4.4.6 As posições-sujeito evidenciadas: principais considerações

Quando principiei a análise, afirmei que meu objetivo era buscar as posições-sujeito que se marcavam na superfície lingüística do discurso, bem como observar a interferência do lugar enunciativo de que partiam os sujeitos (os diferentes cursos universitários) no processo de identificação com os saberes alojados na memória existente para o “ser mulher”.

Conforme pude constatar, as seqüências apontam o fato de que, realmente, a consideração do lugar enunciativo é algo relevante na descrição das CP's de dado discurso, haja vista que esse lugar é igualmente determinado pela ideologia. Havendo a presença da ideologia, certos saberes se internalizam nos sujeitos e passam a constituir a imagem que embasa todo o processo de antecipação de que emerge o discurso. Logo, o sujeito passa a produzir sentidos através de mais esse “filtro”, que se sobrepõe àqueles outros das demais matrizes

de sentido com que ele se identifica no intuito de denegar a falta do simbólico, que o cinde e dispersa por meio daquele conjunto de ilusões: univocidade, responsabilidade, transparência, fechamento, completude. Dessa maneira, quando convocados a escrever a respeito de sua condição de mulheres, os sujeitos mobilizam e cruzam aqueles saberes próprios da área de saber da sua profissão, bem como os sentidos presentes na memória do “ser mulher”, através daqueles elementos lexicais rotulados pelo “todo mundo sabe” – *a mulher é delicada; a mulher é paciente; a mulher é lutadora.*

Portanto, no Bloco 1, das seqüências das estudantes do curso de Medicina, houve atravessamentos relacionados tanto com a questão corporal da mulher (a dor de parto, a influência dos hormônios) quanto com a presença feminina no exercício da profissão de médico (algo que ainda está envolto em “novidade”, convertendo-se em um acontecimento a ser suportado pela história). No bloco seguinte, das seqüências do curso de Ciências Econômicas, destacou-se o atravessamento da competitividade entre os sexos, à semelhança daquilo que caracteriza as relações comerciais – a disputa por vantagens, a concorrência entre valores e mercados. Já nas seqüências produzidas por sujeitos-enunciadores imersos no saber da Engenharia Civil, marcou-se a associação da determinação que caracteriza a mulher quanto às suas “naturais” responsabilidades como mãe e “rainha do lar” com a metáfora da força, “*a saúde de ferro*”, e da sustentação do homem (da família). Nos blocos 4 e 5 (referentes às seqüências produzidas por alunas dos cursos de Artes Visuais e Pedagogia – Educação Infantil, respectivamente), por representarem áreas de saber mais próximas do ambiente escolar, um importante Aparelho Ideológico de Estado, como declara Althusser (1985), torna-se difícil indicar com precisão aquilo que se converte em um atravessamento “próprio” da região de saber em questão; a escola tende a reproduzir o padrão das relações entre classes vigente na sociedade, e essas alunas são inconscientemente preparadas, durante sua formação profissional, para lidar com isso (seja questionando, seja reproduzindo).

Interessante é, a partir disso, notar que, por ser o sentido incompleto, transitório, opaco, não há o que impeça os enunciados que se presentificam em

um bloco específico de retornar em seqüências de outros blocos, situação que ocorreu por vezes (por exemplo, quanto à imagem de força e à imagem de luta). Porém, é relevante o fato de que tenham aparecido no espaço enunciativo em que emergiram (sentidos para a força feminina, nas seqüências de estudantes da Engenharia Civil; para a luta por conquistas, naquelas das Ciências Econômicas), pois isso denota a determinação daqueles saberes que organizam o conhecimento necessário à profissão escolhida pelas estudantes no modo como elas constroem sentidos acerca de si e, decorrentemente, para a realidade. E, some-se a isso, o modo como posições-sujeito foram compartilhadas por sujeitos pertencentes a distintos lugares enunciativos – uma futura médica, uma futura economista, uma futura engenheira e uma futura professora identificaram-se com a posição “mulher-mãe”, embora cada uma destaque as peculiaridades que determinam a produção desse discurso por meio das paráfrases que realizam. Isso denota que os sentidos derivam de uma matriz para outra (quanto aos saberes das profissões e o feminino) e deslizam no interior de uma mesma matriz (a do feminino), em meio à paráfrase ou à polissemia, estando, pois, em pleno movimento de (re)produção/(re)configuração. Eis o *processo discursivo*, como caracteriza Pêcheux (1997b, p. 161): *relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc.*, que impedem a consideração do sentido desde o princípio da literalidade. **O sentido, portanto, é um processo, determinado por condições de produção específicas, de que emergem sujeitos específicos.**

Estando assim desenhada a identidade feminina, ratifica-se a afirmação de Pêcheux (ibid.) de que a identidade discursiva é uma **aparente unidade**, porque ela está em pleno movimento, remodelando-se pelos sucessivos elos que o sujeito estabelece com as redes (esburacadas, inconstantes, assimétricas, inacabadas) de sentido, disponibilizadas pela história.

Analisados os blocos e averiguadas suas peculiaridades na produção de linguagem, faz-se necessário, então, um outro momento de análise. O intuito, agora, é reunir essas posições-sujeito que se marcaram nas seqüências e, assim, definir os traços daquilo que se pode configurar como a Formação Discursiva Feminina, bem como inferir a respeito das exterioridades que tal matriz de

saberes convoca, para seguir discutindo o conceito de identidade como **unidade imaginária**.

4.5 A configuração de uma matriz de saber para o “ser mulher”

Ainda que investigar os sentidos presentes no imaginário da identidade feminina haja sido o motor de minhas primeiras análises, o objetivo desta dissertação, conforme apresentei na *Introdução*, é averiguar de que forma o discurso, linguagem em produção, materializa a noção de identidade enquanto **efeito** – portanto, algo múltiplo, fragmentado e constantemente (re)construído.

Logo, para cumprir tal meta, proponho-me agora a reunir as posições-sujeito que encontrei na análise anterior, para tentar engendrar aquilo que representa a **Formação Discursiva Feminina (FDF)**. No entanto, não posso esquecer a premissa de que, de acordo com as considerações pecheutianas, as formações discursivas têm cada vez mais suas fronteiras marcadas pela porosidade, sendo seu interior, então, forjado por aquilo que lhe é diretamente exterior: *uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadida” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais* (PÊCHEUX, 1997c, p. 314). Assim, necessito definir também aquilo que está no seu interdiscurso, *o todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas*. A partir desses dois gestos, creio que terei argumentos suficientes para respaldar a noção de que **a identidade discursiva é um processo instituído pela fragmentação, pela dispersão**, conforme venho sustentando desde o capítulo inicial deste trabalho.

4.5.1 *As posições-sujeito organizadas pela Formação Discursiva Feminina (FDF)*

Antes de passar à apresentação das posições-sujeito que situo na FDF, penso ser necessário ter em vista a noção de formação discursiva (FD), bem como sua importância dentro da teoria da Análise do Discurso.

Dessa forma, fazendo uma breve retomada da revisão teórica que apresentei para o conceito de FD no capítulo três da primeira parte, é importante considerar que é na FD que se constituem o sentido e o sujeito. Sendo uma matriz de sentido, ela é a instância diretamente vinculada à historicidade, à ideologia, ditando *o que pode e deve ser dito* em dada situação enunciativa. Assim, a FD é algo que antecede ao discurso, já que se converte na condição que permite a constituição deste.

Se a consideração da formação discursiva é fundamental à compreensão do modo como se produzem o sentido e o sujeito, desde essa matriz, logo, isso inclui a observação dos processos movidos pela atuação da paráfrase. A reprodução, aliada à transformação e ao rearranjo do que está no interior dessa região de saberes, ocorre por uma relação de paráfrase entre o efeito de sentidos que assujeita o sujeito e os já-ditos de que este se apropria na tecitura do fio de seu discurso, inconscientemente. Apenas ilusoriamente o sujeito está na fonte do sentido, porque essa fonte está na rede de FD's que o antecede e assujeita. Só há sentido para um dizer através da reafirmação de sua identificação com alguma formação discursiva, processo que situa o sujeito que disso emerge na historicidade.

Em conseqüência, a identidade discursiva somente pode ser pensada em consonância com a relação entre o sujeito e a FD, já que esta é a matriz de sentido, e a existência do sujeito depende do modo como se produz sentido. Há sujeito por sua identificação com dada forma-sujeito – elemento responsável pela disposição das posições-sujeito em uma FD, bem como por sua ilusória homogeneidade.

Considerando que a prática do analista ocorre no interstício entre o mesmo e o novo, isto é, no limite entre o parafrástico, o retorno, e a possibilidade

do polissêmico, que sempre repousa sobre a linearidade significativa de um enunciado (conforme Pêcheux, 2002), posso afirmar que as seqüências produzidas pelos sujeitos-enunciadores primaram por reproduzir e transformar/atualizar os pré-construídos que a história, desde uma memória, determina como próprios à imagem do feminino. Por meio da paráfrase, esses saberes convergiram em uma mesma direção: a consolidação do discurso da “mulher-mãe”. Em decorrência, o polissêmico ficou, basicamente, a cargo de um processo de silenciamento (como define Orlandi, 1997, “*pôr em silêncio*”, *mudar o caminho daquele silêncio que é constitutivo do fazer sentido*), com o intuito de (tentar) controlar a possibilidade de questionamento quanto à posição que se revelava.

Assim, entendo a **forma-sujeito da FDF** como sendo a posição-sujeito responsável pelo discurso da “**mulher-mãe**”, pelo modo como tal sentido foi preponderante nas análises. Essa posição se sobressai às demais que a ela de alguma forma se relacionam, sendo estas as seguintes:

– **Posição-sujeito 1:** não basta ser mãe, é necessário também ser “**a rainha do lar**”, a mulher como sujeito responsável pelos afazeres domésticos. O objetivo é o de que a plenitude da instituição familiar, conforme determina a formação ideológica que sustenta as práticas de nossa sociedade, seja mantida. Para isso, então, até admite-se que a mulher venha a ocupar algum papel na esfera pública, aquela dos postos de trabalho, mas o objetivo final é contribuir na promoção do bem-estar da família. A idéia de *luta/lutadora* surge como paráfrase para a égide da auto-superação, isto é, bem cumprir todas as atribuições que a história registra como “naturais” à mulher. São exemplos de enunciados produzidos sob a determinação/identificação com esse saber aqueles encontrados nas seqüências SD1, SD2, SD3, SD6, SD8, SD9, SD10, SD11, SD12, SD13, SD14, SD15, SD16, SD17, SD18, SD19, SD20, SD21 e SD22, mobilizados por marcas lexicais como *cuidar da casa e da família* (SD1), *ser uma pessoa carinhosa, acolhedora* (SD2), *cuido dos afazeres doméstica* [sic] (SD6), *ser forte para dar educação para os filhos* (SD10), *aquele “sexo frágil” capaz de cuidar da família (...)* *estar sempre bonita, perfumada, sorridente* (SD13), *ter que dar*

conta da casa, dos filhos, do marido, de si (...) uma super-heroína da atualidade (SD17), ser mulher é tarefa árdua, uma luta diária (SD18), ser mulher é ser especial, uma dádiva (SD20).

– **Posição-sujeito 2: estudar e trabalhar** são metas da mulher que visa à **independência de sua classe**; o imperativo da maternidade é denegado, pois é lembrado e posto de lado; o objetivo é ocupar a mesma posição que a história determina à classe masculina. *Lutar* está mais próximo do efeito de sentido de competir, rivalizar com o outro, para tomar algo dele. Contêm paráfrases para esse efeito de sentido as seqüências SD4, SD5, SD6, SD7, SD10 e SD12, através de marcas como *temos que estudar muito para conseguir atingir nossas metas (SD4), as mulheres buscam principalmente a realização profissional (SD5), ser mulher significa enfrentar desafios diariamente e tentar transformá-los em incentivos para continuarmos lutando por nosso espaço na sociedade (SD6), a mulher precisa cada vez mais mostrar-se capaz de superar obstáculos e se sobrepôr em relação ao homem (SD7), ser forte para lutar por igualdade de direitos na profissão (SD10), posso estudar e trabalhar tanto quanto os homens (SD12).*

Como se percebe, as duas posições, ainda que antagônicas entre si, podem estar reunidas sob a mesma forma-sujeito, ou seja, compartilhar a mesma formação discursiva, na medida em que, se a **posição-sujeito 1** é um simples espelhamento do que se mostra como o sujeito histórico dessa matriz de sentido, já que reproduz o imperativo da maternidade para o feminino, transformando-o pelos efeitos de sentido de lutar, batalhar, desafiar, que incorrem em uma atualização para esse mesmo, a **posição-sujeito 2** é o seu questionamento direto, convertendo os aspectos profissionais presentes no “ser mulher” como instrumentos de luta, na arena das práticas sociais, pelo lugar que o masculino ocupa. Além disso, ambas as posições podem cruzar-se ao longo do fio discursivo, como mostram algumas dessas seqüências, ratificando o processo de identificação (a produção de sentido) como algo em movimento, heterogêneo e inacabado – assim como é, por extensão, o sujeito.

Sendo essas as posições, resta saber quais são as formações discursivas próximas à FDF, que estão no interdiscurso e tornam-na capaz de reunir a contradição em si mesma – a exemplo dos estudos de Courtine (1981 e 1982).

4.5.2 O interdiscurso da Formação Discursiva Feminina

Trazendo as definições que apontei no capítulo três para a noção de interdiscurso, é necessário lembrar que ela compreende o conjunto das formações discursivas, presentificadas por meio de seus já-ditos. É no interdiscurso que se encontram os enunciados antes de serem circunscritos por uma formação ideológica e recortados em FD's.

Assim sendo, o interdiscurso possibilita tanto a apropriação de saberes (sob a forma de já-ditos – os pré-construídos e discursos-transversos), quanto a reconfiguração de dada formação discursiva. Ele é um mecanismo que contribui na dissimulação para o sujeito de seu assujeitamento, pois reúne enunciados ainda sem sentido, facultando ao sujeito a ilusão de fonte de sentido, bem como a transparência e completude daquilo que diz, como ressalta Pêcheux (1997b).

Como espaço de abstração discursiva, o analista necessita reunir as “peças do discurso” e montar aquilo que representa o interdiscurso específico da formação discursiva que seu gesto analítico visa a construir, elencando as outras matrizes de sentido que se aproximam da que está no foco de seu estudo, seja por aliança ou confronto.

Para Courtine (1981, 1982), quando ocorre a inclusão de saberes exteriores à formação discursiva, promove-se um trabalho de reorganização daquilo que constitui o interior dessa matriz de sentido, haja vista o tratamento que se confere ao “estrangeiro”, objetivando apagar sua condição anterior de pré-construído. É a FD que produz sentido para esse dizer que, aparentemente, é um já-dito, uma evidência, um “todo mundo sabe disso”, pelo movimento de inclusão/exclusão que tem como base aquilo que constitui seu interdiscurso.

Assim, trazendo esses pressupostos teóricos para a descrição do interdiscurso, espaço em que está FDF, entendo que o interior desta somente é

heterogêneo e contraditório, como afirmei antes ao descrever as posições-sujeito que ela coaduna, porque ao seu redor estão duas importantes matrizes de sentido, igualmente incluídas na mesma formação ideológica.

Uma delas seria a FD Feminista, que promove sentidos tendo em vista a militância ao movimento feminista, que tem por objetivo questionar a diferença entre os sexos. Para isso, é lembrada toda a trajetória das ações das mulheres (bem como os acontecimentos que se marcaram), ao longo da história, na tentativa de conseguirem um lugar no campo social que não o da submissão aos modelos de conduta determinados conforme os interesses da classe masculina.

Para a FD Feminista, o “ser mulher” seria uma produção histórica e ideológica, não um atributo natural. A relação de FDF com essa região de saberes seria, logo, de confronto, porque um sujeito plenamente assujeitado por FDF produz a imagem de naturalidade ante todas as determinações que sofre, não percebendo qualquer problema, não localizando qualquer falha em seu assujeitamento. A pista para tal relação seria a seqüência SD3, que apresenta traços de um possível questionamento quanto à naturalidade presente na imagem forjada para o “ser mulher”.

A outra FD que estaria presente no interdiscurso de FDF é a FD Machista, que prioriza aqueles saberes que demarcam, reiteram a supremacia masculina sobre o feminino. A mulher é vista como “um homem a menos” – é incompleta, inferior e dependente, física, emocional e socialmente. Valoriza-se apenas o potencial biológico para a maternidade, e estimulam-se os demais atributos disso subseqüentes.

Pela relação de aliança com essa matriz de sentido, em FDF tenta-se silenciar qualquer iminência de um questionamento da mulher quanto a sua condição, fazendo-a alienar-se na imagem de “batalhadora”, de “lutadora”, de “super-mulher”, como modo de deixar a ideologia trabalhar na construção do feminino sem que os sujeitos mulheres disso tenham consciência. Denega-se o lugar de inferioridade que as práticas sociais afirmaram ao longo da história para o feminino. Exemplificam o atravessamento da FD Machista no interior de FDF as seqüências SD11 e SD22, principalmente.

Por fim, considerando as condições de produção das seqüências submetidas à análise, posso afirmar que inclusive os saberes que sustentam a imagem das áreas profissionais representadas nos cinco blocos (Medicina, Economia, Engenharia e Magistério) também estão em aliança com FDF, na medida em que, embora como discursos-transversos, contribuem na disposição dos sentidos no interior da FDF, bem como em sua reafirmação, reprodução e transformação.

E, a respeito dos exteriores teóricos que convoquei nesta dissertação, pode-se perceber que o discurso freudiano vai ao encontro da forma histórica de FDF, devido ao modo como ele tenta descrever a formação da identidade feminina, desde as hipóteses acerca dos traços psico-somáticos da mulher. Já os postulados relacionados aos Estudos Culturais, que vêem a identidade de gênero desde sua construção histórico-social, portanto ideológica, confrontam-se com a figura tida como natural e evidente para o feminino, assim (re)produzida por FDF.

Então, na região do interdiscurso que está em contato com FDF, estão os pré-construídos que nele se internalizam e passam, pela condução que essa proporciona, a produzir um determinado sentido nessa matriz. Por outro lado, a memória discursiva do feminino influencia essa forma-sujeito predominante nos momentos em que há discursos outros presentes na formulação que o sujeito por ela assujeitado vai enunciando – porém, sob a forma de metonímias, fatias, desmembramentos, ratificando a dispersão que atinge o sentido e, por conseqüência, o sujeito. Em suma, basta lembrar que a memória discursiva do feminino está contida no interdiscurso, mas a recíproca não tem respaldo teórico; memória e interdiscurso têm dimensões distintas.

4.5.3 Proposições acerca do segundo momento de análise (ou, melhor: identidade discursiva – uma unidade imaginária)

Neste trabalho, trouxe diversas afirmações acerca da inconstância que se evidencia na identidade discursiva, ao entendê-la como uma **unidade**

imaginária – inclusive, no capítulo dedicado à revisão dos pressupostos teóricos para as principais noções da Análise do Discurso, abri um item para destacar as considerações de Pêcheux a respeito disso.

Basicamente, o que se pode depreender dos postulados do fundador da AD quanto à noção de identidade discursiva é que ela está em intrínseca relação com o sentido. Tanto é assim que, em *Análise do Discurso: Três épocas*, artigo cuja publicação original é de 1983, Pêcheux reafirma a premissa de que, estando a identidade fundamentada nas identificações do sujeito com matrizes de sentido (as formações discursivas), meio pelo qual ocorre o assujeitamento ideológico, não há como pensar a identidade senão pela produção de sentido mobilizada pelo sujeito na formulação do discurso.

Então, apropriando-me desse argumento, bem como aditando-o a outro anterior, que afirma a existência de um imaginário constitutivo do discurso, proporcionando a antecipação que lhe é característica, compreendo porque a identidade é uma **unidade imaginária**, conforme consta em *Semântica e Discurso* (1997b). A identidade discursiva é marcada pela alteridade, o que abre espaço para que a heterogeneidade e a contradição passem a habitar o interior do sujeito, descentrando-o desde seu inconsciente, seu desejo.

Deixar-me conduzir pelos caminhos que percorreu o sentido de “ser mulher” nas análises que realizei foi fundamental à percepção de que a identidade está constituída pela dispersão/pela alteridade porque assim também estão o sentido e o sujeito. **A identidade emerge da tensão entre as distintas posições-sujeito por que o sujeito se deixa determinar, inconscientemente, conforme sua relação com a história, a ideologia.** E isso somente é possível porque, sendo sujeito e sentido produzidos concomitantemente, pelo discurso, este tem, na sua materialidade lingüística, um fator decisivo e extensivo a ambas essas instâncias: **a falta**. Entendo que é a falta, antes, o elemento que permite a compreensão da identidade como unidade imaginária. Explico-me.

O sujeito é acometido pela falta, conseqüência da linguagem que o constitui em meio ao despontar do sentido. Essa falta materializa a falha do inconsciente (ambigüidades, esquecimentos) e a falha da ideologia

(inconscientemente processada – os questionamentos, os “virar-se contra”), que sobredeterminam as práticas do sujeito; a falha é duplamente constituída, portanto. Na ilusão de resolver essa falha, pela busca incessante de completude e denegação dessa falta que nele está, o sujeito se deixa determinar pela série de atravessamentos, de outros, de exteriores, que acabam por descentrá-lo, jogá-lo à dispersão. Tais atravessamentos são sentidos advindos da ordem histórico-social, e com a colaboração da ideologia/do inconsciente se naturalizam; pela linguagem se materializam; e, finalmente, pelo discurso, se reúnem, na apropriação de saberes que são (re)produzidos e transformados. Assim, **a identidade discursiva emerge de processos incessantes de identificação com as redes de sentido organizadas pelas distintas FD's e disponibilizadas pela memória discursiva, que fornece os enunciados junto a um sentido prévio.**

As relações que permitem a (re)construção da identidade discursiva não são capazes de ser explicadas considerando-se a materialidade lingüística por sua ilusória homogeneidade, coerência e fechamento. Como sabemos, com base na revisão teórica psicanalítica, o significante resgata processos que estão na base do inconsciente desejante, e desejo é **falta**. Dessa forma, a primazia da falta se converte em meio pelo qual se podem discutir os processos que sustentam a identidade como uma imagem, ao mesmo tempo, incompleta e plena de outro. E o discurso é o espaço em que o sujeito se debate com esse paradoxo.

Concluindo, caminhar pela imagem que os sujeitos produziram para a identidade feminina, em meio à resistência que repousa sobre o simbólico (devido ao movimento entre a liberdade e a coerção ideológica), foi o que me permitiu buscar e discutir pressupostos com o intuito de tentar enxergar, em meio à opacidade significativa, a identidade enquanto sentido, enquanto efeito, enquanto uma imagem ilusória. Realmente, o feminino está marcado pela falta e é, inclusive, uma construção histórica. Mas, foi pelo dispositivo da Análise do Discurso que pude acrescentar um elemento a essa questão: a linguagem, algo que nos é tão próximo e tão estranho, tão controlável e tão fugidio, tão claro e tão opaco, tão unívoco e tão descentrado, tão acabado e tão **faltante** – à semelhança nossa, enquanto sujeitos; **sujeitos feitos de linguagem.**

Considerações Finais

Na perspectiva da Análise do Discurso, o sujeito se constitui pela sobredeterminação do simbólico e do histórico. O inconsciente e a ideologia propiciam a (des)organização do sujeito, encontrando na língua o meio material para isso. Sem língua não há ideologia; sem ideologia não há história; sem história não há sentido; sem sentido não há sujeito – nem identidade.

O discurso se converte, assim, no lugar pelo qual se pode tentar compreender, graças ao gesto analítico, a maneira como a exterioridade se interioriza no sujeito, descentrando-o, fragmentando-o, assujeitando-o, sem que disso ele se dê conta. Durante a trajetória que percorri nesta dissertação, examinando referenciais teóricos e analisando seqüências discursivas, procurei destacar como a produção de sentido é uma injunção, porque o sujeito está submetido à língua e, por conseguinte, à falta que lhe é marca. Devido a essa falta irrompem os atravessamentos, e a identidade ganha atributos outros, que contrariam a finitude, o centro, a unicidade e a transparência em que o sujeito é compelido a acreditar.

Conforme expus na **Introdução**, eu procurava, com esta dissertação, respostas às seguintes perguntas: como a diferenciação se inscreve na identidade? Qual a pertinência da materialidade escrita para isso? Qual a diferença entre identidade e identificação? Como essas instâncias se ligam ao sentido? Qual é a contribuição da memória na identidade? Como definir a noção de identidade discursiva?

As leituras que trouxe, colocadas em cotejo com a análise que realizei, fizeram-me concluir que a identidade não pode ser pensada fora da sua relação com o sentido. **A identidade discursiva se produz em meio a processos de identificação com uma memória de sentidos, construída pela prática discursiva.** Logo, a identidade, tendo a ver com a memória do discurso, é uma relação falhada do sujeito consigo mesmo, com a linguagem e com a historicidade. Na instância da identidade, o sujeito se mantém em aberto, uma vez que o sentido, possibilidade de sua existência, está em movimento, atravessa

fronteiras e se deixa atravessar. Com isso, completa, fechada e unívoca é apenas a imagem que o sujeito acredita ter de si, reforçando o engodo fundamental para que ele enuncie, produza discurso.

Norteadas por essas reflexões, entendo que a diferenciação se dá na identidade através do modo particular como os sujeitos são assujeitados – as diferentes matrizes de sentido com que cada sujeito toma contato ao longo de sua existência determinam-no de modo único, peculiar, graças à interação delas com os sentidos anteriormente nele alocados. Com isso, novos laços vão estabelecendo-se com a historicidade, e a identidade acompanha esse movimento e reconfigura-se. Além disso, é próprio a cada sujeito o modo como lida com a falta que o constitui, devido aos processos instaurados em seu inconsciente desejante.

Quanto à pertinência da materialidade escrita nas questões que se referem à identidade, a análise das seqüências discursivas levou-me a concluir que a falta, condição do significante e do sujeito, está também no sentido e, portanto, na identidade. A escrita, dessa forma, se torna o lugar onde se pode observar a incompletude da identidade, a sua constante (re)construção. Quanto ao “ser mulher”, os sujeitos de minha análise, nos enunciados que produziram, deixaram marcas que me permitiram localizar pontos pelos quais a imagem que projetam para o seu gênero é atravessada, heterogênea, e, por vezes, até contraditória. Pela presença da falta na linguagem, não há como controlar o sentido; logo, não há como garantir a completude/plenitude na identidade – qualquer atravessamento traz consigo uma falta que não consegue dirimir aquela que o mobilizou; não consegue calar a historicidade.

A respeito da diferença entre identidade e identificação, pude compreender que a identidade se refere à imagem que os sujeitos constroem acerca de si e de sua condição. É uma *unidade imaginária*, como sugeriu Pêcheux (1997b), porque está fadada à falta, bem como aos atravessamentos que visam, sem sucesso, a contê-la, segurá-la, completá-la, homogeneizá-la. É nessa instância em que ocorre a formulação dos sentidos. Quanto à identificação, minhas análises levaram-me a concluir que ela representa o laço que une o

sujeito à historicidade, na medida em que é pela identificação que o sujeito é assujeitado nas formações discursivas constitutivas dessa imagem (a identidade) que ele faz de si. Estando próxima às matrizes de sentido, cabe à identificação a constituição do sentido. A identidade é, logo, um processo de sucessivas identificações, sobrepostas ao sujeito.

A memória discursiva, em minha análise, contribuiu à identidade no que se refere à disponibilização dos saberes que permitem as identificações que ela (a identidade) coaduna. No processo de constituição da imagem que representa a identidade, é pela memória – dizeres alocados no interdiscurso, porém organizados por algum elemento de força ideológica e que circundam a forma-sujeito da formação discursiva em evidência – que a exterioridade é interiorizada. A memória pode ser entendida, assim, como um recorte condicionado dos sentidos que antes estavam dispersos pelo interdiscurso, re-trabalhando a historicidade. Porém, esses sentidos não estão logicamente organizados, nem constituem uma matriz outra; eles ressoam no interior daquela(s) com que podem relacionar-se. No caso das seqüências que submeti à análise, pude notar isso no momento do atravessamento dos saberes mais próximos a uma Formação Discursiva Machista naquela que meu gesto analítico configurou como sendo uma Formação Discursiva Feminina. Há uma memória de sentidos ressoante em enunciados como “*ser mulher é ser delicada*”, ao contrário do que considerá-los apenas como provenientes do interdiscurso (logo, desprovidos de sentido) poderia sugerir.

Por fim, resta a resposta à última questão que me propus, crucial – porém, já diluída nas afirmações que venho apresentando. O percurso que percorri me fez comprovar a hipótese de que parti: **a identidade discursiva é a ligação do sujeito com o sentido. Por conseguinte, traz consigo as mazelas da linguagem e, inclusive, a historicidade. Identidade é discurso e, como este, um efeito, algo heterogêneo a si mesmo e fadado ao “por vir”**. Com isso, espero que meu trabalho haja podido atualizar a proposta de identidade como *unidade imaginária*, de Pêcheux.

E, quanto à identidade feminina, fico com a expectativa de que esta dissertação possa, de alguma forma, trazer as contribuições da Análise do Discurso nas discussões – sejam da Psicanálise (no que se refere à compreensão do que subjaz o desejo e impõe contornos a ele), sejam do campo dos Estudos Culturais (as determinações das práticas sociais no descentramento dos sujeitos) – sobre os principais processos que estão presentes no “ser mulher”. Entre eles, cito a saturação dos sentidos, a introjeção de dizeres que visam à opressão feminina, as tentativas de resistência e transformação. Os estudos sobre o feminino, a partir disso, podem dedicar um olhar diferenciado, crítico e mais questionador àqueles saberes rotulados pelo “todo mundo sabe”, agitando, assim, conceitos preestabelecidos e cristalizados.

O percurso que instituí deixou provas do diferencial da teoria de Michel Pêcheux, que reúne em um único objeto o simbólico, o ideológico e o inconsciente, como o é o discurso. Pude excursionar pelos processos que constituem a linguagem, o sentido e o sujeito, em meio a *uma relação de nunca acabar*. Percebi como sujeito e sentido estão, realmente, em um *eterno devir*.

E, a partir disso, observei como o significante, pela sua opacidade, não traz em si marcas que permitam reconhecer algo como “uma escrita típica de mulheres” ou “uma escrita típica de homens”. Considerando o modo como os sentidos são produzidos, presumo que, caso a pergunta “o que é ser mulher” fosse dirigida a homens pertencentes aos mesmos campos enunciativos que selecionei (Medicina, Economia, Engenharia, Artes e Pedagogia), as respostas dariam margem a processos discursivos similares aos que os textos de autoria feminina suscitaram. Isso porque, como afirmei, os sentidos não se encontram no significante, nem têm “uma autoria”: eles são um efeito determinado pelo assujeitamento ideológico, estando em relação com a historicidade e, portanto, ligados a um antes e a um depois.

Quando iniciei esta dissertação, afirmei que ela representava um desafio para mim, pois eu não tinha garantias sobre o caminho que imaginara nem sobre o ponto em que chegaria. Pois bem; estou no instante final de um trabalho que, certamente, não está concluído; deve apresentar faltas e falhas, a

exemplo do sujeito que o produziu. Que o desafio agora, então, seja seguir trilhando pelo universo discursivo, para que, a cada gesto meu de retorno ao caminho que aqui instituí, eu descubra novas maneiras de olhá-lo, comprovando quão ilusória é sua unidade, quão imaginária é sua identidade. E que o tema me motive a questionar os processos de meu assujeitamento, as posições que a história me faz ocupar enquanto mulher, envolvendo-me ainda mais no estudo do **sentido como efeito** – o discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. Observação sobre uma categoria: Processo sem sujeito nem fim(s). In: _____. *Posições – I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 66-71.

_____. *Aparelhos Ideológicos de Estado*: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 3.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ANDRÉ, Serge. *O que quer uma mulher?* Trad. Dulce Duque Estrada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I e II*. 3.ed. Campinas: Pontes, Editora da Unicamp, 1991.

BIRMAN, Joel. A escritura nos destinos da psicanálise. In: _____. *Por uma estilística da existência*: Sobre a psicanálise, a modernidade e a arte. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 69-87.

_____. *Cartografias do feminino*. São Paulo: Editora 34, 1999.

_____. *Gramáticas do erotismo*: A feminilidade e suas formas de subjetivação em psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005 (original de 1998).

CHNAIDERMAN, Mirian. Língua(s) – linguagem(ns) – identidade(s) – movimento(s): Uma abordagem psicanalítica. In: SIGNORINI, Inês (org.). *Língua(gem) e identidade*: Elementos para a discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Editora da FAPESP, 1998, p. 47-67.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (orgs.). *Gênero e Cultura*: Questões contemporâneas. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004, p. 13-38 (Coleção Gênero e Contemporaneidade, 1).

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique (le discours communiste adressé aux chrétiens). In: *Langages*, n.62, juin 1981.

_____. Définitions d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. In: *Philosophique*, 1982.

DORNELES, Elizabeth Fontoura. *Da germinação da semente à colheita do grão*: Análise do funcionamento das relações de identificação na formação

discursiva dominante do assentado. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

DOSSE, Françoise. RSI. In: _____. *História do Estruturalismo: 2. O canto do cisne, de 1967 a nossos dias*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

DRUMONT, Mary Pimentel. O machismo como sistema de representações ideológicas recíprocas. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 73-86.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambigüidade ao equívoco: A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

_____. Análise de discurso e psicanálise: Uma estranha intimidade. In: *Correio da APPOA: Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*. Porto Alegre: ano XI, n. 131, p. 37-52, dez.2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002 (original de 1969).

FREUD, Sigmund. Conferência XXXIII – Feminilidade (original de 1932). In: *Novas conferências sobre a Psicanálise – Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969a.

_____. Conferência XX – A vida sexual dos seres humanos (original de 1931). In: *A vida sexual – Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969b.

_____. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1973 (original de 1905).

FUNCK, Susana. Situação crítica: A teoria feminista na virada do século. In: *Cerrados: Revista do Curso de Pós-Graduação em Literatura*, Brasília: UnB, n. 12, v. 11, p. 93-100, 2002.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HARTMANN, Fernando. *Ideologia e desejo*. In: CD-ROM do I Seminário de Estudos em Análise de Discurso – Michel Pêcheux e Análise de Discurso: uma relação de nunca acabar. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação, 2003.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: Da história no discurso*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 29-55.

HERBERT, Thomas. Observações para uma teoria geral das ideologias. In: *Revista Rua*. Campinas, Unicamp/LABURB, 1995.

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. O sujeito e as feridas narcísicas dos lingüistas. In: *Revista Gragoatá*. Niterói: nº 5, p. 111-20, 2. sem. 1998.

_____. *A noção de sujeito em Análise do Discurso: Do desdobramento à fragmentação*. In: CD-ROM dos Anais do Encontro da ANPOLL, 2000.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNEST-PEREIRA, Aracy (org.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001, p. 27-42.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: A mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. In: ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. *O seminário – livro XI: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998a (original de 1964).

_____. Deus e o gozo d'A mulher. In: *O seminário – livro XX: Mais, ainda* (original de 1973). Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; tradução de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b, p. 87-104.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARONDIN, Marilene. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: STREY, Marlene Neves (org.). *Mulher, estudos de gênero*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 1997, p. 9-18.

MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MORENO, Montserrat. *Como se ensina a ser menina: O sexismo na escola*. Trad. Ana Venite Fuzatto. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é lingüística*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso Fundador* (A formação do país e a construção da identidade nacional). Campinas: Pontes, 1993, p. 11-25.

_____. *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. *Análise de Discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e Texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2003.

_____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2004.

PÊCHEUX, Michel. Remontémons de Foucault a Spinoza. In: TOLEDO, Mário Monforte (org.). *El discurso político*. México: Nueva Imagen, 1980 (original de 1977).

_____. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b (original de 1975).

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GATED, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997a, p. 61-105 (original de 1969).

_____. A Análise de Discurso: Três épocas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Unicamp, 1997c, p. 311-8 (original de 1983).

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre (et al.). *Papel da Memória* (tradução e introdução de José Horta Nunes). Campinas: Pontes, 1999, p. 49-57.

_____. *O discurso: Estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002 (original de 1983).

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-251 (original de 1975).

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *A língua inatingível: O discurso na história da lingüística*. Trad. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004 (original de 1981).

RICKES, Simone Moschen. A escritura como cicatriz. In: *Educação & Realidade: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, v. 27, n.1, p. 51-71, jan./jun. 2002.

ROMANI, Jacqueline Pitanguy de. Mulher: Natureza e sociedade. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, p. 59-71.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade – Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, v.15, n.2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Maria Escolástica Álvares da. *Mulher substantivo masculino*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org. e trad.). *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

ANEXOS

Anexo A: Seqüências do Bloco 1, Curso de Medicina

A.B.5 - Medicina - 38 anos

Ser mulher é saber "trabalhar" com as atividades domésticas, com a família e com o próprio trabalho.

É sofrer com mudanças hormonais; é ser mais suscetível a mudanças de humor, a fragilidade.

É ter várias responsabilidades: cuidar da casa, da família, e ao mesmo tempo ter responsabilidades fora de casa, com serviço (emprego).

LML Medicina 21 anos

Ser mulher é ser uma pessoa carinhosa, acolhedora, sensível nas com garra, que se mostra capaz de suportar qualquer coisa ou dor para alcançar algum objetivo ou proteger e cuidar de quem gosta.

É ser misteriosa e ao mesmo tempo transparente. É m forte, ~~mas~~ mas capaz de ser "debruçada" com um olhar.

Ser mulher nos dias de hoje é ter que ter jeito de altura, pois é preciso correr ~~sempre~~ no trabalho, ser racional e ter ~~gracia~~ ser responsável com sua casa, seus filhos dando-lhes atenção, carinho...

CURSO: MEDICINA PR

O QUE É SER MULHER HOJE ?

Ser mulher hoje é sempre estar tentando provar que somos capazes e que, principalmente na profissão que escolhi, que exige muita dedicação, que também seremos boas profissionais sempre dedicadas e interessadas em aperfeiçoar os nossos conhecimentos.

Recebo, dentro da faculdade de medicina, que o preconceito é muito grande, por que a maioria das pessoas acreditam que as mulheres não serão tão dedicadas à profissão pelo fato de ela exigir que deixemos de lado a família e, muitas vezes, ~~de~~ deixamos que ~~deixar~~ o mesmo sonho de construir uma família (ter filhos).

O papel das mulheres hoje em dia é, sem dúvida, acalmar com o comodismo que imperava no comportamento das mulheres antigamente, mostrando que somos tão inteligentes e capazes como os homens.

DD, 19 anos, Medicina.

Q que é su mulher hoje?

Acho que hoje temo muito mais responsabilidade que antigamente, não porque além de ter que cuidar de minha casa, no caso de quem mora sozinho; temo que estudar muito para conseguir atingir meus ritos. É só que que não é bom, pois assim vamos conquistando nossa independência.

E su mulher hoje é conseguir controlar impetividade, casa, vida amorosa, sem perder o toque feminino, e paciência e delicadeza que nós temos.

Anexo B: Sequências do Bloco 2, Curso de Ciências Econômicas

L.P.C. 31 anos Economia

Ser mulher hoje em dia representa o desafio de ser ao mesmo tempo profissional, mãe, esposa sem deixar de lado a feminilidade. Acredito que as mulheres buscam principalmente a realização profissional, deixando em 2º plano os outros aspectos. Eu, enquanto mulher, tenho deixado esta realização em minha futura profissão, não abrindo mão do lado feminino, ainda, não esquecendo da competitividade que temos no mercado de trabalho.

A.P.S.G. - ECONOMIA

IDADE: 27 ANOS

Ser mulher significa enfrentar desafios diariamente e tentar transformar em inventivos para continuarmos lutando pelo mesmo espaço na sociedade, que infelizmente ainda tem alguns traços machistas.

Além disso, ser mulher é ser forte e ao mesmo tempo frágil perante as acontecimentos da vida, nos quais os homens se comportariam de um modo frio.

A mulher tem que ser dinâmica, resiliente, inteligente, pois nos dias de hoje, com a independência conquistada, a mulher é o chefe da família, trabalha fora, e ao mesmo tempo cuida dos afazeres domésticos da casa, tem conta da educação dos filhos, onde ela exerce o papel principal de equilíbrio e harmonia.

CURSO CIÊNCIAS ECONÔMICAS

J. M. R. 34 anos

Ser mulher nos dias de hoje é saber o que quer da vida, determinar metas, objetivos e atingi-los, pois estamos em uma época que a competição entre homens e mulheres está cada vez mais forte, não somente no campo profissional, mas no social, cultural e etc... É a mulher precisa cada vez mais mostrar-se capaz de superar obstáculos e se sobrepôr em relação ao homem. Em relação ao que aconteceu com nossas mães, tias, etc... que foram preparadas para cuidar da casa, das filhas e do marido, a coisa evoluiu muito, pois a palavra mulher não determina somente o sexo, mas sim se sentir amada, desejada, realizada, é ter orgulho de dizer eu sou mulher sim, vencedora, reconhecida profissionalmente, independente e sem sombras de dúvida, muito feliz...

PLSB - 23 anos / Ecnomia

É o suporte da família, o protótipo da persistência. Pelo meio do equilíbrio entre meiguice e altas perseguições atinge seus objetivos.

Anexo C: Seqüências do Bloco 3, Curso de Engenharia Civil

Ser mulher é lidar com cobranças e preconceitos constantes.
É precisar ter bastante jogo-de-cintura para sanar diversas
atividades e exigências, de forma apaziguada, quando necessário.
Ser mulher é ter espírito maternal e acolhedor.

MRO - 19 anos - Engenharia Civil

SER MULHER É:

SER FORTE PARA LUTAR POR IGUALDADE DE DIREITOS NA PROFISSÃO, SER FORTE PARA DAR EDUCAÇÃO PARA OS FILHOS, TER PACIÊNCIA COM OS HOMENS QUE NÃO TÊM PACIÊNCIA COM AS MULHERES... A MULHER PRECISA SE ERGUER PARA ERGUER OS HOMENS, OS FILHOS, AS AMIGAS PROBLEMTICAS!!

SER MULHER É TER SAÚDE DE FERRO, POR QUE NÃO TEM TEMPO DE FICAR DOENTE, POIS QUEM VAI CUIDAR DA CASA, DOS FILHOS, DOS AMIGOS E DE SI MESMA?

A VERDADE É QUE OS HOMENS PRECISAM DE NÓS E NÓS PRECISAMOS CUIDAR DOS MESMOS, PARA QUE ESTE INSTINTU MATERNO QUE NOS MOVE SEJA MUITO BEM USADO POR NÓS PAUL ELES.

C.M.R - 20 ANOS
ENGENHARIA CIVIL

ARYS

idade 21 anos

Curso Engenharia Civil - 4º ano

Hoje em dia nós mulheres lutamos muito por igualdade de direito, mas será que isto é realmente bom. Com essa obsessão por igualdade perdemos o romantismo da relação, os homens acham que não precisam mais abrir a porta do carro, pagar o jantar, fazer um agrado, etc...

Devemos repensar nossos conceitos, a igualdade de direitos não quer dizer que devemos acabar com o romantismo.

Me sinto privilegiada em ser mulher... Posso estudar e trabalhar tanto quanto os homens. No entanto ainda há algumas dificuldades quanto ao reconhecimento do nosso trabalho, mas certamente iremos vencer também esta barreira.

Além de tudo isto, somente nós mulheres, podemos gerar em nosso ventre, um ser vivo... Poder sentir o seu filho dentro de você, é algo inexplicável! E para finalizar, nós mulheres, temos a graça de amamentar os nossos filhos...

Natália Lemse

22 ANOS

ENGENHARIA CIVIL

Anexo D: Seqüências do Bloco 4, Curso de Artes Visuais

NOME: V.P.

CURSO: ARTES VISUAIS

MULHER

DIFÍCIL FALAR O QUE É SER MULHER SEM ABRANGIR TUDO.

MULHER, PARA MIM, É AQUELE "SEXO FRÁGIL" CAPAZ DE CUIDAR DA FAMÍLIA, BUSCAR SEUS OBJETIVOS, ESTAR SEMPRE BONITA, PERFUMADA, SORRIENTE.

NÃO SE DEIXAR INFLUENCIAR COM OPINIÕES ALHEIAS E SEMPRE, SEMPRE MESMO, DEFENDER E CORRER EM BUSCA DE SEUS PRINCÍPIOS.

M. J. S. M - ARTES VISUAIS - IDADE - 43

SER MULHER NOS DIAS DE HOJE, PARECE SER AS VEZES TÃO FÁCIL E OUTRAS TÃO DIFÍCIL. MESMO HOJE AINDA COM PRECONCEITOS, MAS ESTAMOS MOSTRANDO TUDO QUE SOMOS E TUDO O QUE QUEREMOS. MULHER MÃE, EDUCADORA, DISPUTANDO IGUALMENTE CAMPOS NO TRABALHO E MUITAS VEZES SUPERANDO OBSTÁCULOS. MULHER JOVEM, AMBICIOSA, BUSCANDO SUPERAR DIFICULDADES E O MAIS IMPORTANTE DE TUDO VENCENDO E MOSTRANDO AS SUAS POTENCIALIDADES.

09/06/05

L.D., 20 ANOS

SER MULHER...

É SER GIGANTE, PENSAR ALTO, COM A CABEÇA E COM O CORAÇÃO. É TER VÁRIOS OBJETIVOS, RESOLVER TODOS OS PROBLEMAS, E AINDA TER TEMPO PARA CUIDAR DE SI MESMA. MAS A MULHER NÃO É UM SER ÚNICO, AUTO-SUFICIENTE. SER MULHER TAMBÉM EXIGE SER COMPREENDIDA, AMADA, QUERIDA, E SEMPRE RECEBER TUDO EM DOBRO (SEJA ESSE "TUDO" BOM OU RUIM).

05/06/05

CNA

O papel da mulher mudou muito, acredito que hoje temos mais liberdade. Embora essa liberdade nos obrigue a uma multiplicidade. Ser mulher hoje requer jogar de cintura, é preciso trabalhar, "cuidar da casa", ter filhos e ainda se preocupar. Muito mais é exigido das mulheres que dos homens. Mas apesar de tudo as mulheres a competir podemos dificilmente chegar a certas posições no mercado pelo ainda demasiadamente preconceito mas nunca deixamos de simplismo e aguçamos a dor tão comum na maioria dos homens.

FGS → Artes Visuais 30 anos 08.06.05

- Ser mulher hoje é ter que dar conta de muita coisa; é ter que dar conta de casa, dos filhos, do marido, de si de sua beleza, dos estudos, do trabalho, pagar as contas e ainda conseguir ser "Zen" ou seja uma super-heroína da atualidade uma deusa que poderíamos chamar a rémora contemporânea. O mais difícil de tudo é saber como ser mulher e ser nós mesmas sem perder a individualidade, sem deixar que toda esta carga nos consuma.

Anexo E: Sequências do Bloco 5, Curso de Pedagogia – Educação Infantil

S.Z. 31 anos Pedagogia Ed. Infantil

Ser mulher é tarefa árdua, é uma luta diária.

Hoje a mulher trabalha, estuda, tem sua casa, seus filhos e precisa estar sempre bonita, arrumada, bem humorada e "aparentemente" sem problemas, para poder ajudar o marido.

Mas, acima de tudo, ser mulher é ser forte, ser capaz de lutar e ainda assim ser carinhosa, gentil e doce.

CRPG - 25 anos
Pedagogia Ed. infantil

○ que é ser mulher?

É correr atrás do tempo;

É ser mil em uma só;

É batalhar e ultrapassar barreiras;

Para algumas é ser mãe e aprender amar
os filhos mais do que qualquer coisa;

É ser criança, adolescente, adulta e idosa;

Mas antes de tudo: ser feliz.

Kelle - Pedagogia educação infantil - FURG.

* Ser mulher implica em ter uma parcela de responsabilidade a mais na sociedade, além de cuidar da família tem outra jornada de trabalho. Apesar de algumas, "ou muitas" dificuldades ser mulher é ser uma "super-herói".

* Ser mulher é ter um sentido as mais coisas diferenciam dos homens, não quero ser machista, mas ser mulher é ser especial, uma deusa.

Nome: S.B.D Idade: 22 Curso de Pedagogia - FURG

Ser mulher é ser especial. A mulher é um ser coersível e em alguns casos delicada, e consegue tudo o que quer com seu poder - quase natural - de persuasão.

Ela cria a vida, modifica o ambiente a seu gosto, é inteligente, muitas vezes reprimida, sabe com seu corpo, em fim é um ser contraditório, ambíguo, mas totalmente necessário e único no mundo.

A.S.M. CURSO PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ser mulher...

é compreender o machismo dos homens, sem ao menos contestar o que é certo ou errado, aceitando com passividade sua condição de "ser mulher".

é dedicar-se integralmente ao filho(a), adaptar sua vida e seus horários com a vida dele(a).

é deliciar-se com a gravidez, com o momento único de "ser mãe", uma experiência contagiante que só nós mulheres vivenciamos.

é festejar o nascimento do filho ~~o~~ o primeiro momento em que o filho(a) suga o seio, ~~isso~~ como - gostava sentir e saber que a pessoa pequeninha depende profundamente de você.

é sofrer no período de menarca, do parto natural, das desilusões (ilusões) amorosas.

Como as mulheres se iludem, se entregam, amam profundamente e desapercebidamente.

Ser mulher, é maravilha!